



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**A PALAVRA COMO CONCRETUDE DO ESPÍRITO DE
UMA ÉPOCA: o nascer-já-caminhando das ideologias da
competitividade e a agricultura globalizada**

Camila Caracelli Scherma

São Carlos
2015



Universidade Federal de São Carlos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**A PALAVRA COMO CONCRETUDE DO ESPÍRITO DE
UMA ÉPOCA: o nascer-já-caminhando das ideologias da
competitividade e a agricultura globalizada**

Camila Caracelli Scherma

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Miotello

São Carlos – São Paulo – Brasil
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C257p Caracelli-Scherma, Camila
A palavra como concretude do espírito de uma época
: o nascer-já-caminhando das ideologias da
competitividade e a agricultura globalizada / Camila
Caracelli-Scherma. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
277 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Discurso. 2. Ideologia da competitividade. 3.
Agricultura brasileira globalizada. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Camila Caracelli Scherma, realizada em 05/03/2015:

Prof. Dr. Valdemir Miotello
UFSCar

Prof. Dr. José Kuiava
Unioeste

Prof. Dr. Geraldo Tadeu Souza
UFSCar

Prof. Dr. Moacir Lopes de Camargos
UNIPAMPA

Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú
UFPE

Dedico estes escritos

- **aos meus pais,
Waldomiro e Neide,
por toda a amorosidade e
por toda a escuta não-indiferente;**

- **e ao Ricardo,
pela construção de um cotidiano com amor.**

AGRADECIMENTOS

*Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.
(Cora Coralina – Aninha e suas pedras)*

Removendo pedras, como a Aninha de Cora Coralina, ou abrandando as pedras, suando-se muito em cima, como o Severino, de João Cabral de Melo Neto. As pedras no meio do caminho, como as de Carlos Drummond de Andrade, fazem parte da construção e reconstrução de nossas vidas e da prática de nossa existência. Às Aninhas e aos Severinos que, na caminhada, me ajudaram a remover e a abrandar as pedras, a plantar as roseiras e a fazer os doces, aqui, materializo meus agradecimentos:

- Ao Miotello por nos dizer sempre “Me digam até onde querem chegar. Eu vou junto”, e pela vivência sempre intensa de aprendizados que trouxeram tantas diferenças não-indiferentes para minha vida. E à Bel, pela boa acolhida de sempre.
- Aos Professores da Banca – Geraldo Tadeu de Souza e José Kuiava, já desde a qualificação, e agora, na defesa, mais o Moacir Lopes de Camargos e o Hélio Márcio Pajeú – pela disponibilidade para a escuta ativa e para o diálogo.
- Aos colegas do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGê, pelas grandes e intensas rodas de conversa, pelo riso solto e libertador, pelo olhar firme e pelos abraços fortes.
- À minha amiga Ana Beatriz, pelas longas conversas e por toda a força para abrandar as pedras e para plantar as roseiras; e também à Adriana, por todo o encorajamento; ao Ederson e à Aline, ao Andrey e à Irene; à Michele, pela partilha dos últimos momentos de escrita.
- Ao Kuiava e à Lúcia, pela visita a Realeza e pelos ensinamentos que nos dão sem saber que nos ensinam.
- Aos meus pais, Waldomiro e Neide, por fazerem parte de toda a minha caminhada com muita amorosidade, muita coragem e muito brilho nos olhos. Aos meus irmãos, Marcelo, Daniela e Mirinho, por compreenderem os meus projetos.
- Ao Sr. Luis e a Dona Antônia, meus sogros; à Andrea e ao Michael, meus cunhados.
- Aos meus sobrinhos, Leonardo, Clara e Giovanna, pela leveza e pelo encantamento que me trazem sempre.
- Ao meu marido, Ricardo, pelo amor e pela presença protetora e encorajadora; e pelas belíssimas refeições que preparou em tempos de escrita.

Parece que se pode enfocar tudo com o próprio olhar, sedimentar com o próprio pensamento,
dizer sua própria palavra, *uma palavra nova*.

Mas, meu Deus! O que o senhor está dizendo!

Uma palavra nova.

Ora, por acaso é possível a gente dizer todo santo dia uma palavra nova, quando talvez passe a
vida inteira sem consegui-la e, ao ouvi-la, ainda não a reconheça.

“Sedimentar com o próprio pensamento”, diz o senhor.

Mas que pensamento, onde consegui-lo?

[...]

Pois bem, admitamos que até haja pensamento, mas a originalidade, mas a originalidade –
onde consegui-la?

Fiódor Dostoiévski
Sonhos de Petersburgo em verso e prosa

RESUMO

A PALAVRA COMO CONCRETUDE DO ESPÍRITO DE UMA ÉPOCA: o nascer-já-caminhando das ideologias da competitividade e a agricultura globalizada

Na atualidade, há discursos fabulosos, que tentam monologizar as formas de organização econômica, política e social em nível planetário, que apresentam a Globalização como um processo homogêneo e fruto do curso “natural” da história da humanidade, em suas diferentes fases de desenvolvimento. Nesse contexto, o discurso da competitividade como forma de exercício da mais-valia universal, motor da globalização atual, constitui-se num poderoso veículo da produção ideológica mundial hegemônica – via discursos de agentes globais, materializando o espírito competitivo neoliberal e moldando o modo como vemos o mundo e as relações nessa época globalizada. A repetição de padrões discursivos que se constituem como hegemônicos, passando a constituir discursos de diferentes esferas de atividade humana, é estudada aqui com base no pensamento de Mikhail Bakhtin e seu Círculo, especialmente no que diz respeito à materialidade sígnica-ideológica nas relações entre infraestrutura e superestruturas e ao caráter dialógico e responsivo da linguagem. Desse modo, analiso a repetição de padrões discursivos por parte de agentes hegemônicos globais constituindo a ideologia da competitividade neoliberal, que nasce-já-caminhando e alcança, na concretude da palavra, os discursos de várias esferas de atividade humana. Tomo, para tanto, discursos oficiais da esfera agrícola brasileira e discursos das regiões competitivas do agronegócio para, neles, auscultar as vozes da hegemonia competitiva neoliberal na agricultura brasileira globalizada. Contudo, ao estudar discursos de enfrentamento dessa hegemonia, é possível compreender que o processo de hegemonização e monologização apresenta-se somente como tentativa, uma vez que onde está o discurso do pensamento único aí mesmo estão as plurivocidades e as contradições. A compreensão do espírito da competitividade global, na concretude das palavras, se dá, portanto, na relação desse espírito dominante com as palavras e atos de resistência e de ruptura da ordem hegemônica global.

Palavras-chave:

1. Discurso. 2. Ideologia da competitividade. 3. Agricultura brasileira globalizada.

ABSTRACT
**THE WORD AS THE CONCRETENESS OF THE SPIRIT OF AN AGE:
the born-already-walking of the competitiveness ideologies and the globalized
agriculture**

Today, there are fabulous discourses, which try to monologize the forms of economic, political and social organization in planetary level, and which present the Globalization as a homogeneous process, fruit of the “natural” course of human history, in their different stages of development. In this context, the discourse of competitiveness as a form of exercise of the universal gain, engine of the current globalization, constitutes a powerful vehicle of global hegemonic ideological production – via discourses of global agents, materializing the neoliberal competitive spirit and shaping the way we see the world and its relations in a globalized age. The repetition of discursive patterns which constitute themselves as hegemonic, constituting discourses of different spheres of human activity, has been studied here based on the thinking of Mikhail Bakhtin and his Circle, especially in regard to semiotic-ideological materiality in relations between infrastructure and superstructures and to the dialogical and responsive feature of language. Thus, I analyze the repetition of discursive patterns by the global hegemonic agents constituting the ideology of neoliberal competitiveness, which borns-already-walking and reaches, in the word concreteness, the discourses of many spheres of human activity. I take, for this, official discourses from the Brazilian agricultural sphere and discourses from de competitive regions of agribusiness to, in them, listen to the voices of the neoliberal competitive hegemony in the globalized Brazilian agriculture. However, studying the discourses of disagreement with this hegemony, it is possible to understand that the process of hegemonization and monologization presents itself only as an attempt, since where is the discourse of the single thought right there are the plural voices and the contradictions. The comprehension of the global competitiveness spirit, in the word concreteness, occurs, therefore, in the relation of this dominant spirit with the words and acts of resistance and rupture to break the global hegemonic order.

Key-words:

1. Discourse. 2. Competitiveness Ideology. 3. Globalized Brazilian agriculture.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Fenômenos decisivos para a abertura da Globalização e axiomas do “pensamento único”	39
Quadro 02 – Motivos para se investir nos setores do agronegócio de São Paulo – Agência Investe São Paulo	224

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Logo e slogan do Fórum Social Mundial	54
Figura 02 – Logo e slogan do Fórum Econômico Mundial	79
Figura 03 – <i>Manifesto de Davos, 1973</i>	80
Figura 04 – Os doze pilares da competitividade global – <i>World Economic Forum</i>	88
Figura 05 – Capa do Relatório Anual 2004/2005 – Fórum Econômico Mundial	107
Figura 06 – Capa do Relatório Global de Competitividade 2008/2009 – Fórum Econômico Mundial	108
Figura 07 – Capa da Brochura Institucional do Fórum Econômico Mundial	109
Figura 08 – Capa da Brochura do Banco Mundial	110
Figura 09 – Capa da Brochura Foco no Crescimento e Competitividade – Instituto Banco Mundial	111
Figura 10 – Capa da publicação referente à Conferência Global para o Engajamento do Cidadão para o Impacto na Ampliação do Desenvolvimento, apoiada pelo Banco Mundial	112
Figura 11 – Capa do Relatório Anual 2014 – FMI	113
Figura 12 – Capa do <i>World Economic Outlook</i> , de outubro de 2014 – FMI	114
Figura 13 – Capa do Relatório de Investimento Mundial – ONU	115
Figura 14 – Capa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – ONU	116
Figura 15 – Capa do Relatório Anual 2014 – OMC	117
Figura 16 – Capa do Relatório Mundial do Comércio 2014 – OMC	118
Figura 17 – Missão e Estratégia da <i>Nova Visão para a Agricultura</i> – Fórum Econômico Mundial	128
Figura 18 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 – MAPA	143
Figura 19 – Capa <i>The Global Competitiveness Report 2013/2014</i> – Fórum Econômico Mundial	144
Figura 20 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2000/2001 – MAPA	153
Figura 21 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002 – MAPA	153
Figura 22 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003 – MAPA	154
Figura 23 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004 – MAPA	154
Figura 24 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 – MAPA	159
Figura 25 – Esquema-resumo da crise agrícola vivida em 2005 – MAPA	162
Figura 26 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007 – MAPA	168

Figura 27 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 – MAPA	171
Figura 28 – Sumário PAP 2007/2008	174
Figura 29 – Sumário PAP 2008/2009	174
Figura 30 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 – MAPA	178
Figura 31 – Folha de Rosto do Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 – MAPA	191
Figura 32 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 – MAPA	192
Figura 33 – Logo e slogan da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade	221
Figura 34 – Capa do Informativo <i>A Ronqueira</i> , nº. 1, de julho de 1990 – ARQMO	251
Figura 35 – Capa da Cartilha Safra 2005 – Projeto Castanhna do Quilombo de Oriximiná (PA)	255

SUMÁRIO

Introdução	15
------------------	----

PARTE I **GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE:** **Os discursos planetários hegemônicos**

CAPÍTULO I	32
OS DISCURSOS DA FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO: o período da Globalização	32
Introdução	32
1.1 Materialidade sócio e o processo de Globalização	32
1.2 Os discursos da Globalização nos anos 90: tentativa de monologização e de construção de um sentido único	41
1.3 Entre os anos 90 e 2000: palavras outras sobre a Globalização	48
1.3.1 Outras palavras, atos responsivos: movimentos antiglobalização e a desglobalização .	52
CAPÍTULO II	60
A PALAVRA COMO CONCRETUDE DO ESPÍRITO DA COMPETITIVIDADE NA ESFERA GLOBAL	60
Introdução	60
2.1 A palavra e o “espírito” global da competitividade	60
2.2 O espírito de competitividade, a ideologia e a constituição de discursos hegemônicos numa época globalizada	65
2.3 Os agentes da Globalização (os governos mundiais) e a construção do discurso da competitividade	71
2.3.1 O Fórum Econômico Mundial	78
2.3.2 O Banco Mundial	90
2.3.3 O Fundo Monetário Internacional	96
2.3.4 A Organização das Nações Unidas	98
2.3.5 A Organização Mundial do Comércio	102
2.4 Os agentes hegemônicos globais e seus tipos relativamente estáveis de enunciados	105
2.5 A construção de um discurso hegemônico: a competitividade como justificativa e como objetivo	120

PARTE II
OS DISCURSOS GLOBAIS DA COMPETITIVIDADE
E A ESFERA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

CAPÍTULO III	132
O TRANSBORDAR DO DISCURSO: a competitividade para além dos limites da hegemonia global	132
Introdução	132
3.1 Discursos oficiais e as refrações da competitividade global: as vozes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário	132
3.2 Discursos que sustentam a agricultura globalizada: diálogos entre Planos e Relatórios governamentais	139
3.2.1 Plano Agrícola e Pecuário 2000/2001	146
3.2.2 Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002	149
3.2.3 Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003	152
3.2.4 Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004	152
3.2.5 Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005	158
3.2.6 Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006	161
3.2.7 Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007	167
3.2.8 Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008	170
3.2.9 Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009	173
3.2.10 Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010	177
3.2.11 Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011	181
3.2.12 Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012	182
3.2.13 Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013	186
3.2.14 Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014	188
3.2.15 Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015	190
3.3 Palavras e Contrapalavras: os Planos Safra da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário	198
CAPÍTULO IV	208
DISCURSOS DA COMPETITIVIDADE E DE RESISTÊNCIA NOS LUGARES	208
Introdução	208
4.1 O espírito global nos discursos de regiões e cidades competitivas agrícolas brasileiras	208
4.1.1 A materialidade sógnica-ideológica da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade	221
4.1.2 As cidades e as regiões competitivas e os discursos da mídia hegemônica	226
4.2 Palavras e atos de resistência nos lugares: possibilidades de uma outra globalização ...	243
4.2.1 Palavras de Assentamentos de Reforma Agrária	243
4.2.2 Palavras de Comunidades Quilombolas	249
4.2.3 Palavras de Comunidades Indígenas	256
APONTANDO CAMINHOS DE ESTUDO	261
REFERÊNCIAS	271

ANEXOS

- Anexo 01 – A Nova Bíblia do Tio Sam
- Anexo 02 – Vídeos Publicitários – TIM
- Anexo 03 – Caderno Especial *Globalização* (1997) – Folha S. Paulo
- Anexo 04 – Texto *Globalization needs a human face*, Klaus Schwab e Claude Smadja (1999)
- Anexo 05 – Carta de Princípios – Fórum Social Mundial
- Anexo 06 – Texto *Respostas da Sociedade Civil à Globalização*, Cândido Grzybowski (1995)
- Anexo 07 – Seattle (1999) e Gênova (2001) – Folha S. Paulo
- Anexo 08 – Caderno Institucional – Fórum Econômico Mundial
- Anexo 09 – *The Global Competitiveness Reports*
- Anexo 10 – Brochuras do Banco Mundial
- Anexo 11 – Carta de Princípios – ONU
- Anexo 12 – Relatório Mundial do Comércio 2014 – OMC
- Anexo 13 – Caderno Especial Rodada do Milênio (1999) – Folha S. Paulo
- Anexo 14 – Nova Visão Para a Agricultura – Fórum Econômico Mundial
- Anexo 15 – Planos Agrícolas e Pecuários – PAPs – MAPA
- Anexo 16 – Planos Safra – MDA
- Anexo 17 – Vídeos – DVD Comemorativo 35 anos – Jornal Nacional
- Anexo 18 – Vídeos – JN no ar
- Anexo 19 – Vídeos – Globo Repórter – Cidades Prósperas e Trabalho
- Anexo 20 – Caderno Especial *O Brasil que dá certo* (2013) – Folha S. Paulo
- Anexo 21 – Vídeos de Campanha político-partidária (2014) – Aécio Neves
- Anexo 22 – Proposta Plano de Ação para o Agronegócio 2015-2022 aos Presidenciais
- Anexo 23 – Planos de Desenvolvimento de Assentamento – PDAs
- Anexo 24 – Informativo A Ronqueira – ARQMO
- Anexo 25 – Publicação Evento Mulheres Quilombolas – Pró-Índio SP
- Anexo 26 – Cartilha da Safra 2005 – Projeto Castanha dos Quilombos
- Anexo 27 – Cartilha Descobrimos Agroflorestas – Quilombos

Todos os anexos aqui listados encontram-se no CD na contracapa da tese.

INTRODUÇÃO

No momento em que realmente vivo a experiência de um objeto – mesmo que apenas pense nele – o objeto se torna um momento dinâmico daquele evento em curso que é o meu pensá-lo-experimentá-lo; ele adquire, assim, o caráter de alguma coisa por se realizar, ou, mais precisamente, ele me é dado no âmbito do evento na sua unidade, dos quais são momentos inseparáveis o que é dado e o que está para se cumprir, o que é e o que deve ser, o fato e o valor.

Mikhail Bakhtin

O evento em curso que é o meu pensar-experimentar os discursos da agricultura brasileira globalizada na relação com os discursos competitivos neoliberais tem sido dinâmico e vivo desde o momento da concepção daquilo que viria a ser esta tese. Desde sua construção, minha relação com esta pesquisa demonstrou ser sempre algo por se realizar; esteve sempre na fronteira do que é dado e do que está por se cumprir, do que é e do que deve ser, do fato e do valor. O subtítulo desta pesquisa reflete e refrata o movimento com o qual fui lidando no processo de construção deste trabalho. O “nascer-já-caminhando” se deve ao anseio que eu tinha num primeiro momento de captar nos discursos o lugar do nascedouro das vozes hegemônicas globais na agricultura brasileira. O lugar do nascedouro. O momento em que se poderia afirmar que as vozes da mais-valia universal, pelo signo da competitividade, passavam a constituir os discursos oficiais e, conseqüentemente, o momento em que as ideologias da competitividade tinham começado a fazer parte desses discursos na esfera da agricultura no Brasil. A eventicidade, o movimento, o jogo das fronteiras, o dado e o por-vir, toda essa complexidade de relações no campo dos sentidos não me permitiu encontrar o nascedouro, o berço das vozes hegemônicas nos documentos.

João Cabral de Melo Neto, nos primeiros versos do poema “O rio”, afirma, na voz do próprio rio, que “sempre pensara em ir caminho do mar” e que, “para os bichos e rios, nascer já é caminhar”. Há anos, quando li esses versos, guardei-os na memória porque sempre me intrigou a belíssima ideia de movimento, de ação, de fluxo e fluidez que esses versos exprimem. O mesmo movimento, a mesma ação, a mesma fluidez, constitutivos dos *sentidos*, para os quais nascer é já caminhar. Toda essa complexa trama, toda essa tecitura me levou a compreender que eu não encontraria um lugar de nascedouro das ideologias da competitividade, mas que encontraria o seu nascer-já-caminhando, dado o movimento, o fluxo,

a dinâmica, a vida desses sentidos ideológicos na constituição dos discursos, inclusive dos discursos da agricultura brasileira.

Além disso, o estudo das ideologias também sempre me foi muito caro. A perspectiva bakhtiniana acerca das ideologias vem me movendo a olhar para os signos sempre em busca das diferentes vozes e das diferentes valorações que neles se podem auscultar. O embate sócio das ideologias oficial e do cotidiano, como as nomeiam Bakhtin e Volochínov, e a luta que por meio dele se pode observar foi o motor já de minha pesquisa de Mestrado, em que estudei a luta de classes que se dá nos discursos do agronegócio brasileiro. Na ocasião, busquei compreender como é possível auscultar as vozes da ideologia oficial – a ideologia capitalista dominante no Brasil e no mundo, pautada nos valores regidos pelo viés econômico, financeiro, pelo “mercado” –, lutando pela manutenção da atual ordem das coisas, e as vozes da ideologia do cotidiano, lutando pela ruptura dessa mesma ordem, por meio dos discursos, das palavras.

Nesse campo fértil de pesquisa e de possibilidade de compreensão do mundo e das relações humanas que nele se dão, permaneço instigada a procurar nos discursos o movimento que se dá entre diferentes grupos sociais e como, nesse jogo, os sentidos nascem e caminham. Isso, visto que “é nesse lugar social e nesse horizonte temporal que se constroem os sentidos, e não apenas se reconhecem sentidos, como anseiam e insistem os ditadores de todos os tempos” (MIOTELLO, 2004, p.72). Os sentidos, portanto, são construídos no entremeio das palavras alheias-próprias de diferentes sujeitos nos mesmos grupos sociais e em grupos sociais distintos, o que confere ao estudo desses sentidos uma necessidade de lidar com o movimento discursivo dessas valorações diversas, que são também tomadas de posição diante do mundo e de sua organização.

Todavia, a percepção da necessidade de lidar com o movimento, com as fronteiras, com a eventicidade não se deu no tempo anterior à pesquisa, mas no seu percurso mesmo. Foi caminhando que os caminhos se fizeram, para lembrar Paulo Freire. No processo de construção do projeto e já no decorrer dos primeiros tempos da pesquisa, minha escuta das diferentes vozes que compõem os discursos na esfera agrícola brasileira era uma escuta focada em encontrar o discurso da competitividade nos documentos dos Ministérios responsáveis pelas atividades agrícolas e pecuárias no Brasil – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Considerando o estudo das ideologias como um lugar para onde quero olhar para compreender esse jogo, avanço um pouco mais nessa escolha e caminho rumo ao que se considera, desde Gramsci, a hegemonia. É acerca da hegemonia discursiva, da hegemonia ideológica, que construo, então, esta minha pesquisa, buscando essas compreensões no universo dos signos, uma vez que este coincide com o domínio do ideológico, como afirmam Bakhtin e Volochínov. A escolha pela hegemonia se deve ao fato de que, se os sentidos se dão nas fronteiras das relações sociais, o que confere a alguns sentidos um caráter hegemônico, um caráter predominante em relação a outros sentidos? No que diz respeito à dinâmica desses movimentos, Miotello descreve:

No nível inferior da ideologia do cotidiano tem importância o fator biográfico e biológico, e as reações do indivíduo ainda não são marcadas ideologicamente, pois as interações são extremamente superficiais e casuais. Mas, à medida que as interações vão se aprofundando e repetindo padrões, as enunciações se relacionam e se integram no sistema ideológico que vem se constituindo permanentemente naquele grupo; e nos estratos superiores da ideologia do cotidiano vão se apresentando os conteúdos sócio-culturais que já passaram pela prova da expressão externa, e as representações, as palavras, as entonações e as enunciações vão revelando estar completamente integradas no sistema ideológico, realizadas pelo sistema social. O meio social envolve, então, por completo o indivíduo (MIOTELLO, 2012, p.175).

A constância dos discursos – a “repetição de padrões” – vai constituindo um lugar de hegemonia dos sentidos e das valorações. E esse é o ponto que me instiga a um exercício de compreensão do movimento de estabilização, mesmo que relativa, de um discurso. A instauração de hegemonias, de ideologias mais complexificadas e relativamente mais estabilizadas numa determinada época, se dá de forma a tentar neutralizar oposições, a ocultar as diferenças de valorações, diferenças essas que são, por essência, constitutivas da própria ideologia. O movimento de hegemonização discursiva é também um movimento de monologização dos signos, uma luta para consolidar um único sentido como o “verdadeiro”, para instaurar um único modo de ver e compreender o mundo e sua organização.

Nessa seara, o período de intensificação do processo de Globalização, compreendido a partir da década de 1990, me pareceu um terreno extremamente fértil para buscar essas compreensões. Isto porque, nesse período, há uma recorrência e uma repetição do padrão de que “somos um”, “somos uma nação global”. Esse padrão vai gerando e consolidando discursos de que nossos interesses, enquanto planeta, devem ser os mesmos, nossos anseios devem ser os mesmos; a Globalização gera os adjetivos “global” e “globalizado”, que se

colam em muitos discursos para justificarem necessidades e comportamentos (“Nessa era globalizada”; “No mundo globalizado”; “O mercado de trabalho globalizado”); esses adjetivos vêm ganhando força e sentidos de “único”, de “universal”, de “uniforme”. Nesses signos, as diferenças, as divergências, as discrepâncias e dissonâncias vão sendo aparadas como arestas, para conferir um caráter homogêneo àquilo que é, de fato e por essência, heterogêneo.

Os processos dominantes de globalização nascem das relações capitalistas neoliberais, que, por meio de discursos de liberalização, do livre comércio ou da liberação das fronteiras econômicas, pregam o desenvolvimento e o crescimento. Os discursos globais e globalizantes pregam a liberdade na definição dos rumos da economia nos países em contraposição ao papel do Estado; defendem a flexibilização das leis e dos direitos trabalhistas; instauram políticas de privatização de serviços estatais básicos; lutam pelo enfraquecimento das barreiras para instalação de empresas estrangeiras nos países, bem como para a livre circulação de capitais internacionais; nomeiam as medidas adotadas pelo Estado para proteger a economia nacional de “protecionismo”, rotulando tais medidas como excesso de burocracia que impede ou retarda o desenvolvimento econômico de um país e a sua inserção no mercado mundial. São discursos em nome da liberdade, da liberalização, contudo, são discursos que constituem uma ordem mundial (global) pautada no controle, na centralização das decisões dos rumos que as sociedades globais devem seguir, bem como na acumulação e concentração de capital.

No período da Globalização, o desejo ou a tendência de construção de um modo único de compreender e de organizar o mundo exige que os discursos constituam e fortaleçam um *modus operandi*, alimentando o abafamento das diferenças e das disparidades e as tentativas de monologização das diferentes vozes que compõem as compreensões sobre o mundo. Os discursos globalizados e globalizantes vão trabalhando para um processo de unificação, ou ainda de universalização, das concepções e tomadas de posição sobre o mundo e seu funcionamento. É a *novlangue* a que se referem Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, no texto “A nova bíblia do Tio Sam¹” (2000), para designarem o modo como a utilização de termos que tentam tornar hermética a compreensão dos sentidos de fenômenos relatados. A *novlangue*, segundo os autores, é um estranho modo de falar adotado por patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão e

¹ Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=271>. Acesso em: 03 nov. 2014 (Anexo 01).

cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: "globalização", "flexibilidade"; "governabilidade" e "empregabilidade"; "underclass" e "exclusão"; "nova economia" e "tolerância zero"; "comunitarismo", "multiculturalismo" e seus primos "pós-modernos", "etnicidade", "minoridade", "identidade", "fragmentação" etc. (BOURDIEU e WACQUANT, 2000, p.2).

Ainda dentro dessa ordem oficial do discurso, ordem dominante e monologizante, estão também outras palavras ou termos dos lugares-comuns da comunicação global e globalizante. Como assevera Ponzio (2010), são “os termos-chave, aqueles que constituem o léxico, fazem parte de uma espécie de língua internacional que geralmente se vale da língua inglesa” (PONZIO, 2010, p.137). Para tratar dessa comunicação global, Ponzio ainda traz a língua de 1984, de George Orwell, uma espécie de *New Speech* da globalização:

Podemos pensar em termos e expressões como *sustainable development, sustainable growth, knowledge society, budget, job offer, equal opportunities, competitiveness, marketing, lifelong education, training contract, master (mater's degree), global / no-global*. Esses termos e expressões-chave desempenham papel fundamental na reprodução do idêntico (PONZIO, 2010, p.137 e 138).

Essa forma global de comunicação (*New Speech / novlangue*) é pautada na univocidade, na identidade, nos lugares-comuns do período globalizado, que vão instaurando movimentos de unificação, de unilateralidade dos sentidos e até mesmo de naturalização da forma de organização de mundo, como se não houvesse outro modo de conceber essa organização, como se não houvesse alternativa (*There's no alternative*²). Nesses movimentos de tentativa de unificação, de monologização, interessa-me compreender aquilo que é do caráter formador de um discurso, ou mais do que isso, aquilo que é capaz de, num jogo de relações extremamente complexas e vivas, transformar um discurso em hegemônico, de tornar hermético o processo de compreensão sobre as relações que se estabelecem nas esferas de atividade humana e que vão se expressando nas palavras³.

Desse ponto, considerando um processo criador de visões globais unificadoras sobre o mundo

² Hoje abreviado como TINA, esse foi o lema de Margaret Thatcher, uma forte defensora do neoliberalismo. Essa expressão nega a possibilidade ou até mesmo a utilidade de se discutirem alternativas ao modelo neoliberal de organização de mundo, como se esta que vivemos fosse a única alternativa, o único caminho possível para a sociedade planetária.

³ Nesse sentido, poderíamos pensar, por exemplo, por que algumas palavras se nos apresentam como a melhor alternativa para nomear determinado objeto, ação ou processo: o que é um veneno agrícola nomeia-se nos discursos dominantes de defensivo agrícola; o que é a fome tornar-se insegurança alimentar; a sede torna-se desconforto hídrico; barracos tornam-se moradias irregulares, e assim sucessivamente, nos movimentos tensos e constantes de tentativas de apagamento das lutas de valores.

e seu funcionamento, início um exercício de auscultação, buscando identificar, nesse período, um dos discursos capazes de expressar esse tom avaliativo da unificação e da uniformização. A competitividade⁴ se nos mostra como forma de se ditar regras para que diferentes nações, com diferentes necessidades e potencialidades, encaixem-se num conjunto de medidas e de metas que são capazes, segundo os discursos hegemônicos a esse respeito, de classificar esses países de acordo com seus níveis de competitividade. A partir dessa classificação, é possível delinear quais os próximos passos e processos a serem adotados pelos países para alcançarem os níveis globais ditados hegemonicamente. Dentro do período da Globalização, o discurso da competitividade é um importante signo cuja escuta ativa e respondente pode nos levar a compreender esse movimento de tentativa de unificação e de uniformização não somente dos discursos, mas da organização do mundo, que é deles constitutiva e por eles constituída.

Os discursos da competitividade no período da Globalização são, neste trabalho, estudados com enfoque na esfera de atividade agrícola e pecuária brasileira, visto que é a esfera para a qual venho olhando já há algum tempo e é também uma esfera rica de complexos jogos ideológicos no contexto brasileiro. Como as relações materiais vão se dando de forma que os padrões mais estabilizados da ideologia da competitividade cheguem aos discursos da agricultura brasileira? Na esfera agrícola e pecuária em nosso país, podemos buscar o modo como os discursos hegemônicos globais vão tomando corpo. Por meio dos discursos que nascem e circulam nessa esfera, é possível compreender como o discurso da competitividade, que compõe as esferas discursivas globais, vai moldando as formas de conceber, valorar e organizar as atividades agrícolas e pecuárias brasileiras. Os discursos preñes de ideologias oficiais, que lutam pela monologização das vozes nos signos para manter a atual ordem das coisas, vão se fortalecendo nas esferas globais por meio de sua constância e vão criando capilaridades capazes de constituir discursos em diversas esferas de atividades, transbordando seus sentidos e seus tons avaliativos para além dos limites da hegemonia; todo esse movimento de instauração de lugares globalmente comuns conta com a força hegemônica de

⁴ “Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol, etc., que eram todos motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal. Esta tornou-se possível porque a partir de agora a produção se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. [...] A atual competitividade entre as empresas é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia exatamente porque deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade” (SANTOS, 2013, p.29-30).

agentes globais das ideologias capitalistas neoliberais⁵.

E a escuta ativa e respondente desses embates é feita aqui pela linguagem, pelos discursos, pelas inter-relações que se travam nos enunciados concretos; todo esse jogo, num exercício de ausculta, nos possibilita não somente captar, mas também construir sentidos acerca das concepções e das valorações que se tem a respeito da competitividade nas atividades agrícolas e pecuárias no Brasil. Dessa maneira, acredito que seja possível contribuir, um pouco que seja, para a compreensão das ações que se dão em torno dessas relações e de como os discursos as constituem, construindo as ideologias, especialmente as hegemonias ideológicas, o que, acredito, constrói também a concepção de mundo de uma época. Eleger o enunciado como lugar privilegiado para essas construções se deve ao fato de que

cada enunciado concreto de um sujeito que fala, que enuncia, serve como ponto em que as forças centrípetas e centrífugas são exercidas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e desunificação entrecruzam-se no enunciado. O enunciado não somente responde às exigências e requisitos de sua própria língua, como materialização individualizada de um ato de fala, como também responde à heteroglossia; é de fato um participante ativo na diversidade discursiva. Cada enunciado participa de uma linguagem unitária (com suas tendências e forças centrípetas) ao mesmo tempo em que participa da heteroglossia social e histórica (as forças centrífugas, da estratificação). Assim é a linguagem passageira, de um dia, de uma época, de um grupo social, de um gênero, uma escola e assim por diante (BAKHTIN, 1981, p.272).

O fato de o domínio do ideológico coincidir com o domínio dos signos me leva a buscar compreender com este estudo o modo como a linguagem é usada como recurso para atender

⁵ “Esses lugares-comuns, no sentido aristotélico de noções ou teses que servem de argumento porém sobre as quais não se argumenta, devem o essencial de sua força de convicção ao prestígio do seu ponto de partida e ao fato de que, ao circularem continuamente de Berlim a Buenos Aires e de Londres a Lisboa, estão presentes simultaneamente em toda parte e são potentemente transmitidos por essas instâncias supostamente neutras do pensamento neutro que são os grandes organismos internacionais. Instâncias como o Banco Mundial, a Comissão Européia, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE), enfim, os “bancos de idéias” do pensamento conservador (o Manhattan Institute, em Nova York, o Adam Smith Institute, em Londres, a ex-Fondation Saint-Simon, em Paris, a Deutsche Bank Foundation, em Frankfurt), as fundações de filantropia, as escolas do poder (Science-Politique, na França, a London School of Economics, na Inglaterra, a Harvard Kennedy School of Government, nos Estados Unidos etc.) e os grandes meios de comunicação, divulgadores infatigáveis dessa língua geral, sem fronteiras, perfeita para dar a ilusão de ultra-modernismo aos editorialistas apressados e especialistas ciosos da importação-exportação cultural” (BOURDIEU e WACQUANT, 2000).

as exigências do novo e competitivo campo brasileiro, no novo modo de desenvolvimento do capitalismo. Interessam-me aqui as forças que permitem que a linguagem e toda a sua complexidade sígnica penetre a formação dos discursos de uma época com a repetição e o entrecruzamento de palavras que, ao longo do tempo, vão constituindo hegemonias ideológicas e discursivas na esfera de atividade agrícola do nosso país. A inserção e repetição das palavras em diferentes esferas de atividade humana formam a consciência hegemônica de uma época. No contexto dos processos de Globalização, nascem discursos que sustentam tais processos, ao mesmo tempo em que são sustentados e alimentados por eles. E nesse jogo é vital a força que os discursos exercem na sustentação de processos, como os da Globalização, por exemplo.

Percorro caminhos trilhados pelo discurso da competitividade em busca de compreender como ele vai ganhando corpo e força, tornando-se um discurso hegemônico no período atual. Além disso, ainda construo compreensões acerca das forças que se entrecruzam e que fazem com que esse discurso da competitividade extrapole os limites da hegemonia e transborde, constituindo, por vezes, também os discursos não-hegemônicos. Tudo isso olhando para os discursos oficiais de agentes da Globalização – os governos mundiais – mas voltando os olhares e a ausculta mais especificamente para as atividades agrícolas e pecuárias no Brasil, trabalhando com compreensões acerca da inserção e da repetição de palavras e padrões que vão formando a consciência de uma época, o período contemporâneo globalizado, no campo brasileiro globalizado e competitivo.

Para construir as compreensões do Brasil (ou dos Brasis) agrícola competitivo, tomo a teoria de Bakhtin e do Círculo⁶, especialmente no que tange às questões das ideologias, do dialogismo, do discurso e das relações entre infraestrutura e superestruturas via materialidade sígnica-ideológica. O trabalho com os escritos de Bakhtin e do Círculo, por meio das análises das relações dialógicas que se constituem nos discursos ideológicos, pretende contribuir para compreensões de mundo que se podem construir por meio de olhares dialógicos, através dos quais se percebem os discursos constituindo e justificando ações na base material da

⁶ A respeito do Círculo de Bakhtin, Faraco dedica o primeiro capítulo do Livro intitulado “Linguagem e Diálogo – as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin”, em que afirma que o Círculo diz respeito a um grupo de intelectuais que se reunia regularmente entre os anos de 1919 a 1929; faziam parte dele pessoas de formações, interesses intelectuais e atuações profissionais diversas; estavam entre esses estudiosos nomes como: Matvei I. Kagan (filósofo), Ivan I. Kanaev (biólogo), Maria V. Yudina (pianista), Lev V. Pumpianski (estudiosos de literatura), além de Mikhail M. Bakhtin, Valentin N. Voloshinov e Pavel N. Medvedev (Faraco, 2009, p.13).

sociedade (infraestrutura) e, simultaneamente, sendo constituídos e modificados por tais relações.

Roncari (2003), no prefácio do livro intitulado *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*, aponta, entre muitos outros aspectos da obra de Bakhtin, o da sua atualidade. Para ele, o fato de termos crescido num mundo dividido e polarizado entre Oriente e Ocidente, socialismo e capitalismo, esquerda e direita, materialismo e idealismo, novo e velho, etc. fez com que aprendêssemos a ler as dinâmicas das relações dessas dualidades como uma dinâmica de luta e exclusão, em toda a sua variedade, riqueza e multiplicidade.

A visão de Bakhtin sobre o mundo é o que me faz optar pelo caminho da linguística da escuta⁷, do olhar indireto, da escuta ativa e respondente, da linguística do encontro, da compreensão de discursos em relação com tantas outras coisas no mundo e não pelo caminho da assepsia e da exclusão. O embasamento na obra de Bakhtin e do Círculo, portanto, se deve ao fato de que podemos compreender o nosso objeto não só do ponto de vista do conteúdo, mas também podemos fazê-lo “[...] do ponto de vista dos tipos e formas de discurso através dos quais estes tomam forma, são comentados, se realizam, são experimentados, são pensados, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.44). Bakhtin permite uma articulação entre o social e a subjetividade através do enunciado.

No que diz respeito à linguística, seu pensamento foi revolucionário, uma vez que provocou o descentramento da sintaxe de seu posto de nível fundamental, alçando as ‘grandes massas verbais’ ao estatuto de objeto da linguagem em lugar da frase (TEIXEIRA, 2006, p.231). Muito embora Bakhtin e Volochínov afirmem que “[...] de todas as formas da língua, as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, dos atos de fala” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.146), posto que essas formas são mais concretas que as morfológicas ou fonéticas, os autores afirmam também que estudar as formas sintáticas só é possível considerando o contexto da enunciação viva (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.146). A sintaxe, portanto, constitui um dos caminhos

⁷ Augusto Ponzio, numa conferência ministrada no Brasil em 2012, fez uma brava distinção entre a linguística do ouvir e a linguística da escuta: para ele, a linguística da escuta constrói um entendimento produtor de sentidos da palavra viva; lida com a célula viva da palavra, da enunciação e não com a célula morta da língua [frase]; trata do sentido da enunciação única, irrepitível, na sua singularidade; elege aquilo que é único e irrepitível; proporciona espaço de escuta da intertextualidade e do dialogismo; e constrói um falar indireto, divergente, irônico, polissêmico, ambíguo, constrói desvios do dizer (CARACELLI SCHERMA, 2012, p.67).

de construção de compreensão acerca dos discursos, contudo, considerando suas limitações, é preciso buscar os sentidos no enunciado como um todo, em seu contexto vivo, posto que este tem mais força e permite o alargamento para a ausculta das diferentes vozes e dos diferentes sentidos impressos nos textos, via palavra.

O ponto de partida, aqui, é sempre o texto, uma vez que “onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2003, p.307). Desse modo, partindo da realidade material e histórica em que nasce o texto, os dados de análise e compreensão dizem respeito ao que gira em torno do discurso da competitividade nas atividades agrícolas e pecuárias no Brasil, especialmente aqueles produzidos no período da Globalização e pelos grandes agentes da Globalização, bem como signos ideológicos constituídos e constituintes desse processo. Nesses textos, a ausculta vai buscar o dado e o criado nos enunciados desse período, considerando as relações entre o que é mais estabilizado – mais cristalizado, o já-vivenciado e já experienciado, o acabado em sua visão de mundo – e aquilo em que o dado se transforma – o novo, o criado, o diferente, o singular e único; tudo isso ainda acrescentando as relações de valor (como o belo, o bom, o verdadeiro, etc.). Esses caminhos de ausculta são apontados por Bakhtin em “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras Ciências Humanas” (2006) como caminhos para a compreensão do texto como “realidade imediata”, não como palavra primeira ou adâmica, mas como contrapalavra, como resposta, “são pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos” (BAKHTIN, 2006, p.307).

Além disso, o caráter dialógico está no centro do pensamento bakhtiniano: “ciò che sta a cuore a Bachtin è mostrare che dialógica è già al suo interno, la singola battuta, che ló stesso monologo è dialógico, come ló è il discorso interno, il parlare o il pensare con una sola você, che in effetti, proprio per questo, non è mai ‘uma sola voce’” (PONZIO, 1998, p.105). Trabalho, dessa forma, com a construção de compreensões acerca do caráter dialógico no interior de um texto e na relação com um conjunto de textos, construindo possibilidades de alargamento de seus contextos, auscultando palavras e contrapalavras.

Compondo também os estudos desses textos, desses discursos, interessa-me a luta que se trava pelas palavras, uma luta discursiva, que diz respeito aos interesses de classe dos sujeitos sociais envolvidos nas questões do campo brasileiro. Viso à construção de pensamentos acerca dessas tensas relações e da formação e fortalecimento de concepções de uma época

acerca de um conjunto de atividades numa determinada esfera da sociedade. E, como se trata de uma pesquisa em Ciências Humanas, é importante ressaltar que o pensamento das ciências humanas, para Bakhtin, “nasce como pensamento dos outros, sobre exposições de vontades, manifestações, expressões, signos atrás dos quais estão os deuses que se manifestam (a revelação) ou os homens (as leis e enigmas anônimos, etc.)” (BAKHTIN, 2003, p.308).

Busco auscultar as manifestações de vontade, de valor, acerca do espírito da competitividade no período globalizado cotejando textos, considerando, com Geraldi (2012), que esse é o único modo de desvendar e construir sentidos; cotejar textos com outros textos, “recuperando parcialmente a cadeia infinita de enunciados a que o texto responde, a que se contrapõe, com quem concorda, com quem polemiza, que vozes estão aí sem que se explicitem porque houve esquecimento da origem” (GERALDI, 2012, p.33), isso é dar contexto ao texto, é alargar seus contextos, é ampliar o grau das lentes com que se olha para eles para compreender não somente os sentidos do texto em si, mas as relações humanas que por meio deles se dão.

Se o homem e suas relações sociais forem estudados fora do texto e independentemente deste, não se trata mais de ciências humanas, mas de anatomia, fisiologia, etc. (BAKHTIN, 2003, p.312). Na busca pela compreensão do mundo que nos cerca, onde nos constituímos enquanto sujeitos, está também a busca pela compreensão do homem e de suas relações. “Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar seu significado” (BAKHTIN, 2003, p.319). Dessa forma, como aqui a compreensão é voltada para a formação das ideologias hegemônicas na concepção que os homens têm de uma determinada época – especialmente na concepção da competitividade nas atividades relacionadas à agricultura brasileira no período da Globalização –, os signos ideológicos que compõem os discursos e, por sua vez, circundam o homem e suas relações, revelam-nos o funcionamento das diversas ideologias na constituição das relações humanas, na esfera do campo brasileiro, e o modo como os signos refletem e refratam as realidades de maneiras diversas, de acordo com os interesses de classe de uma época. Assim, como a sociedade em que estamos inseridos é uma sociedade de classes, os discursos serão o ponto de partida para uma compreensão da luta de classes que se trava nos signos e de como essa luta vai constituindo concepções que se tornam hegemônicas numa determinada época, em um determinado período.

Uma vez embasada na obra de Bakhtin e do Círculo, as concepções de ideologia com as quais

trabalho ao longo da pesquisa que aqui se apresenta não são aquelas que tomam a ideologia como falsa consciência ou como visão relativista dos fatos, em que tudo é ideológico. Para situar a compreensão de ideologia, cito Ponzio (2008), quando esclarece que,

Para Bakhtin, o termo “ideologia” se emprega no sentido de ideologia da classe dominante, interessada em manter a divisão em classes sociais e em ocultar as reais contradições que tentam transformar as relações sociais de produção (ideologia como falsa consciência, como mistificação, como pensamento distorcido etc.), mas também é usado no sentido amplo que o termo assume, sobretudo a partir de Lênin, e que permite aplicá-lo tanto à ‘ideologia burguesa’ como à ‘ideologia proletária’ e à ‘ideologia científica’ (esta última resultaria numa contradição de termos se partirmos da definição de ideologia em geral como falsa consciência) (PONZIO, 2008, p115).

Ponzio ainda aponta como válida uma interpretação da ideologia, em termos de projeto social, proposta por Rossi-Landi, considerando que, como projeto social, a ideologia é não somente o produto de uma sociedade (se o fosse subsistiria por si mesma, independentemente de suas ideologias), mas como um de seus projetos sociais, que, segundo o modo como essa sociedade se organiza, pode apresentar-se como dominante, alternativo, marginal, manifestando-se em suas características em um dado período. “Uma ideologia é um projeto de certa forma social e, como tal, ela colabora para o desenho dessa forma” (PONZIO, 2008, p127).

O discurso da competitividade é também um projeto, um projeto que vai tomando forma e ganhando corpo em diferentes esferas de atividade humana. As ideologias vão moldando esse discurso da competitividade como um projeto social, uma vez que em diferentes esferas ele se constitui ora como algo a ser almejado e buscado, ora como algo em que se sustentam as ações na base material da sociedade. É dessa forma que construí compreensões aqui acerca desses discursos e de como eles interpenetram e entrecruzam também os discursos da esfera agrícola e pecuária brasileira, especialmente a partir da década de 1990, período mais intenso do processo de Globalização.

Para a construção das análises e das compreensões acerca dos discursos selecionados para compor este trabalho, são observadas as seguintes regras metodológicas propostas por Bakhtin e Volochínov:

1. Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura) (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2009a, p.45).

Parto da materialidade linguística, a materialidade sgnica, a partir da qual os enunciados, os discursos, foram constituídos. Isso porque as palavras não estão no conjunto da língua abstrata e sim no conjunto de discursos concretos, que se ligam “a contextos situacionais e linguísticos concretos” (PONZIO, 2008, p.102). As escolhas feitas pelos autores de textos no que diz respeito às palavras e expressões que são empregadas e suas diferentes combinações não são escolhas feitas de maneira abstrata, mas “dependem dos instrumentos que uma determinada língua põe à disposição para representar a palavra alheia” (PONZIO, 2008, p.104), além de serem as palavras daqueles sujeitos ou daquelas instituições que ali colocam sua assinatura, que, por meio daquelas palavras, tomam posição e assumem sua responsabilidade, respondendo à vida daquelas relações.

Da mesma forma, o contexto social e histórico também é parte integrante na produção e reprodução de discursos. Assim, para as análises, levo em consideração a materialidade da palavra (signo material), a valoração social e histórica (materialidade sócio-histórica) e a valoração, a assinatura dos enunciadores dos discursos (ideologia), trabalhando num conjunto concreto e indivisível dos discursos, das condições históricas e sociais e das tomadas de posição neles expressas. Para tanto, como linguista e como pesquisadora das palavras, escolhi construir as análises pela porta de entrada dos enunciados, mas alargando o olhar para, neles, pegar a vida, a vida que se dá nos embates discursivos.

O estudo do material verbal em relação com o contexto sócio-histórico nos proporciona um caminho de compreensões alargado, um caminho que permite construir a compreensão da indissociabilidade das ações na base material da sociedade – a infraestrutura – e dos discursos – superestruturas; proporciona também a compreensão das tensões de divergentes tendências ideológicas sobre as ações relativas ao agronegócio, por exemplo, com base no estudo de um conjunto de dados heterogêneo, que fazem parte do pequeno e do grande tempo; e ainda proporciona um estudo e uma construção de compreensões acerca da formação das ideologias

e suas relações dialógicas com a construção do “real”; uma compreensão das mudanças nas relações sociais, políticas, econômicas que se referem ao campo brasileiro, entre tantas outras compreensões que o movimento vivo de construção da pesquisa vai nos mostrando.

Com isso, estabeleço um percurso de compreensão acerca do caráter formador das hegemonias discursivas que constituem o espírito de uma época a partir da materialidade sógnica-ideológica como meio pelo qual se produzem e reproduzem consensos funcionais aos interesses dominantes na relação com as transformações na infraestrutura. A linguagem é, portanto, usada como recurso para a produção, reprodução e manutenção de interesses competitivos neoliberais na agricultura brasileira globalizada. Esse caminho de compreensão é fundamentado a partir da hipótese de que a hegemonia discursiva que molda o espírito de uma época se dá no entremeio da estabilização de certas visões de mundo que ganham força pela repetição de consensos em diversas esferas.

Para tanto, este trabalho está organizado em duas partes: a primeira, intitulada “Globalização e Competitividade: os discursos planetários hegemônicos”, trata das relações entre o processo de Globalização e os discursos da Competitividade e se apresenta em dois capítulos. No primeiro desses dois capítulos – “Os discursos da formação do mundo contemporâneo: o período da Globalização” –, é realizado um estudo com o objetivo principal de mostrar como os discursos exercem um papel de extrema importância para a formação da consciência de uma época, em especial, como o período mais intenso do processo de Globalização é um período de unicidades, um período em que nascem e circulam discursos que lutam pela homogeneização das arestas, pelo enfraquecimento das singularidades em nome da construção de uma identidade global para uma nação global. E nesse movimento por tentativas de homogeneização e monologização, como a materialidade sógnica reflete uma determinada realidade ao mesmo tempo em que refrata realidades outras e como o período da Globalização é um grande produtor e difusor de signos. Além disso, esse primeiro capítulo trata ainda de palavras e atos responsivos expressos pelos movimentos antiglobalização, constituindo os embates entre as diferentes forças críticas e consensuais da época globalizada.

O segundo capítulo – “A palavra como concretude do espírito da competitividade na esfera global” – trata de construir compreensões acerca do discurso da competitividade como exercício da mais-valia universal, que é o motor da era globalizada e de como esse discurso vai se tornando hegemônico no mundo contemporâneo globalizado. É nessa parte da tese que

traço um percurso pelos discursos de grandes agentes do processo de Globalização e mostro como esses discursos servem como berço propagador da competitividade como objetivo e como justificativa, contribuindo para sua estabilização na corrente de sentidos e para sua consequente hegemonia. Por meio dos discursos dos governos, de empresas e de grandes instituições globais como o Fórum Econômico Mundial, o Banco Mundial, o FMI, a ONU e a OMC, por exemplo, olho para as relações da materialidade sócio-ideológica com a constituição dos discursos hegemônicos.

A segunda parte da tese, intitulada “Os discursos globais da competitividade e a esfera da agricultura brasileira”, também é composta por outros dois capítulos: “O transbordar do discurso: a competitividade para além dos limites da hegemonia global” é o título do terceiro capítulo, por meio do qual vou construindo e apreendendo os sentidos que as ideologias da competitividade globalizante expressam e como essas ideologias constituem documentos de esferas oficiais brasileiras. Nesse caminho de compreensão, vou traçando os percursos dos discursos competitivos globais na construção dos Planos Agrícolas e Pecuários do Ministério da Agricultura, que refletem e refratam a competitividade global em sua materialidade sócio-ideológica. E ainda, num exercício de ausculta de dissonâncias e convergências nos pontos em que esses textos se tocam e se constituem, olho para os Planos Safra da Agricultura Familiar, produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, buscando compreender a força dos discursos globais nas relações com a agricultura brasileira.

E o quarto capítulo, “Discursos da competitividade e de resistência nos lugares”, apresenta discursos acerca das regiões agrícolas competitivas, que vão, localmente, se constituindo a partir de ideologias hegemônicas que constroem a competitividade como motor e como justificativa de ações. Nesse entremeio, cotejei textos da esfera jornalística em busca de vozes que compõem seus sentidos e sua concepção da época globalizada competitiva. E, ainda, no alargamento desse contexto, busquei palavras e atos de resistência, tomando a linguagem como o lugar da revolução, posto que o monologismo dá lugar ao dialogismo, a univocalidade dá lugar à polifonia, a uniformidade dá lugar às singularidades, contrapondo a identidade global a uma multiplicidade de alteridades, na construção de diferentes memórias de futuro, na construção, via palavra, de uma outra globalização.

Em relação aos sentidos que nesta pesquisa circulam, são os sentidos apreendidos do conjunto de dados com o qual trabalho, mas são também sentidos construídos a partir deles, posto que

não há neutralidade nas análises. O que aqui apresento, apresento de um ponto de vista particular, que diz muito do sujeito desta tese. Um sujeito com seu cronotopo e com suas vivências. Um sujeito que fala a outros sujeitos que também falam. Desse modo, em relação aos dados que aqui analiso, não há somente a observação ou contemplação, mas há um diálogo⁸ com eles, visto que, como lembra Marília Amorim (2004), “todo objeto de pesquisa é um objeto construído e não imediatamente dado” (AMORIM, 2004, p.29). Além disso, o modo como apresento as compreensões aqui se dá não porque as coisas são o que são em si, mas porque instauro aqui uma relação não passiva nem contemplativa; uma relação de neutralidade não existe, já que “*la neutralità scientifica risulta impossibile, anche in considerazione dell’aspetto sociologico, oltre che per ragioni logiche*” (BAKHTIN, 2005, p.74).

Os sentidos a que chego nesta pesquisa, por meio do conjunto de dados que cotejo e por meio do qual me coloco à escuta das diferentes vozes que consigo alcançar, não esgotam o que se poderia dizer sobre eles. As compreensões que aqui enuncio se constituem já como respostas a enunciados precedentes, os quais por vezes rejeito, completo, confirmo, nos quais me baseio, os quais levo em conta. São as minhas respostas construídas no movimento, na eventicidade. Mas essas respostas comportam sentidos e compreensões incompletos e inacabados, sentidos e compreensões provisórios, com acabamentos provisórios, mas que entram na cadeia infinita de enunciados, compondo a vida dos sentidos e das materialidades que os discursos vão acumulando e que, por sua vez, também suscitam sentidos e compreensões outros, na busca constante por palavras outras.

⁸ O conjunto de dados com os quais trabalho nesta tese é heterogêneo. Todos os trechos que aqui aparecem em itálico são excertos extraídos desses textos para a construção das análises.

**PARTE I - GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE:
os discursos planetários hegemônicos**

CAPÍTULO I – OS DISCURSOS DA FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO: o período da Globalização

Introdução

Este primeiro capítulo trata das relações que permeiam a formação dos discursos sobre mundo contemporâneo globalizado. O objetivo central dos trabalhos nesta parte da tese é mostrar como os discursos são importantes para os processos de Globalização e como esses processos são constituintes e constitutivos de discursos que tentam monologizar as vozes dissonantes num nível global; ainda, como os discursos globais, globalizados e globalizantes vão imprimindo forças para aparar arestas e construir um jeito único de olhar o mundo e um modo único de organizar as ações na base material num nível planetário. Na construção dessas compreensões, parto da materialidade sógnica constitutiva dos processos de Globalização, produzindo e consolidando consensos funcionais ao capitalismo neoliberal e compondo um conjunto de univocidades. Para tanto, trago para as análises discursos da década de 90 funcionando como mediação nas tentativas de construção de um sentido e de um pensamento únicos a respeito dos processos de Globalização; trago ainda palavras outras sobre as possibilidades de construção de sentidos diversos sobre esses processos, bem como palavras e atos responsivos de movimentos antiglobalização.

1.1 Materialidade sógnica e o processo de Globalização

O estudo das estruturas ideológicas, em todas as suas profundidades e sutilezas, deve partir, de acordo com Mikhail Bakhtin e Valentin Volochínov⁹ (2009a), da filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.39). O estudo do signo é, portanto, vital para a compreensão da ideologia, posto que o “domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.32 e 33).

⁹ O livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem” é a obra em que privilegiadamente se trata do problema do estudo do signo ideológico, especialmente no Capítulo I: Estudo das Ideologias e Filosofia da Linguagem. Ainda é possível ler sobre “Signo e Interpretação”, “Signicidade e Signalidade”, entre outras questões referentes ao universo dos signos no livro “Fundamentos de Filosofia da Linguagem” (2007); também nos capítulos “Signo e Sentido em Bakhtin” e “Signo e Ideologia”, do livro “A revolução bakhtiniana” (2008), ambos de Augusto Ponzio.

A filosofia do signo ideológico proposta por Bakhtin e Volchínov situa o signo essencialmente em sua encarnação material (som, massa física, cor, movimento do corpo); ele é, desse modo, um “fenômeno do mundo exterior”, já que ele próprio e todas as ações e reações por ele desencadeadas aparecem sempre na experiência exterior (2009a, p. 33). Como a experiência do signo é sempre material e exterior, os signos só emergem nos limites das inter-relações, só aparecem, assim, num terreno interindividual. A constituição de um sistema de signos prescinde, portanto, da organização de grupos sociais em que o signo ideológico será o meio de comunicação, a correia de transmissão de sentidos entre os sujeitos socialmente organizados.

Como um fragmento concreto, material, da realidade de onde emerge e como fruto de um terreno interindividual, o signo é não somente um reflexo dessa realidade, mas, sem deixar de fazer parte dela, passa também a refratar outras realidades. O caráter de refração do signo confere-lhe a possibilidade de distorcer, apreender, ser fiel a essa realidade, a partir de um determinado ponto de vista. Logo, o signo é dotado de um valor semiótico e está sujeito aos critérios de avaliação ideológica, atribuindo valorações. As leis da realidade objetiva dos signos sociais “são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto de leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica” (2009a, p.36).

A atual base econômica da sociedade é caracterizada por um capitalismo em uma fase bastante avançada. O capitalismo, agora mundializado e financeirizado e que desde os anos 70 iniciou um processo de mutação, consolida nos anos 1990 um novo período: o período da Globalização¹⁰. A partir de uma base material sofisticada dada pelas criações da Terceira Revolução Tecnológica, associada à política neoliberal, essa nova época se faz, agora marcada, entre outros aspectos, pela profusão e difusão frenética dos signos.

A própria nomeação do atual período se constitui para nós enquanto signo. O signo Globalização, a partir da década de 1990, difundiu-se com mais força, embora, segundo François Chesnais (1994), esse termo tenha sido forjado no início dos anos 1980 pelas

¹⁰ É possível ler sobre a Globalização e outros processos a ela relacionados em livros como: “Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas”, de Paul Singer; “Globalização, Democracia e Terrorismo”, de Eric Hobsbawm; “Um outro território: ensaios sobre a mundialização”, de Renato Ortiz; “O que é a Globalização? Equívocos do Globalismo, respostas à globalização”, de Ulrich Beck; “A sociedade em rede”, de Manuel Castells; “Globalização em questão”, de Paul Hirst e Grahame Thompson; “O fim do Estado Nação: ascensão das economias regionais”, de Kenichi Ohmae, entre outros.

grandes escolas americanas de administração de empresas; ou, de acordo com Boyer (1996), o termo se originou na literatura consagrada às firmas multinacionais e foi, mais tarde, popularizado por meio de seu uso em livros de consultores internacionais (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.57). A partir do aparecimento e da aceleração de seus resultados concretos, o signo Globalização

passou a deslocar termos consagrados pela Ciência Econômica tais como “Economia Internacional”, “Internacionalização”, “relação Norte-Sul”, “Centro-Periferia”, que preenchiam a função de caracterizar a configuração da economia mundial. Estes termos, associados às noções de fronteiras, regulamentações e divergências entre nações, perdem espaço para globalização, este porém associado à derrubada de fronteiras, às desregulamentações e à pretensa convergência dos resultados positivos de um mundo globalizado¹¹ (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.58).

Ademais, o adjetivo “global” se espalhou mundialmente por meio de discursos da imprensa econômica de língua inglesa “e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal” (CHESNAIS, 1996, p.23). Um discurso político neoliberal que, por meio da repetição de padrões enunciativos, foi fundando termos e expressões-chave para, a partir do universo da administração de empresas, dirigir-se a grandes grupos, a grandes corporações, reproduzindo uma mensagem, tal como a resume Chesnais (1996):

em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais (CHESNAIS, 1996, p.23).

A Globalização vai se consolidando, então, como fulcro para outros termos como “globalismo”, “tecnoglobalismo”, “sem fronteira” (*bordless*), “sem nacionalidade” (*stateless*), “nação global”, aos quais também se somam “abertura de mercados” ou “mercado homogêneo” ou ainda “mercado com anseios comuns” (OHMAE, 1988), que vão compondo

¹¹ “O termo Globalização passou também a absorver outras expressões, em especial aquelas com pretensões de explicar o novo *modus operandi* da economia mundial, tal como 'economia pós-industrial', para designar o forte crescimento do setor de serviços, e “pós-fordismo”, para indicar a emergência de novos sistemas organizacionais e produtivos como, por exemplo, o toyotismo. Estes termos, dado o seu caráter parcial, passaram tão somente a fazer parte do conjunto de características da globalização. Diante desses dois impactos, observa-se que o termo globalização vem assumindo, do ponto de vista da retórica, uma força unificadora muito embora reducionista, ou mistificadora, segundo Chesnais” (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.58).

o conjunto de univocidades e generalidades que a identidade global comporta e reproduz¹².

Como esses termos nascem no contexto da administração de empresas, mas nascem-já-caminhando, sua vida de sentidos ganha livre circulação na comunicação global e vai reproduzindo a previsibilidade, tão funcional àquilo que é idêntico. Essa (re)produção identitária se dá a partir de determinada intencionalidade, e “quando um signo é reproduzido intencionalmente, como se dá com um texto escrito ou com um gesto que pretende significar alguma coisa, este já tem uma interpretação, aquela que lhe é conferida pelo seu autor” (PONZIO, 2007, p.103).

Na corrente de comunicação global, a esfera jornalística tem um papel bastante relevante na reprodução de discursos funcionais a interesses de determinadas classes sociais e se utilizam de recursos para tomar acontecimentos na base material da sociedade para produzir e reproduzir consensos. Acontecimentos como a queda do Muro de Berlim, o desaparecimento do comunismo do cenário internacional e o início da crise do Golfo, por exemplo, são usados como justificativas para uma afirmação de perda de referências e de necessidade de construção de uma nova visão do planeta. Essas justificativas são parte do texto de apresentação do *World Media, um conceito dos anos 90 que visa renovar a fórmula das parcerias entre publicações – jornais, revistas, etc. – de diferentes países* (PECQUERIE, 1990, p.2)¹³. Nos primeiros três cadernos especiais (de 19/12/1990, 20/12/1990 e 21/12/1990), o tema do *World Media* é *A nova desordem mundial: uma análise global dos cenários e desafios que surgem pós-Guerra Fria, publicada simultaneamente por 14 jornais do mundo* [França, Espanha, Grã-Bretanha, Argentina, Itália, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Grécia, Áustria, URSS, Alemanha e Israel, além do Brasil]. Essa é uma ação jornalística global, produzindo

¹² Vejamos o exemplo da TIM: essa companhia de telecomunicações participa dos processos de privatização de 1998 no Brasil e passa, a partir daí, a atuar no país. Forte difusora das ideologias da Globalização, essa empresa lança diariamente, já há mais de uma década, em programas de televisão, internet, jornais, revistas, outdoors e mesmo quando se liga um aparelho celular, o slogan “Você, sem fronteiras”. Já os vídeos publicitários de uma estética onírica difundem e repetem noções constituintes da identidade global, tais como “É tempo de mentes sem fronteiras”; “O Brasil não tem mais fronteiras, tem TIM”; “Sem fronteiras entre você e o melhor que você pode fazer”; “A TIM não vê fronteira entre o amanhã e o agora, entre você e quem você ama, entre a máxima distância e sua própria voz, entre você e sua próxima escolha”; “Entre com a TIM num mundo sem fronteiras”; “As fronteiras estão se abrindo: é isso que está acontecendo”; “A TIM imagina um mundo sem fronteiras: sem fronteiras entre a vida e a arte, sem fronteiras entre o conhecido e o novo, sem fronteiras entre o querer e o fazer, sem fronteiras entre você e o mundo, sem fronteiras entre 'eu te amo' e 'eu também'. TIM: viver sem fronteiras” (Anexo 02).

¹³ *World Media*, publicado no Brasil pelo jornal Folha de São Paulo, no início da década de 1990, em cadernos especiais, “um produto redacional que seja o mesmo em Moscou e em São Paulo, em Londres e em Madri [...] precisamente para levantar, manifestar, distinguir as abordagens nacionais de um mesmo e único problema” (PECQUERIE, 1990, p.2).

análises e expressando valorações e tomadas de posição como parte da construção de axiomas e de universalidades, que, por meio da repetição de padrões, vão se hegemonizando e ganhando tons de inquestionáveis, construindo globalmente o espírito de uma época.

Isso não somente pelas orientações argumentativas dos textos publicados nesses cadernos, espalhando concepções que vão alimentando princípios universalizantes acerca da nova configuração mundial, mas também pela própria ação de se materializar simultaneamente em 14 países uma mesma publicação, com uma só e mesma análise dos cenários e desafios que o planeta enfrentará a partir dos anos 1990. A simultaneidade da ação já opera em sua construção com uma espécie de fetichismo (o mesmo jornal que se lê no Brasil é o que se lê na Itália, na Grécia e em Israel). Essa é a era global da informação materializada nas páginas de um jornal e nas palavras que compõem os discursos nele expressos. Todo esse esforço contribui para a construção do espírito de uma época em que há quebra de barreiras, liberalizações, desregulamentações, liberdade de ações e proposições, simultaneidades, redução de distâncias e de tempos.

O nascimento do *mundo plural*, narrado por Michel Foucher (1990) no primeiro artigo do primeiro caderno do *World Media*, é o que marca o início de uma espécie de 'unificação econômica mundial' a partir da reforma na URSS. Para compreender mudanças e fenômenos dados na base material constituindo axiomas, engendrando o nascimento de uma nova forma de organização mundial, pautada na unificação, e o sepultamento das tentativas de sobrevivência a esse tipo de organização, vale reproduzir todo o primeiro parágrafo: *No momento em que os reformistas de Moscou admitem que é inútil e ineficaz manter um espaço econômico separado do sistema mundial, é tentador concluir ser este o triunfo das leis de mercado, o triunfo de uma economia mundial única que não será facilmente estabelecida nos países do Leste europeu, mas que se imporá através de uma transição mais ou menos demorada. Pode-se concluir também ser este o triunfo do aspecto econômico sobre as relações de força, com base militar ou ideológica* (FOUCHER, 1990, p.2).

Nesse cenário tão recente de aparente fim de uma era e início de outra, vai se fomentando uma noção de uniformidade, de universalização, de homegeneização, constituindo a partir de acontecimentos na base material discursos sobre transições históricas, terreno fértil para novas concepções acerca do mundo. E nesse jogo, os movimentos de unificação dos sistemas econômicos, o *triunfo* das leis de mercado e a assunção de que é certo o fracasso daqueles que

tentam escapar aos ditames mundializados são uma combinação que alimenta e é, concomitantemente, alimentada pela necessidade de uma visão única e de um pensamento único perante a configuração mundial.

Com base na intencionalidade de construir em torno do signo “Globalização” lugares-comuns do discurso neoliberal, produzem-se diferentes elos na corrente de enunciados com orientações argumentativas cujos resultados são o caráter de indiscutível, o caráter de única alternativa possível em benefício de todos, o caráter de que é “óbvio” que essa é a tendência “natural” do mundo para o século XXI, o caráter de que toda essa conjuntura era já “previsível”.

Contudo, por sua essência viva, dinâmica e plurivocal, o signo se insere numa rede de percursos interpretativos em que adquire autonomia, achando-se sempre numa encruzilhada de sentidos. Desse modo, o mesmo signo se presta a diferentes interpretações, que “são a ativação de percursos interpretativos objetivamente ligados ao signo e que lhe dão espessura além daquela ou daquelas intencionalmente ativadas na sua realização” (PONZIO, 2007, p.103).

Se por um lado os discursos imprimem sentidos de derrubada de fronteiras, de flexibilização, de abertura e desregulamentação, de homogeneidade de mercados, de ausência de nacionalidades e de fronteiras, por outro lado, nessa mesma arena, entram em jogo sentidos de unificação e uniformização fortemente reguladoras. Ao mesmo tempo em que os processos globalizantes pregam a desregulamentação e a flexibilização, vão propondo regulações extremamente rígidas, mas com outras medidas e outras normas, globalizando ações a partir de seus interesses e de suas regras próprias e excluindo os que nessas medidas não se enquadram.

A polissemia do signo Globalização, que carrega em sua materialidade sócio-histórica os sentidos de definição, estabilidade, uniformidade, generalização, igualdade, é também responsável pela carga de unificação, regulamentação, padronização segundo critérios hegemônicos e hegemônicos. Esses critérios monovalentes se assemelham, muitas vezes e em grande medida, à forma do leito de Procasto, no qual aqueles que não se encaixavam deviam ter partes de seus corpos cortadas ou alongadas de modo a corresponderem com sua regulamentação homogeneizante e monológica. Esses discursos dominantes também

propagam noções novas em relação à percepção do tempo, do espaço e da comunicação, por conseguinte, em função da queda das barreiras comerciais, das desregulações dos mercados internacionais e o avanço tecnológico nas telecomunicações e na informática (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.58); no entanto, entrecruzam-se nesses valores a vontade de homogeneização e de construção de um jeito único de organizar o mundo e suas diferentes nações, na tentativa de mitigar suas singularidades.

Um modo único de organização de mundo, um olhar único, um discurso único: essas são características do fenômeno da Globalização, fenômeno esse que há décadas vem se estruturando e se espalhando em função de “um conjunto de regras de comportamento macro e microeconômicos, cuja marca recebeu o nome de 'pensamento único’” (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.59)¹⁴. Esse “pensamento único”, tem “o objetivo de criar um meio ambiente cultural, institucional e ideológico uniforme e favorável a essa nova fase do capitalismo” (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.62).

Abaixo, segue um quadro (Quadro 01) em que organizo alguns fenômenos novos e decisivos para a abertura da Globalização enquanto nova fase do capitalismo ao lado de uma série de axiomas nos quais se baseia o “pensamento único”. Tanto os fenômenos quanto os axiomas são apresentados por Amaral Filho e Melo e se dão de forma entrecruzada; no quadro, encontram-se dispostos paralelamente somente para fins de organização:

¹⁴ “O termo 'pensamento único' tem origem europeia e tem o objetivo de caracterizar a situação de convergência de ideias ortodoxas em matéria de políticas econômicas e sociais nos países. Na América Latina o termo passou a ser conhecido como Consenso de Washington e, em Washington propriamente, o termo tomou simplesmente a forma de Ajuste Estrutural. Para mais elementos sobre o pensamento único ver Menthon, Plassart e Vittori (1996) e George (1996). Ver também Krugman (1994) com respeito à ascensão do conservadorismo na teoria e políticas econômicas, em particular nos EUA” (AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.59).

Fenômenos decisivos para o processo de Globalização como nova fase do capitalismo	Axiomas do “pensamento único”, coordenador do processo de Globalização
<p>“A forte valorização do dólar, a acentuada elevação dos juros internacionais e a consequente crise da dívida externa dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos no início dos anos 1980; esta consequência trouxe risco de uma grande crise para o sistema financeiro internacional, mas, em compensação, proporcionou a esse mesmo sistema uma oportunidade para se modernizar e se reorganizar além de dar às instituições internacionais a base para uma reaprendizagem em matéria de técnicas de coordenação, ora utilizadas no processo de globalização”.</p>	<p>“Livre troca: ausência de barreiras alfandegárias a fim de permitir o livre comércio de mercadorias e serviços. Essa liberdade, combinada com a especialização da produção em setores onde haja vantagens comparativas, permite aumentar o fluxo do comércio internacional, acionar o crescimento econômico, além de gerar e distribuir ganhos generalizados entre as economias que participam desse sistema. Esta tese, teorizada desde os clássicos da economia como David Ricardo, praticamente se confunde com o processo de globalização na medida em que ela combate a existência de fronteiras econômicas entre os Estados-nações. Neste sentido, o livre comércio tornou-se pedra fundamental da globalização devido ao fato de que a abertura comercial provoca instantaneamente um confronto entre os preços relativos das economias nacionais, o que obriga um nivelamento por baixo dos custos de produção. O sistema produtivo, setor ou indústria que não se adaptar a esse ajustamento candidata-se fatalmente a ser um perdedor dentro do processo de globalização”.</p>
<p>“A emergência do Japão como portador de um vitorioso paradigma organizacional-produtivo-tecnológico com o consequente deslocamento do sistema fordista de produção mas também um deslocamento momentâneo da economia americana do posto de liderança no campo da alta tecnologia”.</p>	<p>“Presença mínima do Estado na economia e valorização da iniciativa individual: a presença do Estado na alocação de recursos econômicos é tida como uma anomalia, contra as forças naturais do mercado, estas sendo as principais responsáveis pela alocação ótima e o equilíbrio natural dos mercados. Daí o governo ter de diminuir o déficit público, privatizar as empresas públicas, mas também diminuir os impostos sobre o capital, a fim de estimular o investimento e o crescimento. De outro lado, a reprodução material do indivíduo deve contar sobre ele próprio e não sobre a sociedade, quando ela se dá por meio da intermediação do Estado Providência”.</p>
<p>“A afirmação da doutrina neoliberal enquanto matriz filosófica e econômica para os ajustes e as políticas macroeconômicas, tendo como laboratórios as economias norte-americana e</p>	<p>“Desregulamentação dos mercados: supressão de restrições à entrada e participação de capitais externos nas atividades econômicas internas de cada país.</p>

<p>inglesa e, em menor escala e de maneira pioneira, a economia chilena”.</p>	<p>Neste item, dá-se atenção especial à desregulamentação do mercado de trabalho, visando a diminuição dos encargos sociais e à flexibilização dos contratos e do salário-mínimo”.</p>
<p>“O triunfo da doutrina do 'livre comércio', consubstanciado na conclusão da Rodada do Uruguai em Marrakesh em 1993, depois de sete anos de discussão. Nessa ocasião, mais de 120 países colocaram-se de acordo com a abertura do comércio sobre as mercadorias industriais e agrícolas e serviços além de regulamentar a propriedade intelectual”.</p>	<p>“Autonomia do econômico <i>vis-à-vi</i> dos valores ético, social e político: determinar a escolha e a decisão ótimas, seja ele consumidor ou empresário. A interferência de qualquer outro tipo de valor torna a escolha e a decisão carregadas de sentimentalismo, assistencialismo e populismo. A autonomia do econômico permite uma alocação mais racional e eficiente dos recursos”.</p>
<p>“A desintegração dos sistemas socialistas na ex-URSS e nos países do leste europeu mais ainda a reação da economia americana nos anos 1990 provocaram uma forte aceleração bem como maior definição do processo de globalização. A falência da socialização dos meios de produção assim como do planejamento central naqueles países proporcionaram às leis do mercado legitimidade global, além de acrescentar ao sistema capitalista uma porção considerável de mercado consumidor potencial. Esta legitimidade fica reforçada pela adesão da China a essas leis mesmo que estas tenham que conviver com a onipresença do Estado”.</p>	<p>“Inflação zero: o combate à inflação deve ser uma luta sem trégua, mesmo que isso tenha que custar a recessão econômica. Por trás disso, existe a ideia simples de que a inflação zero não só estabiliza o câmbio e gera competitividade externa à economia, mas permite baixar as taxas de juros nominal e real. Ambos os fatores encarregando-se de restabelecer o crescimento econômico”.</p>

Quadro 01: Fenômenos decisivos para a abertura da Globalização e axiomas do “pensamento único”. Fonte: AMARAL FILHO; MELO, 2014, p.61-64.

Os Agentes da Globalização trabalham engendrando orientações argumentativas que buscam criar uma noção de bem-comum; trabalham para um espraiamento de concepções que se alimentam de princípios universalizantes como as liberalizações, as desregulamentações, as autonomias, as quebras de barreiras para instaurar um sentimento de liberdade de ações e proposições. E toda essa construção do espírito do bem-comum é uma construção discursiva, preme de signos supostamente libertadores e dotados de uma consciência de que aquele é o melhor caminho (se não o único) a ser trilhado por diferentes nações, num nível global.

Para David Harvey, a retórica que acompanhou a mudança do sistema global hierarquicamente organizado e fortemente controlado pelos Estados Unidos para um sistema mais descentralizado e regido pelas leis do mercado, como o que conhecemos na

contemporaneidade, e que tornou as condições financeiras do capitalismo bem mais voláteis, toda essa retórica (já desde 1968 e mais fortemente entre 1979 e 1985) já estava articulada de forma a promover a “globalização” como uma virtude, como uma recomposição do capitalismo. O geógrafo ainda afirma que em seus momentos de maior cinismo ele se pega pensando que a imprensa financeira foi a responsável por induzir a todos a pensarem “em 'globalização' como algo novo, quando tudo não passou de um artifício publicitário destinado a tirar o maior proveito possível de um ajuste necessário do sistema financeiro internacional” (HARVEY, 2006, p.89). A “novidade”, desse modo, não consiste no surgimento de um novo sistema, mas de adaptações de um velho sistema global, amplamente propagadas por discursos novos sobre o projeto global de organização de mundo.

O “pensamento único” vai se constituindo discursivamente porque as relações que se travam entre as ações na base material e os axiomas que a partir daí vão se construindo tomam corpo de tal forma que os movimentos de resistência, apesar de existirem, encontram dificuldades para se desenvolverem e se fortalecerem a ponto de abalar estruturas já mais cristalizadas de hegemonia, isso porque, para Bakhtin e Volochínov (2009a), o signo é criado a partir de uma intencionalidade, de uma “função ideológica precisa” e dela não se separa, mesmo que encontre, na corrente dos sentidos, novas valorações.

1.2 Os discursos da Globalização nos anos 90: tentativa de monologização e de construção de um sentido único

Os anos 90 são os anos em que há uma maciça produção discursiva visando explicar e construir um sentido para as mutações do mundo naquela época. No final da década de 1990, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo publica um caderno especial “explicando” aos seus leitores a respeito da Globalização: *Entenda o que está acontecendo no mundo – a crise que abala as Bolsas é a mais recente manifestação de um processo em que o poder dos governos, o papel das empresas, o destino dos empregos e as culturas nacionais são transformados pela integração econômica e tecnológica*¹⁵; esses são, respectivamente, o título e o subtítulo que estampam a capa desse caderno especial. Globalização, aqui, é também sinônimo de “integração econômica e tecnológica”. Ainda na capa do caderno especial, há três chamadas que remetem ao conteúdo, que tratam de explicar as “origens da Globalização”; trazem ideias

¹⁵ FOLHA DE S. PAULO, 1997, capa do caderno especial “Globalização” (Anexo 03).

dos “principais teóricos” sobre o assunto; e destacam uma entrevista concedida pelo então Presidente da República brasileiro, Fernando Henrique Cardoso.

Nesses textos referentes às três chamadas, há uma representação em mapas daquilo que o jornal chama de “as etapas históricas que culminaram na integração de todo o mundo”; essa representação traz ainda uma espécie de linha do tempo, que se inicia em 1492, com a descoberta da América, e culmina na transição da década de 1980 para a década de 1990, destacando a queda do Muro de Berlim, o surgimento da *World Wide Web*, a desintegração da União Soviética, a formação da Organização Mundial do Comércio e o surgimento do computador de uso pessoal. A linha do tempo adotada pelo jornal “naturaliza” os acontecimentos e reforça uma concepção positivista da história, na qual o homem caminha sempre em direção ao progresso. Nesse sentido, de acordo com essa concepção, o atual momento é o mais avançado estágio de progresso na história da humanidade.

Além disso, o signo Globalização vai, ao longo de todo o caderno, assumindo alguns sinônimos, capazes de nos provocar a nos colocar à escuta das várias vozes e das diversas valorações que constituem todos esses discursos. Aqui, passo a listar os principais: 1. *síntese das transformações radicais pelas quais vem passando a economia mundial desde o início dos anos 80* (Eduardo Gianetti da Fonseca, economista da Universidade de São Paulo); 2. *fenômeno que limita efetivamente o âmbito de ação dos Estados nacionais* (Fernando Henrique Cardoso); 3. *interdependência crescente entre países e mercados* (Clóvis Rossi); 4. *fenômeno que resulta da conjunção de três forças poderosas: a) a terceira revolução tecnológica (tecnologias ligadas à busca, processamento, difusão e transmissão de informações; inteligência artificial; engenharia genética); b) a formação de áreas de livre comércio e blocos econômicos integrados (como o Mercosul, a União Europeia e o Nafta); c) a crescente interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros, em escala planetária* (Eduardo Gianetti da Fonseca, economista da Universidade de São Paulo); 5. *mundialização* (Le Monde); 6. *bem mais que uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital industrial em curso desde faz mais de um século* (François Chesnais); 7. *regime mundializado de dominação financeira* (François Chesnais); 8. *fenômeno financeiro* (Clóvis Rossi); 9. *uma nova era da história humana* (os mais entusiastas, segundo Clóvis Rossi); 10. *para países que mantêm políticas econômicas consistentes, a globalização financeira pode ser mais uma oportunidade do que um risco* (Celso Pinto); 11. *reorganização da divisão do trabalho* (para os hiperglobalizantes, segundo Clóvis Rossi); 12.

internacionalização (para os descrentes, segundo Clóvis Rossi); 13. *reordenação das relações inter-regionais e ação à distância* (para os transformalistas, também segundo Clóvis Rossi).

Nessa publicação, há uma intencionalidade de se expressar certa pluralidade de valorações acerca do conceito de Globalização, visto que a hegemonia da visão capitalista neoliberal sobre esse processo ainda estava se consolidando. A repetição do padrão de Globalização como fenômeno de integração do mundo pelo curso “natural” da história ainda vinha se dando não como um sentido já estabilizado e cristalizado, mas como um sentido ainda difuso. Alinhado ao grupo de intelectuais dos chamados “contra o pensamento único”, o economista francês François Chesnais é chamado pela Folha a tratar de questões sobre a Globalização nesse caderno especial. A primeira pergunta ao economista já dá o tom da orientação argumentativa, quando questiona a respeito da distinção entre Globalização e as fases anteriores do capitalismo. Esboça-se, aqui, uma concepção de que o modo capitalista tem várias fases e que o curso natural da história leva aos processos de Globalização. Chesnais desmonta essa visão, asseverando que esse processo não é somente suplementar à internacionalização do capital industrial, mas *é um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial* ou ainda *uma nova modalidade de regime de acumulação* (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p.4).

No que diz respeito aos aspectos positivos e negativos, dirigem-se a Chesnais as seguintes perguntas: *Quais efeitos positivos da Globalização?* e *Quais são os limites da Globalização?*. Foi evitada a contraposição “efeitos positivos” e “efeitos negativos”, optando-se por “limites” em vez destes últimos. Há aqui mais uma marca da construção da valoração positiva em relação à Globalização por parte do jornal. Interessante observar que a extensão do texto que se publica como resposta aos efeitos positivos é pelo menos cinco vezes maior que a extensão da resposta em relação aos limites da Globalização. E a resposta dada pelo economista sobre o que de positivo esse processo provoca se inicia com a afirmação de que *o discurso sobre a “mundialização dos benefícios” é a cobertura ideológica que busca mascarar os fundamentos do regime de acumulação financeiro-rentista, bem como seu pobre desempenho em termos de desenvolvimento [...]* (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p.4). E todo o texto que segue desenvolve essa afirmação, apontando para quem haveria, de fato, benefícios. Já a resposta em relação aos limites parece branda em função da própria formatação do texto e de sua disposição na página do jornal, o que permite a compreensão de que há poucos limites em comparação a todos os benefícios mencionados, quando, de fato, o teor dos textos é

basicamente o mesmo, tratando de caracterizações a respeito dos processos de Globalização. Nesse caso, a formatação do texto e a distribuição de seus conteúdos nas páginas do jornal já vão ditando o tom argumentativo, corroborando a construção dos processos de Globalização como mais positivos do que negativos.

A pluralidade de valorações, assim como a neutralidade e a imparcialidade jornalísticas constituem-se tão somente como características que o jornal declara a seu próprio respeito, visto que há fortes tentativas de monologização e de univocalização no constructo da Globalização como “redução do tamanho do mundo” pelas novas tecnologias, como “flexibilização”, como “integração”, como “aumento na velocidade da informação”, como “intercâmbio”, como “troca”, como “quebra de hierarquias”, como “descentralização do poder”. Os sentidos da Globalização expressos por esses signos e não por outros são uma tomada de posição em relação à mundialização dos processos de concentração e acumulação do capital; portanto, não há imparcialidade ou neutralidade.

Há possibilidades de sentidos outros do signo Globalização refratados ainda na década de 1990. No texto “Regimes Globalitários”, publicado no jornal *Le Monde Diplomatique*, também no ano de 1997¹⁶, Ignácio Ramonet estabelece uma analogia entre a Globalização e os regimes totalitários. Visto que estes são regimes constituídos por partidos únicos e não admitem formas de oposição organizada e aquela é o que o autor chama de “regimes globalitários”, uma vez que repousam em *dogmas da Globalização e do pensamento único que não admitem nenhuma outra política econômica, subordinam os direitos sociais do cidadão à razão da competitividade, e abandonam os mercados financeiros a direção total de atividades da sociedade dominada.*

O processo de Globalização não é algo espontâneo ou que resulta somente do curso “natural” da história, mas, nas palavras de Ramonet, é uma lógica de regimes globalitários, que, *tendo encorajado, durante as duas últimas décadas, o monetarismo, a desregulamentação, o livre comércio, o livre fluxo de capitais e privatizações em massa*, permitiram a transferência de decisões relativas a investimentos, saúde, proteção ambiental, educação, cultura da esfera pública para a esfera privada. Em vez de “integração econômica e tecnológica”, aqui, a

¹⁶ Texto publicado originalmente em Francês e traduzido por Mário Barbosa Villas Boas. Versão em Francês disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1997/01/RAMONET/7581.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2014, às 15h38. Versão em Português disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2002/11/40799.shtml>. Acesso em 10 de dezembro de 2014, às 16h.

tomada de posição em relação à Globalização é expressa como *fenômenos de internacionalização da economia e concentração de capital, ao Sul e ao Norte* que rompem a coesão social, agravando as desigualdades econômicas ao passo que aumenta a supremacia dos mercados. E o autor ainda encerra seu texto afirmando o direito à revolta e à recusa desses regimes globalitários e questiona: *Não é hora de exigir a formulação em escala planetária de um contrato social novo?*.

O jogo de forças que se pode auscultar no signo Globalização (ou nas expressões usadas como sinônimos) é um jogo que puxa ora para revelar a integração dos benefícios econômicos e tecnológicos em escala global, ora para revelar o aumento da concentração e da acumulação de capital por parte daqueles grupos sociais que já detêm grande parcela das riquezas globais. Esse é, portanto, não um signo claro, transparente e estabilizado, mas um signo turbulento, espinhoso. E a espinhosidade do discurso da globalização vai se revelando, mesmo nas falas dos agentes hegemônicos desse processo.

No final da década de 90, já é possível observar como os agentes da Globalização vão incorporando elementos do discurso crítico na formulação de seus próprios discursos. Toda crítica e todos os discursos questionadores da globalização depois de uma década de intensificação de seus processos provocaram nos discursos dos próprios agentes hegemônicos uma necessidade de resposta.

Em 28 de janeiro de 1999, por exemplo, Klaus Schwab e Claude Smadja, dirigentes do Fórum Econômico Mundial, escrevem um texto para o *New York Times* - *Globalization needs a human face*¹⁷ – em defesa da Globalização não somente como um codinome para um processo cujo foco é o valor das ações à custa de quaisquer outras considerações. Em virtude dessas palavras, já há aqui uma pluralidade de vozes no mesmo discurso. Embora sejam palavras pronunciadas pelos líderes de um Fórum promovedor dos processos da globalização calcados nos valores econômicos e de mercado, essas palavras se lançam já como resposta. O título do texto, afirmando a necessidade de construir uma face humana para a globalização, responde a discursos que afirmam que esse fenômeno não considera o desenvolvimento humano. Além disso, afirmar que a globalização não é o codinome de um processo que prima por interesses financeiros acima de qualquer outra consideração também se constitui como resposta aos

¹⁷ Disponível em: <http://www.nytimes.com/1999/01/28/opinion/28iht-edklaus.t.html>. Acesso em 15 de agosto de 2014, às 16h34. (Anexo 04).

discursos contrários a essa afirmação. E essa não é uma resposta qualquer, mas um texto publicado no mais famoso jornal dos Estados Unidos, país onde se iniciaram processos tecnológicos, políticos, econômicos e discursivos relacionados à Globalização.

Há ainda o encontro dessas vozes materializado em outros momentos do texto. O início do texto já indica que seu ponto de partida é uma resposta ao muito que se tem falado *sobre a necessidade de se remodelar a infraestrutura financeira global*; na admissão de que é *crucial que as economias de mercados emergentes sejam completamente envolvidas e que suas vozes e preocupações sejam levadas em consideração*; na construção de que as decisões devem ainda ser tomadas em âmbito global *apesar das diferenças culturais e históricas entre os países*. Esses e outros trechos compõem a argumentação dos líderes globais no sentido de tomarem para si os discursos críticos e, a partir disso, colocaram-se em paridade de condições com aqueles que criticam o processo.

Como parte dos recursos para se eximirem da responsabilidade em relação aos processos globais, os líderes do Fórum Econômico atribuem, no texto, o papel de sujeito desses processos não aos agentes hegemônicos dos governos mundiais, por exemplo, mas à própria Globalização em si, como algo autônomo: *A Globalização criou novos desafios para os governos*. Nessa construção, a função sintática de sujeito da oração é exercida pelo próprio termo globalização. É ela quem criou esses novos desafios com os quais devemos lidar em nível global.

Nessa publicação, expressa-se um movimento de tomar a palavra crítica, tomar aqueles discursos questionadores acerca dos processos globais e usá-los como apoio para reforçar e fortalecer o posicionamento de que é preciso que os governos saibam lidar com os novos desafios colocados pela Globalização para ajudar seus cidadãos a satisfazer as exigências de uma sociedade ultracompetitiva conformada pelo conhecimento da economia.

Apesar do esforço de construção de um discurso que incorpore a dimensão crítica, ainda é predominante a racionalidade do pensamento único; não é uma contrapalavra, é ainda a reprodução do idêntico, dos mesmos lugares-comuns da ideologia da globalização neoliberal. No trecho em que Schwab e Smadja levantam a bandeira de que *precisamos conceber uma forma de enfrentar o impacto social da globalização que não seja nem a expansão mecânica de programas de bem-estar social nem a aceitação fatalista de que vai se ampliar o hiato*

entre os beneficiários da globalização e aqueles que não conseguem reunir os recursos necessários ao atendimento de requisitos da integração no sistema global, eles reforçam os discursos hegemônicos globais.

Nesse trecho, as propostas de solução para os males da globalização que tratam da construção de programas de bem-estar social são desqualificadas por esses agentes à medida que esses as consideram uma solução mecânica. A constatação de outros discursos que afirmam que as desigualdades entre os ganhadores e perdedores desse processo aumentarão é também atacada, na medida em que essa constatação é denominada como “fatalista”; além disso, os ganhadores são nomeados como “beneficiários da globalização”, e os perdedores como “aqueles que não conseguem reunir os recursos necessários ao atendimento de requisitos de integração no sistema global”. Se há desigualdades, elas se devem à incapacidade de aproveitamento dos “recursos necessários” para o cumprimento dos parâmetros estipulados pelo sistema global.

Aqui, há um recurso linguístico bastante sofisticado e bastante importante para compor a intencionalidade dos autores do texto: esses autores evitam a contraposição pelo uso de antônimos como “beneficiários” e “desfavorecidos”, por exemplo, e optam pelo emprego de “beneficiários” em oposição a “inábeis”. Com o uso dos antônimos, o sistema global seria o responsável por beneficiar ou prejudicar sujeitos nas relações globais; sem o uso dos antônimos, com a construção que os autores fizeram, o sistema global é responsável somente pelos benefícios, enquanto eu o desfavorecimento fica sob responsabilidade dos próprios desfavorecidos, posto que não são capazes de se encaixar no sistema, tirando dele o que há de melhor em seu benefício. A construção sintática e a escolha lexical orientaram a argumentação, expressando nos enunciados as valorações sobre a Globalização enquanto sistema. A expressão dessas valorações imprimem sentidos de definições, quando são, de fato, predições feitas pelos autores, construindo, por meio de seu uso, realidades (GERALDI, 2010, p.76).

A despeito da predominância da ideologia da Globalização neoliberal nesse período, na tentativa de construção de um discurso global, um discurso único, uniforme e monológico, há entrecruzamentos de vozes na arena do signo globalização. Há também movimentos de construção de palavras outras, de vozes dissonantes capazes de instaurar olhares oblíquos sobre as relações entre as diferentes nações globais.

1.3 Entre os anos 90 e 2000: palavras outras sobre a Globalização

Para Bakhtin, a mesma força que faz do signo ideológico algo vivo e dinâmico faz dele também um “instrumento de refração e de deformação do ser”:

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p.33).

A tendência de construção de discursos únicos, uniformizadores e universalizantes, segundo as palavras de Bakhtin/Volochínov são apenas uma tendência, visto que o caráter vivo dos signos é o da refração. A luta das forças e dos índices sociais de valor é constitutiva da vida dos signos, o que faz com que no período da Globalização, como em outros, os tons valorativos dos discursos permaneçam em embate, permaneçam na constante luta, apesar das tentativas de monologização. Como nos lembra Augusto Ponzio (2007, p.102): aquilo que é sígnico tem possibilidades de entrar em diversos percursos interpretativos. A materialidade semiótica daquilo que é signo é constituída por sua plurivocidade e pelo “fato de que ele se acha sempre em uma encruzilhada de percursos interpretativos”

O signo “Globalização”, portanto, também se encontra nessa encruzilhada. Desde seu nascedouro, sua caminhada já se dá por percursos diversos, posto que sua interpretação não se dá de forma aprisionada a um só e determinado interpretante, mas pela sua própria constituição viva e dinâmica o signo só existe no ponto de convergência de diferentes forças, numa atmosfera de confronto, de tensões, de resistências.

Entre os pensadores que tensionaram, confrontaram e resistiram a interpretações únicas está

Milton Santos¹⁸, especialmente em suas reflexões expressas no livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, cuja ênfase parte “da convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual” (SANTOS, 2013, p.14). Essa convicção é justificada pelo geógrafo brasileiro pela possibilidade de, diante dos mesmos materiais existentes, continuar o inferno que se faz no planeta ou também realizar o seu contrário (2013, p.14).

Para o autor, o mundo em que vivemos é “confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2013, p.17). Essa confusão tanto do mundo quanto de sua percepção é descrita por ele como a utilização que se faz dos dados desse mundo físico fabricado pelo homem – a menção abusiva ao extraordinário progresso das ciências e das técnicas e a referência à aceleração contemporânea (2013, p.17). E para se pensar sobre todas essas relações, para Milton Santos não bastam as explicações mecanicistas, posto que essas são insuficientes:

É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de Babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos (M. Santos, A natureza do espaço, 1996) para consagrar um discurso único (SANTOS, 2013, p.17 e 18).

O discurso único, entendido por Milton Santos como aquilo que é “imposto aos espíritos”, pode ser tomado por nós como a tentativa de construção de um discurso monológico, um discurso em que ressoe uma voz única, construído sob um olhar único; mas não único como algo singular ou irrepitível, único como algo monovocal, monológico, como algo exclusivo, que exclui outras vozes, outras possibilidades de valoração, outros olhares.

Ao olhar para o mundo globalizado, Milton Santos não o faz sob a perspectiva da existência de um único mundo, mas aponta a existência de pelo menos três deles: o primeiro, um mundo como nos apresentam; o segundo, o mundo tal como é; o terceiro é o mundo como uma possibilidade.

O primeiro mundo globalizado descrito por Milton Santos é “o mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula”, ele afirma que neste mundo globalizado visto como fábula,

¹⁸ Milton Santos (1926-2001) foi o mais importante geógrafo brasileiro. Autor de uma vasta obra, esse pensador contribuiu para a renovação do pensamento crítico brasileiro.

é criado “um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação” (SANTOS, 2013, p.18). Essa base aparentemente sólida possibilita e alimenta movimentos, discursos e ações que nutrem a continuidade do atual sistema. Os discursos hegemônicos, as ideologias oficiais (Bakhtin/Volochínov), que lutam pela manutenção da atual ordem das coisas. Entre as fábulas da globalização que nos são contadas, Milton Santos traz alguns exemplos:

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil (SANTOS, 2013, p.18 e 19).

O autor conclui esse seu pensamento indagando se no lugar do fim da ideologia, que é um discurso construído por aqueles que defendem os atuais processos de globalização, não há, ao contrário, uma ideologização maciça, “segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial ao exercício de fabulações” (SANTOS, 2013, p.19).

As fabulações, a construção de fábulas sobre os processos de globalização, poderiam ser compreendidas como a construção de discursos, de narrativas hegemônicas, que sustentam as ações materiais desses processos. Narrativas que constroem o mundo globalizado sob o olhar daquilo que é essencial à sociedade contemporânea mundial, sob o olhar de que a globalização, tal como se nos apresenta na contemporaneidade, é a porta para uma organização mundial capaz de abarcar em sua proposta a totalidade de singularidades existentes no mundo: um pensamento global, uma necessidade global, uma organização global, um olhar global para a construção de um pensamento e de um discurso únicos. Os discursos fabulosos vão se constituindo de forma a construir sentidos que atendam a esses ou àqueles interesses, a essas ou àquelas classes, a essa ou àquela proposta de organização do mundo.

E o jogo de tecituras ideológicas neste período de Globalização também se constitui da instauração de estabilidades e instabilidades: “o mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos” (SANTOS, 2013, p.36). Ao mesmo tempo em que a Globalização justifica os caminhos que se propõem, instaura instabilidades que, por sua vez, justificam as soluções e as possibilidades, reforçando o caráter de benfeitoria, tanto para aquilo que consegue construir discursivamente como bom para todos, quanto para aquilo que reconhece como limitação, usando essa limitação como impulso para a geração de novas proposições e receituários globais, como se o que é válido como benfeitoria fosse realmente benéfico e o que é problema pudesse ser resolvido da mesma forma e com a mesma intensidade por todos, de maneira uniforme, global.

Essa é a “Globalização Perversa” de que trata Milton Santos, apontada como o período em que se encontram “duas violências centrais”: “[...] a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social” (SANTOS, 2013, p.38). Essas duas violências, ainda segundo o geógrafo, são “alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base de novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo” (SANTOS, 2013, p.38). As justificativas constituintes desse complexo processo global de organização do mundo são vitais a todo esse conjunto de discursos e de ações que movem a contemporaneidade e seu “espírito”. O discurso de um mundo único, de uma nação global, é um discurso preñado de valorizações que direcionam os rumos das sociedades a uma mesma marcha, a uma mesma velocidade, em busca dos mesmos objetivos.

A luta, baseada nessa conduta pelo dinheiro e pela informação, “[...] conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos” (SANTOS, 2013, p.35). Podemos considerar que essa dupla tirania expressa por Milton Santos se dá pelas relações que se travam entre a infra e as superestruturas e é, toda ela, desde sua essência, mediada pelos discursos, pelos signos. Diferentes vozes e diferentes índices de valor constituem uma luta, que é sígnica, se dá na arena dos signos. Isso porque, por mais forte que seja a intencionalidade ligada ao projeto de construção de um discurso de um mundo único, de um discurso único e uniforme, na perspectiva dos signos isso se nos revela como embate, como uma luta de forças. A construção de um discurso único sobre o mundo se revela, dessa forma, como uma construção

frágil e insuficiente, posto que se aproxima da concepção de verdade, “a verdade sobre o mundo globalizado”, “o verdadeiro caminho para o mundo globalizado”.

Mesmo reconhecendo uma forte tendência de um discurso se constituir como único, como verdadeiro, o jogo entre *istina* e *pravda* é um jogo que se instaura no interior dos signos.¹⁹ O sistema que hoje se nos apresenta pode ser um sistema que processualmente vai instaurando modos de unificação, de uniformização e de universalização de técnicas, de informações, de ações, e que discursivamente também vai tentando engendrar a unicidade, a universalidade e a uniformidade. Contudo, os signos, com seu caráter vivo e dialógico e sua complexa trama de fios ideológicos, vão revelando e nos permitindo construir a partir e por meio deles sentidos diversos, enviesados, capazes de refratar valorações diversas acerca de um mesmo objeto, fato, fenômeno ou processo.

1.3.1 Outras palavras, atos responsivos: movimentos antiglobalização e a desglobalização

Como já tratado no texto, os discursos globais tentam impor um pensamento único, mas a vida dos signos é uma vida que se dá entre, pelo menos, duas consciências. Logo, os discursos que tentam monologizar as vozes são discursos também prenes de contrapalavras, como as duas faces de Jano. Onde está o “pensamento único”, ali mesmo está o pensamento diverso, divergente, oblíquo. As forças discursivas são sempre centrípetas e centrífugas, simultaneamente.

Isso porque “as palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes” (BAKHTIN, 2003, p.290). Ao mesmo tempo em que se constroem discursos globais, que atribuem à Globalização sentidos e juízos de valor de “ligação”, de “conexão”, de “partilha de informações”, de “encurtamento das distâncias” ou “benefícios para todos”, cada lugar, cada grupo social, em sua singularidade, reage de uma maneira e instaura sobre as

¹⁹ Nessa perspectiva, vale trazer para a discussão o texto de Augusto Ponzio, “A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo”, publicado na introdução da tradução brasileira de *Para uma filosofia do ato responsável*, de Mikhail Bakhtin. Nesse texto, Ponzio apresenta sua leitura sobre a distinção feita por Bakhtin a respeito da verdade: ele [Bakhtin] faz uma distinção entre a verdade, “*istina*”, como valor abstrato, a veracidade, o verdadeiro, como ideal universalmente incontestável, mas do qual não há no ato o reconhecimento efetivo, e a verdade, “*pravda*”, como entonação do ato, como a sua afirmação, ou seja, para o qual tende e pelo qual é aferida e o afere (PONZIO, 2010b, p.17).

palavras, sobre os signos e sobre os acontecimentos, seus olhares singulares, únicos, respondentes.

Em resposta aos discursos hegemônicos globais, especialmente aos discursos do Fórum Econômico Mundial, entidades, movimentos, intelectuais, artistas e outras instâncias da sociedade que se opõem ao domínio do neoliberalismo idealizaram e organizaram o Fórum Social Mundial.

O Fórum Social Mundial se define²⁰ como um espaço de debates em oposição *ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo*. Sua criação se deu em 2001 e, a partir daí, o Fórum vem se configurando como *um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais*. Toda sua configuração, expressa nas palavras de apresentação desse espaço de debates, se deve ao processo de construção de um outro mundo. O Fórum Social Mundial também declara, em sua Carta de Princípios²¹ (Anexo 05), que juntamente com entidades e movimentos da sociedade civil, está empenhado na construção de uma sociedade planetária; contudo, essa sociedade planetária proposta pelo Fórum é *orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra*.

Trabalhando num processo permanente *de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais*, o Fórum é um dos agentes que instauram um olhar diverso, oblíquo, enviesado sobre o pensamento único, sobre a forma de organização de mundo pautada nos valores do capital. A própria constituição desse espaço de debates, que é o Fórum, já é uma reação, uma resposta²² às políticas de organização globalizada propostas pelo Fórum Econômico Mundial. A proposição de alternativas é o motor do Fórum Social Mundial; alternativas à lógica de decisões pautadas nos interesses de grandes corporações multinacionais e dos governos e

²⁰ Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1. Acesso em 03 de novembro de 2014, às 13h35.

²¹ Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1. Acesso em 03 de novembro de 2014 às 13h53.

²² Sobre o que diz respeito às respostas do Fórum às hegemonias globais neoliberais, ler também o texto de Cândido Grzybowski “Respostas da Sociedade Civil à Globalização”, escrito em novembro de 1995 (Anexo 06). Nesse texto, o sociólogo, um dos idealizadores e organizadores do Fórum Social Mundial, instaura um embate com as concepções hegemônicas neoliberais e convoca a todos a reconhecermos que os processos da Globalização são construídos por nós, seres humanos, que são um produto social, e não da ordem “natural” da história da humanidade e que, por isso mesmo, não podemos nos sujeitar a um modo de ver e conhecer que se impõe de forma incontestável, não devemos nos mover por visões, desejos, justificativas que se nos apresentam como inevitáveis.

instituições internacionais com o apoio de governos nacionais. A globalização proposta por esse Fórum em contraposição à globalização neoliberal é solidária, que *respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente*; uma globalização *apoiada em sistemas e instituições democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos*. Por essas afirmações, é possível compreender que o grande entrave às relações humanas, na visão do Fórum, não é o processo globalizante, não é a globalização em si, mas são as valorações que regem os processos globais atuais. A resposta do Fórum Social Mundial aos processos globalizantes é a proposição de uma outra globalização, expressa pela proclamação de certeza de que “um outro mundo é possível” (Figura 01).

Figura 01 – Logo e slogan do Fórum Social Mundial



Fonte: Fórum Social Mundial.

Na carta de Princípios estabelecida pelo Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial para orientar a continuidade dessa iniciativa e consolidar as decisões que a presidiram, são expressos os interlocutores a quem se dirige: *os seres humanos, cidadãos e cidadãs, pessoas, etnias, gêneros e povos, a sociedade, entidades e movimentos da sociedade*. Pelo uso desses signos se expressam os índices de valor que esse Fórum atribui àqueles com os quais lida ou àqueles a quem se dirige, bem como as valorações e as tomadas de posição diante das relações que estabelecem com esses interlocutores. Essa escolha é uma escolha ligada a condições sócio-econômicas desses grupos e que desencadeia reações semiótico-ideológicas, expressando, via palavra, diferentes índices de valor, e

todos os índices de valor com características ideológicas, ainda que realizados pela voz dos indivíduos (por exemplo, na palavra) ou, de modo mais geral, por um organismo individual, constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.46).

O uso da língua para delimitar relações no campo social ou para delimitar relações no campo econômico é, portanto, um uso ancorado em diferentes índices de valor, exteriorizados via material ideológico e que orientam à criação e cristalização de consensos funcionais a

determinados interesses de classes.

Para cumprir aquilo a que se propõe, o Fórum constrói seu caminho com vistas a aumentar *a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo*, reforçar *as iniciativas humanizadoras em curso pela ação de movimentos e entidades* e introduzir *na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário*.

No mesmo processo e no mesmo signo – Globalização – diferentes índices de valor instauram possibilidades diversas de construção do real, pautadas no viés econômico, lucrativo e orientado pela força da mais-valia universal e pela manutenção da atual ordem das coisas, ou pautadas no viés social, humanizado e solidário, orientado pelo movimento de resistência e pelo horizonte de possibilidade, pela memória de futuro, de um mundo outro.

Outros encontros que, mais tarde, ficariam nomeados como movimentos anti-globalização ocorreram nessa mesma época (final dos anos 1990, início dos anos 2000). Desses, dois são os principais: os protestos ocorridos em Seattle (EUA), em novembro de 1999, e os protestos em Gênova (Itália), em julho de 2001²³.

Nos últimos dias do mês de novembro de 1999, foi realizada a Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, nos Estados Unidos. Essa conferência convocou a chamada Rodada do Milênio, que ocorreu simultaneamente com negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e de formação de uma área de livre comércio com a União Europeia, além da fundação do MERCOSUL. Durante a agenda de negociações dessa Conferência, um discurso forte entre seus participantes era o de que esta foi “uma oportunidade para definir os contornos econômicos do próximo século²⁴” (FOLHA DE S. PAULO, 28/nov./1999).

O evento ocorrido nos Estados Unidos foi gerador de uma série de reações por parte de inúmeros grupos contrários aos discursos e às ações neoliberais, comandados pelos agente hegemônicos globais, tais como a Organização Mundial do Comércio. A reação desses grupos,

²³ Os textos de jornais utilizados para as compreensões sobre os protestos de Seattle (1999) e Gênova (2001) encontram-se no Anexo 07.

²⁴ Afirmação feita pela então Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright.

em resistência aos avanços dos processos globais, foi sustentada por questões relacionadas aos impactos do sistema comercial sobre temas como os transgênicos, a destruição do meio ambiente, o trabalho infantil, abusos dos direitos dos trabalhadores, crescente insegurança de emprego e aumento das desigualdades.

Durante esse *complexo jogo diplomático* destinado a *dar prosseguimento à agenda liberalizante que vem sendo a tônica do mundo moderno desde, pelo menos, a queda do Muro de Berlim* (palavras de políticos e dirigentes das instituições participantes e organizadoras do evento), os participantes das ações em protesto organizaram escaladas de prédios, exibição de faixas gigantes, interrupção do trânsito, acorrentamento a árvores e a promoção da *Assembleia do Povo*.

Os atos respondentes desses manifestantes ressoaram em jornais mundiais. No Brasil, a Folha de S. Paulo organizou um caderno especial para tratar da chamada *Rodada do Milênio*, que foi publicado via *Caderno Dinheiro*, em 28 de novembro de 1999. Nesse caderno, as manifestações foram nomeadas como *violência, uma espécie de confusão, fúria sobre a Globalização, hostilidade verbal e mesmo violenta*; o que expressa a tomada de posição do jornal brasileiro em relação à contraposição dos grupos anti-globalização. O autor do texto, enviado especial da Folha a Seattle (Clóvis Rossi), ainda expressou uma comparação dos manifestantes: eles já estão sendo chamados de *“hooligans do comércio” em alusão aos fanáticos torcedores europeus que promovem espetáculos de selvageria em estádios e suas intermediações*. Com essa comparação, as ações organizadas pelos manifestantes passam também a expressar sentidos de “selvageria”.

As manchetes do caderno especial sobre a Rodada do Milênio também constroem o tom valorativo da publicação em relação aos embates: *ONGs transformam OMC em “câmara de horrores”, Mal-estar causado pelas violentas mudanças econômicas acaba canalizado para o comércio internacional, Nova rodada encontra “fúria sobre Globalização”*. A resposta dos grupos sociais às ações e políticas neoliberais globais é caracterizada como “violência”, como “fúria”, enquanto os impactos de todo o processo econômico global são amenizados, ganhando status de “mal-estar”.

Outro acontecimento que marcou os movimentos de resistência à imposição da ideo-lógica da Globalização foram as manifestações ocorridas em Gênova (Itália), em julho de 2001. Nessa

ocasião, desencadeados pelo encontro anual dos chefes de Estado do Grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo mais a Rússia – G-8 –, entre 20 e 22 de julho de 2001, em Gênova (Itália), os protestos antiglobalização provocaram uma série de medidas de precaução por parte das autoridades italianas: a cidade recebeu o reforço de 18 mil policiais e agentes, além de outros 2700 homens das Forças Armadas (incluindo especialistas em desarmamento de explosivos e armas nucleares, químicas e bacteriológicas); no aeroporto, uma bateria de mísseis terra-ar permaneceu de prontidão durante o encontro para evitar eventuais ações terroristas; o porto da cidade ficou sob vigilância de 30 barcos da Marinha e uma equipe de homens-rã; os chefes de Estado, com exceção de George W. Bush, ficaram instalados em dois grandes navios ancorados no porto genovês; foram erguidas barricadas de até 4 metros, com arame farpado; o local do encontro foi isolado numa área de 4km², à qual só tinham acesso participantes do encontro, jornalistas, agentes de segurança e moradores; mais de 1000 pessoas foram impedidas de entrar no país por terem sido consideradas perigosas; três das quatro lanchonetes McDonald's de Gênova ficaram fechadas para evitar depredação; um trem que levaria manifestantes à Itália teve a partida cancelada (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p.B5). Essas são somente as medidas conhecidas da grande mídia internacional.

Os discursos jornalísticos mundiais acompanharam os eventos em torno do encontro do G-8 e das manifestações. Entre os jornais brasileiros, a Folha de S. Paulo também retratou as ações. No texto de 18 de julho de 2001, *Itália acirra repressão a protestos*, todas as medidas de precaução contra os manifestantes foram justificadas: *para evitar protestos violentos, como os vistos em Gotemburgo (Suécia) [no mês anterior], e em Praga (República Tcheca), em 2000; ataques terroristas também preocupam; para que eventuais protestos não atrapalhem o encontro dos líderes, que discutirão temas como estabilidade econômica e segurança internacional; as preocupações cresceram depois que uma carta-bomba explodiu em uma delegacia de polícia.*

O cenário e as estratégias de guerra fazem parte da reafirmação das hegemonias – econômica, política, militar e também discursiva. Corroboram, ainda, para construir uma fetichização em torno do G-8 e da importância dessa liderança na tomada de decisões sobre os rumos da economia e da política planetárias. Além disso, vão criando uma imagem de criminalização dos movimentos que se contrapõem às hegemonias neoliberais. Todo esse complexo jogo estratégico expressa opiniões, valorizações, mas também constrói realidades, posto que todos esses recursos verdadeiramente bélicos foram realmente empregados em nome dessa

construção discursiva de criminalização dos protestos.

Os sentidos que criminalizam os atos de resistência são construídos pela repetição de padrões discursivos com vistas a criar consensos funcionais à manutenção da atual ordem das coisas: a polícia suspeita de que *os atos terroristas* [explosão de bombas em escritórios de grupos econômicos poderosos] *estejam ligados a movimentos antiglobalização*; [o 1º manifestante morto nos protestos] *era um punk violento e já esteve preso por desacato a autoridade*; *de um lado da rua, havia cerca de 50 anarquistas vestidos de preto, com pedras nas mãos e rosto coberto*; *os ativistas atacaram os policiais com pedras, paus e tinta*.

Conforme os dias vão passando, os textos do jornal, principalmente as manchetes, vão demonstrando o agravamento das tensões em torno do encontro do G-8 e das manifestações: *Itália acirra repressão a protestos* (18/07/2001); *Bombas explodem em TV e na Benetton* (19/07/2001); *A Batalha de Gênova – Manifestação antiglobalização tem na Itália a primeira morte* (21/07/2001); *Policia chora ao ver corpo coberto* (21/07/2001); *Dia de luto e confronto deixa mais 160 feridos* (22/07/2001); *Violência expulsa ativistas da cidade* (22/07/2001); *Polícia italiana invade QG de ativistas durante a madrugada e deixa 57 feridos* (23/07/2001). As palavras no jornal vão construindo narrativas que (re)contam os encontros entre os agentes hegemônicos e movimentos de resistência que instauram instabilidades e rupturas nas bases cristalizadas da ordem das coisas. Essas palavras refletem os acontecimentos e também refratam diferentes racionalidades. “A Batalha de Gênova” foi um acontecimento marcante na luta entre hegemonia e contra-hegemonia, no confronto entre o econômico e o social. As estruturas se abalam, movimentam-se, desestabilizam-se. As forças discursivas também constituem esses eventos. Bem como a corrente de sentidos dos quais fazem parte. Contudo, instabilidades estabilizam-se novamente (mesmo que de modo provisório) demarcando efeitos de hegemonia, uma vez que os grupos sociais dominantes sempre tentam imprimir os sentidos de univocidades funcionais aos interesses dominantes. A força dominante luta constantemente para mitigar os conflitos, via palavra, de modo que os eventos vão ganhando, via discurso, tons de “naturalização”.

Os agentes globais promovem seus encontros, confirmam seus posicionamentos e suas tomadas de posição e, a partir de suas ações, produzem documentos. Logo após o encerramento do encontro da cúpula do G-8 em Gênova, os agentes produziram um comunicado final de 5 páginas. No jornal brasileiro, a manchete que resume a mensagem

desse documento expressa já a atuação dos governos de tomar as instabilidades para o seu discurso e responder a elas reforçando a sua palavra, a sua tomada de posição: *Contra a pobreza, G-8 oferece globalização*.

O documento final do G-8, conseguido pela imprensa através de agências internacionais, expressa, segundo os jornalistas brasileiros, que a resposta dos líderes dos países mais desenvolvidos do mundo é reforçar ainda mais o papel da Globalização como provedora das soluções que se fazem necessárias em escala mundial. Para esses líderes, *a globalização deve beneficiar todos os nossos cidadãos e, especialmente, os pobres do planeta* e, para que isso se dê, os líderes ainda afirmaram que incentivariam *o aumento da cooperação e da solidariedade com os países em desenvolvimento para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável*²⁵. O discurso hegemônico, ainda que tenha, de alguma forma, incorporado o discurso contra-hegemônico, o faz somente para usá-lo como ponto de apoio para reforçar e fortalecer seu próprio discurso de que a globalização será capaz de estender seus benefícios a todos.

Essa é a capacidade de o capitalismo travar discursivamente as batalhas contra os discursos críticos e de esse sistema se fortalecer a partir deles; é o processo de tomar as palavras contrárias ao capitalismo e as suas capilaridades, que são palavras alheias, e transformá-las em parte de seus discursos, torná-las palavras próprias do sistema. Esse processo de incorporação é, de fato, alimento para a reprodução dos consensos capitalistas neoliberais e nutrem as mutações desse sistema. E nas palavras de David Harvey, “Se guardiamo al neoliberalismo nel suo insieme, vedremo che l’unico motivo del suo successo è stato il suo essere riuscito a ricreare le condizioni per affermare il potere di classe del capitalismo” (HARVEY, 2006, p.34). E a recriação da condição para afirmar o poder de classe do capitalismo se dá na concretude da palavra, arena por excelência da luta de classes.

²⁵ Em relação a todo o cenário de protestos e de resistência, o documento aponta que os líderes concordaram que o encontro seguinte deveria acontecer *nas montanhas rochosas canadenses, com delegações bem menores, numa tentativa de evitar protestos violentos* (FOLHA DE S. PAULO, 23/07/2001, p.A8). Essa estratégia foi realmente adotada: o encontro do G-8 em 2008, por exemplo, aconteceu numa pequena cidade do Japão, Tayako, cuja população era de aproximadamente 10.000 habitantes; o evento se deu numa região de montanhas e de um vulcão, no *Windsor Hotel Toya Resort & Spa*; em 2012, a sede escolhida para o encontro dos líderes planetários foi o *Camp David*, um retiro do Presidente dos Estados Unidos, local de extrema segurança e afastado de grandes cidades. São formas de não se colocar à escuta das vozes antiglobalização.

CAPÍTULO II – A PALAVRA COMO CONCRETUDE DO ESPÍRITO DA COMPETITIVIDADE NA ESFERA GLOBAL

Introdução

Este segundo capítulo da tese é construído no sentido de dar continuidade à compreensão da palavra como a concretude do espírito da competitividade na era globalizada, voltando a auscultar para o contexto das relações das ideologias na construção do real. Desse modo, construo esta parte da tese traçando um percurso para compreender o processo de formação das ideologias da competitividade como justificativa e como objetivo nos discursos de grandes agentes da Globalização – os governos mundiais. Além disso, busco compreender os discursos que, na sociedade contemporânea globalizada, embasam e sustentam muitas das ações e das políticas que se instauram nas diferentes esferas de atividade humana e que servem, ao mesmo tempo, como motivação para tais ações e políticas, produzindo e reproduzindo consensos funcionais ao capitalismo neoliberal.

2.1 A palavra e o “espírito” global da competitividade

No universo das materialidades sógnicas, a palavra é o signo mais puro; ela é “neutra” em relação a qualquer função ideológica específica, posto que pode preencher qualquer função ideológica: no campo estético, científico, moral, religioso (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.37). O estudo da palavra é parte vital para a compreensão da constituição das hegemonias discursivas (que constituem as hegemonias sociais, políticas, econômicas, etc.), já que “a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (p.38).

Por todas as suas propriedades, apontadas por Bakhtin e Volochínov, – sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e sua presença obrigatória em todo ato consciente – a palavra se faz objeto fundamental do estudo das ideologias.

Mais do que sua pureza semiótica, Bakhtin e Volochínov ressaltam a ubiquidade social da palavra, que confere a ela o caráter de mediadora em todas as relações sociais em todos os domínios, sendo o indicador mais sensível de toda e qualquer movimentação social. Essa

ubiquidade social faz com que ela seja um dos mais adequados materiais para orientar as compreensões das relações entre a base material e os discursos. A palavra, portanto, pode nos fornecer os indícios das transformações sociais e, ao mesmo tempo, ser o veículo que garante a construção das hegemonias ideológicas, como a da competitividade global, por exemplo.

Além de registrar as fases transitórias e acumular quantitativamente as mudanças que ainda nem tiveram tempo “de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.42), a palavra também é o índice das transformações que já vão ganhando força e tomando forma de sistemas ideológicos mais estruturados. A palavra registra as fases mais transitórias e carrega também sentidos já mais estabilizados em determinadas épocas.

A interação verbal, a palavra funcionando como veículo de diferentes relações sociais entre a estrutura sociopolítica e a ideologia é o que constitui a “psicologia do corpo social”, como a denominam Bakhtin e Volochínov (2009 a). Essas relações e as transformações sociais acumuladas é que indicam que a palavra “competição”, por exemplo, não é mais capaz de exprimir toda a carga de sentidos novos engendrados em determinadas relações em determinado período da história e que, em função disso, é preciso lançar mão de uma nova palavra para significar toda a carga ideológica nascida nas novas relações. A “competitividade”, então, parece cumprir melhor o papel de materializar as novas relações econômicas, políticas, mercadológicas constituintes da psicologia do corpo social na era globalizada neoliberal.

O que desejo ressaltar aqui é o caráter material, concreto, da palavra na exteriorização do “espírito” global da competitividade. Esse espírito não é algo abstrato, do campo espiritual, mas algo discursivamente construído servindo a intencionalidades específicas. Do mesmo modo,

a psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar “interior” (na “alma”, dos indivíduos em situação de comunicação); ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.43).

É na concretude, portanto, principalmente na concretude verbal, que as intencionalidades se

nos revelam e ao mesmo tempo exprimem também possibilidades de construção do real. Não há algo inexprimível no “espírito” do capitalismo, ou da globalização, ou ainda da competitividade. Esse espírito se materializa via palavra e constitui os discursos que vão, por sua vez, refletindo e refratando as diferentes concepções sobre as possibilidades de se construir o real.

A Globalização é, para Milton Santos, “de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2013, p.23). Mundo esse movido pela mais-valia universal, possível graças à produção em escala mundial, por meio de empresas mundiais, competindo entre si, segundo regras ferozes e inéditas (p.30). Daí a importância da construção e consolidação discursiva da ideia de um mundo sem fronteiras, liberal, flexível, sem alfândegas para as “novas” formas de exercício do capitalismo neoliberal.

E os discursos da Globalização, ao longo do tempo e dos acontecimentos, vêm refratando diferentes possibilidades de construção do real. No discurso neoliberal, a busca pela mais-valia universal constitui-se como motor desses processos econômicos globais. Uma das formas de exercício da mais-valia universal é a instauração da competitividade. Para sustentar toda uma complexidade de relações que embasem esses processos, há um conjunto de consensos que se constroem para serem funcionais à reprodução de univocidades, baseadas na lógica capitalista competitiva neoliberal.

Assim como a ideo-lógica (para lembrar Augusto Ponzio) do capitalismo é sustentada e justificada por um conjunto de argumentos, que garantem não somente sua sobrevivência, mas também a ampliação de seu império (BOLTANSKI, 2009), as ideo-lógicas da globalização e da competitividade são igualmente sustentadas e justificadas por um conjunto de discursos que vão criando e reproduzindo determinada ordem social.

A sociologia, segundo Boltanski (2009), atribuiu, tradicionalmente, à socialização e às ideologias o papel de reprodutoras da ordem social, permitindo que “as pessoas não achem insuportável o seu universo cotidiano, o que constitui uma das condições para que um mundo seja duradouro” (BOLTANSKI, 2009, p. 41). A palavra, no entanto, é, para os estudos linguísticos, o material privilegiado que constitui essa ponte, essa mediação, na criação e na reprodução de uma ordem social, refletindo e refratando interesses de classes e interesses de uma época.

O “espírito do capitalismo”, assim denominado por Boltanski (2009), é “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (2009, p.39). As inúmeras representações que apoiam e sustentam esse “espírito” vão se constituindo, de modo compartilhado, ainda de acordo com Boltanski, uma ordem possível, uma ordem aceitável – por vezes vista como a única possível ou como a melhor das ordens. Os argumentos que a essa ordem dão sustentação são robustos de modo a parecerem e serem aceitos como pacíficos (BOLTANSKI, 2009, p.42). Para esse autor,

o espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista (BOLTANSKI, 2009, p.42).

Os “espíritos” dominantes do Capitalismo e da Globalização tendem, de certa forma, a homogeneizar, a monologizar as vozes e vão ganhando força ao mesmo tempo em que impulsionam a engrenagem de uma visão “única”, de um pensamento “único”, de um “único” *modus vivendi*. O espírito da Globalização é, nas palavras de Milton Santos (2013), uma “confusão dos espíritos”, que constitui os baluartes sustentadores do atual estado das coisas, em conjunto com o consumo e com a competitividade.

Contudo, tais espíritos não são homogêneos ou pacíficos. Na concretude da palavra se encontram os conflitos, as lutas ideológicas, os embates, a palavra nos revela as heterogeneidades, as plurivocidades, as diferentes vozes sociais. A harmonia e a homogeneidade são somente aparentes, são somente pretendidas pela classe social dominante.

Os espíritos do Capitalismo e da Globalização, materializados nas palavras não são, portanto, abstratos, assim como não o é a mais-valia universal:

Ela é fugidia e nos escapa, mas não é abstrata. Ela existe e se impõe como coisa real, embora não seja propriamente mensurável, já que está evoluindo, isto é, mudando. Ela é “mundial” porque entretida pelas empresas globais que se valem dos progressos científicos e técnicos disponíveis no mundo e pedem, todos os dias, mais progresso científico e técnico (SANTOS, 2013, p.30).

Mesmo que a mais-valia seja fugidia e não propriamente “mensurável”, a materialidade dos

discursos é um lugar em que se podem construir compreensões sobre ela como o motor determinante do período da Globalização, já que a complexidade desse período se deve ao jogo que a constitui, o jogo entre os sistemas técnicos-informacionais e as políticas, o jogo entre a base material e os discursos. Dessa forma, tomo o olhar e a escuta atenta da palavra como reveladores das relações sociais e dos interesses de classes constituintes desse jogo na busca pela mais-valia e pelos discursos nele gerados.

Não é a mais-valia “em si” que me interessa aqui, mas os discursos sobre ela. Como signo, a “mais-valia” possui a sua materialidade, uma materialidade sócio-histórica e valor ideológico. Além disso, a mais-valia como motor único do período da Globalização se manifesta em outros signos. “A competitividade entre as empresas é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia exatamente porque deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade” (SANTOS, 2013, p.30 e 31). Não é mais a competição em uma determinada questão, para medir quem é capaz de atender com maior êxito a uma determinada especificidade, mas é a competitividade, que mede os níveis de potencial de realização de necessidades em escala global. Daí a construção de discursos para justificar e sustentar a necessidade de que o mundo – ou os lugares – se organize em torno de um motor único, procurando atender às mesmas necessidades, promovendo as mesmas condições, mediadas pelos mesmos índices de valoração, tudo isso sustentado por um discurso único, propagador de univocidades.

E para compreender os discursos construindo essa necessidade da busca pela mais-valia, do aumento dos índices de produtividade e de competitividade, a linguagem se nos mostra como esse lugar. Essa construção discursiva pela lógica do “espírito” da globalização é construção social, que atende a interesses de classes e de grupos específicos, mas que em sua superfície pode remeter a uma ideia daquilo que “é bom para todos”, que beneficiará a todos igualmente, “todos ganham”. Nesse percurso, a própria lógica que se constrói pode parecer, em vez de construção, uma descoberta, um desvelamento de algo que “naturalmente” o é “em si” e que por “dom divino” se descobre e, a partir daí, passa-se, então, a organizar todo o funcionamento de uma nação ou de um conjunto de nações em torno desse espírito.

No entanto, como bem sabemos, nem essa forma de organização é um dom divino e nem a linguagem cumpre esse papel. Volochínov constrói toda uma linha argumentativa, no texto “Que é a linguagem”, para afirmar que esta “não é um dom divino nem um presente da

natureza. *É o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou*” (VOLOCHÍNOV, 2013, p141). O espírito da globalização, da mais-valia universal, expresso pelos discursos da competitividade também reflete e refrata em todos os seus elementos a organização econômica e sociopolítica da sociedade globalizada e globalizante.

A escuta ativa da mais-valia universal no campo da palavra pode ser, desse modo, uma escuta do signo e dos discursos da competitividade. A palavra, o signo competitividade, é um dos veículos pelos quais a mais-valia vai alcançando esferas de atividade humana diversas, constituindo o discurso da Globalização como o “espírito” de uma época.

2.2 O espírito de competitividade, a ideologia e a constituição de discursos hegemônicos numa época globalizada

O homem social está envolvido por um meio ideológico vivo e complexo, repleto de materialidades sógnicas das mais diversas: “de palavras realizadas nas mais diversas formas, pronunciadas, escritas e outras; de afirmações científicas; de símbolos e crenças religiosas; de obras de arte, e assim por diante” (MEDVIÉDEV, 2012, p.56). Esse meio ideológico que envolve o homem densamente é “a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa” (MEDVIÉDEV, 2012, p.56). Num dado período da história, a consciência social, que é determinada pela existência econômica, manifesta-se por diferentes discursos que constituem o “espírito” de uma dada época.

O “espírito da cidadania global”, o “novo espírito do capitalismo”, o “espírito da Globalização”, todos esses e ainda outros (componentes da *novlangue* ou *new speech*) que poderíamos levantar aqui vão convergindo no atual período para o espírito da competitividade. Ele é, ao mesmo tempo, motor e base para o funcionamento e para a organização desse mundo globalizado em grande medida. As repetições de padrões fabulosos de enunciados que vão propagando a bondade de todas as medidas e de todos os processos homogeneizadores de globalização não passam de complexos exercícios de fabulações, essenciais à existência e manutenção de uma perversidade sistêmica, que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade e que tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas (SANTOS, 2013, P.20).

Entrecruzadas e interpenetradas pelo “espírito” de competitividade, que não é um espírito, mas uma materialidade, uma realidade concreta, as relações sócio-históricas vão se constituindo de modo que incorporam esse espírito e o alimentam em nome dos processos de organização atual do mundo. Esse contato da organização e do funcionamento do mundo com os discursos da competitividade não é um contato simbólico, mas se dá num espaço e num tempo. As relações que se constroem, então, são relações de cronotopos com cronotopos, intermediadas pelas materialidades discursivas e ideológicas de um espaço-tempo de globalização.

Nesse espaço-tempo global, o estudo da palavra como signo ideológico é um estudo também revelador do espírito de uma época. Não só revelador, mas construtor desse espírito. A Globalização é uma construção, uma produção, uma elaboração humana. Assim também o é a competitividade. Sem as fábulas e mitos produtores desse período histórico, ele não existiria (SANTOS, 2013, p.43). Entre as fabulações mais recorrentes que constituem esse período globalizado, Milton Santos apresenta: 1) o mito da aldeia global, ligado à ideia de comunicação, agora possível em nível planetário (no entanto, “a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos” (SANTOS, 2013, p.41)); 2) o mito do espaço e do tempo contraídos, creditado aos prodígios da velocidade (“Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo” (SANTOS, 2013, p.41)); e 3) o mito da humanidade desterritorializada, somado à ideia de uma cidadania universal, sob a justificativa do desfalecimento das fronteiras, (mas as fronteiras “nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro de um território” (SANTOS, 2013, p.42)). Esses discursos produzem e reproduzem uma época, o que se diz sobre ela, o modo como se olha para ela e o modo como se age nela.

Os mitos e as fábulas não são, no entanto, os únicos discursos que entrecruzam a base material da sociedade. Há infinitas possibilidades discursivas, mas a hegemonia se constitui a partir de processos dentro de toda a complexidade do funcionamento dessa base na relação com os discursos. Essa inter-ligação dos padrões enunciativos com os padrões de comportamento é estudada por Augusto Ponzio, que, a partir da leitura de Rossi-Landi,

apresenta as programações sociais comportamentais em três dimensões, sempre co-presentes: “1) os modos de produção (forças produtivas e relações de produção); 2) as ideologias; 3) os programas da comunicação verbal e não-verbal que atravessam os sistemas sógnicos” (PONZIO, 2007, p.327). E para compreender como, então, a partir dessas programações as hegemonias se constituem, retomo as palavras do autor, segundo o qual a situação de hegemonia e de poder é melhor exercida por quem exerce o maior controle sobre o sistema geral da comunicação.

Hoje se percebe claramente que a classe dominante não é aquela que é dona de coisas e nem tampouco aquela que é proprietária de meios de produção, mas aquela que controla setores amplos da rede da comunicação, através das quais se realizam a produção e a cotação das coisas humanas. [...] Na atual fase do sistema capitalista, ocorre que o domínio não depende da posse de coisas, mas do controle das relações de comunicação, do controle da troca dos bens no nível do mercado e da produção. Pode-se dizer que com isso mesmo a classe dominante possui o capital, mas é mister que a expressão “capital” seja agora especificada, sobretudo como controle da comunicação. Se, de modo geral, na troca comercial o segredo da mercadoria se desvela remontando até as relações comunicativas humanas, hoje, mais do que nunca, no atual sistema capitalista, o capital é um fato sógnico (PONZIO, 2007, p.328).

O controle das relações de comunicação, o controle da troca dos bens no nível do mercado e da produção é um controle universalizador de discursos, universalizador do espírito hegemônico de uma época. E “falamos aqui em hegemonia admitindo que tal racionalidade, mesmo não sendo a única, tem a força de determinar a tendência de todas as demais formas de desenvolvimento do processo de produção material da vida na fase atual do capitalismo” (KAHIL, 2010, p.478). A produção material da vida se dá, na contemporaneidade, em diversos níveis e esferas, inclusive nos discursos, que são materialidade prenhe de vida e que, em sua cadeia infinita e inquebrável de significados, também emprenha a vida.

As hegemonias se dão, dessa forma, na repetição de padrões carregados de interesses de classes e de grupos, produzindo e reproduzindo racionalidades capazes de compor o espectro de concepções e de organização do mundo e da vida em sociedade. A ideologia compõe essas racionalidades, construindo determinada tendência social e valorativa, um determinado projeto ligado a determinado grupo social, a uma certa classe social, “com tendências que vão indiferentemente na direção da inovação, da revolução e da ciência, como também da ocultação, da mistificação e do conservadorismo” (PETRILLI, 2013, p.38).

A produção de um processo de globalização em que os sistemas técnico-científico-informacionais servem de instrumento, em comunhão com a produção de discursos que pintam um imaginário que sustenta toda essa produção, também sustenta e fortalece um sistema econômico e de organização de mundo em que os que não atendem às características de um determinado tipo de identidade, criada de forma a obedecer aos ditames e às lógicas de funcionamento de uma época, são dessa lógica toda excluídos ou por ela explorados. Nas palavras de Milton Santos,

É uma forma de totalitarismo muito forte e insidiosa, porque se baseia em noções que parecem centrais à própria ideia da democracia – liberdade de opinião, de imprensa, tolerância – utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, e do que são os países e os lugares (SANTOS, 2013, p.45).

São discursos que apontam, em nome da liberdade e da igualdade, para uma direção, mas o que de fato se vivencia são caminhos opostos. O que nos é vendido como “liberdade de opinião” ou “liberdade de imprensa” é o que Augusto Ponzio considera a distinção essencial que se deve fazer entre “liberdade *de* palavra” e “liberdade *da* palavra”. Para o autor, é preciso que haja a possibilidade de circulação da palavra nos lugares de discurso; já que a liberdade *de* palavra faz parte de uma segurança ilusória, “é também indício de demagogia secundária, baseada na qual não somente uma pessoa 'toma a palavra', a 'pretende', a 'concede', a 'dá' (Dou a minha palavra!), mas, mais ainda, a distribui, dividida, segundo um tempo igual para todos: a cada um um tempo de palavra” (PONZIO, 2010, p.19) (“Agora passo a palavra para o próximo debatedor”). A liberdade *de* palavra dita e mantém uma ordem, uma hierarquia, é verticalizada; a liberdade *da* palavra é fazer a palavra circular, é colocar junto da ideologia oficial (da manutenção da atual ordem das coisas) a ideologia do cotidiano (da ruptura, da quebra da ordem), é a palavra da Roda de Conversa, do Círculo em que as palavras não hierarquizadas circulam e movimentam a roda, uma palavra horizontalizada.

O discurso de um mundo único, globalizado, prega a liberdade *de* palavra em nome da democracia, da igualdade (todos têm lugar e tempo de fala), contudo, como afirma Ponzio, é uma demagogia secundária: todos têm lugar de fala dentro de uma mesma identidade. Assim também a tolerância, lembrada por Milton Santos, tolerar o outro é ainda afirmar a lógica da identidade, aqueles que não se enquadram devem ser tolerados, dentro de uma identidade de superioridade e bondade, já que “sou tão bom que sou capaz de tolerar aqueles que pensam ou agem diferentemente de mim”. É ainda afirmar que a ordem das coisas deve ser uma só, mas

que podemos “tolerar” aquilo que não a segue. O espírito da competitividade nessa época globalizada é um espírito propagador da liberdade *de* palavra, dentro da identidade da mais-valia universal.

E nessa lógica identitária da época globalizada, o controle das relações de comunicação e da troca dos bens, tanto no nível do mercado quanto no nível da produção, fica a cargo de agentes também hegemônicos. Essa lógica, como também outras, reflete determinadas interpretações da realidade que se refratam significativamente. Esse é o jogo ideológico que se estabelece para refletir uma lógica competitiva de uma interpretação da realidade pautada nas relações econômicas neoliberais. A ideologia é, portanto, esse conjunto de reflexos, uma vez que “Por ideologia entendemos todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas²⁶” (VOLOCHÍNOV, 2013, p.138).

Os reflexos e as interpretações da realidade que vêm se construindo em discursos capitalistas dominantes refletem e interpretam a realidade de um determinado ponto de vista, atribuindo a ela valores de verdade, de mentira, construindo a partir dela as valorações de benefícios e beneficiários em oposição àqueles que não têm habilidade de se encaixar nesse sistema, entre outros valores que constroem a competitividade como âncora, como alvo e como a melhor (ou única) alternativa para a organização social global. Essas valorações, de certa forma, “naturalizam” determinados conjuntos de signos que são funcionais a determinadas interpretações da realidade e a determinados pontos de vista. No entanto, os pontos de vista, as valorações não são naturais, mas sociais e históricos. “E seu lugar de constituição e materialização é na comunicação incessante que se dá nos grupos organizados ao redor de todas as esferas de atividades humanas” (MIOTELLO, 2012, p.170).

A comunicação verbal constitui e materializa as diferentes interpretações da realidade e os signos verbais dela constituintes abarcam e se recobrem de sentidos funcionais a interesses de determinados grupos sociais, ora reproduzindo e mantendo como definitiva algumas interpretações, ora colocando determinadas interpretações em discussão em tentativas de subversão da ordem estabelecida. Os discursos dominantes expressam seus pontos de vista e suas valorações em tom de explicação, orientando sua argumentação a partir de uma só

²⁶ Essa é a única definição de ideologia que se pode ler nos escritos do Círculo Bakhtiniano e está publicada no texto “Que é a linguagem?”, de Valentin Volochínov.

consciência²⁷.

Os discursos dominantes, que explicam a realidade no exercício de sua hegemonia em determinado momento da história são marcados por características que lhes são típicas. Reproduzo aqui algumas dessas características apontadas por Miotello para compor a reflexão acerca de grupos humanos que construíram poder hegemônico e os discursos também hegemônicos a partir disso produzidos:

- i) a fala e a autorização da fala produtora e sempre veiculadora de sentidos vem exclusivamente do setor dominante, incluído; por obviedade, o dominador é quem também domina as narrativas;
- ii) esta fala pretende sempre construir um discurso de igualdade, e por isso inclui no discurso dominante os excluídos, falando por eles e falando para eles;
- iii) aparentemente também há um lugar de inclusão dos pretensos discursos dos excluídos nesse discurso hegemônico;
- iv) esse discurso, por se comportar como discurso absolutamente único e monológico, visa garantir um eco permanente, universal e necessário;
- v) o discurso é intermediação mais eficaz que armas para garantir dominação e subalternização, e institucionaliza o mais urgente e da melhor forma possível suas pretensões (MIOTELLO, 2005, p.272).

Para compreender essas características, Miotello olhou para discursos como o Discurso Católico na Idade Média, o Discurso do Estado nos séculos XVII e XVIII, o Discurso Industrial no século XIX, o Discurso do Mercado no século XX e o Discurso da Tecnologia nas últimas décadas do século XX.

O discurso capitalista neoliberal produzido no período da Globalização instaura a monológica da identidade competitiva e ecoa de maneira universal e permanente as explicações e interpretações da realidade do ponto de vista do dominador.

Nesse contexto neoliberal, os agentes da globalização, como podemos chamá-los, regulam, mediam e conferem as relações produtivas, comerciais e comunicativas, produtoras e reprodutoras do espírito competitivo e homogeneizante da globalização. É sobre esses agentes e sobre a construção do discurso da competitividade por eles promovida que tratarei no item

²⁷ Bakhtin faz uma distinção entre os níveis da explicação e da compreensão em “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras Ciências Humanas”: Na *explicação* existe apenas uma consciência, um sujeito; na *compreensão*, duas consciências, dois sujeitos. Não pode haver relação dialógica com o objeto, por isso a explicação é desprovida de elementos dialógicos (além do retórico-formal). Em certa medida, a compreensão é sempre dialógica” (BAKHTIN, 2003, p.316).

seguinte, para compreender, um pouco que seja, a formação do “espírito” dos interesses globais. Esses discursos contribuem também para a construção do processo de Globalização como fábula contemporânea e refletem e refratam a organização e o funcionamento da sociedade contemporânea.

2.3 Os agentes da Globalização (os governos mundiais) e a construção do discurso da competitividade

A produção e reprodução do espírito competitivo hegemônico da globalização neoliberal se dá por meio de sofisticados mecanismos discursivos para a difusão e consolidação de interesses próprios da classe capitalista dominante. Para tanto, são construídas “verdades” por meio das quais se “explica” o período globalizado. Uma dessas “verdades” propagadas pelos discursos globalizantes é a de enfraquecimento ou até mesmo de desaparecimento do Estado. Além disso, esses discursos também pregam sobre a derrubada das fronteiras e a unificação das nações.

Contudo, o que se observa nas entranhas desse processo de globalização é a mudança do papel do Estado e a flexibilização das fronteiras, mas isso somente em alguns aspectos e segundo determinados objetivos e interesses. O discurso do desaparecimento do Estado carrega consigo não somente esse sentido, mas também o sentido, se auscultarmos ativamente esses discursos, de que a soberania do Estado nacional se mantém e se fortalece nesse processo para garantir que as forças dos interesses externos a uma nação possam agir internamente. “Ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica” (SANTOS, 2013, p.77). O Estado, nessa nova configuração, assume o papel de regulador e de provedor de condições e de infraestrutura para o funcionamento dessa engrenagem global, proporcionando e viabilizando a realização das forças globais no seio do território; território esse que, ainda segundo Santos (2008), é um território nacional da economia internacional.

A interpenetração e o entrecruzamento dos ditames de um projeto global de organização de mundo vão, por vezes, constituindo e moldando as ações no território nacional, devido ao projeto hegemônico e limitador da globalização. Esse projeto hegemônico e hegemônico

vai se constituindo também discursivamente de modo a formular necessidades e objetivos idênticos a diferentes nações, com realidades também diferentes. A lógica da identidade global se esforça para minar diferenças e construir formas de se pensar a organização do mundo de um mesmo lugar, sob uma mesma e limitadora ótica.

A lógica da identidade global, permeada e sustentada muitas das vezes pela necessidade de se instaurar condições de competitividade em nível global, faz com que essa forma de exercício da mais-valia universal seja tida como “uma espécie de verdade axiomática e aconselhada a todas as empresas e a todos os países como uma tábua única de salvação” (SANTOS, 2008, p.211)²⁸. Dessa forma, a competitividade, bem como todo o processo de globalização, vai ganhando ares de “consequência inevitável” ou “caminho natural” de toda a evolução técnico-científica pela qual vem passando a sociedade mundial nos últimos séculos. Essa naturalização, tanto do processo de globalização, quanto da necessidade pela busca da competitividade por ele gerada, é não somente fabulosa, mas também perigosa, posto que se instaura uma noção de conformidade em relação a algo “que é assim como deve ser”.

Nas condições atuais, um grande complicador vem do fato de que a globalização é frequentemente considerada uma fatalidade, baseada num exagerado encantamento pelas técnicas de ponta e com negligência quanto ao fator nacional, deixando-se de lado o papel do território utilizado pela sociedade como seu retrato dinâmico. Tal visão do mundo, uma espécie de volta à velha noção de *technological fix* (uma única tecnologia eficaz), acaba por consagrar a adoção de um ponto de partida fechado e por aceitar como indiscutível e inelutável o reino da necessidade, com a morte da esperança e da generosidade (SANTOS, 2013, P76).

Grande parte da condição que se teme em relação à Globalização é o fechamento das possibilidades, é o caráter limitador e criador de uma necessidade única, de um olhar único, de uma tecnologia eficaz única, da adoção de um único ponto de vista e, por conseguinte, da aceitação ou naturalização dessas condições. Mas a aceitação não é um processo definitivo e a visão única é, felizmente, uma tentativa de hegemonização – tentativa pesada e constante, mas é luta, é embate, o que quer dizer que encontra sempre resistência. O que se tem, já no próprio signo “competitividade”,²⁹ é uma árdua luta de valores que se afirma nos diferentes discursos.

²⁸ Essa “verdade axiomática, contudo, encontra numerosos opositores, entre eles R. Petrella (1995) e S. Garelli & L. Guertechin (1995)” (SANTOS, 2008, p.211).

²⁹ Já em 1994, Paul Krugmann, por exemplo, expressa fortemente sua dúvida em relação à veracidade do conceito de competitividade, num artigo publicado na Revista *Foreign Affair*. Ele fecha sua discussão apontando não somente o erro de se conceber a competitividade como hegemonicamente se concebe, mas aponta para seus perigos: 1) isso pode resultar no desperdício de gastos de dinheiro do governo, supostamente para aumentar a

No entanto, mesmo que a ideo-lógica da competitividade não seja a única nos discursos contemporâneos, ela é forte e constante suficientemente para compor os padrões desses discursos, constituindo as condições para uma hegemonização tanto daquilo que se fala ou que se escreve sobre a globalização, quanto daquilo que se cria nas bases materiais concretas das sociedades contemporâneas globalizadas. Essas relações que se dão nas materialidades discursivas e nas bases infraestruturais não se dão pelas ideologias ou pelos discursos em si, mas por uma complexa trama de relações entre agentes geradores e portadores dessa ideológica em nível global.

Nesse sentido, além dos discursos tecidos com os fios da ideologia oficial em favor do processo de Globalização serem propagadores dessa visão única como o melhor caminho a ser adotado no nível global, esses discursos cobram ações na base material para que suas proposições sejam atendidas e para que a organização das diferentes nações atenda aos desejos e aos projetos de dizer desses grupos hegemônicos. Klaus Schwab, fundador e Presidente do Fórum Econômico Mundial, e Claude Smadja, diretor desse mesmo Fórum, escreveram num editorial publicado no *International Herald Tribune*, em 1996, que a globalização econômica havia entrado numa fase crítica. Eles se referiam a uma reação esboçada contra os efeitos dessa globalização, especialmente nas democracias industriais, o que estava ameaçando impactar de maneira muito perturbadora a estabilidade da atividade econômica e social em muitos países. Para tanto, esses líderes globais alertavam sobre essa situação e cobravam medidas e políticas inovadoras para ajudar a conter essa reação contra a Globalização urgentemente. *A opinião pública nas democracias industriais não ficará satisfeita por muito tempo com artigos de fé sobre as virtudes e benefícios da economia global. Ela está pressionando por ação* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2009, p.135). Esse discurso revela e nos permite construir sentidos de que não se pode permitir que a economia globalizada seja atacada, perturbada ou ameaçada. Não é o processo de globalização da economia o gerador dessas instabilidades ou insatisfações, mas a falta de *políticas inovadoras* para que esse tipo de economia saia dos artigos de fé e tomem corpo na organização das democracias industriais.

competitividade; 2) isso poderia levar a protecionismo e as guerras comerciais; e 3) finalmente, e mais importante, isso pode resultar em má política pública de um espectro de questões importantes. Assim, que a verdade seja dita: competitividade é uma palavra sem sentido quando aplicada às economias nacionais. E a obsessão pela competitividade é errada e perigosa (KRUGMANN, 1994, p.28-44). Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/49684/paul-krugman/competitiveness-a-dangerous-obsession>. Acesso em 06 de julho de 2014, às 18h06. (Esse artigo foi citado por Milton Santos para demonstrar discursos opostos ao discurso da competitividade no livro *A natureza do Espaço*, 2008, p.211).

Aqui, ao mesmo tempo em que se ausculta a voz dos líderes econômicos globais exigindo ações para que se cumpram as promessas de benefícios de uma economia globalizada, ausculta-se também a voz dos opositores, que cobram por esses benefícios. Quando esses líderes afirmam que a opinião pública não se satisfará com as declarações de fé, já se escutam as vozes de não conformidade com isso. Contudo, a reação do discurso hegemônico é admitir a existência dessa crise e dessas contestações e já construir uma resposta imediata jogando a responsabilidade da insatisfação à falta de políticas inovadoras para garantir os benefícios da globalização e não ao próprio processo unificador, homogeneizante e excludente. A ação de publicar um texto a esse respeito é já uma reação às oposições, aos embates ideológicos constitutivos de todo esse jogo de relações. Essa estratégia é constituinte a característica dos esforços para a produção de consensos e consolidação das hegemônias.

Como parte do processo de construção dos consensos entre os agentes hegemônicos, a construção dos discursos da hegemonia global acerca da necessidade de medidas, políticas e ações em nível mundial é um lugar-comum funcional aos interesses neoliberais. A Organização Mundial do Comércio (OMC), ao explicar o que é essa organização, afirma que seu objetivo principal é construir maneiras para que o comércio flua o mais livremente possível. Isso, significa, segundo as palavras da própria organização, que às vezes é preciso *remover obstáculos* em nome do *bem-estar* e do *desenvolvimento econômico*. Além disso, a garantia de maior fluidez do comércio mundial significa assegurar que indivíduos, empresas e governos saibam quais são as regras comerciais em todo o mundo e dar-lhes a confiança de que não haverá mudanças bruscas de política. *Em outras palavras, as regras têm de ser transparentes e previsíveis*³⁰.

O que no discurso da OMC significa segurança, garantia e confiança, sob o aspecto do estabelecimento e da manutenção de regras e políticas, fora do discurso fabuloso pode significar também um forte controle sobre as políticas e regras mundiais de comercialização; o que outrora se chamou de *transparente* e *previsível* pode-se chamar também de controlador

³⁰ É possível fazer a leitura dessa apresentação a respeito do que é a OMC em seu sítio na internet, onde se lê: “*The system’s overriding purpose is to help trade flow as freely as possible — so long as there are no undesirable side effects — because this is important for economic development and well-being. That partly means removing obstacles. It also means ensuring that individuals, companies and governments know what the trade rules are around the world, and giving them the confidence that there will be no sudden changes of policy. In other words, the rules have to be ‘transparent’ and ‘predictable’*”, disponível em: http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm, acesso em 13 de maio de 2014, às 13h50.

e tendencioso, na medida em que a própria negociação dessas regras e políticas não é uma negociação neutra e imparcial, mas já vai se moldando de forma a atender determinados interesses hegemônicos não tão *transparentes*. Nesse sentido, o global pode ser tão somente uma espécie de controle e de fonte de mais-valia. Essa mediação por meio de medidas reguladoras de como as coisas devem proceder vai criando um mercado global. E “a um mercado universal corresponde uma comunicação universal que exprime as mesmas necessidades, as mesmas exigências, os mesmos desejos, o mesmo imaginário” (PONZIO, 2007, p.330). Isso não significa o fim das relações conflituosas, mas essas podem ser os tais *obstáculos* que devem ser removidos em nome do *bem-estar* e do *desenvolvimento*.

Outro agente mundial criador e propagador dos consensos hegemônicos neoliberais da Globalização é o Banco Mundial. Em seu sítio na internet, essa instituição afirma que a reconstrução continua a ser uma parte importante de seu trabalho (desde o início do período pós-guerra) e que, no entanto, no atual Banco Mundial, a redução da pobreza através de uma *globalização inclusiva* e sustentável continua a ser o objetivo principal do trabalho. O substantivo *globalização* recebe, aqui, o adjetivo *inclusiva* para construir sentidos diferenciados para esse processo. Ao afirmar que como objetivo principal o Banco tem a promoção de uma *globalização inclusiva*, um dos sentidos aí contidos é o de que existe também uma Globalização não inclusiva, ou uma Globalização exclusiva³¹. Não fosse essa possibilidade de sentido, não haveria a necessidade do acréscimo do adjetivo *inclusiva*, já que se constituiria um pleonasma, se trouxermos para cá o discurso e o conceito fabuloso de Globalização como homogeneidade, como unicidade, como *bem para todos*, como extensão do melhor tipo de organização e de funcionamento a nível global.

Há ainda, aqui, mais uma vez, a noção “natural” de pobreza. Como se a Globalização e seus

³¹ Milton Santos afirma que “A ideologia de um mundo só e da aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade. Mas ainda estamos longe desse ideal, todavia alcançável”. Para o geógrafo, os grandes atores desse tempo real são “os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico”. Apesar de admitir a potencialidade desse pertencimento do tempo real a todos, ele afirma que esse tempo efetivamente é “excludente” e “assegura exclusividades” (SANTOS, 2013, p.28). E ainda quero acrescentar aqui que, pensar a relação de inclusão e exclusividades remete às palavras de Augusto Ponzio, no texto *Filosofia da linguagem e teoria da práxis*, que é 12º capítulo do livro *Fundamentos da Filosofia da linguagem*, em que faz uma belíssima reflexão a respeito do reforço da unidade na Comunidade Europeia: sintomático dessa unidade “é o fato de que se cunhou uma nova palavra a este propósito: 'extracomunitário'. Essa palavra se refere àquilo que, no que tange ao grupo dominante de identificação, se configura como estranho, não tem direito de pertença. Trata-se de um adjetivo que não tem simplesmente um valor descritivo, pois dá margem a todo tipo de diferentes comportamentos, está ligado à falta de reconhecimento de certos direitos, implica reservas, negações, rejeições em relação a quem é classificado como tal” (PONZIO, 2007, p335).

processos de unificação não a gerassem; como se a pobreza existisse “por si”, o que também se constitui como uma fábula. Afirmar que as ações dessa instituição visam à promoção de uma globalização inclusiva é afirmar que à medida que se unifica, uniformiza, ou globaliza o que se almeja e o que se busca enquanto sociedade, unificam-se, uniformizam-se e se globalizam também os benefícios e o desenvolvimento. Contudo, de acordo com o que se vivencia na base material, se isso fosse “verdadeiro” ou “realista”, não seria necessário incluir ninguém, posto que todos seriam parte constitutiva da construção desses processos, bem como de seus retornos. O fato é que a pobreza é fruto, ou parte integrante, de todo esse sistema, e o fato de afirmarmos, enquanto nação, ou enquanto instituição que queremos as mesmas coisas, não nos torna homogêneos, pois que “Querer a mesma coisa [...] na maioria dos casos não elimina, mas multiplica as ocasiões de conflito (PONZIO, 2007, p.330). A pobreza não é algo em si, cujas mazelas serão eliminadas ou minimizadas por um processo divino, unificador de interesses; essa é uma construção discursiva que prega o fortalecimento desse “espírito” em nome da eliminação das desigualdades, quando o que se vê é a eliminação das diversidades, em nome da construção de uma identidade global³².

Na mesma seara e com o mesmo espírito, um dos membros do Banco Mundial, o *International Centre for Settlement of Investment Disputes* [Centro Internacional de Estabelecimento de Disputas de Investimento], afirma que seu trabalho é procurar remover grandes impedimentos para os fluxos de capital privado e mediar disputas entre grandes investidores. Novamente, a apresentação de um agente da Globalização declara a necessidade da derrubada de barreiras e do estabelecimento de regras gerais *globais*. *Derrubar barreiras, remover impedimentos, eliminar obstáculos* são ações declaradamente recorrentes desses agentes mundiais da Globalização. Além disso, algo recorrente é o sentido de *imparcialidade* ou *neutralidade* expresso pelos mesmos agentes. No caso do Centro Internacional de Estabelecimento de Disputas de Investimentos, há também a expressão desse sentido, no trecho em que essa organização afirma que o Centro foi criado como um *fórum imparcial* para prover facilidades na resolução de disputas legais. A imparcialidade, a pluralidade, a impessoalidade, o apartidarismo, a neutralidade: todas características que carregam em si

³² “Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações de pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais” (SANTOS, 2013, p.73).

sentidos de não-tomada de posição, de não-defesa de interesses. Se não se toma posição, não se tem uma postura diante dos acontecimentos e dos processos de funcionamento do mundo; e aqueles que não tomam postura são, portanto, impostores.

The World Economic Forum (WEF) [Fórum Econômico Mundial] também compõe esse complexo conjunto de agentes construtores de um discurso globalizante. Juntamente com outras partes interessadas, essa instituição trabalha para definir desafios, soluções e ações, sempre com o espírito de cidadania global³³. O espírito da cidadania global, da nação global, declara o que todos queremos (todos somos as partes interessadas): queremos desafios que nos impulsionem à superação, soluções para os nossos problemas (como a pobreza, por exemplo), e ações para compormos o funcionamento da nossa aldeia global; tudo isso movido pelo espírito de uma cidadania una, de uma identidade una. Esse Fórum, por meio de seus Encontros Regionais Anuais, agrega valor único para seus parceiros, membros e constituintes; esforça-se para demonstrar o empreendedorismo no *interesse público global*. Esse agente da Globalização se declara como fundação sem fins lucrativos, independente, imparcial e não vinculado a nenhum interesse especial, trabalhando em cooperação com todas as maiores organizações internacionais. Além disso, integridade moral e intelectual está no coração de tudo o que faz.

Trouxe aqui essas declarações e auto-definições para compor o quadro de construção discursiva, materializada via palavra, de um “espírito” global, de cidadania global. Os padrões dos enunciados vão se repetindo, de forma a constituir a concepção de uma época. Não há, nesse jogo, *nenhum interesse específico*, posto que se trata de uma *fundação íntegra, tanto moral quanto intelectualmente*; é imparcial, logo *não está nem de um lado, nem do outro, o fim maior é o interesse público e global*; por isso é *independente* e a forma de trabalho é a *cooperação*.

O discurso que se vai construindo é o mesmo, nas diferentes instâncias e esferas, o mesmo tom identitário homogêneo vai se instaurando à medida que o que sustenta todo esse jogo é o interesse, é o bem-estar comum, é o desenvolvimento global. Contudo, esses interesses comuns, gerais e generalizantes, são construídos a partir do envolvimento de líderes políticos,

³³ Texto original: “*Together with other stakeholders, it works to define challenges, solutions and actions, always in the spirit of global citizenship*”.

empresariais, acadêmicos e outros da sociedade em esforços colaborativos para *estruturar* agendas globais, regionais e da indústria. Tudo o que se declara é a garantia de que os interesses globais sejam atendidos, mas os próprios interesses, ditos globais, são estruturados a partir do esforço conjunto das lideranças globais. Assim, o que se garante é a manutenção da ordem atual das coisas: as mesmas lideranças de sempre estruturam os interesses, propagam-nos ideo logicamente como globais e garantem sua efetivação.

Essas leituras são tão somente algumas das vozes que poderíamos auscultar acerca da vontade de se construir uma *nação global*, com interesses globais, únicos, homogêneos, de forma a entoar em uníssono um mundo globalizado, um mundo único, com regras únicas, pelas quais são regidas e organizadas diferentes nações, com diferentes economias, diferentes necessidades, dentro de suas singularidades. Os grandes agentes da globalização garantem, por meio dos poderes que lhes são conferidos social e historicamente, a universalização dessas hegemonias, de forma a servirem de veículo a essa racionalidade instrumental da competitividade, ecoando permanentemente e em escala planetária um discurso monológico. É para esses agentes e seus discursos universalizantes e hegemônicos que olharei nos itens que seguem.

2.3.1 O Fórum Econômico Mundial

Um dos grandes agentes da Globalização é o Fórum Econômico Mundial – *World Economic Forum*. Em seu caderno institucional (Anexo 08), esse Fórum se define como uma organização internacional independente, compromissada em melhorar o estado do mundo (Figura 02). Essa organização foi incorporada em 1971 como uma fundação sem fins lucrativos. Sediado em Genebra, na Suíça, o Fórum Econômico Mundial afirma não estar preso a interesses políticos, partidários ou nacionais, embora declare, no mesmo documento, que é uma organização preocupada em melhorar o estado do mundo por meio do envolvimento de líderes empresariais, políticos, acadêmicos e outros membros da sociedade para estruturar agendas globais e regionais da indústria³⁴. Nesse texto institucional, ainda podemos ler a *Missão*³⁵ e a *Visão*³⁶ da organização, respectivamente: *Empreendedorismo no*

³⁴ *The World Economic Forum is an independent international organization committed to improving the state of the world by engaging business, political, academic and other leaders of society to shape global, regional and industry agendas. Incorporated as a not-for-profit foundation in 1971, and headquartered in Geneva, Switzerland, the Forum is tied to no political, partisan or national interests.*

³⁵ *Our Mission: Entrepreneurship in the global public interest.*

interesse público global e Catalisar e integrar os processos globais e regionais da indústria como parceiro de confiança de nossos membros e constituintes.

Figura 02 – Logo e slogan do Fórum Econômico Mundial



Fonte: Fórum Econômico Mundial

O Fórum Econômico Mundial é uma *comunidade*³⁷ *de comunidades*. Por meio da construção de comunidades de interesse, essa organização promove a interação formal dessas comunidades, ligando-as a comunidades por objetivos. O Fórum administra formalmente trinta e oito comunidades entre empresas, governos e sociedade civil. Desde os Parceiros Estratégicos de empresas líderes do mundo que trabalham para a construção de uma plataforma múltipla até os Jovens Líderes Globais, Formadores Globais e Rede dos Conselhos de Agenda Global. Esse Fórum foi chamado de *European Management* até 1987, quando foi renomeado para *World Economic Fórum*, para refletir a expansão e a transformação de uma organização Europeia para uma organização verdadeiramente global. Antes disso, em 1973, no encontro de Davos, os participantes espontaneamente tiveram a iniciativa de redigir um *Código de Ética*, baseado no conceito de partes interessadas de Klaus Schwab. O texto foi unanimemente aprovado na sessão final do Simpósio. Essa foi uma conquista singular para o

³⁶ Our Vision: *To catalyse and integrate global, regional and industry transformation processes as the trusted partner of our Members and constituents.*

³⁷ O documento institucional define sua comunidade como *um microcosmo da sociedade global*.

Fórum, que desde o começo aderiu ao princípio de que não deveria agir advogando para nenhum grupo nem para expressar opiniões em nome de membros ou participantes. O que ficou conhecido como *O Manifesto de Davos* foi uma rara exceção para essa política (Figura 03).

Figura 03 – “Manifesto de Davos”, 1973.

Code of Ethics – The Davos Manifesto

A. The purpose of professional management is to serve clients, shareholders, workers and employees, as well as societies, and to harmonize the different interests of the stakeholders.

B. 1. The management has to serve its clients. It has to satisfy its clients’ needs and give them the best value. Competition among companies is the usual and accepted way of ensuring that clients receive the best value choice. The management’s aim is to translate new ideas and technological progress into commercial products and services.

2. The management has to serve its investors by providing a return on its investments, higher than the return on government bonds. This higher return is necessary to integrate a risk premium into capital costs. The management is the shareholders’ trustee.

3. The management has to serve its employees because in a free society leadership must integrate the interests of those who are led. In particular, the management has to ensure the continuity of employees, the improvement of real income and the humanization of the work place.

4. The management has to serve society. It must assume the role of a trustee of the material universe for future generations. It has to use the immaterial and material resources at its disposal in an optimal way. It has to continuously expand the frontiers of knowledge in management and technology. It has to guarantee that its enterprise pays appropriate taxes to the community in order to allow the community to fulfil its objectives. The management also has to make its own knowledge and experience available to the community.

C. The management can achieve the above objectives through the economic enterprise for which it is responsible. For this reason, it is important to ensure the long-term existence of the enterprise. The long-term existence cannot be ensured without sufficient profitability. Thus, profitability is the necessary means to enable the management to serve its clients, shareholders, employees and society.

This “Code of Ethics” was published in “Die Moral der Manager” by Rosemarie Fiedler-Winter, ed. Seewald, 1977.

Fonte: *A partner in shaping history: the first 40 years – 1971-2010*
(WORLD ECONOMIC FORUM, 2009, p.15).

Como uma organização internacional com mais de quarenta anos de existência, vem ganhando força; essa força, expressa já no nome – Fórum Econômico Mundial (alcançando o mundo em seus interesses) – possibilita que as ações empreendidas sejam ações unificadoras, ajustadoras, modeladoras, formadoras. De acordo com o que se lê no documento de apresentação da instituição numa de suas brochuras, a interação promovida entre as comunidades leva a uma compreensão comum das questões e dos caminhos que levam às soluções.

A questão de um pensamento e de um entendimento únicos ainda é reforçada quando a organização afirma que todas as suas atividades são amarradas por uma única cultura combinada a uma comunidade global, a uma organização de serviço público, uma organização internacional, uma organização empresarial e uma instituição acadêmica. A ideia do único, da unificação, *uma única cultura* é muito presente e muito forte em seu caderno institucional. Ainda nesse caminho, o fundador e Presidente Executivo, Klaus Schwab, declara que o desafio mais significativo da liderança do Fórum ao longo de sua história tem sido o de misturar e equilibrar essas culturas para garantir que o que tem sido feito seja válido e valorizado por todas as partes interessadas. E a noção de unificação retorna ao texto do documento, pelas palavras do fundador: *Nosso povo é o nosso bem mais forte, abraçando o princípio “um Fórum, uma cultura, uma Missão”*. Um, uma: a noção de unicidade globalizada ou a noção da globalização das culturas, dos interesses, das soluções. Um único objetivo para diferentes nações, diferentes povos, diferentes economias, diferentes sociedades.

Essa tentativa de monologização, de unificação em detrimento da pluralidade, da multiplicidade de vozes; monologismo em vez de polifonia; uma só identidade em vez da multiplicidade de alteridades; formatação em vez de arestas; uníssono em vez de dissonâncias, etc. É o jogo de forças das ideologias oficiais e não-oficiais. É a luta da ideologia oficial – mais estável, mais enformada – e da ideologia do cotidiano – “mais sensível, compreensiva, nervosa e móvel” (BAKHTIN, 2009b, p.88). É a luta das forças de unificação, de modelação, de enformação dos interesses e das culturas – ideologia oficial – com as forças de ruptura – ideologia do cotidiano. “No seio da ideologia do cotidiano é que se acumulam aquelas contradições que, após atingirem certo limite, acabam explodindo o sistema da ideologia oficial” (BAKHTIN, 2009b, p.88). Se há toda uma organização internacional, há mais de quarenta anos, trabalhando pela unificação, pela não-contradição, pela limpeza dos conflitos e pelo direcionamento dos esforços para a conquista de um só objetivo, para a construção e

amarração de uma só cultura, para a consolidação de um estado mundial, há aí a oficialidade tentando minar as forças das contradições, das diferenças, das singularidades, das vozes que podem, “após atingirem certo limite”, explodir e extrapolar os limites da ideologia oficial.

Mas a ideia da unificação, da estabilidade, vai se construindo e se mostrando em vários momentos das apresentações e definições que o documento expressa. A limpeza, a assepsia, a ausência dos conflitos e das contradições vão emergindo. Na exposição sobre as comunidades componentes do Fórum – Governos, Empresas, Sociedade Civil, Comunidades Focadas no Futuro, Comunidades de Visão Estratégica –, entre as expressões empregadas para descrever as funções dessas diferentes comunidades, encontramos: [...] *para discutir questões globais num cenário neutro e não-partidário* (Governos); [...] *para encontrar soluções sustentáveis e globais para melhorar o estado do mundo* (Membros Fundadores – Empresas); *Esses parceiros acreditam no poder da interação de grupos com múltiplos interesses para impulsionar mudanças positivas* (Parceiros Estratégicos – Empresas); [...] *para ajudar a conduzir mudanças positivas em todos os aspectos e se envolver em ações de apoio à cidadania corporativa global* (Parceiros da Indústria – Empresas); [...] *explora o papel da religião para enfrentar os desafios críticos globais, fortalecendo a resiliência social e conduzindo a transformação social* (A Comunidade dos Líderes da Fé – Sociedade Civil). Essas são expressões que permitem a construção de sentidos relacionados a *uma vontade global comum*, um trabalho *desinteressado, neutro*, que inspira ações e mudanças *positivas*, de *superação conjunta*, entre outros sentidos que aqui poderíamos levantar.

Contudo, nesse mesmo trecho do documento, trecho esse em que se apresentam as comunidades constituintes do Fórum, também se leem as expressões: [...] *trabalha em estreita colaboração com o fórum para ajudar a moldar as agendas regionais e globais da indústria* (Parceiros Estratégicos – empresas); [...] *com uma forte representação dos mercados emergentes* (Comunidade de empresas de Crescimento Global – Empresas); [...] *100 líderes e formadores de opinião altamente influentes e respeitados extraídos de todas as plataformas de mídia que participam das atividades do Fórum* (Conselho de Mídia Internacional – Sociedade Civil); [...] *que carrega a promessa de ter um impacto significativo no modo como os negócios e a sociedade operam* (Pioneiros em Tecnologia – Comunidade Focada no Futuro); [...] *para influenciar a agenda global e criar impacto positivo* (Fórum dos Jovens Líderes Globais – Comunidades Focadas no Futuro). Compondo o mesmo discurso de apresentação do Fórum e suas comunidades, estão tais expressões, constituindo um perfil de

comunidade que ao mesmo tempo em que preza a neutralidade e o apartidarismo, quer *modelar* soluções, agendas, *conduzir* tomadas de posição, *formar* opiniões. Entre outras questões, está a possibilidade de que a unificação, a monologização e as mudanças positivas expressas como intenções do Fórum o são de acordo com um ponto de vista, que é também uma tomada de posição do próprio Fórum Econômico Mundial enquanto organização, atendendo a interesses específicos dessas comunidades e dos representantes dessas comunidades e não a interesses globais. O global aqui é uma construção por meio da qual se trabalha para modelar, enformar vontades, necessidades, culturas, soluções, objetivos; o global é o espraiamento, o transbordar dos interesses dessas comunidades hegemônicas.

E esse jogo, essa luta, não é somente no campo do discurso. Todas essas concepções de unificação de culturas, de globalização de interesses e de objetivos, são concepções geradas por ações políticas, sociais, econômicas, entre outras, e geradoras delas também. O Fórum é um dos locais em que se decide sobre os melhores países em que investir, os países e as economias que apresentam maior segurança de retorno dos investimentos, quais são as principais necessidades para que os países passem a atender às exigências globais, ou aos índices de risco, ou às condições impostas globalmente para que se corresponda às expectativas e aos ditames de empresas e de instituições agentes da globalização e da mais-valia universal.

Para toda essa construção de instituição reguladora dos índices globais de desenvolvimento, são inúmeras as ações que produzem e reproduzem, produzindo e reproduzindo também uma determinada ordem das coisas. *O Fórum Econômico Mundial publica uma série abrangente de relatórios que analisam detalhadamente a ampla gama de questões globais que se debruçam sobre as partes interessadas, como parte de sua missão de melhorar o estado do mundo*³⁸. Um desses relatórios é um outro documento publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial que divulga, como parte de seu trabalho de empreender esforços para a construção de um estado global, os índices de competitividade de diversos países no mundo para, a partir desse estudo, propor políticas globais de avanço na classificação de acordo com os parâmetros construídos pelo próprio Fórum. Esse documento é o Relatório Global de Competitividade – *The Global Competitiveness Report* (Anexo 09).

³⁸ Disponível em: <http://www.weforum.org/reports>. Acesso em 06 de julho de 2014, às 19h38.

Esse relatório traz a competitividade como um motor para a realização de mudanças e adequações por parte dos países para que alcancem os níveis propostos pelo próprio Fórum, a partir de estudos realizados por essa instituição para estabelecer, dentro dos limites e das necessidades do mundo globalizado, quais os pilares que possibilitam mensurar a capacidade competitiva de cada país, para que todos possam trabalhar e direcionar suas ações para esse sentido, na busca pela construção de planos de ações globais que possam unificar e moldar as condições globais para alcançar maiores índices de produtividade.

Em 1979, ano da primeira participação de uma delegação chinesa no Simpósio de Davos, foi publicado o primeiro Relatório de Competitividade da Indústria Europeia (*Report on the competitiveness of European Industry*), relatório esse que mais tarde se tornou o *Global Competitiveness Report*, baseado na definição inovadora de Schwab sobre a competitividade não somente da maneira tradicional de produtividade de trabalho ou de capital, mas também empregando um conjunto mais vasto de critérios e medidas. Na introdução desse primeiro relatório, lê-se:

Traditionally competitiveness is defined mainly in terms of the cost of production and productivity. However, we know today that many other elements come into play: the internal dynamism of a country, its socio-political consensus, the quality of its human resources, its commercial spirit, the manner in which it prepares for the future, etc. But competitiveness can also be influenced by factors as diverse as wage costs and the cost of social programmes, or the efficiency of telephone systems, or even the ability to speak foreign languages! For this reason, the present *Report* takes into account both quantifiable elements and subjective ones. The methodology employed provides for a combination of strict economic and statistical material with opinions obtained from corporate chief executives and from economic and social specialists throughout Europe. This was supplemented by the experience and knowledge acquired by the Forum's staff during the past 10 years. ("Background Document Davos Symposium 1980", *Report on the Competitiveness of European Industry 1979*, European Management Forum).

Nesse documento, foram publicados dez fatores determinantes dos índices de competitividade: 1) *dinamismo da economia*; 2) *eficácia da indústria e custo de produção*; 3) *dinâmicas de mercado*; 4) *dinamismo financeiro*; 5) *recursos humanos*; 6) *o papel do Estado*; 7) *dimensão infraestrutural*; 8) *orientação para o exterior*; 9) *orientação para avanços*; e 10) *consenso sociopolítico e estabilidade*. Esses fatores foram, nesse primeiro relatório que trata da competitividade, os que, como veremos adiante, mais tarde se transformaram nos pilares de medida ou de balizamento dos níveis de competitividade de diferentes nações e diferentes

economias no mundo.

Mais tarde, foram também publicados alguns documentos regionais sobre os níveis de competitividade, mas no Encontro Anual de 2001, as tarefas do Fórum para o futuro incluíam um relatório global de competitividade. Essa edição – *The Global Competitiveness Report 2001-2002* – foi lançada como *uma ferramenta de valor inestimável, identificando a existência de impedimentos para o crescimento econômico e contribuindo, dessa forma, para a concepção de medidas políticas para remover tais obstáculos como uma pré-condição para o avanço do bem-estar humano em todo o mundo* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2002, p.7). O discurso da homogeneização dos avanços *do bem-estar humano em todo o mundo* reafirma a necessidade de remoção de *obstáculos e impedimentos* para o crescimento econômico. Lançado após os ataques terroristas aos Estados Unidos, o texto introdutório do documento afirma que *este Relatório traz um pressuposto chave de que a integração econômica global irá continuar nos próximos anos, apesar de choques como o horrendo ocorrido em 11 de setembro* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2002, p.7). A ideia de concessão expressa pela conjunção *apesar* nos permite observar a existência de duas ideias contraditórias: 1) a necessidade de continuação da integração econômica global; e 2) os choques causados pelos horrores de 11 de setembro. Contudo, o uso da conjunção *apesar* permite-nos construir um sentido de que os horrores causados pelos ataques de 11 de setembro não são suficientes para anular a necessidade de integração econômica global e que, em nome dela, é preciso superar esses horrores.

Diferentes vozes estão presentes nesse mesmo enunciado: as vozes que defendem a continuidade dos trabalhos na direção da integração econômica global e que desejam que os ataques aos Estados Unidos não interfiram nesse processo; e as vozes que lembram os horrores e a importância desses ataques. A escolha da composição desse enunciado, ligando as duas ideias por meio de uma conjunção concessiva (*apesar*) expressa que a primeira ideia [a necessidade de integração econômica global] tem mais força e mais peso na fala e na tomada de posição desse agente da globalização; diferentemente do que ocorreria caso essas duas ideias fossem ligadas por uma conjunção adversativa, por exemplo [este Relatório traz um pressuposto chave de que a integração econômica global deveria continuar nos próximos anos, *mas* houve um choque como o horrendo ocorrido em 11 de setembro], que expressaria as mesmas duas ideias, contudo, a segunda [o choque de 11 de setembro] teria mais peso argumentativo no discurso.

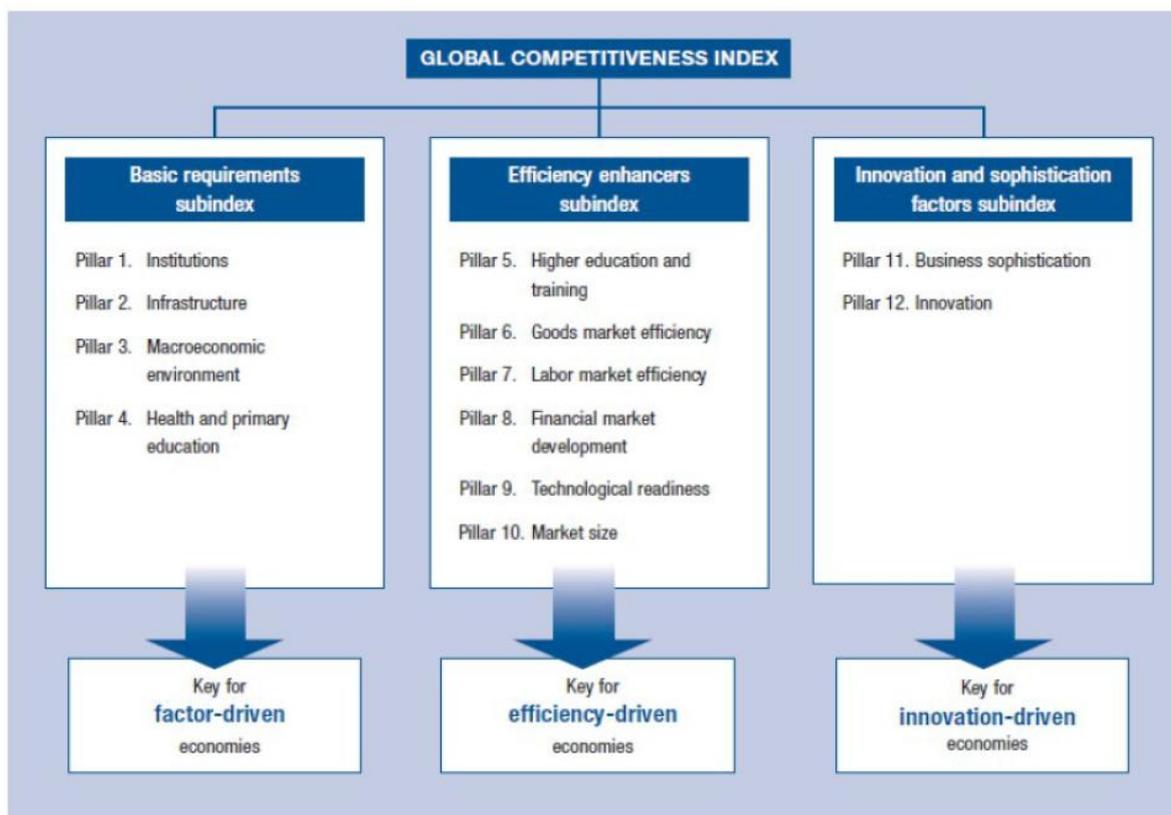
A força e o peso da ideia da necessidade de manutenção dos esforços para a integração econômica global são refletidos e refratados no trecho mais adiante do mesmo Relatório: *Na verdade, nós consideramos os potenciais ganhos da globalização, se for bem administrada, tão vitais para o bem-estar mundial que apelamos à comunidade internacional para fazer tudo o que estiver ao alcance para preservar a paz e o aprofundamento das ligações econômicas em todo o mundo e para melhor garantir que esses ganhos sirvam para beneficiar todos os países ricos e pobres* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2002, p.16). A globalização e seus potenciais ganhos são vitais para o bem-estar social e é por isso que, segundo o Fórum Econômico Mundial, deve-se buscar o aprofundamento das ligações econômicas, apesar da tragédia. Aqui, o discurso da globalização como potencial promotora do bem-estar para todos (ricos e pobres) funciona como base, como justificativa para as ações propostas pelo Relatório Global de Competitividade e, ao mesmo tempo, como objetivo a ser alcançado (e bem administrado) também por todos na esfera global.

O *Global Competitiveness Report* vem estudando e aferindo os muitos fatores que ancoram a competitividade nacional. No relatório de 2013-2014, são apresentados os doze pilares que caracterizam o nível de competitividade de um país: 1. *Instituições*; 2. *Infraestrutura*; 3. *Ambiente macroeconômico*; 4. *Saúde e educação primária*; 5. *Educação superior e treinamento*; 6. *Eficiência do mercado de bens*; 7. *Eficiência do mercado de trabalho*; 8. *Desenvolvimento do mercado financeiro*; 9. *Prontidão tecnológica*; 10. *Tamanho do mercado*; 11. *Sofisticação dos negócios*; e 12. *Inovação*³⁹. Esses pilares são divididos em três categorias, de acordo com suas funções: *Basic requirements subindex*; *Efficiency enhancers subindex*; e *Innovation and sophistication factors subindex* (Figura 04). Na primeira das três categorias – *Subíndice de Requerimentos Básicos* –, encontram-se os quatro primeiros pilares [1. *Instituições*; 2. *Infraestrutura*; 3. *Ambiente macroeconômico*; 4. *Saúde e educação primária*]. Na segunda categoria – *Subíndice de potencializadores de eficiência* –, estão outros seis pilares [5. *Educação superior e treinamento*; 6. *Eficiência do mercado de produtos*; 7. *Eficiência do mercado de trabalho*; 8. *Desenvolvimento do mercado financeiro*; 9. *Prontidão tecnológica*; e 10. *Tamanho do mercado*]. Já a terceira categoria – *Subíndice de fatores de inovação e sofisticação* – comporta os últimos dois pilares [11. *Sofisticação dos negócios*; e 12. *Inovação*].

³⁹ WORLD ECONOMIC FORUM, 2013, p.4-8.

Todos os pilares estão divididos em três categorias de acordo com estágios de desenvolvimento definidos por instituições econômicas globais, propagadoras desses índices e requisitos. O primeiro subíndice comporta requerimentos básicos para as *factor-driven economies*, cujas bases dominantes de competitividade e vantagens são o baixo custo de mão-de-obra e produtos naturais não processados. Esse tipo de economia é tido como altamente sensível aos ciclos econômicos mundiais, aos preços de *commodities* e às flutuações nas taxas de câmbio. O segundo conjunto de pilares é característico das *Efficiency-driven economies*, que têm a base de vantagens advinda de produtos mais avançados e serviços mais eficientes. Nesse tipo de economia, há investimentos mais pesados em infraestrutura eficiente, administração governamental mais amigável aos negócios, fortes investimentos e incentivos, melhorando habilidades e garantindo melhor acesso a investimentos de capital, o que permite melhorias na produtividade. E o terceiro e último conjunto é ligado às *Innovation-driven economies*, que já atingiram capacidade de gerar produtos e serviços inovadores na fronteira tecnológica global, utilizando os métodos mais avançados e com maior vantagem competitiva. Uma economia orientada para a inovação é caracterizada por produtores distintos e uma elevada participação dos serviços na economia e é bastante resistente a choques externos. Por essa divisão de categorias e pela alocação dos pilares medidores dos índices de competitividade de diferentes economias no nível global, é possível compreender parte do funcionamento desse discurso hegemônico da competitividade e do desenvolvimento: o índice global de competitividade vai criando estágios de desenvolvimento para as diferentes economias e estipulando estratégias para que as metas por eles estipuladas sejam buscadas por diferentes nações a fim de se alcançar níveis mais altos. É uma espécie de passo-a-passo para o enquadramento de diferentes tipos de economia aos níveis globalmente estipulados. A cama de Procusto globalizada e competitiva.

Figura 04 – Os doze pilares da competitividade global – World Economic Forum



Fonte: *The Global Competitiveness Report 2013-2014*
(WORLD ECONOMIC FORUM, 2013-2014, p.9)

Nessa mesma edição do relatório Global de Competitividade [2013-2014], o Fórum Econômico Mundial define competitividade: *Nós definimos competitividade como o conjunto de instituições, políticas, e fatores que determinam o nível de produtividade de um país. O nível de produtividade, por sua vez, define o nível de prosperidade que pode ser alcançado por uma economia. O nível de produtividade também determina as taxas de retorno obtido por investimentos numa economia, o que é fundamental para suas taxas de crescimento. Em outras palavras, uma economia mais competitiva é aquela que tem mais probabilidade de crescer rapidamente. O conceito de competitividade envolve, assim, componentes estáticos e dinâmicos. Embora a produtividade de um país determine sua capacidade de sustentar um alto nível de renda, ela é também um determinante central de retorno de investimento, que é um dos principais fatores que explicam o potencial de crescimento da economia*⁴⁰.

⁴⁰ We define *competitiveness* as the set of institutions, policies, and factors that determine the level of productivity of a country. The level of productivity, in turn, sets the level of prosperity that can be reached by an economy. The productivity level also determines the rates of return obtained by investments in an economy, which in turn are the fundamental drivers of its growth rates. In other words, a more competitive economy is one that is likely to grow faster over time. The concept of competitiveness thus involves static and dynamic components. Although the productivity of a country determines its ability to sustain a high level of income, it is also one of the central determinants of its returns on investment, which is one of the key factors explaining an

O objetivo desse relatório é, segundo consta no documento, fornecer informações e estimular as discussões sobre competitividade entre os países para que esses possam construir estratégias e políticas para superar os obstáculos à competitividade. A partir da análise dos doze pilares que compõem os indicadores de competitividade de uma determinada economia, o Fórum constrói um *ranking* que é publicado nesse relatório e apresenta as avaliações dos países de acordo com esses indicadores. Ainda na edição 2013-2014, há a publicação de uma lista dos dez países com economia mais competitiva⁴¹. O Brasil, segundo os mesmos indicadores, ficou na 56ª posição nesse *ranking*.

Além do ranqueamento, há uma análise de cada país que é construída pelo relatório para que as partes interessadas possam discutir as estratégias e as políticas necessárias para transpor os obstáculos apontados pelo estudo do Fórum Econômico Mundial. Na análise construída sobre o Brasil, sua posição geral é o 56º lugar. No entanto, ao longo de todo o processo de avaliação, seguindo os índices que medem o potencial de competitividade dos países, foram apresentados os pontos fracos e os pontos fortes da atual média de competitividade brasileira: como questões negativas, aparecem *os indicadores macroeconômicos* (75º); *o funcionamento das instituições* (80º); *a corrupção* (114º); *a falta de progresso na melhoria da qualidade de infraestrutura* (114º); *a eficiência governamental* (124º); *a educação* (121º); *a baixa confiança nos políticos* (136º); e *a proximidade da economia dos níveis de competição estrangeira* (144º). Já como aspectos mais fortes da avaliação da competitividade no Brasil, segundo o mesmo relatório, aparecem *o amplo mercado e sua sofisticada comunidade de negócios* (39º) e *a excelência em inovação* (36º). O texto do relatório ainda fecha a análise brasileira afirmando que o Brasil não deveria adiar as necessárias reformas para ampliar sua capacidade de competitividade (p.38).

Os textos do Relatório, bem como outros documentos publicados pelo Fórum Econômico Mundial, expressam, a partir de um ponto de vista, uma tomada de posição em relação ao modo como o mundo deve se organizar; em relação àquilo que se constitui como um obstáculo ou impedimento e que, por isso mesmo, deve ser *removido*; em relação àquilo que deve ser encarado como prioridade nas políticas de uma nação; entre outras questões postas em jogo para exprimir essa tomada de posição da instituição e também para iniciar um plano

economy's growth potential (WORLD ECONOMIC FORUM, 2013, p.4).

⁴¹ Finlândia, Nova Zelândia, Singapura, Suécia, Noruega, Suíça, Holanda, Hong Kong, Luxemburgo e Reino Unido.

de ação que atenda a esse projeto de dizer institucional. Isso confere aos relatórios, por exemplo, um caráter ativo na construção de prioridades para diferentes nações no mundo e expressam seu plano de ação: *O Brasil não deveria adiar as necessárias reformas para ampliar a sua capacidade de competitividade*. Esse enunciado num tom de “conselho” ou “sugestão” constitui um objetivo para o Brasil – a competitividade – e uma necessidade para que se alcance esse objetivo – as reformas. Aqui, o que temos é o estabelecimento de um plano de ações para o nosso país se quisermos alcançar os níveis de competitividade, segundo os pilares propostos por esse agente da globalização, para podermos compor o cenário econômico global numa posição de maior destaque e maior importância. Logo, esse relatório, bem como outros discursos dos agentes da globalização não são discursos neutros ou apartidários, posto que tomam, sim, o partido daqueles que conferem ao processo de Globalização um caráter gerador de necessidades para que se alcance o bem-estar para a humanidade em níveis globais. Nas palavras de Augusto Ponzio,

Il segno verbale, che è concretamente tale solo nel suo legame con il contesto extraverbale, è dunque sempre ideologico, cioè nasce dalla partecipazione a una determinata situazione storico-sociale, esprime quindi il particolare punto di vista di un certo gruppo sociale, e inoltre indica implicitamente o esplicitamente un certo piano di azione, un certo orientamento della prassi” (PONZIO, 1980, p.10).

É dessa forma, por meio dos signos verbais constituintes desses discursos de grandes agentes da globalização, que se pode auscultar a expressão de um certo ponto de vista, de uma certa tomada de posição – que atende aos interesses de determinados grupos sociais – aqui travestidos de posicionamentos em nome de toda esfera global – e, nos mesmos signos, estão impressos os planos de ação, as orientações das práticas segundo a ideo-lógica desses mesmo grupos, econômica e politicamente hegemônicos em determinado momento da história. O discurso desse agente comporta-se como absolutamente único e monológico e vai, pela corrente infinita da comunicação, fazendo ecoar globalmente os interesses do capitalismo neoliberal.

2.3.2 O Banco Mundial

Entre os agentes da globalização ou, para Milton Santos, os governos mundiais, está o Banco Mundial. Essa instituição foi fundada em 1944 e tem sede em Washington D. C., nos Estados

Unidos. Em sua página oficial na Internet, o Banco Mundial se declara como um recurso vital de assistência técnica e financeira a países em desenvolvimento no mundo todo. Também faz questão de deixar claro que esse não é um banco no sentido ordinário, mas um parceiro único na redução da pobreza e no suporte ao desenvolvimento. Em seu texto de apresentação, o Grupo Banco Mundial expressa dois objetivos estabelecidos por ele para o mundo alcançar até 2030: 1) *acabar com a pobreza extrema pelo decréscimo do percentual de pessoas vivendo com menos de US\$1,25 por dia para não mais que 3%*; e 2) *promover a divisão da prosperidade, proporcionando o crescimento da renda em 40% em cada país*. Esses objetivos, inclusive, compõem aquilo a que chama de Missão: *acabar com a pobreza extrema em uma geração e impulsionar a prosperidade compartilhada*. Ainda na mesma página na Internet, no que diz respeito à sua história, o Banco afirma ter evoluído do seu papel de facilitador da reconstrução no mundo pós-guerra – como Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – para o seu atual mandato de redução da pobreza em todo o mundo. Embora a missão de reconstrução ainda seja declarada pelo Banco como importante parte de seu trabalho, no Banco Mundial de hoje *a redução da pobreza através de uma globalização inclusiva e sustentável continua a ser objetivo principal*.

Quero aqui colocar alguns apontamentos: 1. novamente a questão do combate à pobreza vem para esta discussão. No modo como esse agente global se expressa, de um lado temos o alvo a ser combatido – a pobreza – e de outro temos um mediador, que inclusive estabelece metas mundiais para serem cumpridas até 2030 – O Banco Mundial. O que pode levar ao sentido de que a pobreza é algo já existente, parte da história da humanidade, e esse agente está já objetivando seu combate nas próximas décadas. Há uma espécie de naturalização da existência da pobreza na ordem mundial; 2. o segundo grande objetivo do Banco estabelecido como meta para as primeiras três décadas dos anos 2000 é *promover a divisão da prosperidade*. Podemos pensar primeiramente que há prosperidade; em seguida, que é possível fazer uma divisão dessa prosperidade. Desse modo, como se conduziria essa divisão? Entre os países? Nas palavras do objetivo declarado pelo Banco, essa divisão seria o estímulo de um crescimento de 40% na renda de cada país. Essa lógica expressa que é possível adotar, mundialmente, medidas que sejam capazes de estimular o crescimento de 40% da renda de cada país, o que resultaria numa espécie de prosperidade coletiva; 3. outro ponto ainda referente ao segundo objetivo seria a escolha da palavra *prosperidade* em vez de *riquezas*. A prosperidade possibilita que se compreenda uma certa ideia de movimento (a caminho da prosperidade), e uma ideia de desejo de que todos sejam prósperos. A riqueza instaura a

possibilidade de contraposição à pobreza. Se o objetivo desse agente é combater a pobreza, por que seu oposto é prosperidade e não riqueza?; 4. além disso, há expresso o desejo de se promover uma *globalização inclusiva e sustentável*: quanto a isso, reafirmo que se colocamos junto com o substantivo *globalização* os adjetivos *inclusiva* e *sustentável*, podemos compreender que sem esses adjetivos a globalização talvez seja exclusiva, ou excludente, e insustentável. Desse modo, se se almeja a redução da pobreza por meio de uma globalização inclusiva e sustentável, a globalização que aí está, que gera e alimenta a pobreza, é, portanto, exclusiva e insustentável. 5. e um último ponto que gostaria de discutir aqui sobre a apresentação do Banco Mundial é a relação que esse agente hegemônico global estabelece com aquilo que objetiva combater ou promover: trabalha pela reconstrução do mundo pós-guerra e pelo combate à pobreza que aí está como se tanto uma como a outra fossem já parte da história da humanidade e não produto de uma forma de organização mundial adotada; promove a divisão da prosperidade, o que o afasta da condição de agente dos processos de concentração e de acumulação de capital (ou de “prosperidade”) pelo mundo, na atual ordem das coisas; e almeja uma outra globalização, que seja inclusiva e sustentável, como se não fosse um dos agentes a promoverem a exclusividade e a insustentabilidade dessa globalização tal como se nos vem apresentando desde as transições de organização mundial globalizada e globalizante⁴².

Essa tomada de posição diante da atual ordem das coisas, essa postura assumida pelo Banco Mundial enquanto agente global vai contribuindo para um discurso de naturalização das guerras, da pobreza, da desigualdade na produção e distribuição de riquezas no mundo e naturalização também dos próprios processos de Globalização, como curso inevitável. Ademais, há uma preparação do terreno para que se plantem noções de que é possível pensar uma forma única de se organizar o mundo e seus sistemas econômicos de modo que todos

⁴² O Banco Mundial, numa de suas brochuras (Anexo 10), desenvolve como compreende a partilha da prosperidade que compõem seus dois grandes objetivos a serem alcançados até 2030: *Prosperidade compartilhada, entendida dessa forma, não é uma agenda de redistribuição de um bolo econômico de tamanho fixo. Em vez disso, significa expandir o tamanho do bolo continuamente e dividi-lo de modo que o bem-estar daqueles que se encontram na extremidade inferior da distribuição de renda aumente o mais rapidamente possível. Isso também requer que o progresso seja sustentável ao longo do tempo e através de gerações, em termos de meio ambiente, inclusão social, e responsabilidade fiscal.* Dessa forma, o objetivo do Banco não é trabalhar por uma distribuição mais igualitária da riqueza já existente, mas promover o crescimento das riquezas e, partir desse crescimento, pensar numa redistribuição; isso traduz o objetivo de distribuição da prosperidade para aumento do crescimento da prosperidade no mundo. Essa metáfora do aumento do tamanho do bolo reforça e legitima a visão de que se consideramos que é necessário aumentar o bolo para aqueles que estão às margens possam também ser atingidos pela massa, o que se propõe é que aqueles que já se encontram no centro do bolo vão aumentar ainda mais sua parcela e continuarão a receber as maiores fatias. A fatia menor aumenta em 40%, mas a maior também será ampliada em 40%.

possam ser igualmente beneficiados, basta estabelecer objetivos globais, aparentemente do interesse de todos, posto que seria bastante difícil construirmos uma argumentação, por exemplo, contra o combate à pobreza ou à possibilidade de divisão da prosperidade mundial. E, nessa trama de interesses, uma linha discursiva vai se instaurando de modo a propagar a noção de uniformidade e universalidade das ações que devem ser tomadas. Aí se constitui o discurso da competitividade guiando e justificando ações do Banco em nível global em nome dessa forma de exercício do motor único da Globalização – a mais valia-universal.

No que diz respeito à competitividade, o *World Bank Institute* produziu uma brochura intitulada “*Focus on Growth and Competitiveness*” [Foco no Crescimento e na Competitividade] (Anexo 10). Nesse material, o primeiro parágrafo já reproduz um padrão do discurso global de enfraquecimento do poder do Estado e aponta isso como um desafio: *aos Governos às vezes falta a capacidade de elaborar os tipos de políticas econômicas que respondam às condições de mudanças rápidas. O texto afirma, ainda que agora, mais do que nunca, os formuladores de políticas estão lutando contra o desemprego e pelo restabelecimento do crescimento e, por isso, eles precisam ter acesso, em tempo real a dados e a informações confiáveis. Preencher essas lacunas na capacidade dos governos, afirma o Banco, requer capturar conhecimento especializado e boas práticas e disseminá-los entre aqueles que estão enfrentando tais desafios.* Desse modo, o Banco Mundial vai se autoafirmando como um dos agentes capazes de capturar todo conhecimento especializado e boas práticas em nível global e disseminar entre diferentes nações. Mais uma vez, a ideia de que o que surtiu resultado (em termos de crescimento econômico e de níveis de competitividade) em determinados países deve ser implantado também em outros, já que na atual forma de organização do mundo o crescimento econômico e a competitividade devem estar na ordem do dia de modo uniforme.

Nesse documento destinado aos formuladores de políticas dos governos e outros tomadores de decisões em relação ao desenvolvimento, o Banco declara sua abordagem: *ajudar a fortalecer a capacidade de formuladores de políticas e praticantes de ministérios centrais a formularem melhor e implementarem reformas políticas que ajudem a alcançar taxas mais altas de crescimento sustentável, sem esquecer as questões imediatas referentes à volatilidade e aos preços.* Aqui, há mais uma repetição do padrão discursivo de que agentes hegemônicos globais como o Banco Mundial precisam mediar as reformas políticas dos governos num nível global para fortalecê-los (já que o discurso do enfraquecimento do Estado é também

parte dos discursos da globalização neoliberal). O alvo dessas reformas políticas é composto por *questões macro-fiscais, integração comercial e regional, desenvolvimento de habilidades, empregos e empreendedorismo, e inovação tecnológica*. Por meio dessas atividades propostas pelo Banco Mundial, os formuladores de políticas são encorajados a avaliarem os desafios de implementação das políticas, incluindo as compensações associadas e os resultados esperados – que são o *como fazer* a reforma em questão. Nesses discursos, o fato de os governos – ou os formuladores de políticas – terem de alcançar metas globais disseminadas por agentes hegemônicos dos processos de Globalização neoliberal é expresso como “desafio”. Este é também um signo bastante recorrente nos discursos hegemônicos globais da competitividade, do crescimento e do desenvolvimento sustentáveis, do empreendedorismo, etc. Fazendo esse trabalho de captura e disseminação das ideologias globais da competitividade, o Banco se intitula como *um conector global de conhecimento, aprendizado e inovação para a redução da pobreza*. E trabalhando nas escalas global, regional e local, esse agente vai implementando políticas, ações, programas que atendem aos objetivos neoliberais globais sob a justificativas de redução da pobreza e redistribuição da prosperidade.

E é também sob essas justificativas que é possível encontrar a participação do Banco Mundial em diferentes áreas de forma a atender as políticas globais de desenvolvimento e competitividade: nas Universidades e outras instituições, financiando e apoiando pesquisas⁴³ para demonstrar a performance de participação na cadeia de valores globais, com o intuito de *contribuir para o desenvolvimento das discussões de políticas pelo mundo*; no apoio e financiamento de eventos globais e suas publicações⁴⁴; financiando publicações⁴⁵; na Educação⁴⁶, esfera em que o Banco Mundial está amplamente presente em níveis globais,

⁴³ É possível encontrar publicações na biblioteca disponibilizada pelo Banco, divulgando pesquisas como: *Impact of Services Liberalization on Industry Productivity, Exports and Development* [Impactos da Liberalização de Serviços na Produtividade da Indústria, Exportações e Desenvolvimento]; *Joining, Upgrading and Being Competitive in Global Value Chains* [Juntar-se, Atualizar-se e Ser Competitivo na Cadeia de Valores Globais]; *Improving City Competitiveness: City Management and the Business Climate* [Melhorar a Competitividade da Cidade: a Gestão da Cidade e do Clima dos Negócios].

⁴⁴ Como é o caso da *“Global Conference on Citizen Engagement for Enhanced Development Impact”* [Conferência Global para o Engajamento do Cidadão para Impacto na Ampliação do Desenvolvimento], evento realizado em Washington D.C. em Março de 2013.

⁴⁵ Como a co-publicação da Universidade de *Stanford* e do Banco Mundial: *“Globalization and Development: a Latin American and Caribbean Perspective”* [Globalização e Desenvolvimento: uma perspectiva Latino Americana e Caribenha], cuja autoria é atribuída à Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas.

⁴⁶ As políticas e ações educacionais também vêm compondo a rede de atuações do Banco Mundial em níveis globais: em 1963, o Banco concedeu à Tunísia (África) o primeiro crédito educativo, para ser aplicado na educação de segundo grau. “Desde então e até 1990, o BM havia concedido créditos de cerca de 10 bilhões de dólares, havendo participado em 375 projetos educativos e em cerca de cem países do mundo. Os empréstimos abrangeram todos os níveis, desde a educação de primeiro grau até a pós-graduação, incluindo

entre outras tantas áreas em que o espraiamento dos discursos e das ações de agentes globais vão se hegemonzando à medida que se reproduzem e se fortalecem pela constância de sua presença e pelas relações de poder que vão se constituindo nos jogos ideológicos, discursivos, políticos, econômicos, materializados em volumes gigantescos de financiamentos⁴⁷ e nas ações ligadas a processos estratégicos de reestruturação neoliberal em diferentes países.

Propagando por diversos meios sua luta e seus esforços pela diminuição da pobreza no mundo, esse agente da Globalização carrega em sua bagagem um histórico socialmente perverso, baseado em uma proposta de desenvolvimento econômico profundamente desigual, que, de fato, vem contribuindo para a ampliação da pobreza mundial, concentração de renda e aprofundamento da exclusão. Todos esses processos ocorrem em níveis globais, mas são também materializados em território brasileiro, uma vez que

Também no Brasil o Banco Mundial vem exercendo profunda influência no processo de desenvolvimento. Durante o período de expansão da economia, que perdurou até o final dos anos 70, o Banco Mundial promoveu a “modernização” do campo e financiou um conjunto de grandes projetos industriais e de infra-estrutura no país, que contribuíram para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e danoso ao meio ambiente. Nos anos, 80, com a emergência da crise de endividamento, o Banco Mundial e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajuste da economia brasileira. Não só passaram a intervir diretamente na formulação da política econômica interna, como influenciar crescentemente a própria legislação brasileira. As políticas recessivas acordadas com o FMI e os programas de liberalização e desregulamentação da economia brasileira estimulados pelo Banco Mundial levaram o país a apresentar, no início dos anos 90, um quadro de agravamento da miséria e da exclusão social sem precedentes neste século, com cerca de 40% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (SOARES, 2009, p.17).

Essas afirmações acerca das ações do Banco Mundial no Brasil desde a década de 70 se contrapõem a todo o discurso do Banco de combate à pobreza e de distribuição da prosperidade, altamente divulgado por meio de suas publicações e das pesquisas e eventos por ele financiados. As decisões pautadas no poderio econômico orientam e sustentam ações de

educação vocacional e não-formal (BM, 1990)” (TORRES, 2009, p.128).

⁴⁷ “Hoje, conta com 176 países-membros, incluindo países do Leste europeu e China, e seus empréstimos passaram de um patamar de 500 milhões de dólares (1947) para cerca de 24 bilhões (1993). Atualmente, é o maior captador mundial não-soberano de recursos financeiros, exercendo profunda influência no mercado internacional. É também o principal financiador de projetos de desenvolvimento no âmbito internacional, acumulando um total de 250 bilhões de dólares em empréstimos desde a sua fundação até o ano fiscal de 1994, envolvendo 3.660 projetos” (SOARES, 2009, p.15). Vale também reforçar que de acordo com o que regem os estatutos do Banco Mundial, o poder de decisão nas votações entre seus membros é proporcional ao aporte de capital de cada membro; logo, as decisões tomadas e disseminadas em níveis globais são regidas pelo poder do capital.

aprofundamento da pobreza e de ampliação da concentração de renda e de capital e vão alcançando níveis globais de desigualdades e perversidades.

Ações e lógicas (ou ideo-lógicas) globalmente pensadas cuidam, em geral, de interesses globais, muitas das vezes indiferentes às singularidades e às especificidades que são locais. Nesse movimento, que é vivo e dinâmico, o jogo entre o local e o global, entre o singular e o universal é também um jogo de forças. Os agentes hegemônicos da globalização ou os governos globais como o Banco Mundial e o FMI, por exemplo, tratam dos interesses do pensamento único e de sua imposição aos lugares, via discurso. O discurso do Banco Mundial é produtor e propagador de uma noção de igualdade e, por essa razão, incorpora em sua fala (que é dominante) os problemas dos excluídos, instaurando a ideia de que está autorizado a falar por eles.

2.3.3 O Fundo Monetário Internacional

Dirigindo seus esforços para *encorajar a cooperação monetária global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover a elevação da taxa de emprego e o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza pelo mundo*, o Fundo Monetário Internacional – FMI – é uma organização constituída por 188 países. Assim como o Banco Mundial, o FMI baseia a aceitação de seus membros na dimensão que cada um deles ocupa na economia global e vincula também o poder de voto de cada um deles proporcionalmente à participação econômica. O principal objetivo do FMI, declarado em sua página de apresentação na internet, é *garantir a estabilidade dos sistema monetário e financeiro mundial*. Para tanto, esse agente global *ajuda a resolver crises e trabalha com seus países-membros para promover o crescimento e aliviar a pobreza*⁴⁸.

O Fórum Econômico Mundial, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional expressam sua tomada de posição construindo uma mesma orientação argumentativa: de um lado, objetivam estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento (e, para tanto, desenvolvem níveis de competitividade e formulam políticas que devem ser adotadas por países que almejam se inserir com maior força no cenário econômico global) e de outro declaram seus esforços para o combate à pobreza. De certa forma, nesses discursos, a pobreza

⁴⁸ Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/overview.htm>. Acesso em 1º de dezembro de 2014, às 20h34.

aparece como uma espécie de empecilho para o alcance de maiores níveis de desenvolvimento econômico. Esses discursos constroem uma forma de gangorra entre a diminuição da pobreza favorecendo ou possibilitando a elevação do crescimento econômico. A repetição desse padrão discursivo pelos “governos mundiais” desvia os olhares do foco econômico como causador ou agravante das deficiências sociais. A pobreza é, então, construída discursivamente como obstáculo ao desenvolvimento econômico globalmente almejado e não como uma consequência, ou parte estruturante, de todos esses processos globais fundados na competitividade e na acumulação de capital.

Do mesmo modo, um outro padrão discursivo que se repete nos discursos desses agentes está relacionado à liberalização e à flexibilização de políticas, de taxações, de processos comerciais, enfim. Contudo, do outro lado desse discurso liberal e flexível, há uma construção de um discurso extremamente regulador e limitador. A promoção da *estabilidade econômica e crescimento global* pelo Fundo Monetário Internacional é realizada por meio do incentivo à adoção de políticas econômicas e financeiras sólidas pelos países. Para tanto, o FMI *monitora regularmente os desenvolvimentos econômicos globais, regionais, nacionais*. Esse é um processo nomeado pelo próprio Fundo como *Surveillance*⁴⁹ [Vigilância], que se dá da seguinte forma: regularmente – geralmente uma vez por ano – o FMI conduz uma avaliação profunda da situação econômica de cada país-membro e discute com as autoridades as políticas que são mais propícias a uma economia próspera e estável, com base na experiência de seus membros. A partir dessas avaliações e de análises extensivas de tendências econômicas, o FMI produz três publicações semestrais – O *World Economic Outlook* [Perspectiva Econômica Mundial], o *Global Financial Stability Report* [Relatório de Estabilidade Financeira Global] e o *Fiscal Monitor* [Monitor Fiscal]. Esse é mais um traço comum entre os agentes globais estudados nesta pesquisa: os discursos produzidos por eles como condutores e orientadores de ações em níveis globais sustentam e justificam ações na base material – infraestrutura –, orientando, inclusive, a formulação de políticas, e esses discursos são periodicamente sistematizados e publicados em formato de brochuras, de planos, de relatórios (seguindo, ainda, características estéticas relativamente estáveis). Esses documentos compõem a cadeia infinita e ininterrupta dos sentidos de um modelo único de organização de mundo; eles vão justificando e sustentando ações e políticas e reproduzindo padrões de um discurso da Globalização Competitiva Neoliberal, inclusive esteticamente, como veremos mais adiante.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/howwedo.htm>. Acesso em 14 de dezembro de 2014, às 23h15.

Em relação à competitividade, o Fundo Monetário Internacional emprega poucas vezes o signo em suas publicações. No entanto, as vozes que compõem os discursos desse agente global carregam também os sentidos dos níveis estabelecidos pelo Fórum Econômico Mundial, expressos nos doze pilares da competitividade global. Os índices de competitividade são refratados na expressão dos objetivos e das ações do Fundo, que giram em torno de *salvaguardar a estabilidade do sistema monetário internacional, o sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais que permite a compra de mercadorias e serviços de modo mais flexível*. A preocupação com a estabilidade do sistema monetário pertence à esfera do *Desenvolvimento do Mercado Financeiro* [8º pilar] e do *Ambiente macroeconômico* [3º pilar], já o que diz respeito à troca de mercadorias e serviços entre países poderia ser relacionada à *Eficiência do mercado de bens* [6º pilar], por exemplo. Esse agente hegemônico global contribui, por meio de seus documentos, para a construção e fortalecimento de discursos que pregam a unicidade nas relações econômicas e financeiras no nível global, em conjunto com outros agentes, refletindo e refratando as ideologias da globalização neoliberal competitiva. Essa rede de relações vai se nos mostrando seus fios via palavra, via signo.

A ideia de zelar, de salvaguardar, somada à ideia de estabilidade, confere ao discurso a função de reprodutor de sua posição dominante pelo viés da divinização ou pelo viés missionário. Aquele que é o zelador, que irá assegurar a estabilidade monetária para o *bem comum* em escala planetária. Essa é uma fala produtora e veiculadora de sentidos do setor dominante na sociedade globalizada.

2.3.4 A Organização das Nações Unidas

Como os outros agentes hegemônicos da Globalização dos quais tratei até aqui, a Organização das Nações Unidas é composta por diversos países; neste caso, *países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais*⁵⁰. Pautados pela restauração dos povos após os flagelos das guerras, a *paz* vem em primeiro lugar descrita como objetivo dessa organização, contudo, vem aliada, imediatamente, ao *desenvolvimento*, este último, um signo bastante recorrente dos discursos de unificação do modo de organizar o mundo. Enquanto os outros agentes aliavam o desenvolvimento, ou crescimento, ao combate à pobreza, aqui, o desenvolvimento é aliado à busca pela paz. Esse é um padrão discursivo

⁵⁰ Disponível em: <http://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso em 15/12/2014, às 02h30.

relativamente estável nos discursos hegemônicos globais: aliar questões de tom mais humanitário a questões de cunho econômico.

Na *Carta de Princípios* da ONU (Anexo 11), em seu preâmbulo, há a declaração de que os povos das nações unidas estão resolvidos a *preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra* e, para tanto, *praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos*⁵¹. A declaração de garantia de que a força armada não será empregada vem imediatamente acompanhada, no texto, da concessão *a não ser no interesse comum* [um interesse único da comunidade das nações unidas] para a promoção do progresso econômico e social de todos os povos. Um interesse comum, de todos os povos pertencentes a essa organização, justificaria, então, o emprego de mecanismos internacionais, seguindo princípios e métodos, de forma a assegurar o desenvolvimento econômico das nações.

Essa declaração da ONU, do *interesse comum*, me traz à memória as palavras de Augusto Ponzio⁵², quando afirma que “Para Bakhtin, não interessa a comunidade, a união, porque essas palavras pretendem cancelar a diferença”. Como, então, sustentar uma guerra (ou um mecanismo internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de todos os povos) em nome de um interesse comum, um interesse comunitário? Em nome da racionalidade do progresso econômico e social, ações, inclusive armadas, seriam justificadas. Uma das possibilidades de sentidos aqui seria a guerra, ou mecanismo internacional, como álibi do homem racional. “E com o álibi do Homem em geral, o homem humano e racional, para fazer valer os 'direitos humanos', se recorre 'às ingerências humanitárias' e se fazem guerras humanitárias” (PONZIO, 2010, p.28). O interesse comum gera uma comunidade de interesses e, conseqüentemente, o que não faz parte dessa comunidade é extracomunitário, está fora dela, é excluído. Os Estados, portanto, que não são membros das Nações Unidas, são

⁵¹ Carta de princípios da ONU: “A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano. O Estatuto da Corte Internacional de Justiça é parte integrante da Carta”. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 15 de dezembro de 2014, às 18h03.

⁵² Em Conferência Ministrada Na UNICamp, em abril de 2012.

extracomunitários, com interesses extracomunitários⁵³.

Além disso, a construção discursiva de que “somente em nome de um interesse comum” é que se usaria a força armada reproduz a intencionalidade do progresso cujo centro é o capital e não o homem; racionalidade que naturaliza a guerra e a coloca numa dimensão marginal. Se for necessário intervir de maneira armada em nome de um bem comum, é “aceitável”; como assevera Marcuse (2002), a tortura tem sido reintroduzida como uma questão normal; desde que se trate de um tipo de guerra colonial, que ocorra às margens do “mundo civilizado”. Uma guerra marginalizada, por essa racionalidade, é vista até com boa consciência, uma vez que “*this war is at the margin – it ravages only the ‘underdeveloped’ countries. Otherwise, peace reigns*” (MARCUSE, 2002, p.88). Portanto, a guerra necessária para manter os interesses comuns do “mundo civilizado” faz parte do “pacote” global e é amplamente sustentada pelos discursos de segurança e paz, asseguradas por agentes hegemônicos globais como a ONU.

Os órgãos principais das Nações Unidas são: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado. Aqui, vou fazer mais considerações acerca do Conselho Econômico e Social, uma vez que me interessa compreender a articulação entre os discursos da esfera econômica e da esfera social desses agentes hegemônicos da Globalização e a força desses discursos na cadeia de sentidos que tentam construir um pensamento único.

O Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, que é composto por cinquenta e quatro membros eleitos pela Assembleia Geral, tem entre suas atribuições a função de produzir *estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos membros das Nações Unidas e às agências*

⁵³ Quero ressaltar, ainda, que a comunidade de interesses relativos à *manutenção da paz* tem um conselho específico, cuja composição é expressa na Carta de Princípios da ONU: *O Conselho de Segurança será composto de quinze membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá dez outros membros das Nações Unidas para membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização e também a distribuição geográfica equitativa*. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/carta/cap5/>. Acesso em 15 de dezembro de 2014, às 18h21.

*especializadas interessadas*⁵⁴. Esse ponto é fundamental para a compreensão que venho construindo até aqui, já que todos os agentes globais que fazem parte das análises neste capítulo produzem seus estudos e, a partir deles, publicam relatórios com resultados e índices por eles construídos e apresentam recomendações a serem seguidas por diferentes instâncias em nível global. Esses agentes – ou “governos mundiais” –, sejam eles Fóruns, Bancos, Fundos ou Organizações, produzem discursos que justificam e sustentam suas ações, e esses discursos são, inclusive, de ordem documental, dentro dos mesmos padrões no que diz respeito aos tipos e formas de seus enunciados, e, a partir deles, vão imprimindo tentativas de homogeneização do pensamento mundial. Haja vista a materialidade estética dos documentos da ONU em relação a documentos produzidos por outros agentes hegemônicos globais, como será exposto mais adiante.

O axioma *There is no alternative* [Não há nenhuma alternativa] vai se fortalecendo à medida que uma trama extremamente complexa e dinâmica vai se entrecruzando e interpenetrando nas diversas esferas de atividade humana, seguindo padrões homogeneizados e homogeneizantes, o que corrobora para a construção de um modo único de pensar sobre o mundo e de organizar as relações mundiais. Os Relatórios são um lugar em que essas vozes homogeneizadoras refletem e refratam as ações de construção de unicidades, uniformidades e homogeneidades, típicas do período da Globalização.

Desde 1991, foram publicados pela ONU vinte e quatro relatórios. Três deles tratam mais especificamente da competitividade – *Transnational Corporations and Competitiveness* [Corporações Transnacionais e Competitividade], de 1991; *Transnational Corporations, Market Structure and Competition Policy* [Corporações Transnacionais, Estrutura de Mercado e Política de Competição], de 1997; e *Transnational Corporations and Export Competitiveness* [Corporações Transnacionais e Competitividade de Exportação], de 2002. Em 2009, o Relatório Mundial de Investimento da ONU tratou do tema da Agricultura no *Transnational Corporations, Agricultural Production and Development* [Corporações Transnacionais, Produção Agrícola e Desenvolvimento]. Toda essa rede de ações, de eventos (como as grandes conferências organizadas por esses agentes ou as orientações para a formulação de políticas, por exemplo) e esses discursos sistematizados nos Relatórios Mundiais vão construindo justificativas para valorar as coisas do ponto de vista econômico,

⁵⁴ Disponível em: <http://nacoesunidas.org/carta/cap10/>. Acesso em 15 de dezembro de 2014, às 18h53.

transformando direitos em serviços e bens de consumo, alimentos em *commodities*. E o fazem de modo a atender um grande *bem comum*, que é o *desenvolvimento* e a *estabilidade econômica*, que, por sua vez, são embasados na competitividade – ora como objetivo a ser alcançado, ora como justificativa – tão estimulada pelos agentes hegemônicos em níveis globais. Os relatórios e outras publicações desses agentes são um meio pelo qual ecoam as mono-lógicas do capitalismo neoliberal em tempos de Globalização.

2.3.5 A Organização Mundial do Comércio

Na seção *Quem somos* de sua página na internet, a Organização Mundial do Comércio afirma que existem vários modos de olhar para ela: *é uma organização de abertura comercial. É um fórum para os governos negociarem acordos comerciais. É um lugar para eles resolverem disputas comerciais. Opera um sistema de regras comerciais. Essencialmente, a OMC é um lugar em que os governos membros tentam resolver problemas comerciais que enfrentam uns com os outros*⁵⁵.

No contexto de liberalização, flexibilização e desregulamentação alimentado pelos processos de globalização neoliberal, a Organização Mundial do Comércio tem papel importante, uma vez que atua *onde países têm enfrentado barreiras comerciais e querem reduzi-las*; a OMC, então, promove as negociações para abrir mercados ao comércio. Quebrar as barreiras para propiciar uma circulação de mercadorias que seja mais flexível faz parte dos processos de promoção da Globalização como modo de organização econômica, de forma a possibilitar o alargamento dos mercados consumidores, bem como das facilidades de aquisição de matérias-primas, já que *os acordos da OMC cobrem bens, serviços e propriedade intelectual. Eles enunciam os princípios de liberalização, e as exceções autorizadas*. Entre os princípios defendidos por essa Organização estão: *maior abertura, previsão e transparência, mais benefício para países menos desenvolvidos, proteção ao meio ambiente, mais competitividade*. Este último, justificado em função de desencorajar práticas injustas. Diante de questões complexas, a OMC estabelece as regras sobre o que é justo ou injusto e sobre como os governos devem responder.

Esse é mais um agente na cadeia de valores globais, que vem afirmando, nas últimas décadas,

⁵⁵ Texto original disponível em: http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm. Acesso em 15 de dezembro, às 21h48.

o quanto é necessário que haja instâncias globais como a OMC para “auxiliar” na formulação de políticas e na solução de questões complexas, dado o *enfraquecimento do papel do Estado*. Também pautado em ações em nome do crescimento e desenvolvimento econômico, esse agente global declara que seu propósito primeiro é *abrir o comércio em benefício de todos*. *Interesse comum, construção de uma aldeia global, em benefício de todos* são enunciados que vão propondo e reforçando que o desenvolvimento e o crescimento econômico propostos pelas ideologias hegemônicas neoliberais por meio de seus agentes globais são o desejo de todos e vão beneficiar a todos, enquanto cidadãos globais.

Embora a desregulamentação seja uma das bases da Globalização neoliberal, são vários os seus agentes reguladores, como os “governos mundiais”, entre eles a OMC. Contudo, os processos de monitoria, os padrões por eles estabelecidos associam sempre as questões econômicas a um bem maior. No caso da OMC, o resultado prometido é garantia, além de *um mundo econômico próspero, de um mundo pacífico e responsável*. A Organização trabalha para *a redução dos riscos de as disputas comerciais transbordarem para conflitos políticos ou militares* e, para tanto, direciona esforços para *garantir que as políticas comerciais dos países conformem-se com os acordos e compromissos estabelecidos* por ela. Desse modo, além de objetivar o fortalecimento e a abertura das transações comerciais em níveis globais, o *bem comum* promovido pela OMC visa a paz e a harmonia mundial, evitando confrontos políticos ou militares desencadeados por questões comerciais mal resolvidas.

Operando na mesma lógica dos agentes globais anteriores (Fórum Econômico Mundial, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas), a Organização Mundial do Comércio também publica seus Relatórios. Os Relatórios Anuais, segundo a Organização, *possibilitam uma compreensão geral das atividades da OMC ao longo do ano anterior e inclui informações acerca de seu orçamento e de seu pessoal*. Já os Relatórios Mundiais do Comércio têm o objetivo de *aprofundar a compreensão sobre as tendências do comércio, de questões de política comercial e do sistema de comércio multilateral*⁵⁶. E dando continuidade à cadeia de valores globais, a materialidade desses relatórios reflete e refrata as materialidades das publicações dos outros agentes, como é possível compreender relacionando-as (ver item 2.4).

⁵⁶ Na internet, é possível encontrar os Relatórios Anuais a partir do ano de 1998 (disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/reser_e/annual_report_e.htm. Acesso em 15 de dezembro de 2014, às 23h12) e os Relatórios Mundiais do Comércio a partir do ano de 2003 (disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/reser_e/wtr_e.htm. Acesso em 15 de dezembro de 2014, às 23h23).

Nesses documentos, os discursos hegemônicos globais são refletidos e, ao mesmo tempo, refratam os valores de uma Globalização econômica neoliberal. No Relatório Mundial do Comércio 2014 (Anexo 12), no capítulo que trata da ascensão de Cadeias de Valores Globais, no item 2: *CVG: oportunidades e desafios para o desenvolvimento*, o texto traz a seguinte afirmação: *somente os países próximos o suficiente da 'janela' da competitividade estarão aptos a juntarem-se à Cadeia de Valores Globais*⁵⁷, e já aponta no texto que os países em desenvolvimento terão de alcançar certo patamar de eficiência e qualidade para se tornarem destinos atrativos de investimentos de empresas estrangeiras. Há ainda no Relatório uma seção cujo título é *O novo papel das commodities em estratégias de desenvolvimento*. Essa seção discute os *desafios e oportunidades* das estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico baseadas nas *commodities*; além disso, analisa como os países em desenvolvimento têm sido capazes de alavancar seu potencial de exportação de recursos agrícolas e naturais nesse ambiente de preços elevados para consolidarem o seu desenvolvimento.

Nesse item, o texto vai fornecendo possibilidades de compreensão de que alavancar exportações de recursos agrícolas e naturais é uma oportunidade de consolidação do desenvolvimento econômico de um país. Aliado a isso está o discurso de que existem vários estágios de desenvolvimento e que os países devem se articular política e economicamente para galgarem esses níveis até o patamar mais alto. Desse modo, vai se consolidando, texto a texto, relatório a relatório, a ideologia de que esses “governos mundiais”, criadores e mantenedores da Cadeia de Valores Globais, são capazes de estabelecer as regras e os passos que, se cumpridos, elevarão os países que se comprometerem com esses valores ao posto de país desenvolvido e, ao mesmo tempo, os países que não cumprirem exigências mínimas para alcançarem esses postos terão seus “pontos fracos” divulgados nos relatórios e analisados como justificativas e exemplos dos motivos pelos quais não atingiram os níveis de competitividade e desenvolvimento suficientes. Todo esse processo revela que esses países não apresentam competências necessárias e que falharam em alguma medida; isso afasta e enfraquece um discurso de que os países “em desenvolvimento” são, de fato, vitais para os países desenvolvidos.

⁵⁷ Relatório Mundial do Comércio 2014 - “Comércio e desenvolvimento: tendências recentes e o papel da OMC”. Disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/world_trade_report14_e.pdf. Acesso em 16 de dezembro de 2014, à 1h.

Os mesmos níveis de desenvolvimento, as mesmas concepções de valores, esses são argumentos que se repetem nos padrões dos discursos que pregam um jeito único de ver e de organizar o mundo. Os “governos mundiais”, ou agentes hegemônicos da globalização – como tenho chamado nesta pesquisa – instauram discursivamente uma luta pela homogeneização nas tomadas de decisão em relação às economias, aos investimentos, à circulação de capitais, à organização de povos, às negociações, aos acordos, às operações financeiras e comerciais de diferentes países. Essas ações e esses discursos vão instaurando comunidades e, conseqüentemente, extracomunidades, provocando exclusividades sob discursos de inclusão, concentração sob discursos de redistribuição.

Todos esse agentes hegemônicos, e ainda outros que poderiam ser trazidos para esta discussão, têm papel ativo na produção e reprodução de discursos globais, constituindo lutas na tentativa de se criar um jeito único de ver o mundo, de organizar as ações na base material, na tentativa de aparar arestas e mitigar as lutas de diferentes índices de valor que se instauram na vida dos discursos. Todos eles são militantes na construção de um discurso único, hegemônico e hegemonzante, global e globalizante; esse discurso opera na constituição do espírito de uma época, cujo motor é a mais-valia universal, que tem a competitividade como uma de suas formas de exercício para homogeneização dos valores na esfera global.

As leituras que apresentei aqui sobre os discursos dos agentes hegemônicos globais e alguns de seus documentos não dão conta de uma compreensão totalizadora dos sentidos e das refrações fomentadas pelos signos componentes dessas enunciações, desses discursos. “Não compreenderemos nunca a construção de qualquer enunciação – por completa e independente que ela possa parecer – se não tivermos em conta o fato de que ela é só um momento, uma gota no rio da comunicação verbal, rio ininterrupto, assim como é ininterrupta a própria vida social, a história mesma” (VOLOCHÍNOV, 2007, p158). Essas leituras são, portanto, momentos pinçados no fluxo ininterrupto da história, tomando a época globalizada como espaço-tempo de compreensão do nascer-já-caminhando do espírito da competitividade neoliberal.

2.4 Os agentes hegemônicos globais e seus tipos relativamente estáveis de enunciados

Neste item, construo alguns apontamentos em relação aos tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos pelos agentes hegemônicos globais, os governos mundiais estudados

até aqui. Como já foi dito, esses agentes apresentam algumas características comuns, entre elas o fato de produzirem publicações (em sua maioria relatórios) a partir de estudos e levantamentos por eles realizados, a fim de, por meio dessas materialidades discursivas, ecoarem as univocidades e os consensos capitalistas neoliberais, além de ditarem regras, políticas, ações em níveis globais.

Na materialidade dessas publicações, há uma certa estabilidade nos tipos e formas das fontes utilizadas, das cores, das imagens que compõem as capas. A relativa estabilidade dos enunciados que esses documentos constituem está diretamente ligada ao campo de utilização da linguagem. Os tipos relativamente estáveis de enunciados são denominados, por Bakhtin, gêneros do discurso, cuja riqueza e diversidade “são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo” (BAKHTIN, 2003, p.262).

Faço aqui uso dos gêneros do discurso para compreender a relativa estabilidade constitutiva das publicações dos agentes hegemônicos, visto que esses fazem parte de um campo de atividade comum – os governos mundiais – e “o conteúdo temático”, “o estilo”, “a construção composicional”, que são elementos indissoluvelmente ligados no todo do enunciado são determinados “pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 2003, p.262).

Como os discursos dos agentes hegemônicos globais são produtores e difusores dos consensos, dos lugares-comuns funcionais à propagação e consolidação da ideologia neoliberal competitiva como a única alternativa de construção de realidade, esses discursos servem a determinados interesses de determinada classe social. Do mesmo modo, a composição estética de seus relatórios e de suas publicações cumprem determinadas funções. E, ainda para Bakhtin, “uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2003, p.266). Ademais, a intencionalidade de se constituir e de se manter na posição de poder, na posição daqueles que têm a missão de *salvaguardar os interesses e o bem comuns*, se expressa também pela forma como esses agentes escolhem dizer o que têm a dizer. Essa relativa estabilidade é funcional à

consolidação de ares “oficiais” e “hegemônicos” a esses documentos, institucionalizando a posição de dominação e de poder, o que é igualmente funcional à elevação do que se afirma por esses documentos ao *status* de “verdade” ou de “indiscutível”.

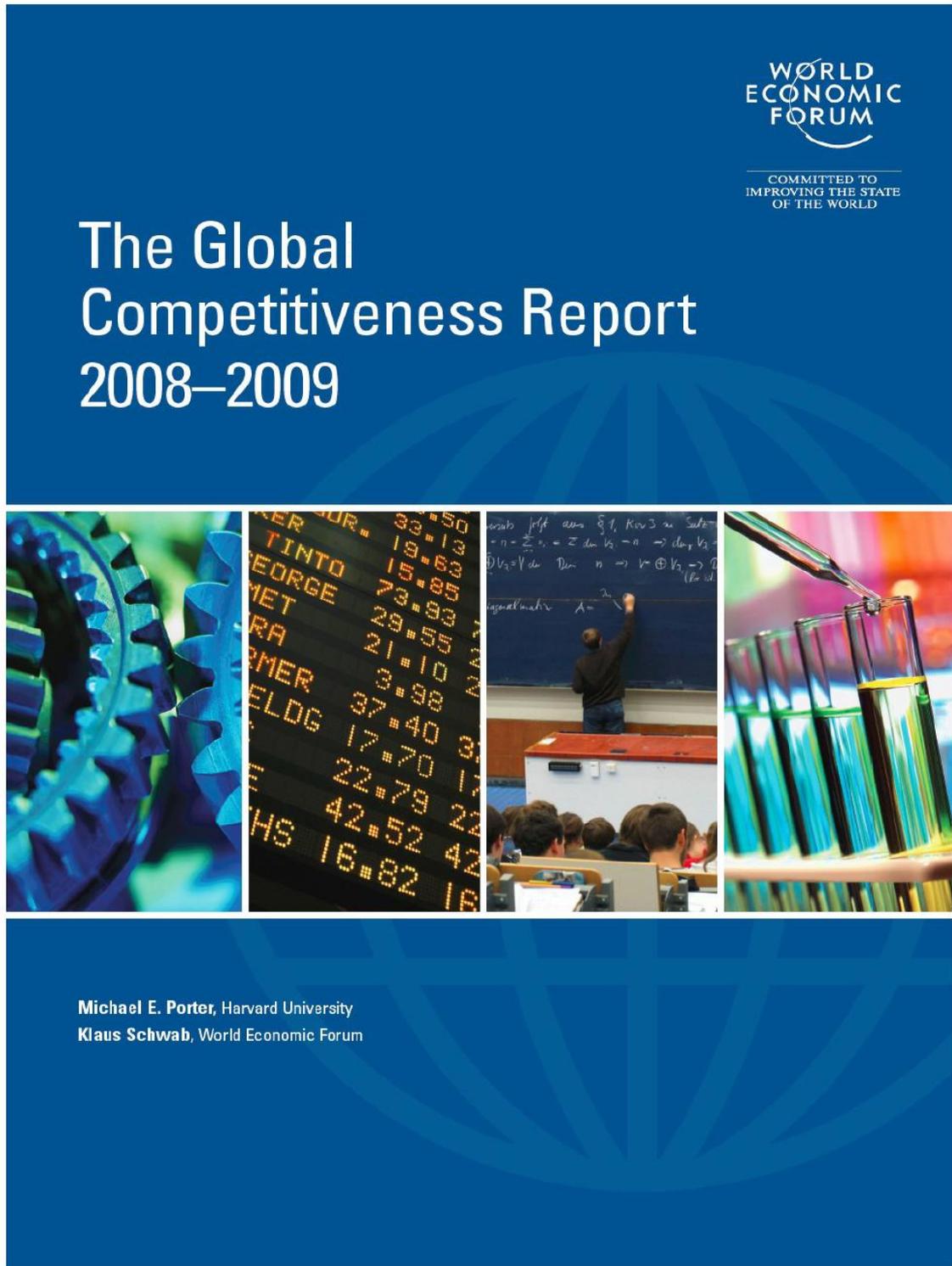
Reproduzo aqui, então, algumas das capas dos documentos publicados por agentes hegemônicos globais como veículos do discurso dominante da competitividade em escala planetária para, neles, apreendermos os ecos da hegemonia discursiva dos governos mundiais neoliberais :

Figura 05 – Capa do Relatório Anual 2004/2005 – Fórum Econômico Mundial



Fonte: *Annual Report 2004-2005: Shaping the global, regional and industry agendas* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2004-2005).

**Figura 06 – Capa do Relatório Global de Competitividade 2008/2009
– Fórum Econômico Mundial**



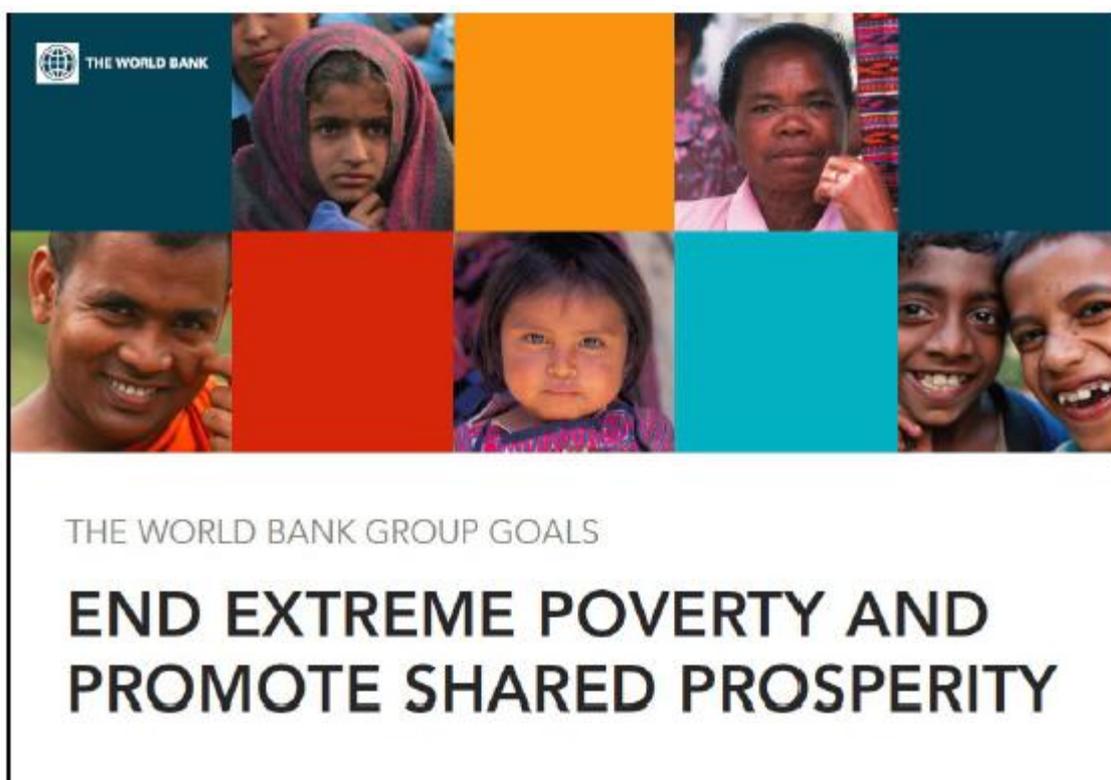
Fonte: *The Global Competitiveness Report 2008-2009*
(WORLD ECONOMIC FORUM, 2008-2009).

Figura 07 – Capa da Brochura Institucional do Fórum Econômico Mundial



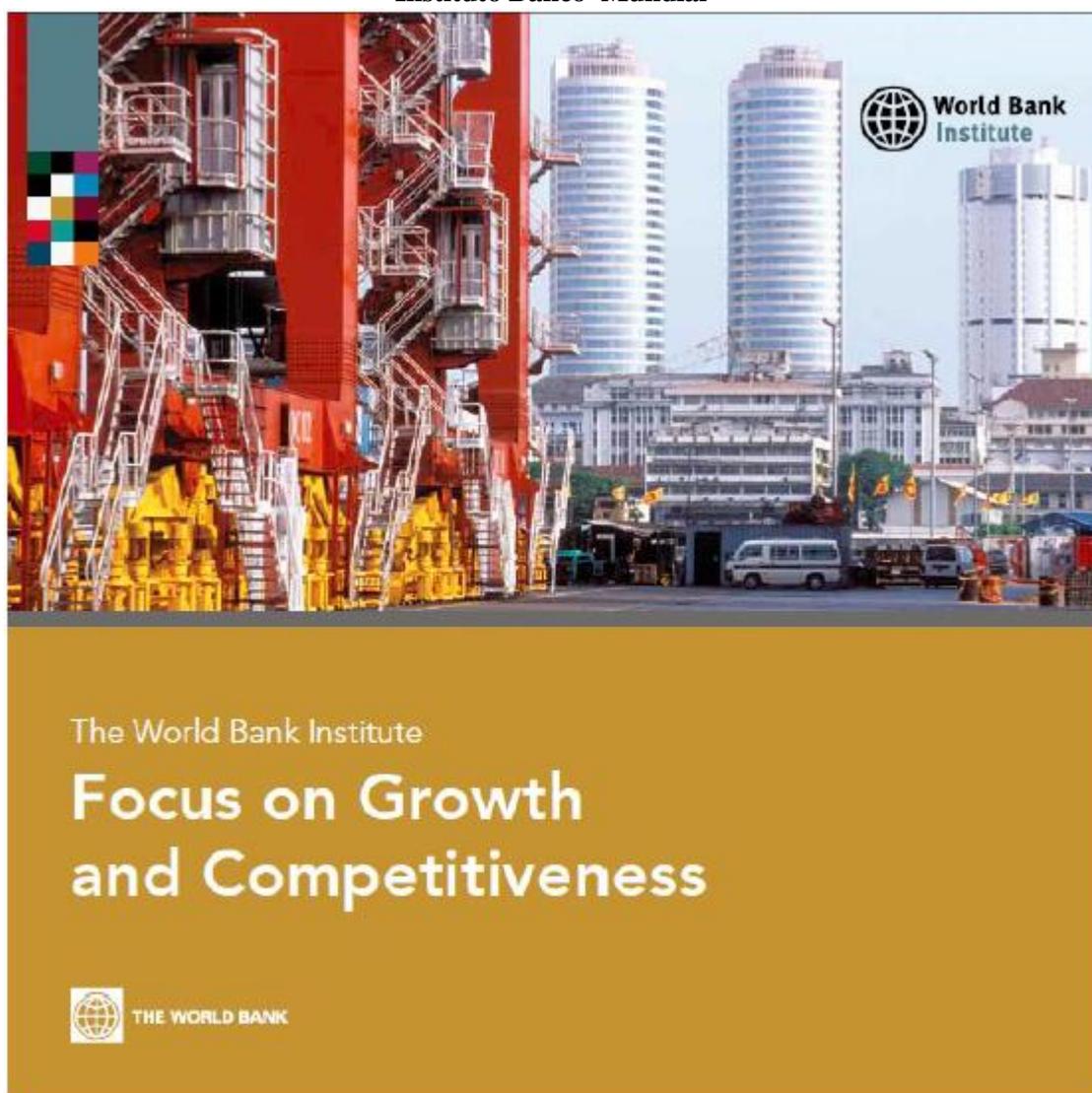
Fonte: Brochura do *World Economic Forum*

Figura 08 – Capa da Brochura do Banco Mundial



Fonte: Brochura do Banco Mundial

**Figura 09 – Capa da Brochura *Foco no Crescimento e Competitividade*
– Instituto Banco Mundial**



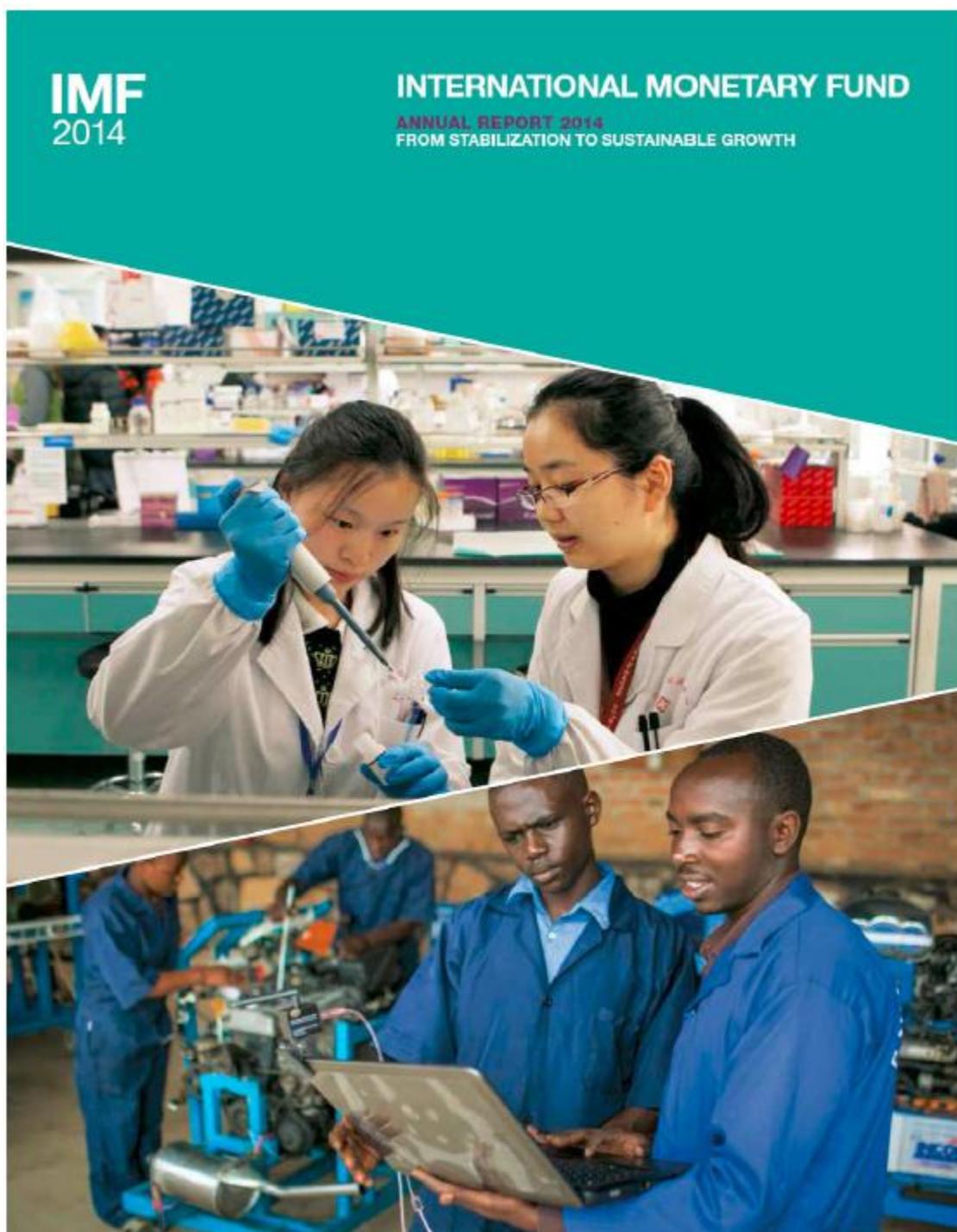
Fonte: Brochura do Banco Mundial – *Focus on Growth and Competitiveness*

Figura 10 – Capa da publicação referente à Conferência Global para o Engajamento do Cidadão para o Impacto na Ampliação do Desenvolvimento, apoiada pelo Banco Mundial



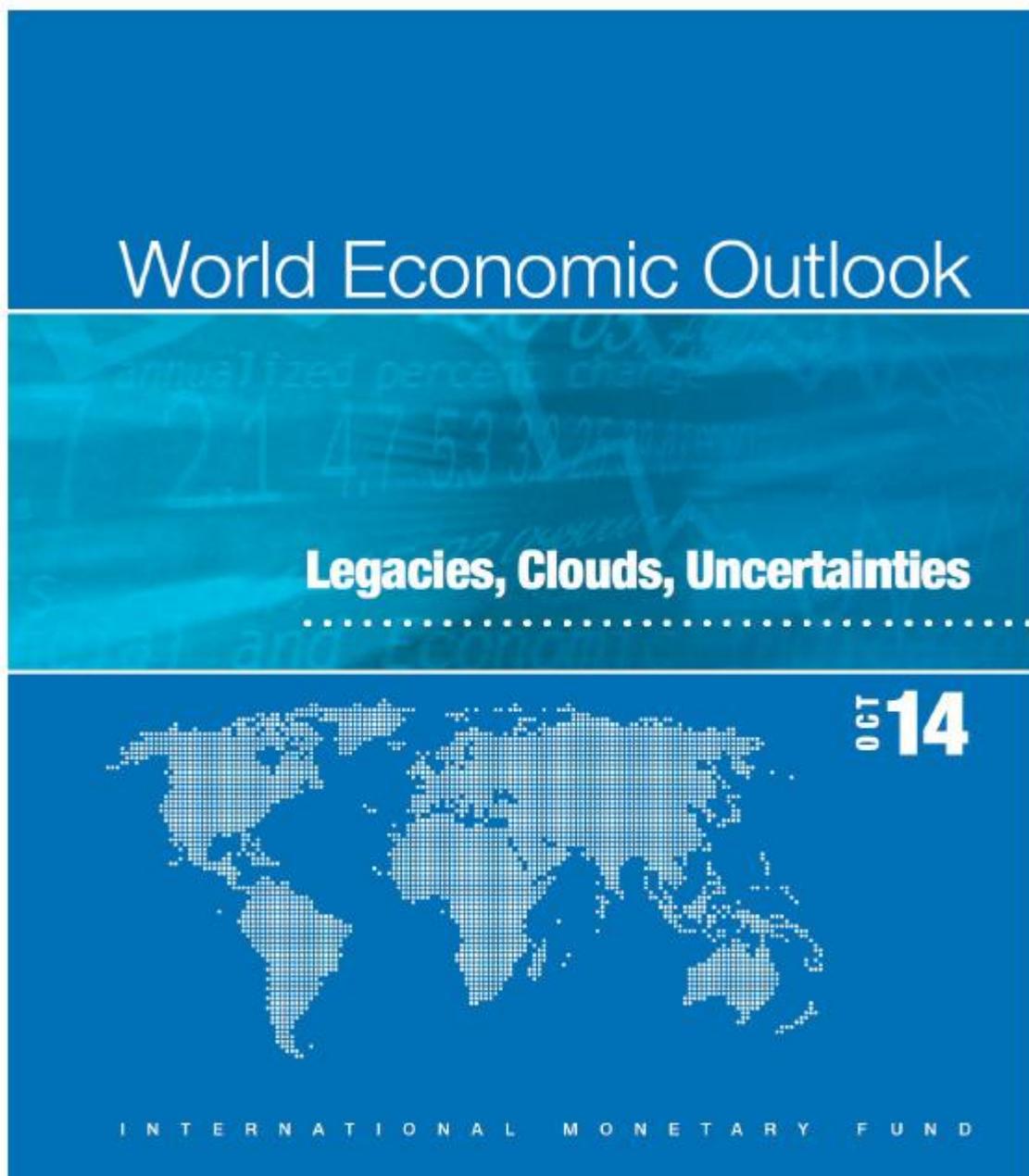
Fonte: Conferência Global para o Engajamento do Cidadão para o Impacto na Ampliação do Desenvolvimento, Março de 2013.

Figura 11 – Capa do Relatório Anual 2014 – FMI



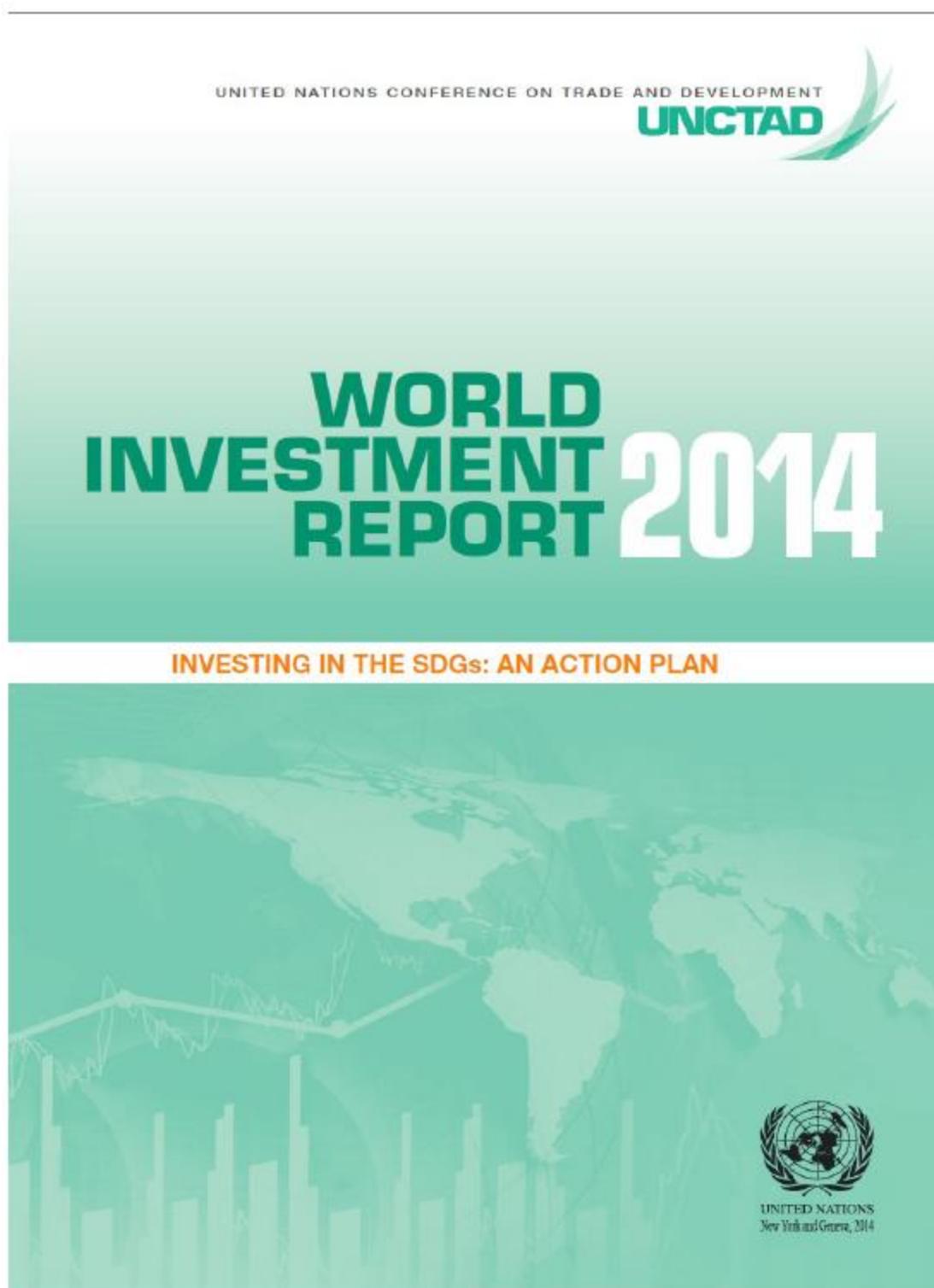
Fonte: *Annual Report 2014: From Stabilization to Sustainable Growth* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014).

Figura 12 – Capa do *World Economic Outlook*, de outubro de 2014 – FMI



Fonte: *World Economic Outlook*, October 2014: *Legacies, Clouds, Uncertainties* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, October 2014).

Figura 13 – Capa do Relatório de Investimento Mundial 2014 – ONU



Fonte: *World Investment Report 2014: Investing in the SDGs – an action plan* (UNITED NATIONS, 2014).

Figura 14 – Capa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – ONU



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o Progresso Humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014)

Figura 15 – Capa do Relatório Anual 2014 – OMC

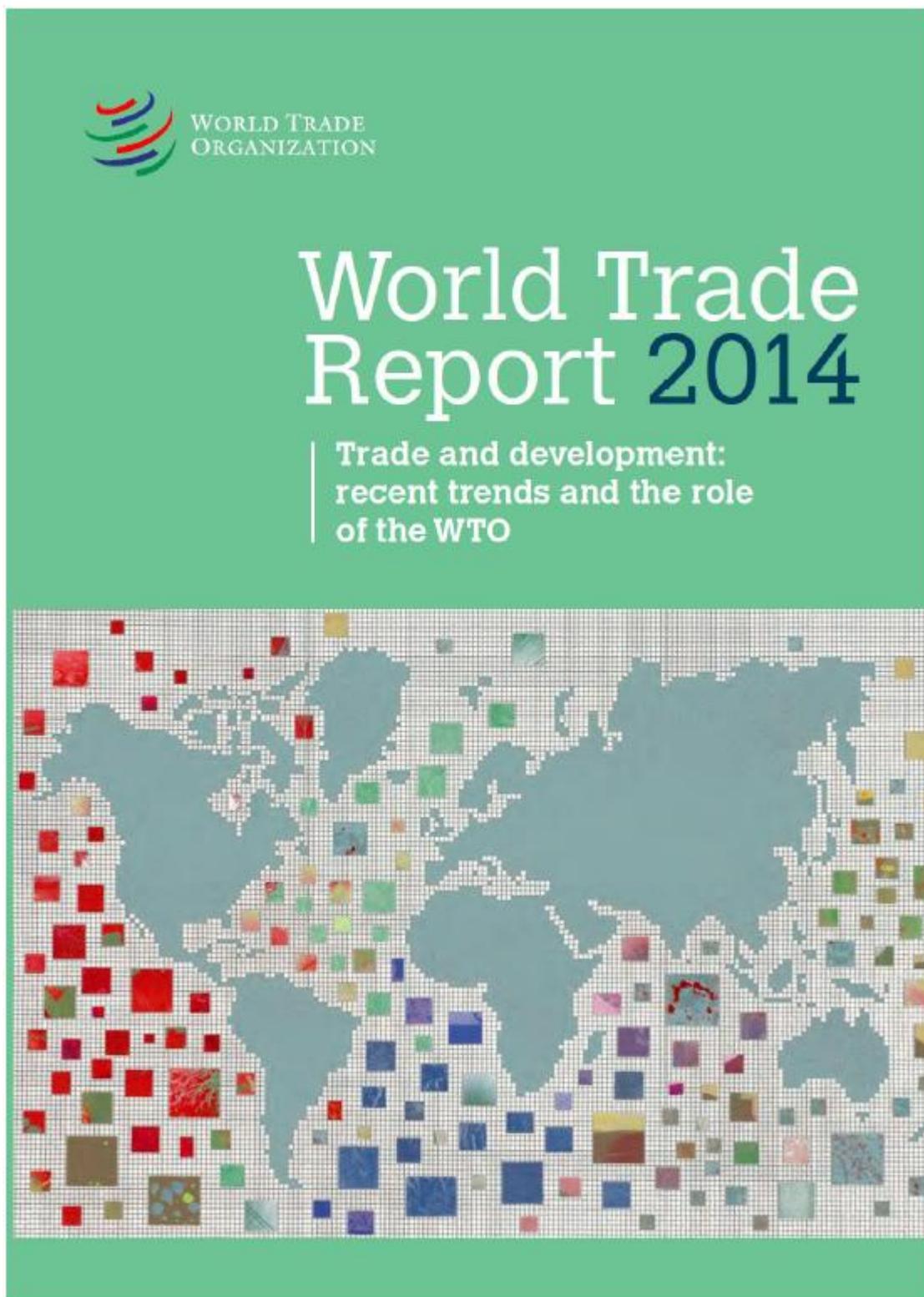


Annual Report 2014



Fonte: Annual Report 2014
(WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014)

Figura 16 – Capa do Relatório Mundial do Comércio 2014 – OMC



Fonte: World Trade Report 2014 – Trade and development: recent trends and the role of the WTO (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014)

Alguns dos elementos comuns nesses documentos são as cores, em geral dentro de um mesmo padrão – o azul é bastante recorrente em vários tons –; imagens que remetem, em sua maioria, ao progresso, ao trabalho, ao avanço da ciência e da técnica, a pessoas discutindo e pensando as melhores soluções para o *estado do mundo*; o uso de imagens que remetem ao alcance mundial desses documentos, como mapas e fotos de pessoas de diferentes etnias; uma espécie de slogan que acompanha o título do documento ou da instituição – *Formulando as agendas global, regional e industrial; Foco no crescimento e na competitividade; Da estabilidade ao crescimento sustentável; Legados, nuvens, incertezas; Reduzir as vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência* –; além disso, a qualidade das imagens, com o uso de fotografias profissionais; a presença dos logos das instituições para conferir credibilidade; o uso de termos do *new speech* – tais como: *estabilidade, crescimento sustentável, legado, engajamento, desenvolvimento, prosperidade, competitividade, foco, investimento, resiliência*⁵⁸, *plano de ação, desenvolvimento humano*. Todos elementos propagadores dos lugares-comuns tão funcionais à construção do espírito competitivo da atualidade.

Esses documentos também apresentam diferenças entre si, mas guardam em suas materialidades traços comuns, uma certa unidade. Essa unidade é também uma estratégia discursiva, posto que integra a corrente da comunicação que sustenta em toda a sua materialidade sígnica os sentidos univocais; todos orientam seus discursos na mesma direção, como vimos pela leitura do material verbal, e a materialidade estética desses enunciados é também constitutiva dessa orientação. As figuras acima tratam de materiais provenientes de diferentes agentes globais – Fórum Econômico Mundial, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio –, contudo, se ignorássemos a proveniência deles, seria possível afirmar que são todas publicações de um mesmo agente, visto a relativa estabilidade na sua materialidade.

A tentativa de homogeneização ideológica é também refratada na dimensão estética desses documentos. Ademais, a hegemonia desses agentes da Globalização neoliberal se constitui de tal forma que materiais e documentos publicados por instituições diversas, não pertencentes a esse grupo de “governos mundiais”, também apresentam características que seguem os

⁵⁸ A palavra *resiliência*, aliás, vem sendo muito utilizada no contexto empresarial e corporativo por se constituir numa nova exigência em relação aos “recursos humanos”. São mais valorizados os profissionais que apresentam resistência diante de situações de pressão e estresse extremos, mantendo a lucidez, a “vontade de vencer” e a capacidade de tomada de decisões. É um termo importado da Física e se refere, nesse contexto, à resistência e à capacidade que alguns materiais apresentam de acumular energia submetidos à pressão, sem causar rupturas.

mesmos padrões discursivos e estéticos, haja vista, por exemplo, os Planos Agrícolas e Pecuários produzidos pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujas materialidades dialogam intensamente com os documentos produzidos pelos agentes hegemônicos da Globalização, como veremos no capítulo seguinte desta tese.

2.5 A construção de um discurso hegemônico: a competitividade como justificativa e como objetivo

Milton Santos e María Laura Silveira, no livro “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, constroem uma visão global acerca da realidade brasileira por meio do território. Entre todos os aspectos trabalhados pelos autores, há aquele que trata das “lógicas globais e reorganização do território”. Nesse aspecto, Santos e Silveira abordam a história europeia dos atuais países subdesenvolvidos como a veia que revela a participação desses países numa divisão do trabalho comandada por dois pontos: “de um lado, pela pressão das respectivas relações internacionais (colonização, dependência comercial etc.) e, de outro, pelas facilidades oferecidas pelo território, pelo povoamento e pelas combinações políticas à entrada desse ou daquele produto” (2006, p.254). Nesse contexto, a participação dos países na divisão internacional do trabalho estava vinculada a um processo de internacionalização limitado às relações privilegiadas entre Estados. “Desse modo a instância política obtinha certa ascendência sobre a instância econômica. Esta, em última razão, era regulada pela política, tanto pela política interna de cada país como a respectiva política internacional” (2006, p.254).

A globalização promove um novo dinamismo na divisão internacional do trabalho, especialmente no que se refere aos países subdesenvolvidos. “A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constitui um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país” (2006, p.255). No contexto anterior ao período da globalização, os recursos naturais ou infraestruturais, sociopolíticos ditavam as localizações das empresas, mas as normas estabelecidas pelos Estados (tais como tarifas, impostos, financiamentos, créditos, salários etc.) acabavam por regular essa dinâmica, o que fazia com que as empresas, de certo modo, tivessem que se adaptar a esse jogo (o que não quer dizer que fosse um movimento sem tensões ou tentativas de negociações).

No período da globalização, há a exigência da adoção de medidas que passam a assumir um

papel condutor da política econômica e social dos países; essa exigência se deve ao fato de que a lógica do chamado mercado global se confunde à lógica individual das empresas interessadas em permanecer ou em se instalar num determinado país. Com isso, ainda nas palavras de Santos e Silveira,

O argumento, fundado no chamado “pensamento único”, inclui um receituário de soluções, sem as quais – diz-se – um determinado país se torna incapaz de participar do processo de globalização. Em nome da inserção desse país na nova modernidade e no mercado global são estabelecidas regras que acabam por constituir um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivale, para cada país, a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social (2006, p.255).

Esse “pensamento único” é um discurso. Um “discurso global”, ou “discurso da globalização” ou a “lógica do mercado” ou ainda o “discurso do mercado global”. Relacionamos esse “pensamento único” com uma tentativa de monologização das vozes, que se dá pela ideologia oficial. Isso se liga ao fato de um “pensamento único” ou de um “discurso hegemônico” funcionar como uma entidade ou como uma lógica universal que luta pela naturalização das ações. O jogo de interesses globais vai construindo um discurso do mercado global que “faz pensar que essa entidade dita universal atua quase automaticamente sobre o mundo, isto é, sobre todos os países” (2006, p.255).

Contudo, aquele conjunto de ideias, de lógicas, de pensamentos globais se materializa nas ações particulares das empresas em diferentes países; as ações dessas empresas se dão num jogo: ao mesmo tempo em que trabalham por seus interesses individuais também vão se adaptando às práticas correntes em cada país. A lógica do “mundo globalizado” vai encontrando materialização por meio das ações das empresas num jogo de adaptações e adoção de comportamentos que atendem, cada vez mais, a interesses privados, mesmo que isso se dê sob a justificativa genérica da globalização. E nesse movimento “Cada uma dessas empresas é levada a ter uma lógica internacional fundada nas regras de competitividade derivadas do respectivo produto” (2006, p.256). A partir dessa compreensão, Santos e Silveira passam a olhar para a lógica da ocupação territorial dessas empresas, partindo para o estudo do caso brasileiro, mostrando de que modo um território pode se tornar “um espaço nacional da economia internacional” (2006, p.256). Os discursos são parte constitutiva dessa “lógica global”, por meio da ideia da competitividade ligada à ideia de crescimento econômico, por vezes construída como um objetivo a ser alcançado e por vezes construída como justificativa

que embase as ações nos territórios nacionais, em nome de necessidades construídas e ditadas pela hegemonia global.

Durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio ocorrida em Seattle (Estados Unidos), em 1999, os discursos da necessidade da abertura dos mercados e da busca pela competitividade, apareceram em jornais brasileiros, compondo a corrente de produção de consensos funcionais à economia neoliberal. Intercruzado a esses discursos estava também o consenso que reforça a identidade agrícola brasileira. No Caderno Dinheiro Especial *Rodada do Milênio*, de 28/11/1999 (Anexo 13), a manchete de capa estampa *Brasil define seu 'front' econômico*. Do lado esquerdo do texto escrito pelo enviado a Seattle, Clóvis Rossi, há gráficos expondo *os números do agronegócio*, que *comprovam a vocação* do nosso país para a agricultura de larga escala e para exportação. No corpo do texto escrito, Clóvis Rossi resgata uma declaração dada em reunião na Suíça, no início daquele mesmo ano, pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia sobre o que seria uma *clara visão no Brasil* para empresários, acadêmicos e setores trabalhistas: *a agricultura é a nossa prioridade número 1*.

O discurso hegemônico de que *o Brasil é o celeiro do mundo* e de que *o agronegócio é nossa porta de entrada para o cenário econômico mundial* vai se unindo ao coro que endossa a abertura dos mercados mundiais. Clóvis Rossi sustenta que *a prioridade absoluta do Brasil é abrir o mercado agrícola dos países ricos*. Esse discurso de que a abertura dos mercados seria vantajosa para o Brasil vai se repetindo, reforçando a dependência brasileira com relação a suas *commodities* agrícolas. No mesmo caderno, num outro texto de Clóvis Rossi, a manchete anuncia *Lavoura é a salvação do Brasil na hora de fechar as contas*; e o chapéu afirma *Para especialistas, agricultura do país gera empregos e movimenta a economia por ser descentralizada*. Essas duas afirmações novamente reforçam a importância das atividades agrícolas brasileiras e são usadas para sustentar também a necessidade “óbvia”, portanto, de que o Brasil tome posição favorável à derrubada de barreiras, uma vez que isso seria a ampliação dos mercados brasileiros para um setor tão importante economicamente para o país, a ponto de ser sua salvação.

Reforçando a argumentação que sustenta a tese de que o Brasil deveria ser favorável à abertura comercial, a formatação da página do jornal também colabora para a construção desse sentido, uma vez que logo abaixo do texto escrito por Clóvis Rossi há um quadro gráfico expondo *as barreiras que o agribusiness enfrenta lá fora*. A repetição de padrões

discursivos que constroem uma tomada de posição em defesa da derrubada de barreiras comerciais, que é a estratégia usada pelo jornal, é uma repetição da univocidade global pela desregulamentação e pela liberalização. Essa estratégia discursiva subscreve o Brasil na corrente de enunciados acerca da organização econômica neoliberal que os processos de Globalização vão difundindo, construindo suas ações e decisões como parte do curso “natural” da história do capitalismo. Toda essa dinâmica é funcional à repetição de consensos globais e marca aquilo que intenciona ser a posição do Brasil diante desses processos.

Com essa posição consolidada, se todos os brasileiros concordam que a derrubada de barreiras comerciais será a *salvação da nossa lavoura*, seremos também signatários da posição que defende a necessidade de (re)organizarmos nossas instituições, nossa infraestrutura, nosso ambiente macroeconômico, nossas políticas de saúde e de educação primária, nossa inovação, nossos mercados, nossa tecnologia, enfim, todas as esferas que dialoguem com os padrões competitivos globais de modo a atender os interesses neoliberais.

A competitividade é um fulcro em torno do qual vai se consolidando uma série de discursos consensuais reprodutor de uma lógica univocal idêntica. *País se queixa das barreiras, mas vê competitividade decair* é a manchete de um outro texto de Clóvis Rossi publicado no Caderno Especial *Rodada do Milênio* também em 28 de novembro de 1999. Aqui, a competitividade exerce papel fundamental na argumentação de que as barreiras mundiais seriam bem mais facilmente derrubadas se produtos e *commodities* brasileiros fossem mais competitivos: o texto vai se construindo a partir de afirmações de líderes mundiais que atestam que produtos brasileiros não são competitivos (uso do argumento de “autoridade”); a partir de dados que mostram que dos 44 produtos industrializados mais vendidos no mundo o Brasil é competitivo em somente 9 (argumento de “prova concreta”; a partir de afirmações conclusivas (*a competitividade brasileira está decaindo*)).

As ideo-lógicas do capitalismo competitivo vão se refletindo também nos discursos jornalísticos mais recentes. *Competitividade do Brasil em médio prazo preocupa, dizem empresários*: essa é uma das manchetes do Caderno *Mercado* da Folha de S. Paulo de 03 de abril de 2014⁵⁹. O texto traz falas de empresários como o presidente da Philips na América Latina – Henk de Jong – e o presidente da rede de hotéis Marriott – Craig Smith. Esses e

⁵⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1435000-competitividade-do-brasil-a-medio-prazo-preocupa-dizem-empresarios.shtml>. Acesso em 11 de julho de 2014, às 17h15.

outros empresários reunidos no Panamá para o Fórum Econômico Mundial para a América Latina expressam otimismo em relação ao desempenho do mercado brasileiro, mas afirmam que, a médio e a longo prazos, questões como educação e infraestrutura são ainda preocupantes. Retomando os pilares propostos pelo próprio Fórum Econômico Mundial para medir os níveis de competitividade, vemos que tanto a infraestrutura quanto a educação estão entre eles [2º e 4º pilares, respectivamente]. O presidente da Philips para a América Latina afirma que *Precisamos de mais investimentos em infraestrutura, educação e saúde e menos burocracia. Cada vez mais a competitividade do produto brasileiro fora do Brasil está baixando*. O pedido por mais investimentos em educação e saúde [4º pilar], infraestrutura [2º pilar] e pela diminuição da burocracia [o que poderíamos ligar ao funcionamento das instituições – 1º pilar] é, em seu sentido lato, um pedido pelo aumento de competitividade; e isso se reafirma nas palavras do mesmo empresário, quando este faz um alerta sobre a diminuição da competitividade dos produtos brasileiros fora do país. Aqui a competitividade se nos mostra simultaneamente como objetivo (à medida que é preciso aumentar os investimentos e diminuir a burocracia para alcançar níveis maiores) e como justificativa (já que o fato de a competitividade dos produtos brasileiros fora do país estar baixando justifica tomada de providências).

Podemos ainda auscultar os discursos que pregam a competitividade como objetivo e como justificativa em diferentes esferas. Em 11 de julho de 2014, a companhia aérea espanhola Iberia anunciou a intenção de cortar até 1581 vagas por meio de um processo de demissão voluntária⁶⁰. *A companhia foi atingida por greves e batalhas com sindicatos no ano passado quando tentou fazer os cortes de empregos. Em fevereiro e março deste ano, ela celebrou acordos com pilotos, tripulantes e pessoal de terra para reduzir salários e aumentar a competitividade da companhia*. Em meio à crise e a pressões sindicais, são estabelecidos acordos que objetivam diminuir os salários dos funcionários e aumentar a competitividade da companhia. Além de configurar um objetivo, a competitividade é aqui também justificativa, já que em nome dela, do exercício da mais-valia universal, as mudanças estruturais devem ocorrer *a fim de que a companhia possa crescer de maneira rentável no futuro*. A tensão nesse excerto parece estar somente no que se refere à atuação dos sindicatos no ano anterior, visto que a empresa aérea *foi atingida por greves e batalhas com sindicatos*. No entanto, quando se

⁶⁰ “Iberia anuncia plano de demissões voluntárias para dispensar até 1.581. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1484483-iberia-anuncia-plano-de-demissoes-voluntarias-para-dispensar-ate-1581.shtml>. Acesso em 11 de julho de 2014, às 18h04.

trata da diminuição dos salários dos funcionários como condição para a manutenção dos empregos, o discurso demonstra um certo tom apaziguador ao afirmar que a companhia *celebrou acordos* em nome da competitividade.

Em mais um texto da Folha, de 04 de julho de 2014, na coluna *Caro Dinheiro*, assinada por Samy Dama⁶¹, o signo competitividade refrata sentidos de objetivo, no trecho em que lemos: [...] *a tecnologia deve vir para melhorar a qualidade de vida da sociedade ao propiciar redução de custos médios, aumento de produtividade, eficiência e competitividade*. Nesse enunciado, há quatro elementos que a tecnologia deve propiciar: um deles ligado ao substantivo “redução” [*custos médios*] e três ligados ao substantivo *aumento* [*produtividade, eficiência e competitividade*], todos compondo o conjunto de coisas que devem auxiliar na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Além disso, a competitividade compõe esse objetivo da tecnologia no mesmo conjunto em que aparece a produtividade. Nos discursos hegemônicos acerca da competitividade, o conceito de produtividade faz parte desse conjunto que deve ser buscado e que justifica as ações no mundo globalizado.

Na página do *Movimento Brasil Competitivo*⁶², criado em novembro de 2001, essa organização declara que *busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, através do aumento da competitividade do país*. Assim como no texto anterior da Folha, de 04/07/14, citado anteriormente, o aumento da competitividade se mostra como aliado da melhoria da qualidade de vida. O conceito de competitividade considerado pelo Movimento Brasil Competitivo é exatamente o mesmo expresso pelo Fórum Econômico Mundial [*conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade do país*]; além disso, a data de criação do MBC coincide com a primeira publicação do *Global Competitiveness Report* (2001). Ademais, para essa organização, a competitividade é também uma *ferramenta de desenvolvimento do país*. Aliado, novamente, aos níveis de produtividade, aqui o discurso da competitividade vai repetindo padrões dos discursos do desenvolvimento, constituindo um objetivo e uma justificativa para a orientação de práticas nas sociedades globalizadas.

Competitividade e Globalização são signos que se entrecruzam e se interpenetram nos discursos hegemônicos contemporâneos. As orientações para uma prática competitiva e

⁶¹ “Gestão eficiente do tempo”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 12 de julho de 2014, às 13h37.

⁶² O Movimento Brasil Competitivo aparece na lista dos parceiros dos Relatórios de Competitividade do Fórum Econômico Mundial. Disponível em: <http://www.mbc.org.br>. Acesso em 12 de julho de 2014, às 14h.

globalizada estão nos jornais, nos movimentos nacionais, nas organizações internacionais. A Federação Global de Conselhos de Competitividade (*Global Federation of Competitiveness Councils* – GFCC), por exemplo, é uma rede mundial de líderes de conselhos de competitividade. Entre seus objetivos, estão a *partilha das melhores práticas* e a *criação de uma rede de trabalho de líderes globais comprometidos com a prosperidade nacional e com a prosperidade do mundo*. Segundo essa Federação, os fatores fundamentais da competitividade nacional estão sendo entrelaçados a redes que sustentam o crescimento econômico global. Essa repetição do discurso de que o que é desejável para uma país é desejável para o mundo ou vice-versa, num nível global, é a constância de que os discursos precisam para se constituírem como hegemônicos. E a hegemonia sustentada por tentativas repetidas de monologização e de homogeneização vai se consolidando de forma a naturalizar os pontos de vista e as tomadas de posição. *Agir globalmente é agora um pré-requisito para a competitividade econômica nacional*, afirma a GFCC. Se as diferentes nações no mundo direcionarem suas práticas com vistas a atender objetivos globais, o reflexo em âmbito nacional será direto, afirmam os discursos globais de organização única do mundo.

Nesse entrelaçamento de objetivos, são publicados os relatórios globais, as avaliações, os *rankings*, os índices, todas as ferramentas por meio das quais a construção de um discurso vai se consolidando como uma construção hegemônica. A Federação Global de Conselhos de Competitividade promete desenvolver e apresentar anualmente uma *declaração de princípios comuns para acelerar a competitividade e a prosperidade global*. Princípios, valores, objetivos, metas, índices comuns, criando comunidades (e extracomunidades, por conseguinte), visões únicas independentemente das diferenças e das singularidades. O entrecruzamento dos discursos da competitividade, do crescimento, do desenvolvimento, da prosperidade; o entrelaçamento dos discursos da globalização, das comunidades, do Estado do mundo; essa trama viva e pulsante vai se estendendo em rede em nível global e vai também se firmando, produzindo e reproduzindo ações e discursos em nível nacional, em diferentes esferas de atividade humana⁶³.

⁶³ [#somostodosmacacos – campanha lançada pelo jogador de futebol Neymar em reação às manifestações racistas que ele e outros jogadores vinham recebendo. Contudo, o que parecia uma campanha de rede social revelou-se como uma ampla campanha publicitária encabeçada pela agência de publicidade Loducca, com várias ações e inclusive com produtos à venda com os dizeres da campanha. A expressão *somos todos macacos* coloca todos os seres humanos sob a mesma etiqueta e sob a máscara da mesma identidade, apagando as diferenças. Na mesma perspectiva, #somostodosum é um ícone sob o qual se manifestam discursos de identidade pela torcida pela Seleção Brasileira de Futebol em época de Copa do Mundo da FIFA. São pequenas manifestações de redes de televisão como a Globo, de campanhas publicitárias de bancos, como o Itaú, mas que também refletem e refratam os discursos homogeneizantes da Globalização, os discursos criadores e propagadores da identidade em

Para Manuel Castells, no final do século XX, há o nascedouro de uma nova economia que se dá em escala global. O autor dá a essa economia o título de informacional, global e em rede de forma a englobar suas características de interligação:

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. *É global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. *É rede* porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (CASTELLS, 1999, p.119).

A interligação de ações e discursos, na esfera da informação, das redes e na esfera global, é um entrecruzamento das ideologias que nascem-já-caminhando e que compõem as valorações, as tomadas de posição e as orientações de práticas para organizar o mundo de modo único, homogeneizando, hegemонizando e globalizando as visões e as necessidades, bem como propagando o modo de organização globalizada como o melhor modo para se adotar na contemporaneidade ou ainda como o único modo que se pode adotar diante das atuais condições sociais, históricas, econômicas e políticas no mundo. É esse caráter uniformizador que nos provoca a pensar esse entrelaçamento dos fios ideológicos na construção das hegemonias discursivas.

Os agentes da globalização são vitais nos processos de geração e aplicação desses planos de ação, bem como na constituição de discursos que sustentem e que, simultaneamente, sejam sustentados por todos esses processos nas mais diversas esferas de atividade. O Fórum Econômico Mundial, além de inúmeras outras ações propagadoras e sustentadoras da Globalização e da Competitividade como caminhos para o desenvolvimento e fortalecimento do *Estado do Mundo*, lançou uma iniciativa global denominada *Nova Visão para a Agricultura* (Anexo 14). Esse documento apresenta a Nova Visão para a missão da Agricultura, bem como as três áreas estratégicas para alcançar essa missão (Figura 17).

Figura 17 – Missão e Estratégia da Nova Visão para a Agricultura – Fórum Econômico Mundial.



Fonte: Nova Visão para a Agricultura: uma iniciativa global do Fórum Econômico Mundial, 2014 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014)

Uma abordagem proposta pelo Fórum, por seus parceiros e constituintes, que deve ser baseada no mercado, é uma abordagem capaz de proporcionar oportunidade econômica, além de sustentabilidade e segurança alimentar; isso tudo alicerçado novamente, como nos discursos hegemônicos que venho auscultando, por *objetivos, princípios, modelos e estratégias* de todas as organizações. A uniformização das ações regidas pelos mesmos índices de valoração vai se consolidando pela repetição dos padrões discursivos e enunciativos que se constituem a partir da visão única. Vamos nos organizar no nível global, *coordenando, catalisando, liderando, controlando, acompanhando, sistematizando, estruturando* ações, parcerias, estratégias para cumprirmos nossa missão única, a partir de uma *Nova Visão para a Agricultura* no mundo.

Esse documento nasceu pelas mãos de constituintes e parceiros do Fórum Econômico Mundial, que *definiram uma Nova Visão para a Agricultura, que defende que, para dar resposta às necessidades do mundo de forma sustentável, a agricultura deve simultaneamente proporcionar segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e oportunidade econômica.* Com parceiros como BASF, Bayer CropScience AG, Bunge Ltd, Cargill, The Coca-Cola Company, Heineken, Monsanto, Nestlé SA, PepsiCo Inc., Syngenta International AG, Unilever, Wal-mart Stores Inc., todos agentes hegemônicos da Globalização, o Fórum lança esse documento *para fortalecer a colaboração junto das partes interessadas relevantes* e define um objetivo de melhoria de cerca de 20% por década até o ano de 2050. E complementa que *atingir esses objetivos exige uma transformação do setor agrícola, potenciando abordagens baseadas no mercado através de um esforço coordenado de todas as partes interessadas, incluindo agricultores, o governo, a sociedade civil e o setor privado.* E

para tanto, é preciso, ainda segundo o documento, definir a direção certa através de *modelos de liderança, estratégia e investimento eficientes e escalonando a transformação através das finanças, infraestrutura, instituições e controle*.

Essas afirmações e declarações do documento publicado pelo Fórum Econômico Mundial são profundamente ricas daquilo que estamos chamando de entrecruzamento e entrelaçamento dos fios das ideologias hegemônicas na construção de planos de ação na base material da sociedade em nível global. Entre os parceiros apontados pelo Fórum como constituintes das *partes interessadas relevantes* estão grandes corporações e conglomerados da indústria mundial de alimentos. São essas partes interessadas que se reúnem e que definem objetivos, princípios e modelos a serem seguidos a fim de se alcançarem as metas propostas para as próximas quatro décadas. Tudo isso baseado no mercado, enquanto uma “entidade” autônoma e soberana sob os ditames da qual devemos nos organizar, transformando o setor agrícola, organizando e distribuindo todas as transformações pelos níveis financeiro, infraestrutural, institucional e de controle. Aqui, estão os pilares dos níveis de competitividade estipulados e publicados anualmente pelo próprio Fórum.

A Nova Visão para a Agricultura nada mais é do que a velha visão hegemônica de pautar as ações do setor agrícola para o aumento da produtividade para atender as tais *partes interessadas relevantes* na escala global. Contudo, isso se justifica sempre pelo discurso de que é preciso buscar a estabilidade, já que *a produção e os preços tornaram-se voláteis, os níveis de fome e pobreza permanecem elevados, especialmente entre comunidades agrícolas e as práticas insustentáveis que agravam os desafios ambientais*. A volatilidade dos preços e da produção são causados pela própria organização da economia tal como se dá no período globalizado; a fome e a pobreza não são condições “em si” que se dão “naturalmente”, mas são constitutivas e se alimentam dessa mesma organização capitalista globalizada e não serão combatidas ou pelo menos amenizadas com o fortalecimento desse tipo de organização de mundo. O discurso de que é preciso manter e alimentar essa mesma organização, tal como se apresenta, e de que é preciso mobilizar diferentes esferas e diferentes *partes interessadas* para que se busque uma só e única solução para todos esses problemas de maneira idêntica para todas as diferentes nações do mundo é um discurso fabuloso, mais uma das fábulas apontadas por Milton Santos como constitutivas desse processo perverso de Globalização; é a torre de Babel nos sendo apresentada como caminho único de entendimento e de “salvação” para as mazelas contemporâneas.

O discurso do desenvolvimento é paulatinamente entrecruzado e interpenetrado pelo discurso da globalização e da mais-valia universal em suas variáveis. O processo de Globalização e os discursos da unicidade, da uniformidade, da homogeneidade, da visão única sobre o mundo, tudo isso vai se entrelaçando e constituindo as bases para o funcionamento das sociedades e dos territórios. A relação entre a infra e as superestruturas, mediada pela palavra, que é a concretude do espírito dessa época competitiva, globalizada e globalizante, é uma relação em grande medida pautada pelos agentes desse período. E a construção de discursos como hegemônicos, discursos que lutam pela manutenção e pelo fortalecimento da atual ordem das coisas, discursos prenes das vozes das *partes interessadas relevantes*, toda essa construção é ideológica e também prene das dissonâncias, dos conflitos, das tensões, como as faces do deus Jano, tão bem lembradas por Bakhtin e Volochínov.

As tensões e lutas de diferentes índices de valor tendem a ser apagadas (mas não o são) pelos discursos pautados no controle e na centralização da tomada de decisões que afetam diferentes nações. Os agentes hegemônicos globais exercem um papel vital no fortalecimento da atual ordem das coisas, visto que a constância dos padrões discursivos promovida por eles é o que alimenta as capilaridades nas diferentes esferas de atividades humana.

A constância do signo, retomando Volochínov (2013), é o que permite que este entre no horizonte cognoscitivo de um grupo humano e se converta num valor. Toda dinâmica discursiva, via agentes hegemônicos globais, que prega a competitividade em diferentes esferas e que age na repetição e na constância desse signo, permite que a competitividade entre no horizonte cognoscitivo global e se converta num valor de objetivo e de justificativa. Essa conversão da competitividade como valor ideológico reflete e refrata ainda uma outra realidade além daquela que a constitui, construindo novas possibilidades do real, em que se deva organizar o mundo em nome da competitividade. Toda essa ideo-lógica da globalização competitiva é sustentada e justificada pelo conjunto de discursos que vão produzindo e reproduzindo essa ordem social. O espírito da era global competitiva, que é motor da atual organização mundial hegemônica, é fruto de um complexo e dinâmico exercício de fabulações, que tomam para si discursos contrários e os incorporam para se fortalecer e se solidificar; todo esse exercício, bem como a repetição de padrões discursivos é que instauram os lugares-comuns da ideologia neoliberal, que garante a existência da Globalização tal como se nos apresenta hoje.

**PARTE II – OS DISCURSOS GLOBAIS DA
COMPETITIVIDADE E A ESFERA DA AGRICULTURA
BRASILEIRA**

CAPÍTULO III - O TRANSBORDAR DO DISCURSO: a competitividade para além dos limites da hegemonia global

Introdução

Neste capítulo, a partir das compreensões que construí acerca dos discursos sobre a formação do mundo contemporâneo – o período da Globalização – e da concretude do espírito da competitividade, via palavra, nos discursos de agentes hegemônicos globais, volto minha escuta à compreensão do transbordar do discurso para além dos limites da hegemonia global. Para tanto, trabalho com os discursos da competitividade entrecruzando e interpenetrando os discursos dos documentos oficiais brasileiros produzidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os estudos que desenvolvo nesta parte do trabalho são exercícios de ausculta das vozes hegemônicas da competitividade e de contrapalavras nos discursos acerca das atividades agrícolas e pecuárias no Brasil.

3.1 Discursos oficiais e as refrações da competitividade global: as vozes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Historicamente, o Brasil sempre teve um papel bem definido na divisão internacional do trabalho, qual seja: o papel de exportador de produtos agrícolas. Apesar dos esforços dos últimos 50 anos para o fortalecimento da industrialização, o que se fala hoje é de uma reprimarização da pauta exportadora. As ações das empresas transnacionais e nacionais promovem o que Milton Santos chamou de espaço nacional da economia internacional.

Dessa maneira, no contexto brasileiro, ao percorrermos os caminhos dos discursos da Globalização e da Competitividade, a esfera agrícola é também um espaço nacional em que esses discursos internacionais se propagam. É também uma esfera em que as forças ideológicas se entrecruzam e se interpenetram para compor as tomadas de posição e as orientações das práticas.

As atividades relativas à esfera agrícola no Brasil são, basicamente, tratadas por dois Ministérios: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e o Ministério

do Desenvolvimento Agrário – MDA. A compreensão do percurso, do já-caminhar, dos discursos globalizados e globalizantes da competitividade passa também pela construção de compreensões acerca das relações que se dão entre esses dois Ministérios e no que se refere a suas atribuições historicamente em movimento.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresenta sua própria história, contada num texto oficial sucinto em sua página na internet⁶⁴. Esse Ministério, criado ainda durante o segundo império por decisão da Assembleia Legislativa, integrou a estrutura formal do gabinete de Dom Pedro II sob o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Por sua denominação inicial, vemos que as atividades ligadas à agricultura não eram uma exclusividade da pasta, que, no início do Regime Republicano, tem suas atribuições incorporadas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

O texto que conta a história desse Ministério constrói até aqui uma imagem de pouco destaque para as atividades agrícolas no Brasil; no entanto, *em 1909, os assuntos referentes ao setor agrícola voltam a ter destaque, com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, em 1930, o Ministério passa a compor a estrutura governamental da República*. Nesse trecho, vai se construindo um Ministério que fica cada vez mais forte e “oficial”, passando a integrar *a estrutura governamental da República* em 1930.

Com a força e a “oficialidade” que o Ministério vai ganhando, as vozes dissonantes dentro de sua própria estrutura começam a aparecer: *Já na década de 1980, os assuntos referentes à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros são excluídos da competência do Ministério*. Essas palavras nos trazem um discurso de diferentes interesses no que diz respeito às atividades agrícolas, aos recursos e atividades ligados à pesca, às questões de preservação e exploração dos recursos florestais e ao acesso à terra.

Assim, em apenas três parágrafos de um texto que resume a história do Ministério da Agricultura, é possível compreender que há rupturas nas questões ligadas às atividades agrícolas e ao acesso à terra. E a ruptura que se nos mostra nesses diferentes interesses está materializada nas palavras, tanto nas palavras que compõem o texto da internet sobre o qual estou construindo esta análise, quanto nas palavras da Lei nº. 8.028, de 12 de abril de 1990,

⁶⁴ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio/historia>. Acesso em 13 de agosto de 2014, às 23h34.

que, dez anos depois da exclusão dos assuntos referentes à reforma agrária da competência do Ministério, *cria uma nova pasta da agricultura*, dispondo sobre *a reorganização e funcionamento dos órgãos da administração executiva federal* e determinando que, além de suas atribuições tradicionais, *o Ministério assuma as ações da coordenação política e de execução da reforma agrária e de irrigação*. Mais uma vez, pelas palavras, as questões ligadas à reforma agrária no Brasil voltam a compor o pacote de responsabilidades que o Ministério da Agricultura tem de assumir.

Em 1999, apenas nove anos depois da Lei nº. 8.028, há um movimento de exclusão das atribuições do Ministério referentes à Reforma Agrária (agora grafada com as iniciais em letra maiúscula) ao mesmo tempo em que o *Ministério passa a responder pela política do café, do açúcar e álcool, atividades do setor agroindustrial canavieiro, além de tratar de assuntos ligados à heveicultura*⁶⁵.

Há aí uma tensão sobre as atribuições do Ministério da Agricultura em relação à reforma agrária. Tais atribuições entram e saem da pasta atendendo a Medidas Provisórias e Leis, que, por sua vez, atendem a demandas outras que lhe são exteriores e que são refrações daquilo que se dá na base material da sociedade brasileira. O contexto em que as entradas e saídas dessas atribuições acontecem não é explorado pelo texto de maneira ampla. No entanto, o fato de a reforma agrária pertencer ou deixar de pertencer à competência desse Ministério é um fato muito relevante à sua história, posto que essa não deve ser a única mudança ocorrida na pasta ao longo de todos esses anos, mas é uma mudança sempre citada nesse texto, dada a sua força e dada a luta de poder que ela envolve.

O atual nome desse Ministério – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – foi denominado pela Medida Provisória 2216-37, de 31 de agosto de 2001. Essa alteração foi uma resposta à *importância do agronegócio de carnes nos mercados nacional e internacional*. O único esboço de contextualização das ações na base material que levaram a mudanças no nome ou nas atribuições do Ministério aparece no sexto de um total de oito parágrafos. A ligação que é feita entre as ações na base material e a mudança no nome do Ministério é uma ligação que ressalta a *importância* das atividades ligadas ao comércio de carnes, tanto no mercado nacional, quanto no mercado internacional. Nenhuma outra

⁶⁵ Heveicultura são atividades ligadas ao *cultivo da seringueira para a extração do látex-elastômero para a fabricação de borracha natural*.

alteração que apareceu nesse texto sobre a história do Ministério havia sido ligada a qualquer movimento ou ação na base material. Outro ponto relevante de se observar nessa justificativa dada para a alteração do nome do Ministério é que isso se deu devido à importância do agronegócio, contudo, o Ministério é nomeado como Ministério da Agricultura e não do Agronegócio.

O último parágrafo desse texto apresenta o conjunto de atividades às quais o Ministério vem se dedicando nos últimos anos: criação de câmaras setoriais das diversas cadeias produtivas do agronegócio⁶⁶; reforço da estrutura organizacional; promoção da capacitação de pessoal para aperfeiçoamento da prestação de serviços à sociedade brasileira. As câmaras setoriais das diversas cadeias produtivas do agronegócio reúnem, segundo o texto, *representantes do governo e do setor privado*. Essa união se dá para que os representantes, tanto os do setor público quanto os do setor privado, possam *debater e propor políticas públicas para o agronegócio brasileiro*. Por essas palavras, uma das principais atividades a que vem se dedicando nos últimos anos o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é abrir as portas e fomentar debates com o setor privado, permitindo inclusive que este proponha políticas *públicas* ao setor do agronegócio no Brasil.

Já as questões da reforma agrária são, atualmente, atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, em nenhum momento, é citado na história das idas e vindas das questões agrárias no Ministério da Agricultura. Na página do MDA na internet, não há nenhuma narrativa da história de sua formação, nem das mudanças ocorridas desde então no que diz respeito às suas atribuições. Tampouco é possível encontrar ali um texto que declare o que compete a esse Ministério, a que veio, quais seus principais objetivos, qual sua “missão”.

No que diz respeito à “missão” do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que encontramos na página do MDA são links que vão nos direcionando às diferentes Secretarias que o compõem e que apresentam suas respectivas missões. No texto institucional da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lemos que sua missão é *consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política*

⁶⁶ As câmaras setoriais das cadeias produtivas do agronegócio citadas no corpo do texto analisado são: carne, leite, avicultura, açúcar, álcool, fruticultura.

com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade. Os signos que constituem esse discurso de introdução daquilo que a Secretaria da Agricultura Familiar estabelece como encargo, como dever, nos fazem ouvir as vozes daqueles sujeitos e daqueles grupos sociais ligados à agricultura familiar, quando ouvimos, por exemplo, as vozes da *valorização humana*. No entanto, apesar de se tratar de uma Secretaria que compõe a pasta do Desenvolvimento Agrário, a missão de *consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável* é uma missão que se declara da Agricultura Familiar, que é um conjunto de atividades agrícolas em pequena escala, mas que é uma missão constituída de signos prechos de valores do grande mercado, de valores corporativos; são signos que trazem em sua materialidade linguística uma materialidade sócio-histórica banhada nos discursos corporativos e competitivos neoliberais: *desenvolvimento sustentável, descentralização, transparência, parceria, responsabilidade.*

A consolidação da Agricultura Familiar, declarada como a missão dessa Secretaria, é a elevação dessa atividade a um patamar “oficial”, “consolidado”. Isso de modo a promover “desenvolvimento sustentável”, termo amplamente usado na construção de uma ideologia de que “é possível explorar sem esgotar todos os recursos”, o que reafirma a necessidade da exploração dos recursos naturais e sociais de determinado local, carregando no mesmo termo a promessa da sustentabilidade, que pode ser lida também como não-esgotamento dos recursos a fim de que seja possível continuar explorando. O desenvolvimento sustentável é um dos termos do new speech e carrega o sentido da necessidade de se preservar o meio ambiente, mas o faz reforçando também a necessidade de exploração dele. O desenvolvimento proposto pelos discursos do agronegócio também se diz “sustentável”.

O movimento das vozes que se imbricam na constituição desse discurso missionário é um movimento permanente, já que a missão que se nos apresenta nessa Secretaria é uma missão que busca ocorrer *por meio da valorização humana*, mas também da *negociação política com representantes da sociedade*. Quem, afinal, são esses representantes? Além disso, todo esse jogo deve se dar *respeitando os desejos e anseios das organizações sociais* (não é respeitando as necessidades e nem tampouco fica claro aqui quais são as *organizações sociais* que terão seus *desejos e anseios* respeitados) e *praticando os princípios da descentralização* (o que deve ser descentralizado? O poder? As decisões? A exploração e administração de recursos? A produção?), *da democracia* (quem terá direito a voto? O que será decidido coletivamente?),

da transparência e da parceria (termos também profundamente banhados pelos discursos corporativos) *com responsabilidade* (o signo responsabilidade constitui também discursos como o da “Lei da Responsabilidade Fiscal⁶⁷”, discursos de empresas que declaram ter “responsabilidade social”, entre outros discursos que vão formando e consolidando ideologias empresariais e corporativas em diversas esferas de atividade humana na contemporaneidade). Essa é a missão dessa Secretaria, o seu encargo, o seu dever. Dessa, que é a Secretaria da Agricultura Familiar.

Há esse movimento que podemos fazer com os discursos dos dois Ministérios, buscando as vozes que os compõem e buscando construir os sentidos e as interligações constitutivas dessas vozes com as vozes de discursos hegemônicos globais, bem como de seus reflexos e refrações. Quando se apresenta em seu sítio na internet, o MAPA aponta aquilo que objetiva enquanto Ministério: *integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio*. Além disso, o Ministério ainda visa o fortalecimento do setor produtivo nacional e o favorecimento da inserção do Brasil no mercado externo, garantindo a segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, com *a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade*⁶⁸. O MDA, também em sua página de apresentação, declara como área de competência desse Ministério a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável e do segmento rural constituído por agricultores familiares e a identificação e reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos⁶⁹.

⁶⁷ “Apresentada como Projeto de Lei em 1999 ao Congresso Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem uma tramitação extremamente rápida e é aprovada em abril de 2000, possibilitando que, em 2001, os novos prefeitos assumissem seus cargos sob a égide de uma nova normatização. Também sinalizava as medidas legais, frente ao endividamento, tomadas pelo governo, abrangendo as três escalas territoriais: federação, estados e municípios; com essa urgência, esperava-se assegurar a credibilidade dos títulos públicos brasileiros frente aos agentes do sistema financeiro internacional, cuja confiança estava abalada devido à moratória Russa, declarada em 1998. [...] Contudo, entre os críticos, assevera-se que antes de ser uma normatização territorial que busca conter o excessivo endividamento público, a Lei de Responsabilidade Fiscal atua no sentido de orientar o Orçamento a garantir que os juros e amortizações ‘devidos ao sistema financeiro’ sejam pagos. [...] A Lei de Responsabilidade Fiscal também está muito associada ao conceito de Governança (*Governance*) nascido nos meios empresariais como forma dos acionistas terem o controle e acompanharem a gestão da empresa onde alocam o seu patrimônio. Esses mesmos princípios foram transpostos para a administração das finanças públicas como maneira de proteção do patrimônio alocado em títulos públicos” (SCHERMA, 2012, pp. 98 e 101).

⁶⁸ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio>. Acesso em 15 de maio de 2014, às 18h13.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/institucional>. Acesso em 19 de maio de 2014, às 11h.

No primeiro Ministério (MAPA), há uma declaração do objetivo de tratar da produção agrícola de modo a garantir a *segurança alimentar* da população do país e da produção de excedentes para exportação, tratando, para tanto, de aspectos que dizem respeito ao mercado, à tecnologia, ao meio ambiente, à organização e à ciência. Já o MDA declara, entre suas competências, questões como a reforma agrária e a delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas, além de promover o desenvolvimento de famílias produtoras agrícolas. Na ausculta dessas declarações, é possível construir sentidos ligados a questões mercadológicas, já apontando para a produção de excedentes para exportação e questões de conflitos pela terra, apontando a necessidade de defesa, de garantia de direitos a comunidades minoritárias. Há, nessas declarações, já respostas a discursos opositores: quanto à declaração de produção de excedentes para a exportação, podemos construir sentidos relativos àquilo que questiona sobre a exportação de alimentos quando se tem o problema histórico de fome ou *insegurança alimentar* no próprio território brasileiro, desse modo, ao afirmar que o que se exporta são os excedentes, apresentam-se contra-palavras a esse respeito; no mesmo texto, aparecem também a integração entre o *desenvolvimento sustentável* e a *competitividade*, que, a princípio são discursos de lados opostos, posto que o primeiro trata de garantir a exploração dos recursos naturais de forma a não exauri-los, garantindo também a possibilidade de continuar explorando e produzindo a partir disso, e o segundo diz respeito justamente ao aumento dos níveis de produtividade, garantindo aos avanços no nível de competitividade do setor.

A questão da produção de alimentos é abordada pelos dois Ministérios: o primeiro trata da *segurança alimentar da população* e o segundo trata do desenvolvimento sustentável de agricultores familiares. O primeiro já carrega no próprio nome a função de cuidar do *abastecimento* (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); o segundo também traz consigo, no texto de apresentação, o cuidado com a produção agrícola (mais especificamente da agricultura familiar). Os termos empregados na composição desses enunciados é que vão refletindo e refratando diferentes vozes e diferentes posicionamentos em determinados momentos, mas em outros o que se ausculta são as mesmas vozes da hegemonia discursiva global. *Segurança alimentar* é um termo muito empregado nos discursos hegemônicos [vide o documento do Fórum Econômico Mundial acerca da *Nova Visão* para a Agricultura, por exemplo]; esse termo é o oposto de *insegurança alimentar*, que vem, a passos largos, tomando o lugar do signo *fome*. A palavra *fome* tem sua materialidade já historicamente constituída de lutas, de combates, de tensões, reflete e refrata as desigualdades e se constitui

como uma das mazelas do modo capitalista de organização do mundo. O termo *insegurança alimentar* em vez de *fome*, *insegurança habitacional* em vez de *falta de moradias dignas*, *desconforto hídrico* em vez de *sede*, todas essas trocas são frutos e ao mesmo tempo motores de forças hegemônicas, que tentam mitigar as diferenças e as tensões.

Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário que declara seus trabalhos voltados às disputas pela terra, admite a existência dessas tensões e as coloca em evidência, afirmando, inclusive, a necessidade de se administrar essas questões, garantindo os direitos de comunidades minoritárias. Contudo, a promoção do *desenvolvimento sustentável* reflete e refrata as vozes hegemônicas dos discursos globalizados, posto que essa é uma expressão constante nesses discursos, usada fortemente como uma das tentativas de minimizar os impactos sócio-ambientais ao longo dos processos de exploração. Essa é também uma expressão de resposta a discursos que pregam a necessidade de se pensar com cuidado sobre as estratégias de exploração, que pregam que não é preciso e nem possível aumentar tanto a produtividade quanto desejam as grandes corporações, uma vez que as questões ambientais se nos apresentam na contemporaneidade como urgentes. O emprego de *desenvolvimento sustentável* é como um bálsamo para esses embates discursivos, posto que se afirma que se conhecem as necessidades de não extinção dos recursos a serem explorados, mas, por outro lado, reafirma-se a necessidade de busca pelo desenvolvimento.

Há um jogo de vozes entre esses dois Ministérios, ora lutando pela manutenção e fortalecimento da atual ordem das coisas, ora lutando pela ruptura dessa mesma ordem. No entanto, esse jogo não é um jogo binário, em que é possível delimitar com clareza as vozes de um ou de outro grupo num ou noutro Ministério. Esse jogo é entrecruzado, é complexo e vivo. É um jogo que se dá em meio às forças centrípetas e centrífugas das ideologias oficial e do cotidiano. Temos dois Ministérios, com atribuições distintas, que em seus discursos permitem auscultar o entrecruzamento de vozes, uma polifonia, mas que apresentam em seus limites também uma voz forte e pulsante da hegemonia global, constituindo seus projetos de dizer e suas orientações para uma prática globalizada competitiva.

3.2 Discursos que sustentam a agricultura globalizada: diálogos entre Planos e Relatórios governamentais

Compreender o processo de Globalização por meio dos discursos implica, fundamentalmente,

compreender o caminhar dos discursos globalizantes, que se constituem como hegemônicos, bem como o percurso dessas hegemonias nas diferentes esferas de atividade humana. A mais-valia universal, apontada por Milton Santos (2013) como o motor único da Globalização, tem no discurso da competitividade uma das formas de seu exercício e isso também se pode auscultar nos discursos hegemônicos contemporâneos nas diferentes esferas. A esfera agrícola também constitui-se uma esfera em que se dá essa hegemonização, uma vez que “A globalização da economia provocou uma reestruturação produtiva da agropecuária e uma reorganização do espaço agrícola brasileiro” (ELIAS, 2003, p.315). Há algumas décadas a agropecuária brasileira e todo seu modelo produtivo vêm se reestruturando a partir da introdução da ciência, da tecnologia e da informação, o que resultou num modelo técnico, econômico e social “[...] muito mais produtivo e competitivo, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital” (ELIAS, 2003, p.316). Esse novo modelo é estruturado, sustentado e justificado por um conjunto de discursos, que são, por sua vez, também sustentados e alimentados a partir de toda essa reestruturação e reorganização.

Na esfera agrícola brasileira, dentro do Ministério da Agricultura, são publicados anualmente os Planos Agrícolas e Pecuários – PAPs –, que são documentos que refletem e refratam essa reestruturação e a partir dos quais se pode conhecer as orientações para a prática nesse setor que vem sofrendo mudanças nesse período de globalização e de competitividade; esses Planos anunciam as medidas, as políticas, o crédito e os financiamentos, enfim, anunciam a orientação das práticas que serão adotadas naquele ano-safra. Nesses documentos, há toda uma construção argumentativa com vistas a justificar as ações que serão realizadas na base material da esfera agrícola brasileira; toda essa construção, seus recursos linguísticos e discursivos, vão nos revelando e nos permitindo construir os sentidos sobre esses Planos e nos permitindo auscultar as vozes que os compõem.

Os Planos são, desse modo, a materialidade sêmica para a qual podemos olhar na busca das vozes hegemônicas dos discursos da competitividade entrelaçando-se aos discursos da esfera agrícola no Brasil, refletindo e refratando as forças do período de Globalização na tentativa de constituição de um pensamento único, de um discurso único, de um jeito único de pensar os problemas do mundo, propondo, para isso, um conjunto único de soluções e de modos de organização da vida nas sociedades globais. Esse exercício de ausculta pode nos trazer algumas compreensões sobre a forma como as ideologias hegemônicas globais vão interpenetrando e entrecruzando outros discursos de esferas diferentes. Num estudo acerca da

Globalização e da fragmentação do espaço agrícola do Brasil, Denise Elias assevera que

Para Santos, podemos falar de uma agricultura científica globalizada quando a produção agrícola tem uma referência planetária, e recebe influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. A competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Especialmente exigente de ciência, técnica e informação, esta induz ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio na qual o dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável (ELIAS, 2006).

Destarte, o discurso da competitividade auscultado nos diálogos que podemos promover entre os discursos da esfera agrícola brasileira e de instituições de alcance planetário, como o Fórum Econômico Mundial, por exemplo, é um discurso que pode nos permitir construir as características globais hegemônicas nas ações da agricultura no Brasil atendendo a demandas externas, direcionadas a mudanças nas políticas públicas, bem como ao aumento da produtividade em função das necessidades globais. A instauração de orientações das práticas na agricultura globalizada contemporânea é perpassada por entrecruzamentos dessas vozes hegemônicas globalizantes planetárias.

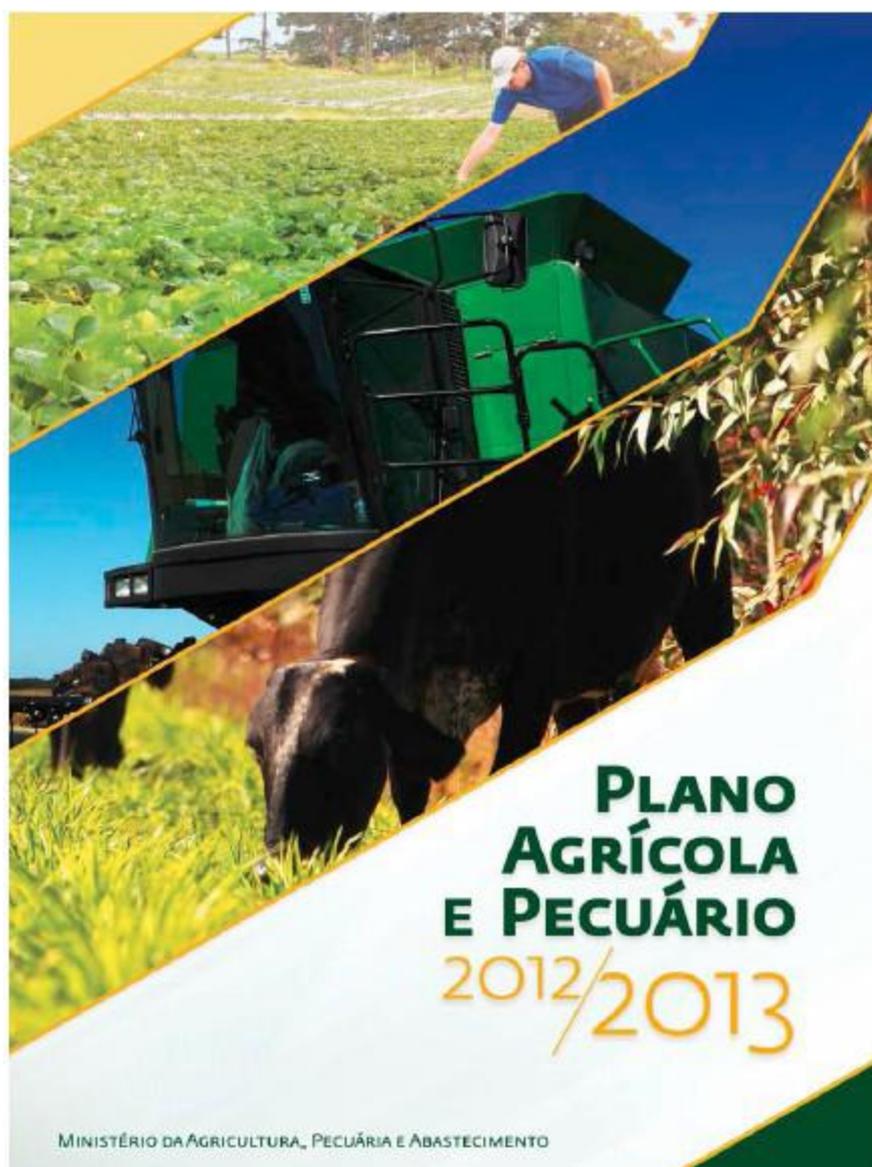
A compreensão desse entrecruzamento de vozes é uma compreensão das forças pulsantes das diferentes ideologias na constituição das materialidades sócio-históricas. É preciso tomar essas materialidades, essas concretudes dos produtos ideológicos, que fazem parte de uma realidade natural ou social e que, além dessa realidade, refletem e refratam uma outra, uma realidade exterior a esses produtos. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.31). Desse mesmo modo, ao tomarmos como material de análise os Planos Agrícolas e Pecuários produzidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o fazemos tomando-os como produtos ideológicos; esses PAPs fazem parte da realidade social, possuem uma materialidade – uma concretude à qual é acrescida uma materialidade sócio-histórica –, possuem um significado e, além disso, refletem e refratam outras realidades e outros sentidos. Nesse caminho de leitura desses Planos, é possível apreender os significados neles contidos e é possível também construir compreensões sobre eles na relação com outros significados que refratam realidades e sentidos outros, por exemplo aqueles expressos pelos Relatórios Anuais de Competitividade. Essa relação entre os textos, entre os discursos faz parte do cotejamento para construir

compreensões dos sentidos por meio da leitura de suas fronteiras, nos pontos em que esses textos se tocam.

Existe diferença no modo como olhamos para esses documentos em relação ao modo como se olha para um instrumento de produção: “Em si mesmo, um instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função: desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa função sem refletir ou representar alguma outra coisa” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p. 31 e 32). Os documentos para os quais olho nessa análise não são, portanto, instrumentos que simplesmente desempenham esta ou aquela função; ao lado da materialidade, da concretude desses documentos, há o “universo dos signos” ao qual eles pertencem. Assim, a existência deles é, além de material, uma existência capaz de distorcer a realidade, de ser-lhe fiel, de apreendê-la de um ponto de vista específico; é uma existência sujeita a critérios de avaliação ideológica (a atribuir valores como verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.).

Concomitantemente a esse processo de reflexão e refração de outras realidades, e de avaliação ideológica, esses “produtos ideológicos” vão nutrindo discursos que justificam e orientam ações, políticas, decisões, tomadas de posição e que vão se entrecruzando com diferentes esferas de atividade humana em suas diferentes realidades. O jogo que se dá entre esses diferentes produtos ideológicos nas diferentes esferas de atividade pode ser pensado a partir do valor semiótico de tudo aquilo que é ideológico, posto que “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira” (BAKHTIN/VOVLOCHÍNOV, 2009a, p.33). A isso, Bakhtin e Volochínov ainda acrescentam que é o caráter semiótico de cada campo de criatividade ideológica “que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral” (BAKHTIN/VOVLOCHÍNOV, 2009a, p.33). Podemos construir aqui, para iniciar as leituras, algumas compreensões sobre características relativamente estáveis de um dos Planos Agrícolas e Pecuários do MAPA e um dos Relatórios Globais de Competitividade do Fórum Econômico Mundial, primeiramente a partir de uma leitura das capas (Figuras 18 e 19):

Figura 18 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012)



COMMITTED TO
IMPROVING THE STATE
OF THE WORLD

Insight Report

The Global Competitiveness Report 2013–2014

Full Data Edition

Klaus Schwab, World Economic Forum



Fonte: *The Global Competitiveness Report 2013-2014*
(WORLD ECONOMIC FORUM, 2013).

a) Os dois documentos selecionados para esta análise apresentam em sua capa o título acompanhado dos anos a que se referem: Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 e The Global Competitiveness Report 2013-2014. São documentos, portanto, que consideram o cronotopos de sua produção e que dizem respeito a ações e valorações para aquele determinado período de publicação.

b) Além do título e dos anos a que se referem, ambos os documentos trazem signos imagéticos ligados à esfera de atividade à qual são relacionados: o Plano Agrícola e Pecuário traz uma imagem entrecortada em três diferentes momentos – um trabalhador do campo numa plantação e uma moderna máquina (ligados às atividades agrícolas) e o gado pastando (ligado às atividades pecuárias); já *The Global Competitiveness Report* traz uma imagem do globo terrestre graficamente trabalhada – para dar conta de alcançar todos os continentes, a imagem trabalha com a projeção desses continentes de uma maneira mais plana, de modo a não deixar de fora da imagem da capa nenhum deles. Nos dois documentos, a imagem ocupa uma proporção importante da capa, de pelo menos 50% do espaço disponível.

c) A assinatura da produção dos documentos também aparece nas capas: na do Plano Agrícola e Pecuário, essa assinatura vem posta ao pé da página – “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”; já no *The Global Competitiveness Report*, a assinatura é colocada no canto superior direito – “World Economic Forum”. Além disso, no segundo documento, logo abaixo da assinatura da instituição produtora do material, é colocada uma espécie de slogan dessa instituição: “Committed to improving the State of the world” [Comprometido em melhorar o Estado do Mundo].

O estudo dos discursos da competitividade, tomando por base os Relatórios Globais de Competitividade nos possibilita algumas observações: desde o *layout* desses Relatórios, há semelhanças fortes com o *layout* dos Planos Agrícolas e Pecuários (mas também com outras publicações oficiais de instituições e de governos); se buscamos compreender a formação das ideologias e a consolidação das hegemonias discursivas num percurso pelo tempo, o gênero é uma das janelas através das quais devemos olhar a fim de construir relações entre o estudo dos discursos e as esferas de atividade humana em que esses são constituídos. Isso considerando que os agentes hegemônicos globais produzem tipos relativamente estáveis de enunciados (seus Relatórios anuais, por exemplo), cujas características também são refletidas e refratadas nos Planos do Ministério brasileiro.

Em que medida poderíamos pensar essa relação dos discursos da competitividade com os discursos das atividades agrícolas brasileiras nos gêneros Relatórios e Planos como os suportes das ideologias que nascem, circulam e constituem essas esferas? Considerando que “*Form and content in discourse are one, once we understand that verbal discourse is a social phenomenon – social throughout its entire range and in each and every of its factors, from the sound image to the furthest reaches of abstract meaning*” (BAKHTIN, 2008, p.259), para pensarmos os sentidos sociais desses produtos ideológicos com os quais estamos trabalhando, é preciso que façamos uma leitura ativa e respondente das formas, bem como do conteúdo dos relatórios e dos planos, construindo os diálogos das diferentes vozes que os constituem para contemplarmos os caminhos das hegemonias discursivas globais entrelaçados aos discursos da esfera agrícola brasileira. Para tanto, iniciamos, a partir de agora, as leituras dos PAPs da década de 2000 em diante⁷⁰.

3.2.1 Plano Agrícola e Pecuário 2000/2001

No Plano Agrícola e Pecuário referente ano ano-safra 2000/20001, o então Ministro da Agricultura e Abastecimento, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, assina o texto de apresentação. Embora seja um documento oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no texto todo de apresentação o signo *agricultura* só aparece em dois momentos: 1) quando o nome do Ministério é citado – *O Ministério da Agricultura e do Abastecimento está ao lado do produtor [...]*; e 2) embaixo do nome do Ministro, na indicação de seu cargo – *Ministro da Agricultura e do Abastecimento*. Em outros momentos dessa apresentação, quando o documento declara os valores que serão destinados às produções do ano-safra correspondente, as atividades pecuárias são referidas como *Atividade Pecuária e pecuária*, ao passo que, no trecho que expressa os valores que serão destinados às produções agrícolas, o termo utilizado é *setores estratégicos do agronegócio*.

O uso do signo *agronegócio* em vez de *agricultura* reflete e refrata materialidades sócio-históricas que foram se acumulando nele a partir de mudanças na base material, revelando aí valores de classe. É nessa realidade material do signo que nós podemos auscultar o “horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2009a, p.45). E o horizonte social, bem como os valores de grupos sociais determinados pelo

⁷⁰ Todos os Planos Agrícolas e Pecuários aqui analisados encontram-se no Anexo 15.

emprego do signo *agronegócio* em vez de *agricultura* são marcados também pelo termo que o acompanha: *Os setores estratégicos do agronegócio*. As políticas estratégicas, os setores estratégicos trazem as marcas dos discursos hegemônicos globais que vão construindo a setorização estratégica, os usos estratégicos do território, as políticas estratégicas para ancorar, ao mesmo tempo em que movem, as ações na esfera global. Setores estratégicos para alcançar a mais-valia universal, estratégicos para atingirem níveis de competitividade ditados pela escala global. São tão estratégicos que a própria apresentação do Plano dita *os produtos prioritários neste ano-safra – milho, sorgo, trigo e algodão*; produtos esses que *receberão estímulos para expansão da área cultivada* (BRASIL, 2000, p.1).

Ainda reforçando as estratégias, o texto de apresentação do Plano afirma com que objetivo os investimentos serão direcionados aos setores ali anunciados: *Essa orientação da política agrícola criará ambiente propício a um novo esforço de investimentos nessas atividades, que poderá gerar emprego e agregar renda ao meio rural, além de diversificar nossa pauta de exportações*. Por essa declaração dos efeitos da reorientação proposta para o ano-safra 2000/2001, podemos fazer algumas considerações: a) no trecho que declara a busca pela criação de um “ambiente propício a novos investimentos”, pela forma como o verbo é empregado – *criará* –, essa criação é dada como certa a partir dos investimentos e da reorientação política anunciados; b) já em relação à geração de emprego e renda no meio rural, há uma hesitação expressa pelo emprego da locução verbal *poderá gerar* em vez de *gerará*, o que pode remeter à existência de uma possibilidade de gerar emprego e renda a partir de tudo o que foi anunciado, mas não de uma certeza de que isso ocorrerá; c) além disso, a possibilidade de geração de emprego e renda no meio rural é algo secundário em relação à diversificação de *nossa pauta de exportações*, uma vez que é possível gerar emprego e renda *além de* ampliar a pauta de exportações; o emprego da expressão *além de* remete a essa diversificação da pauta como algo primário, prioritário, e a geração de emprego e renda como algo secundário, como um possível adendo.

Trabalhando com o corpo do texto do Plano para o ano-safra 2000/2001 como um todo, fiz uma busca pelo número de ocorrências das palavras *agricultura* e *agronegócio*. Exceptuando-se as ocorrências do signo *agricultura* para designar o Ministério e Secretarias da Agricultura, além de nomes de Programas, esse signo aparece quatro vezes ao longo de todo o documento: (1) [...] *investimento na agricultura brasileira*, (2) [...] *aplicação na agricultura [...]*, (3) *produtividade da agricultura brasileira [...]* e (4) [...] *percentual de perdas na agricultura*; a

palavra *agronegócio* ocorre, também, ao longo do corpo do texto, quatro vezes: (1) *Os setores estratégicos do agronegócio [...]*, (2) *[...] evolução estrutural e conjuntural do agronegócio*, (3) *Setores específicos do agronegócio [...]* e (4) *[...] alavancar o agronegócio do caju [...]*. O número de ocorrências coincide; num exercício de compreensão, substituí o termo agricultura nos contextos em que ele ocorre pelo termo agronegócio: *investimento no agronegócio brasileiro; aplicação no agronegócio; produtividade do agronegócio brasileiro; percentual de perdas no agronegócio*. Fizemos ainda a mesma substituição dos termos no segundo conjunto: *Os setores estratégicos da agricultura; evolução estrutural e conjuntural da agricultura; Setores específicos da agricultura; alavancar a agricultura de caju*. Esse exercício nos serve para questionarmos se esses dois signos – agricultura e agronegócio – não são usados, muitas vezes, como sinônimos, mesmo que em suas materialidades já tenham sido depositados sentidos diversos, refletindo e refratando consciências diversas, de épocas diversas, e com valores diversos. O uso de um termo pelo outro, numa construção de efeito de sinônimo, pode constituir um exercício de monologização das vozes, numa tentativa de ir consolidando esses dois termos como sinônimos e apagando os conflitos ideológicos e de interesses de classes neles contidos e por eles expressos, uma vez que a palavra “reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social” (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2009a, p.47) e essa troca processual de um signo por outro pode se constituir numa tentativa de monologização das vozes e de contenção das tensões existentes entre esses signos.

Além disso, os termos competitividade, competitivo (a, os, as) e estratégicos (as) também ocorrem no texto do Plano, cinco, duas e duas vezes, respectivamente. Essas são palavras do contexto global de organização e direcionamento das ações, das políticas, dos discursos e compõem esse discurso do Plano com diferentes funções: a competitividade e suas variações ora aparecem construindo sentidos de alvo, daquilo que se quer atingir por meio de todos os esforços expressos no planejamento do Ministério (*[...] aumentar a competitividade [...]; [...] uma busca contínua da melhoria da competitividade; Aumento da qualidade, segurança e competitividade dos produtos [...]; Prioridade para os segmentos e as culturas mais competitivas e importantes [...]; Programa Nordeste Competitivo*).

Tanto nas ocorrências na classe dos substantivos (competitividade), quanto na classe dos adjetivos (competitivas e competitivo) essas palavras carregam sentidos daquilo que se almeja e que se valoriza e isso podemos compreender a partir do alargamento do nosso olhar para as outras palavras com as quais compõem os enunciados: aumento da competitividade; busca

contínua da melhoria da competitividade; aumento da qualidade, da segurança e competitividade; prioridade para os segmentos mais competitivos. Nesses enunciados, a competitividade é algo que se busca, é o alvo, é a finalidade almejada, tão almejada quanto a qualidade e a segurança e tão almejada que se quer aumentar, a ela há uma busca contínua, a ela se oferece prioridade.

Como um signo constituído e constitutivo da hegemonia ideológica global, posto que diferentes nações vêm sendo estudadas e compondo *rankings* mundiais de acordo com seus níveis de competitividade, o signo competitividade, que é ideológico, vivo e dinâmico, pode ser feito, como afirmam Bakhtin e Volochínov (2009a) de um instrumento de refração e deformação; tomam-se signos já tidos como desejáveis num contexto social e histórico geral, como os signos qualidade e segurança, por exemplo, e a eles associa-se um outro – competitividade –, conferindo a ele, conforme os interesses hegemônicos, “um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2009a, p.48); como se a competitividade carregasse em sua materialidade somente as vozes e os valores desejáveis para a esfera agrícola e também para a sociedade como um todo, posto que milhões de reais dos cofres públicos estão sendo destinados para ações embasadas e focadas na competitividade.

3.2.2 Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002

Os mesmos signos também compõem o discurso do Plano Agrícola e Pecuário do ano-safra seguinte – 2001/2002. O documento, chamado pelo Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes de *cartilha*, anuncia medidas e outras normas da política agrícola, além da reformulação, flexibilização e atualização de medidas operacionais e financiamentos para setores estratégicos e é colocado à *disposição do agronegócio brasileiro*. Novamente, o signo agronegócio em vez de agricultura. E junto a ele, o signo *competitividade* também compõe o texto de apresentação do documento, já no terceiro parágrafo em que é anunciado o objetivo do conjunto de medidas apresentado pelo Plano: [...] *fortalecer e estimular a expansão e a modernização da agricultura e pecuária brasileira* [...] (p.1). Além desse objetivo, o texto ainda declara de que modo ele será cumprido: [...] *ao criar um ambiente propício aos investimentos na atividade rural do País* [...] (p.1); e ainda apresenta as consequências do cumprimento desse objetivo: [...] *o que deve redundar em maior geração de empregos,*

agregação de renda ao meio rural, fomento a investimentos regionais e setoriais, e aumento da competitividade, além de incremento e diversificação em nossa pauta de exportações (p.1). Ao lado de *modernização, empregos, renda, investimentos e exportações*, mais uma vez a *competitividade*⁷¹ se apresenta como alvo, como o lugar a que se quer chegar, como justificativa para a organização e distribuição dos recursos, tal como se apresenta no documento.

As vozes da hegemonia discursiva global também se materializam no documento do Ministério sob outros signos: o Ministro é bastante assertivo no que diz respeito à competitividade como alvo e, ao mesmo tempo, como âncora para os anúncios de investimentos e para toda organização das ações apresentadas no Plano: *Desde que assumimos este Ministério, temos redobrado os esforços com o propósito de dar condições estruturais à agricultura e à pecuária brasileira para aumentar sua competitividade e qualidade, exigência indispensável para se fazer frente aos desafios de um mercado globalizado* (p.2). Esforços em dobro para a criação de condições estruturais – aqui, auscultamos as vozes dos grandes agentes da Globalização, por exemplo, a voz do Fórum Econômico Mundial, por meio do *Global Competitiveness Report*, posto que um dos pilares propostos por esse documento diz respeito às *Instituições* [1º pilar] e outro diz respeito à *Infraestrutura* [2º pilar]. E aqui o que temos é uma instituição – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – trabalhando, com esforços redobrados, para dar condições estruturais às atividades agrícolas e pecuárias brasileiras para cumprir a *imprescindível exigência*, não do abastecimento de alimentos no país, mas do mercado global.

O discurso hegemônico global da competitividade se materializa no discurso do Ministério brasileiro, além de orientar ações e investimentos públicos em resposta a essas vozes globais. Um Programa do governo brasileiro foi criado e implantado em resposta a esses discursos:

⁷¹ A palavra *competitividade* ainda aparece no texto do Plano Agrícola e Pecuário do ano-safra 2001/2002, que tem 41 páginas, outras quatro vezes: 1. [...] *com o propósito de dar condições estruturais à agricultura e à pecuária brasileira para aumentar sua competitividade e qualidade* [...] (p.2); 2. *Criação e dinamização de medidas para baixar os custos, melhorar a qualidade e aumentar a competitividade* [...] (p.4); 3. *O governo destinou ainda R\$ 230 milhões para novas linhas de crédito para investimentos na modernização e aumento da competitividade da agropecuária brasileira* (p.5); e 4. *Aumento da qualidade, segurança e competitividade dos produtos de origem animal* [...] (p.40). Em todos os empregos do signo *competitividade*, as palavras *aumentar* e *aumento* estavam diretamente a ele relacionadas, expressando o alvo das ações apresentadas no Plano. Além disso, ainda compõem o documento, os adjetivos “competitivas” e “competitivo”, nos seguintes trechos: 1. *Prioridade para as atividades agrícolas e pecuárias mais competitivas e importantes* [...] (p.4) 3 2. *Programa Nordeste Competitivo – PNC* (p.8).

*Desde o lançamento do Programa Brasil Empreendedor Rural*⁷², em janeiro do ano passado, damos ênfase especial à adoção de programas de investimento direcionados para setores estratégicos (p.2). Os signos *empreendedor* e *estratégicos* também constituem esses discursos globais da competitividade: se retomarmos a *Missão* do Fórum Econômico Mundial, missão essa estampada em todas as suas publicações, veremos que essa instituição trabalha por um *Empreendedorismo no interesse público global*. O *global*⁷³, aliás, parece já carregar alguns sentidos mais cristalizados, entre eles, o sentido de *único*; *único* não como *singular*, mas como *único de um só*; *único*, sem tensões, homogêneo, sem conflitos. E, já que todos temos um *único* interesse, lançam-se investimentos, ações, políticas, programas, direcionados a setores estratégicos; *estratégicos* em relação a *ações*, a *políticas*, a discursos hegemônicos, constituídos pela e constituintes da ideologia oficial, que luta pela manutenção da atual ordem das coisas, pela homogeneização das vozes. São os signos e “*todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante)*” (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2009a, p.33) aparecendo na experiência exterior, organizando e regendo ações globais, em nome de uma *missão única*, visando o interesse público global.

Esse é um jogo que vai se dando entre os discursos e as ações na base material. A organização material vai gerando discursos e constituindo sentidos outros por meio dos signos - *estratégicos*, *produtividade*, *competitividade*, *desempenho*, *empreendedorismo*, *interesse público* –, que, a partir das valorações que vão recebendo, manifestam-se na experiência exterior, fecundando e nutrindo ações na base material⁷⁴, constituindo um ciclo e uma cadeia infinita de ações e de discursos, os quais separei somente para fins de análise e de

⁷² Na página da Confederação Nacional da Agricultura – CNA – encontramos uma breve descrição dos objetivos desse Programa: *Desenvolver e estimular o poder pessoal dos empreendedores do agronegócio de forma a ampliar sua capacidade influenciadora nas transformações da sociedade; Desenvolver competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis*. Disponível em: <http://www.icna.org.br/projetos-e-programas/programa-empreendedor-rural>. Acesso em 19 de janeiro de 2014, às 2h.

⁷³ “O adjetivo ‘global’ surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres ‘business management schools’, de *Harvard*, *Columbia*, *Stanford* etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M.E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso público neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais” (CHESNAIS, 1996, p.23).

⁷⁴ Só neste Plano – ano-safra 2001/2002 –, foram destinados “R\$ 230 milhões para novas linhas de crédito para investimentos na modernização e aumento da competitividade da agropecuária brasileira” (p.5), além de outros investimentos destinados a outros setores das atividades agrícolas e pecuárias.

compreensão, mas que não se dão isoladamente e sim de modo entrecruzado e interpenetrado.

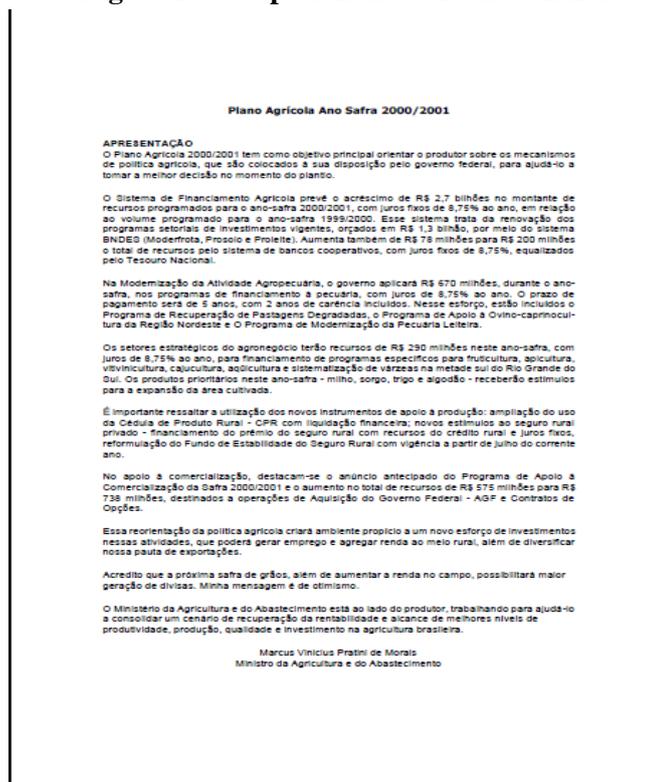
3.2.3 Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003

A cartilha do ano-safra 2002/2003 é colocada à *disposição do agronegócio brasileiro* (p.1) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o mesmo objetivo do ano-safra anterior, expresso de maneira idêntica, com as mesmas palavras. Esse documento é composto de apenas quatro páginas (ao passo que os PAPs dos anos-safra 2000/2001 e 2001/2001 contêm 34 e 41 páginas, respectivamente). O texto de apresentação dessa cartilha também vem assinado pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Marcus Vinícius Pratini de Moares – em agosto de 2002. A organização desse texto é feita com base no documento do ano-safra anterior, tendo sido composto de um recorte dos parágrafos do texto de 2001/2002, sem acréscimo de palavras diferentes. As outras três páginas do Plano são compostas pelos *Objetivos, Estratégias e Síntese do Plano Agrícola e Pecuário*.

3.2.4 Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004

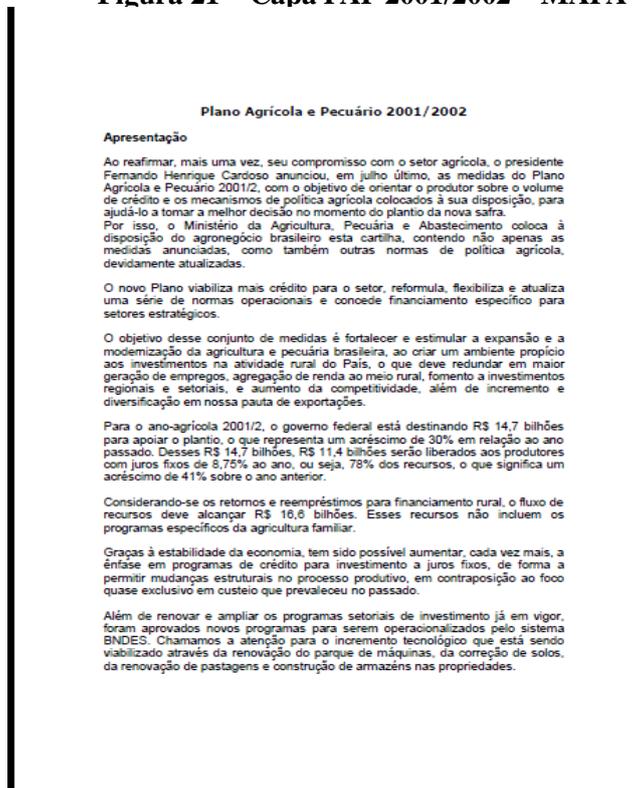
O Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004, primeiro Plano publicado pelo Governo Lula, em junho de 2003, apresenta, já em sua materialidade estética, diferenças marcantes em relação aos documentos das safras anteriores (2000/2001; 2001/2002; e 2002/2003) (Figuras 20, 21, 22 e 23).

Figura 20 – Capa PAP 2000/2001 – MAPA



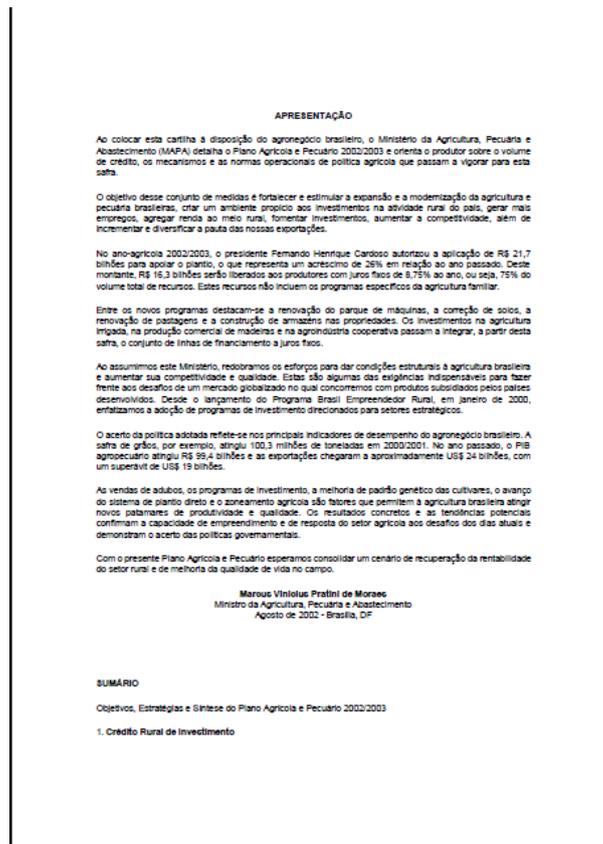
Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2000/2001
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2000).

Figura 21 – Capa PAP 2001/2002 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2001).

Figura 22 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2002).

Figura 23 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2003).

A capa do Plano 2003/2004, composta por um mosaico de imagens fotográficas (que retratam o trabalho em plantações e colheitas, a pecuária, a produção de flores, pesquisas em laboratórios, cidadãos fazendo compras num supermercado, trabalhadores do ramo da confecção, uma carteira de trabalho e um prato típico da alimentação de grande parte da população brasileira) e os dizeres *Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004 – Mais alimentos e renda para os brasileiros. Mais desenvolvimento para o Brasil*. Por meio de todo esse conjunto que compõe a capa, já é possível entrever um princípio de movimento na materialidade discursiva do documento, em relação aos anteriores, com a inserção do prato de comida, da família em compras no supermercado – nos signos imagéticos – e na palavra *alimentos* estampada já na capa desse Plano. Ao longo do corpo todo do Plano do ano-safra 2003/2004, a palavra *alimento* é empregada dezessete vezes. Retomando os Planos dos anos-safra 2000/2001, 2001/2002 a mesma palavra foi empregada duas, e uma vez, respectivamente, e no documento de 2002/2003 ela não aparece nenhuma vez. A presença dessa palavra já na capa do documento do Ministério é um indício sógnico de um movimento, de uma mudança, do início da instauração de um diálogo entre as vozes da hegemonia discursiva e as vozes não-hegemônicas, refletindo o início (ou a tentativa) de uma ruptura que refrata também o início de uma organização da base material da sociedade brasileira de um modo diverso.

O novo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é quem assina o texto de apresentação, que recebe o mesmo título estampado na capa do documento. Já na primeira linha, o texto afirma que o *Governo brasileiro aposta no agronegócio como alavanca do desenvolvimento econômico do país* (p.4). Novamente, as vozes da hegemonia que defendem o agronegócio como a chave para o desenvolvimento econômico do Brasil, como a porta para a inserção e consolidação do nosso país no cenário econômico global, essas vozes já vão constituindo o discurso desse novo Ministério. Contudo, ainda no primeiro período do texto de apresentação, outras vozes vão também compondo esse discurso: [...] *de modo a propiciar a inclusão social de expressivas parcelas da população brasileira* (p.4). No mesmo enunciado em que se encontra expressa a aposta no agronegócio como *alavanca para o desenvolvimento econômico*, entrecruzado ao *econômico* está o *social*; a mesma alavanca (o agronegócio) será utilizada, pelo que se vê na construção desse enunciado, para impulsionar o desenvolvimento econômico e para incluir socialmente *expressivas parcelas da população brasileira*.

O jogo entre as diferentes vozes, que refletem e refratam diferentes valorações acerca das

atividades agrícolas e pecuárias no Brasil, vai se compondo ao longo de todo o texto de apresentação: *As medidas favorecem em especial a produção de alimentos básicos* (p.4). Esse anúncio da prioridade na produção de alimentos básicos põe em jogo uma resposta; resposta, considerando, como nos lembra Augusto Ponzio, que “Bakhtin sublinhava da palavra o seu caráter 'semi-outro', a sua natureza 'condominal' (PONZIO, 2010, p.13). Um caráter “semi-outro”, que poderíamos pensar em função de a palavra não ser totalmente própria, a palavra enunciada já é uma resposta a uma palavra outra. Isso, como também explica Ponzio (2010), não de modo binário, em contraposição, não em modo de oposição, mas de diálogo, de entrecruzamento. Aqui, nesse enunciado, o anúncio das medidas não se expressa em resposta direta às prioridades das medidas do Plano Agrícola; mas tendo já auscultado as vozes dos documentos anteriores – que anunciavam prioridade aos setores estratégicos do agronegócio – auscultamos também as vozes que priorizam a produção de alimentos básicos, no mesmo Plano em que se declara a aposta no agronegócio. Os discursos não são lineares, homogêneos; são tecituras de fios, fios ideológicos, os quais, ao serem puxados, possibilitam a construção de sentidos entrecruzados nas palavras que auscultamos.

O favorecimento da produção de alimentos básicos em resposta às prioridades para os setores estratégicos do agronegócio justificam-se pelos dizeres do texto: *Essa estratégia se impõe como forma de atender o aumento da demanda que resultará dos novos programas sociais do Governo, como o Fome Zero, para recompôr os estoques públicos* (p.4). É também uma estratégia priorizar a produção de alimentos básicos, estratégia essa que atende não mais às exigências imprescindíveis do mercado global, mas à demanda que será gerada pelos novos programas sociais.

O jogo das vozes é também materializado quando, ainda no texto de apresentação, o montante de investimentos a ser administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é anunciado no mesmo parágrafo em que se expressa o montante a ser administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mesmo que o primeiro seja da ordem de R\$ 27,15 milhões e o segundo da ordem de R\$ 5,14. A hegemonia dos recursos para o MAPA ainda se mantém, no entanto, as vozes do MDA, que antes não se escutavam entre esses anúncios, começam a despontar, rompendo, mesmo que ainda de maneira tímida, com a suposta monologicidade dos discursos sobre os investimentos nas atividades agrícolas e pecuárias no nosso país.

No Plano, há ainda a materialização de um outro embate, que é do âmbito geográfico: *Pela primeira vez, os Preços Mínimos e as regras das Aquisições e Empréstimos do Governo Federal (AGF e EGF) para as culturas regionais e das regiões Norte e Nordeste foram anunciados junto com o Plano de Safra para o Centro-Sul, permitindo ao produtor mais tempo para a tomada de decisões* (p.4). Esse enunciado, a partir de sua constituição, nos permite construir sentidos ligados ao tempo em que os anúncios de todas essas medidas era feito. E a justificativa apresentada para tal decisão é de que *Essa medida do governo Lula atende a uma antiga reivindicação de agricultores, pecuaristas e de entidades de classe do setor agropecuário* (p.4). Há, nas palavras que constituem esse anúncio, um encontro de vozes diversas: a) as vozes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, posto que esse é um documento oficial anual do Ministério; b) as vozes do Ministro – Roberto Rodrigues –, que assina o documento; c) as vozes do partido do Ministro, posto que este é um membro de uma organização política que trabalha segundo seus princípios e interesses; d) as vozes do Governo Federal, que, no texto, vêm expressas pelos termos *Governo Lula*; e) as vozes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul; e f) as vozes de agricultores, pecuaristas e entidades de classe do setor agropecuário. Todas essas vozes constituem esse enunciado e vão emprenhando de sentidos as palavras que são assinadas por um só sujeito – neste caso, o Ministro. As vozes constituintes desse encontro constituem também os discursos circulantes nesse documento, discursos esses que, assim como todas as formas de interação verbal, acham-se muito estreitamente vinculados

às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. Assim é que no seio desta psicologia do corpo social materializada na palavra acumulam-se mudanças e deslocamentos quase imperceptíveis que, mais tarde, encontram sua expressão nas produções ideológicas acabadas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.43).

Dessa forma, esse encontro não é somente um encontro de todas essas vozes porque elas aparecem ali expressas nas palavras as quais podemos auscultar pelo estudo dos contextos de produção desse documento; esse encontro reflete e refrata movimentos, que vão reorganizando socialmente a base material, num jogo contínuo, dinâmico, vivo.

No entanto, mesmo não sendo um discurso de uma única voz, as hegemonias não se quebram, não se rompem integralmente. O mesmo discurso que declara a aposta no agronegócio, expressa já na abertura do documento, desponta novamente em seu fechamento: *Todas essas*

medidas de apoio efetivo aos produtores demonstram que o Governo Lula prioriza o agronegócio (p.4). E essa afirmação é interpenetrada pela confiança na capacidade de gerar emprego no campo e na cidade, de multiplicar renda e de interiorizar o desenvolvimento em proveito de parcelas menos favorecidas da população (p.4). Mesmo que o agronegócio seja ainda uma aposta desse Governo, assim como o que vem expresso nos Planos anteriormente analisados, as parcelas menos favorecidas da população começam ao menos a serem citadas num texto de apresentação de um documento oficial desse Ministério.

3.2.5 Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005

Quanto mais forte o campo fica, mais força o Brasil tem para crescer, esses são os dizeres da capa do Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, que acompanham três imagens fotográficas – um rebanho de gado de corte, crianças se alimentando em torno de uma mesa, e uma plantação de algodão. Essa espécie de título do Plano carrega sentidos de que a força do Brasil vem do campo, assim, quanto mais forte ele fica, mais cresce o país, impulsionado pela energia do campo, nutrido pela força das atividades que constituem a vida do campo.

A leitura que fizemos desse documento antecedeu o trabalho com as palavras; o *lay out* dele (Figura 24) é bem mais simples que o do primeiro Plano publicado pelo Governo do Presidente Lula – ano-safra 2003/2004. As características das cores do fundo do texto, as imagens, a organização das informações, tudo isso se aproxima mais dos últimos três documentos do Governo FHC (anos-safra 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003) do que o do ano-safra anterior.

Figura 24 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2004).

O texto de apresentação que compõe o Plano não vem assinado pelo Ministro, diferentemente do que ocorreu nos anteriores. Já nas palavras introdutórias do documento, é expresso o que este representa: *O Plano Agrícola e Pecuário 2004-05 representa o reconhecimento do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a importância da agricultura e do agronegócio para o País* (p.3). Esse enunciado marca uma distinção entre as atividades da agricultura e do agronegócio; essa marca está materializada no emprego dos dois signos (*agricultura* e *agronegócio*) de maneira coordenada e interligada pela conjunção e,

imprimindo sentido de soma, de adição de duas informações distintas. Em Planos de anos-safra anteriores, vimos o emprego desses mesmos signos como se fossem análogos, sem marcas de distinção entre eles.

A partir do Plano do ano-safra 2003/2004, começam a surgir esses dois signos com traços distintivos de sentidos. No texto introdutório, o Governo declarou sua aposta no agronegócio, embora na composição de toda a mensagem fosse possível auscultar um encontro de vozes entre questões hegemônicas e não-hegemônicas relativas às atividades agrícolas.

Embora haja, no PAP 2004/2005, já nas primeiras linhas do texto, a apresentação, o reconhecimento, por parte do Governo, da importância das duas atividades, o que se apresenta no decorrer do corpo do documento é um direcionamento das prioridades de ação para aquilo que é referente ao agronegócio. O documento é descrito como *ambicioso* em relação aos resultados que pretende alcançar e às políticas definidas para tanto. Os avanços anunciados pelo texto constituem duas frentes: *o aperfeiçoamento dos instrumentos tradicionais de crédito e comercialização e a abertura de uma janela para o novo, por meio de uma bateria de mecanismos capazes de revolucionar o financiamento de toda a cadeia produtiva do agronegócio no horizonte próximo* (p.3). O objeto central ao qual serão direcionados todos os esforços de aperfeiçoamento das condições já existentes e de abertura a novas condições é toda a cadeia de produção do agronegócio. Nesse momento do documento, o signo *agricultura*, que no início da apresentação aparecia coordenado ao termo *agronegócio* não constitui o enunciado, não se constituindo, portanto, em objeto dos esforços expressos pelo Plano. Contudo, no último parágrafo da apresentação antes da exposição dos objetivos, as atividades do agronegócio vêm descritas em conjunto com a produção de alimentos: *Renovadas as esperanças e arregaçadas as mangas, o Governo confia que o Brasil baterá na safra 2004-05 novos recordes na produção de alimentos e na exportação do agronegócio [...]* (p.3). Aqui, não é empregado o signo “agricultura”, mas tal atividade é refletida e refratada pela expressão *produção de alimentos*. Há ainda nesse enunciado um aposto, esclarecendo as atividades de produção de alimentos e de exportação do agronegócio: *[...] fruto da ação incansável e empreendedora dos produtores, empresários e trabalhadores rurais*. Novamente o signo relativo ao empreendedorismo se soma aos outros para compor os sentidos desse enunciado, e a incansável ação *empreendedora* é atribuída a três categorias distintas ligadas às atividades rurais: os produtores, os empresários e os trabalhadores. Essa distinção, marcada no enunciado pelo uso da vírgula separando os termos produtores e empresários e pelo uso do *e*

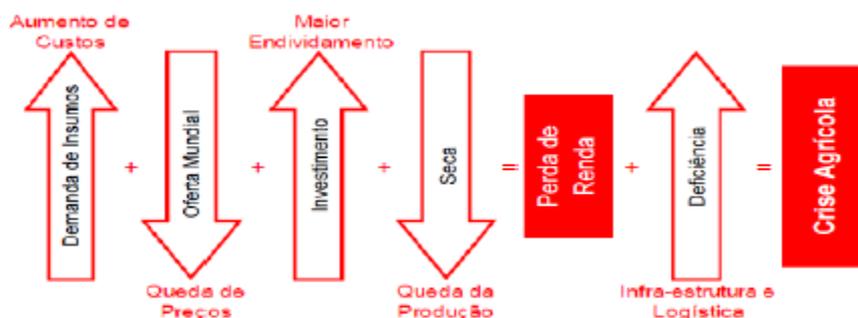
separando os trabalhadores, constitui uma enumeração dos diferentes tipos de sujeitos ou grupos de sujeitos que agiram incansavelmente para alcançarem o fruto dos recordes na produção de alimentos e na exportação do agronegócio. Do modo como está redigido, esse enunciado constrói como possibilidade de sentido que esses três grupos trabalharam conjuntamente nas duas atividades, que o próprio texto do Ministério faz questão de demarcar como atividades distintas.

3.2.6 Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006

Diferentemente dos Planos Agrícolas e Pecuários de anos anteriores analisados até aqui, o PAP 2005-2006 se inicia com uma introdução retomando a produção das duas safras anteriores – 2003/2004 e 2004/2005 –, que, segundo o que se apresenta no texto do documento, deixaram de superar a produção recorde do ano-safra 2002/2003, em função das adversidades causadas pelas condições climáticas e de um *cenário de custos e preços adversos para a atividade agropecuária*. Esta combinação de adversidades, ainda segundo o que se lê no Plano, *impôs à agricultura brasileira rentabilidade bem menor do que a esperada, afetando a capacidade de investimento e a liquidez dos produtores rurais e de suas cooperativas*. Para esquematizar esse conjunto de acontecimentos, o texto do documento⁷⁵ apresenta uma figura – intitulada *A equação da crise agrícola* –, que resume o processo todo vivido pelo setor em 2005 (Figura 25).

⁷⁵ “A figura acima procura resumir o processo vivido pela agricultura brasileira de grãos, em 2005. Por ocasião do plantio, insumos estavam mais caros, em função da maior demanda e do real relativamente desvalorizado. Os preços dos grãos estavam em baixa, em razão da maior oferta mundial. De um modo geral, os produtores brasileiros haviam aumentado seus investimentos, na forma de ampliação de área e emprego de tecnologia mais aprimorada. Veio a seca, impondo quebra significativa da produção. Tudo isso combinado, levou à perda de renda o que foi agravado pelo sucateamento da infra-estrutura de transportes, levado à situação de crise hoje enfrentada”.

Figura 25 – Esquema-resumo da crise agrícola vivida em 2005.



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2005).

Vale ressaltar aqui que toda a descrição e esquematização feita pelo Plano não trata de uma crise relativa a questões de abastecimento do país, mas de uma crise produtiva, que não foi capaz de bater safras-recordes e, dessa forma, não resultou em retorno satisfatório de todo o capital e de toda a tecnologia empregados. A crise descrita é uma crise na *rentabilidade* que não afetou o abastecimento, mas *a capacidade de investimento e a liquidez* dos produtores rurais; dos produtores rurais e não necessariamente dos agricultores. Esses signos da forma como foram empregados já vão delineando o rumo argumentativo do Plano. As medidas por ele anunciadas vão, pelo que começa a se auscultar aqui, tratar de questões relativas à capacidade de investimento e retorno desse investimento, bem como à busca pela recuperação da capacidade produtiva do setor agrícola.

Todo esse trecho introdutório do Plano 2005-2006 se constrói para justificar que esse documento e todo o seu conteúdo se lançam como reação ao cenário descrito: *Em resposta, o Governo adotou uma série de medidas emergenciais de apoio ao setor [...]*. Dessa forma, o Plano desse ano-safra não se apresenta, então, como novas projeções para o setor mas como medida de emergência para a sua recuperação, o que se lê no trecho em que é declarado que esse Plano *tem o objetivo de auxiliar no processo de recuperação da agricultura, mantendo ambição quanto aos resultados pretendidos e às políticas definidas*. As duas ações são descritas como objetivo: a recuperação da agricultura – considerando que a produção de grãos não superou o recorde dos dois anos-safra anteriores – e a manutenção da ambição para os próximos resultados.

Há nesse texto introdutório do Plano uma expressão forte da preocupação do Ministério com a questão da produtividade. Essa questão da busca constante pelo aumento da produtividade nas diferentes esferas de atividade está, em grande medida, relacionada ao discurso da competitividade, uma vez que, nos discursos hegemônicos globais, os níveis de produtividade de um determinado país refratam sua capacidade competitiva. Retomando, ainda mais uma vez, o texto dos Relatórios Globais de Competitividade, ao apresentar os doze pilares que indicam e sustentam os níveis de competitividade, o Fórum Econômico Mundial define a competitividade como *o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país*. E os Relatórios ainda discorrem um pouco mais sobre aquilo que entende por produtividade: *O nível de produtividade, por sua vez, determina o nível de prosperidade que pode ser alcançado por uma economia*. Nessa perspectiva, tomando a definição dada sobre a competitividade pelo Fórum, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento compõe o conjunto de instituições, as medidas de auxílio para a recuperação da agricultura e para a manutenção das ambições do setor compõem as políticas e fatores que vão auxiliando na construção dos níveis de produtividade do nosso país, já que o PAP 2005-2006, por exemplo, *Prevê uma produção de grãos próxima a 125 milhões de toneladas [...]* nessa safra.

Embora a palavra *competitividade* não componha esse documento, sua voz e seus sentidos compõem as tecituras daquilo que aqui se lê e se ausculta. Ainda no texto dos Relatórios Globais de Competitividade, lemos que *O nível de produtividade também determina as taxas de retorno obtidas por investimentos numa economia, que, por sua vez, são motores fundamentais para suas taxas de crescimento*. Garantindo uma maior produtividade para o setor agrícola brasileiro, garante-se também um maior crescimento. Aliado a toda essa complexa trama de políticas e ações, o Plano Agrícola 2005-2006 ainda prevê um fortalecimento dos laços entre o setor público e o privado, criando *também novos títulos voltados ao agronegócio* para atrair *recursos financeiros privados ao financiamento da atividade*. E o texto introdutório desse PAP [que nesse ano-safra não vem com a assinatura do Ministro] ainda afirma que as medidas e inovações por ele anunciadas *estão realmente indo ao encontro das demandas da moderna agropecuária brasileira*. Interessa-me aqui destacarmos o emprego da expressão *moderna agropecuária brasileira*; esse termo, em outros momentos, já compôs discursos com o sentido de *agronegócio*. O emprego do adjetivo *moderna* antecedendo o substantivo *agropecuária* dá a este uma qualidade que, quando aparece sozinho, não expressa. Por esse emprego, podemos compreender que *agropecuária*

brasileira é diferente de moderna agropecuária brasileira; diferente de agropecuária brasileira moderna ou ainda de agropecuária moderna brasileira.

Na página 7 do PAP 2005-2006, são apresentados os quatro grandes objetivos do Plano. Dentre eles, o signo *competitividade* aparece uma única vez, no segundo objetivo, que diz: *Estimular a modernização e a competitividade do agronegócio, mediante o financiamento de investimentos produtivos e da infra-estrutura do meio rural.* Nesse objetivo, é possível observarmos os termos *modernização* e *competitividade* compondo aquilo que as medidas anunciadas pelo Plano pretendem estimular no agronegócio. Dessa forma, além de compor um dos grandes objetivos do documento, esses dois termos também nos auxiliam na construção da compreensão do que afirmei anteriormente em relação à *moderna agropecuária* estar ligada ao agronegócio. Outra observação que podemos fazer acerca desse segundo objetivo é que o estímulo à modernização e à competitividade se dará *mediante o financiamento de investimentos produtivos*, ou seja, mais uma vez a questão da produtividade constitui a tecitura dos discursos que vão justificando os investimentos e as medidas direcionadas ao agronegócio brasileiro, o que reforça a afirmação de que produtividade é um dos tentáculos discursivo-ideológicos da *competitividade*.

E essa tecitura ainda se constitui pelo entrecruzamento de tantos outros fios ideológicos do campo da competitividade: o primeiro objetivo afirma que as medidas anunciadas pelo PAP 2005-2006 vão *Apoiar o produtor rural, objetivando contornar as dificuldades presentes e retomar o processo de crescimento da produção, com sustentabilidade ambiental e econômica, aumentando as oportunidades de inclusão social, geração de emprego e renda.* A respeito desse objetivo, podemos construir algumas compreensões: a) novamente as medidas declaram a busca pelo crescimento da produção, o que podemos remeter à questão da produtividade como grande alvo da competitividade expresso pelo Relatório do Fórum Econômico Mundial; b) a sustentabilidade (*ambiental e econômica*) é também um dos alvos e uma das âncoras desses discursos hegemônicos globais, que vão imprimindo ideologias ligadas a uma vontade [quase cristã] de explorar os recursos ambientais e econômicos sem saturá-los; c) a *inclusão social, geração de emprego e renda*, embora possam, num primeiro momento – assim como o discurso da sustentabilidade – parecer um contraponto para promover um certo equilíbrio entre esses objetivos, também se constituem entre os pilares que pautam a medida dos níveis de competitividade dos países na esfera global. Como possibilidade de compreensão, podemos afirmar que o 4º e o 5º pilares [Saúde e educação primária e educação superior e

treinamento, respectivamente⁷⁶] absorvem os sentidos de *inclusão social, geração de emprego e renda*, refletindo e refratando também a competitividade como alvo dessas medidas anunciadas.

É muito importante trazeremos para cá o desenvolvimento apresentado pelo texto do Relatório acerca desses pilares. Em relação ao quarto pilar [Saúde e educação], o Relatório afirma que *uma força de trabalho saudável é vital para a competitividade e produtividade de um país. Trabalhadores que estão doentes não podem realizar seu potencial e serão menos produtivos. A falta de saúde leva a custos para os negócios, já que trabalhadores doentes geralmente faltam ao trabalho ou operam em níveis menores de eficiência. Investimentos na provisão de serviços de saúde são essenciais tanto para considerações econômicas, quanto para as morais*. Esse quarto pilar ainda é composto pela educação e, ainda segundo o Relatório, a Educação Básica aumenta a eficiência de cada trabalhador. Além disso, geralmente os trabalhadores que receberam pouca educação formal podem desenvolver somente tarefas manuais simples e encontram muito mais dificuldade para se adaptar a processos produtivos e técnicas mais avançados e, por conseguinte, contribuem menos para a elaboração ou execução de inovações⁷⁷. No que diz respeito ao quinto pilar [Educação Superior e Treinamento], o Fórum Econômico Mundial apresenta suas razões para considerar a educação superior como uma das medidas dos níveis de competitividade dos países: *particularmente, a economia globalizada de hoje requer países que nutram trabalhadores bem educados que sejam capazes de desempenhar tarefas complexas e de se adaptar rapidamente às mudanças de ambiente e às necessidades envolvidas no sistema de produção*. Este pilar mede as taxas de matrículas no ensino médio e superior assim como a qualidade de educação avaliada de acordo com lideranças dos negócios. São pilares extramente funcionais, direcionados ao atendimento das exigências e metas estipuladas pelo discurso hegemônico da competitividade global.

⁷⁶ 4º Pilar da Competitividade: *Health and primary education*; 5º Pilar: *Higher education and training*.

⁷⁷ “A healthy workforce is vital to a country's competitiveness and productivity. Workers who are ill cannot function to their potential and will be less productive. Poor health leads to significant costs to business, as sick workers are often absent or operate lower levels of efficiency. Investment in the provision of health services is thus critical for clear economic, as well as moral, considerations. In addition to health, this pillar takes into account the quantity and quality of the basic education received by the population, which is increasingly important in today's economy. Basic education increases the efficiency of each individual worker. Moreover, often workers who have received little formal education can carry out only simple manual tasks and find it much more difficult to adapt to more advanced production processes and techniques, and therefore contribute less to devising or executing innovations” (WORLD ECONOMIC FORUM, 2013, p.6).

Ainda no que diz respeito aos objetivos declarados pelo PAP 2005-2006, o terceiro e o quarto deles também ressoam as vozes de um discurso global da competitividade: 3º) *Atrair recursos dos mercados financeiro e de capitais para financiar o agronegócio por meio dos novos instrumentos regulamentados no final de 2004 e no decorrer de 2005*; e 4º) *Reduzir o risco inerente à atividade agropecuária, através da expansão do seguro rural*. Esses dois objetivos, ligados à esfera financeira dentro da esfera produtiva agrícola, refletem e refratam os sentidos do oitavo pilar [Eficiência do Mercado Financeiro⁷⁸] à medida que vão buscando atingir maior eficiência e sofisticação nas operações financeiras e nas garantias de retorno dentro das ações da esfera agrícola brasileira, buscando melhores posições no ranking global de competitividade. O texto que explica o 8º pilar no Relatório afirma que um setor financeiro eficiente *aloca os recursos poupados pelos cidadãos de uma nação, bem como aqueles recursos vindos do exterior para os usos mais produtivos. Um setor eficiente, ainda segundo o documento, canaliza recursos para projetos empresariais ou de investimentos com maiores expectativas de retorno do que aqueles politicamente conectados*.

Dessa forma, cotejando os textos dos Relatórios e do Plano Agrícola desse ano-safra, auscultamos a voz dos pilares medidores da competitividade no direcionamento e no planejamento das ações que envolvem as atividades agrícolas brasileiras em larga escala, à medida que os dois discursos parecem caminhar de forma interpenetrada e entrecruzada.

Esse exercício de ausculta e compreensão nos traz a possibilidade de nos colocarmos à escuta do diálogo no interior de um mesmo discurso. O próprio conjunto de signos constituintes desse Plano Agrícola e Pecuário nos permite escutar diferentes vozes que vão compondo seus sentidos. Esse diálogo se nos mostra nos discursos uma vez que, como afirma Augusto Ponzio em conversa com Susan Petrilli e Massimo Bonfantini, “O diálogo não é uma iniciativa de sujeitos separados, mas é a própria condição do sujeito, porque é estrutural ao discurso, fato que nenhuma ideologia homologante poderá anular” (PONZIO, 2012, p.134). As vozes

⁷⁸ 8º Pilar: *Financial market efficiency: An efficient financial sector allocates the resources saved by a nation's citizens, as well as those entering the economy from abroad, to their most productive uses. It channels resources to those entrepreneurial or investment projects with the highest expected rates of return rather than to the politically connected. A thorough and proper assessment of risk is therefore a key ingredient of a sound financial market. Business investment is also critical to productivity. Therefore economies require sophisticated financial markets that can make capital available for private-sector investment from such sources as loans from a sound banking sector, well-regulated securities exchanges, venture capital, and other financial products. In order to fulfill all those functions, the banking sector needs to be trustworthy and transparent, and—as has been made so clear recently—financial markets need appropriate regulation to protect investors and other actors in the economy at large* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2013, p.7).

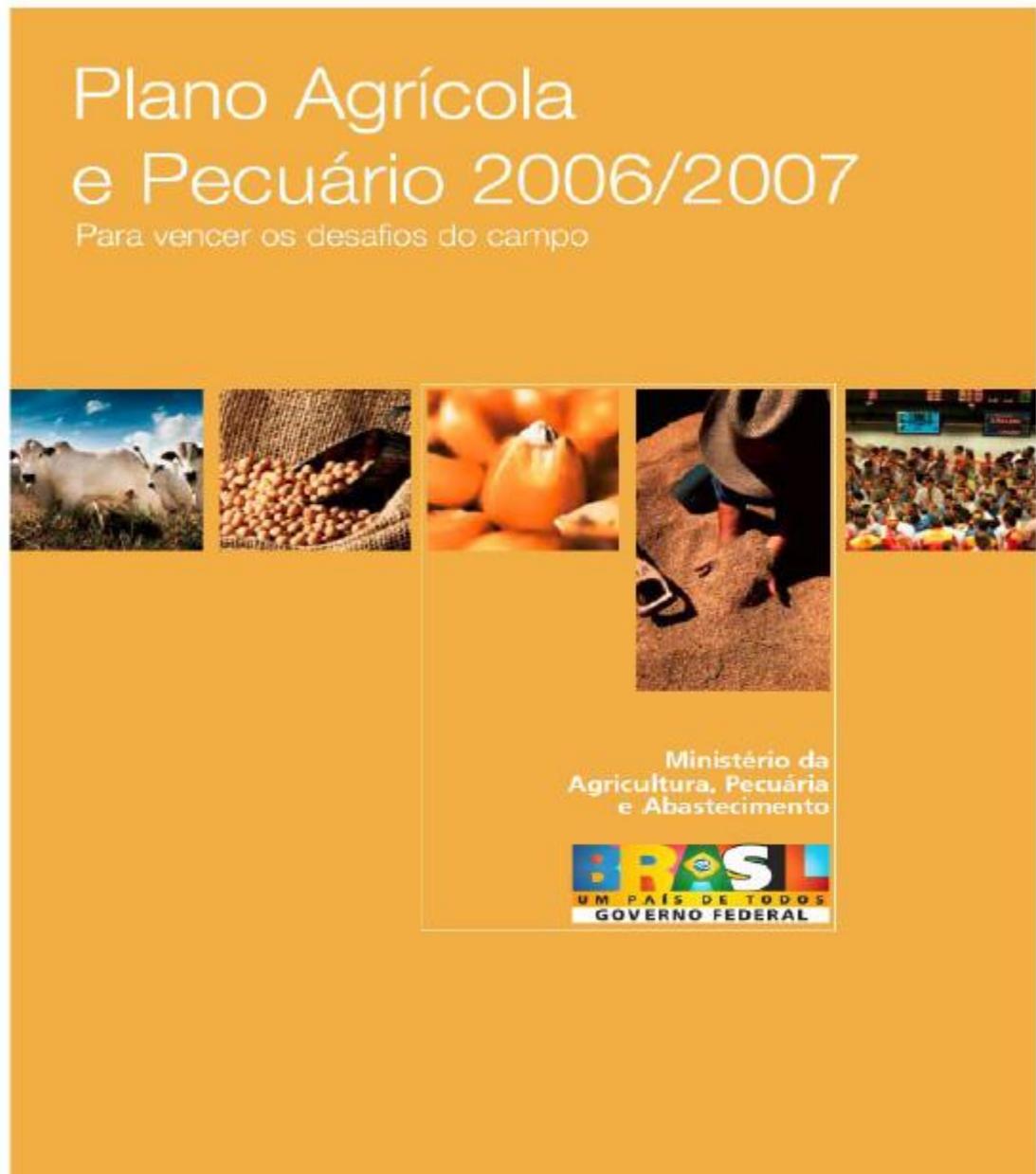
constitutivas dos diálogos internos nesse PAP se nos mostram, portanto, porque o discurso expresso por esse documento já é uma resposta a vários discursos outros que circulam e circularam nas diferentes esferas de atividade humana e essas vozes são auscultadas na própria estrutura dos enunciados que compõem esses discursos, uma vez que lhes são estruturais, na relação com outros discursos.

O fato de reconhecermos a ideologia hegemônica da busca pela competitividade (alvo) ou da competitividade sustentando ações diversas no cenário da “moderna agropecuária brasileira”, esse fato se deve ao caráter dialógico dos discursos que já nascem em resposta a outros discursos e outras ideologias, reafirmando-os, negando-os, refutando-os, desvalorizando-os, enaltecendo-os, usando-os como argumentos, entre tantas outras possibilidades de significados e de vozes que aqui poderíamos elencar.

3.2.7 Plano Agrícola e Pecuário 2006-2007

Para compreender como se constroem os sentidos no Plano Agrícola e Pecuário referente ao ano-safra 2006-2007, vamos iniciar já pela leitura de sua capa. Com um fundo num tom neutro, há cinco figuras que compõem a capa desse documento: um rebanho de gado, um saco de juta com soja, grãos de milho, um produtor rural sobre um monte de grãos e a imagem de uma Bolsa de valores, com muitos operadores (Figura 26). A presença dessas imagens e não de outras constitui já uma orientação argumentativa desse documento. Como mostramos anteriormente na leitura do PAP do ano-safra 2003-2004, o primeiro produzido e publicado pelo Governo Lula, havia na capa daquele Plano, pela composição das imagens, uma referência à alimentação – demonstrada por crianças se alimentando em torno de uma mesa e de pessoas fazendo compras num supermercado. O signo *abastecimento*, que compõe o nome do Ministério estava ali representado nas cenas que remetiam à compra dos alimentos e ao próprio ato de se alimentar. Aqui, no documento do ano-safra 2006-2007, temos o rebanho significando a pecuária, os grãos significando a agricultura e a Bolsa de Valores significando os fins para os quais toda essa produção é direcionada: a comercialização em larga escala, as exportações, o mercado financeiro.

Figura 26 – Capa do Pano Agrícola e Pecuário 2006/2007 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006).

O texto verbal do Plano do ano-safra 2006-2007 é dividido em onze partes. A primeira delas – intitulada *A agricultura em transição* – é assim denominada em função de tratar do período em que se encontra esse setor no Brasil, período esse em que precisa *contornar as dificuldades presentes e retomar o processo da produção e da competitividade do agronegócio brasileiro*. No documento inteiro, essa é a única ocorrência da palavra *competitividade*. Ela aparece compondo justamente a declaração do motivo pelo qual o PAP 2006-2007 foi concebido: o auxílio ao produtor para superar essa fase de transição entre as dificuldades e a retomada da produção e da busca pela competitividade.

Ainda no que diz respeito a esse primeiro tópico do documento, cabe ressaltar que, embora traga em seu título *A agricultura em transição*, o signo agricultura não aparece em nenhum outro momento do texto. Em vez dele, o signo *agronegócio* constitui dois enunciados: o já citado por nós a respeito da concepção desse Plano – *auxiliar o produtor a contornar as dificuldades presentes e retomar o processo de crescimento da produção e da competitividade do agronegócio brasileiro* –, e, num segundo momento, em que o texto afirma a pretensão do Plano de *construir uma ponte para o futuro, pois parte da premissa de que o agronegócio brasileiro continuará sendo um dos melhores e maiores do mundo*. Nessas duas ocorrências, a substituição do signo *agronegócio* por *agricultura*, morfológica e sintaticamente, não acarretaria grandes mudanças, com exceção da necessidade do uso da forma feminina em vez da masculina para que o adjetivo *brasileiro* e para os artigos *o* e *um*, que passariam a concordar com o substantivo feminino *agricultura* ([...] *da agricultura brasileira* e [...] *que a agricultura brasileira continuará sendo uma das melhores e maiores do mundo*). Contudo, no que diz respeito ao campo semântico, essas substituições acarretariam mudanças nos sentidos, principalmente se considerarmos toda a carga social e histórica dos signos *agricultura* e *agronegócio*: 1) nos discursos hegemônicos que venho estudando acerca da relação entre competitividade e as atividades agrícolas, o mais recorrente é a ligação dos termos *competitividade* e *agronegócio*, em vez de *agricultura*. Essa composição vai reafirmando a distinção ideológica que há entre os signos *agricultura* e *agronegócio*; 2) na segunda ocorrência, em que se reafirma o agronegócio brasileiro como um dos melhores e maiores do mundo, também há uma forte demarcação da diferença que vem se estabelecendo entre os signos em questão. Hegemonicamente, não se afirma que a agricultura brasileira está entre as maiores e melhores do mundo, mas que o agronegócio ocupa esse lugar, inclusive como peça chave para o desenvolvimento do nosso país e como a porta pela qual o Brasil vem conquistando seu espaço no cenário mundial. Assim, os dois – *agricultura* e *agronegócio* – não poderiam funcionar nesses dois enunciados como termos sinônimos. No entanto, o título escolhido para esse tópico não foi *O agronegócio em transição*.

Retomando, agora, as compreensões em torno da palavra *competitividade*, ela só aparece uma vez no corpo do documento todo. Contudo, na tecitura da construção desse PAP, esse signo vai se refratando e refratando também sentidos entrecruzados aos discursos hegemônicos da competitividade e vai assumindo formas diversas. Já no objetivo desse documento, o Plano Agrícola e Pecuário, há o entrecruzamento com os discursos da competitividade expressos pelos Relatórios Anuais do Fórum Econômico Mundial, uma vez que é um mecanismo através

do qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vai se firmando enquanto instituição promotora de toda a estrutura de apoio de que esse setor necessita para garantir seu funcionamento e crescimento. As políticas, também descritas pelo Relatório como parte do conjunto que deve buscar o aumento dos níveis da produtividade de um país, são expressas em vários outros tópicos do PAP (3-*Crédito Rural para a Agricultura*; 4-*Mudanças no Sistema Nacional de Crédito Rural*; 5-*Preços Mínimos*; 6-*Expansão dos Novos Títulos do Agronegócio*; 7-*Seguro Rural*; 10-*Medidas de Apoio à Agricultura em 2005-2006*; e 11-*Medidas Estruturais*). O discurso da sustentabilidade novamente constitui o texto do documento, expresso mais especificamente no 9º tópico (*Plano Executivo para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal*). Além disso, o 12º Pilar que embasa as análises dos níveis globais de competitividade, publicados pelos Relatórios do Fórum Econômico, o Pilar da *Inovação*, é refratado no 8º tópico do PAP, intitulado *Agroenergia*. Esse tópico trata do impulso que a produção de agrocombustíveis dará para a criação de demandas o que, além de relacionar ao campo da inovação, ainda se relaciona com os Pilares da *Prontidão Tecnológica* [9º] e do *Tamanho do mercado* [10º].

O discurso da competitividade vai se entrecruzando aos outros discursos e interpenetrando as tecituras dos sentidos num processo dialógico e polilógico em que suas vozes vão sendo ressoadas e sua inter-ação com as bases materiais da sociedade vai ganhando forças – centrípetas e centrífugas – para constituir esses jogos ideológicos que se nos mostram nos textos que fazem parte da cadeia infinita dos sentidos vivos.

3.2.8 Plano Agrícola e Pecuário 2007-2008

No ano-safra 2007-2008 – ano em que o Ministro Luís Carlos Guedes Pinto deixa o cargo, que passa a ser ocupado por Reinhold Stephanes –, o Plano Agrícola e Pecuário estampa, já em sua capa, a *Missão* do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: *Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira* (Figura 27). Aqui temos expressos o *desenvolvimento sustentável* e a *competitividade* do agronegócio como as tarefas missionárias do Ministério (alvos) e o espraiamento de seus efeitos benéficos à sociedade brasileira. Quero destacar que o termo desenvolvimento, nos discursos hegemônicos contemporâneos, deve ser sempre um desenvolvimento sustentável que, como já afirmamos anteriormente, declarado como desejo e como *missão*, desde que, para isso, os recursos não sejam exauridos e extintos. E a

competitividade, mais uma vez, ligando-se ao signo *agronegócio*, embora seja missão do Ministério da Agricultura e não do Ministério do Agronegócio.

Figura 27 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2007).

Na Introdução do documento, são afirmadas as funções tradicionais do setor agropecuário brasileiro (*abastecimento do mercado interno, expansão das exportações e geração de emprego, renda, divisas e energia*) e os principais objetivos (*redução dos custos dos financiamentos agrícolas; fortalecimento da média agricultura; redução da probabilidade de ocorrência de situações de crise que levem a intervenções pontuais e casuísticas do Governo;*

estabilidade da renda agrícola e das normas gerais dos instrumentos de Política Agrícola). Esses objetivos, já numa primeira leitura, nos mostram um desejo de alcançar garantias e estabilidades nos investimentos realizados pelo setor agropecuário brasileiro, na medida em que declaram a necessidade de prever e evitar situações de crise e necessidade de se alcançar uma renda estável e acesso a financiamentos a baixos custos. Isso se confirma quando o texto avança e expõe as principais medidas adotadas pelo Plano na busca pelos objetivos já citados. Das dez medidas anunciadas, sete tratam diretamente de questões financeiras (especialmente de regulação de taxas e seguros); uma trata do encaminhamento de uma lei que institua um Fundo de Catástrofe (e que também se relaciona à busca por garantias de não-perda de investimentos); uma trata do apoio à comercialização (reforçando a linha de garantias e estabilidades); e uma diz respeito à intensificação da média agrícola.

Todo esse conjunto de objetivos e medidas vai compondo os discursos do aumento dos níveis de produtividade e das garantias dessa produtividade, em nome de um desenvolvimento (que deve ser sustentável), garantindo a continuidade dos resultados positivos alcançados pelo agronegócio, cujo mérito deve ser creditado essencialmente ao *caráter empreendedor do produtor brasileiro*. Aqui, ainda compõe o texto de Introdução do Plano o signo *empreendedor*, que é também um signo constituinte de uma hegemonia discursiva do período globalizado contemporâneo, como parte do *new speech* funcional aos consensos neoliberais.

No segundo item do Plano, intitulado *A agropecuária brasileira como prioridade*, são anunciadas medidas para garantir que *o agronegócio brasileiro permaneça competitivo dentro e fora do País*. Nos primeiros PAPs que fui estudando, a competitividade ia constituindo os textos dos documentos como algo a ser buscado e alcançado; alguns desses Planos chegaram a fazer um resgate de acontecimentos que levaram as atividades agrícolas e pecuárias a situações de crise em alguns períodos, o que justificava a necessidade de uma série de medidas que fossem capazes de garantir uma retomada dos níveis de produtividade e até da busca por produções recordes para alcançar a competitividade (que servia como alvo em muitos desses momentos). Esse Plano de 2007-2008 expressa um bom cenário para o agronegócio brasileiro; o que nele se vê agora é a necessidade da manutenção e do fortalecimento desse bom momento para a permanência da competitividade dentro e fora do Brasil (aqui, a competitividade é alvo e âncora, posto que se busca a sua permanência ao mesmo tempo em que ela justifica e assegura que as medidas anunciadas sejam tomadas). O discurso da competitividade vai, então, se hegemonizando cada vez mais na esfera agrícola

brasileira e lutando para se consolidar como algo benéfico a toda a sociedade.

Como estamos construindo compreensões acerca do signo *competitividade* e daquilo que é do caráter formador dos discursos hegemônicos da competitividade, é importante compreendermos questões ideológicas que interpenetram esses discursos. Isso visto que “O significado de um signo é o seu significado ideológico” (PONZIO, 2013, p.166). É importante compreendermos ainda que a constituição de um discurso como hegemônico é uma construção processual, que faz parte de uma sistematização avaliativa e que expressa valores e interesses de classe refletidos e refratados pelos signos. Nas palavras de Ponzio, “Cada signo é sempre expressão de certa sistematização teórica e avaliativa, de certa elaboração conceitual, de certa visão de mundo, formada na práxis social” (PONZIO, 2013, p.166). O signo *competitividade*, que ora é alvo, ora é âncora de um conjunto de políticas e ações, expressa uma valoração, uma visão de mundo, uma tomada de posição, no caso das hegemonias discursivas, de que é preciso primeiramente ser competitivo, depois é preciso permanecer competitivo, de modo que a organização social de uma esfera de atividade busque e mantenha infraestruturas, preços, taxas, condições, enfim, um conjunto de ações que garantam o atendimento a padrões globais de organização para atingir níveis globais de produtividade, segundo escalas valorativas expressas por discursos hegemônicos também globais.

3.2.9 Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009

Na leitura do sumário do PAP 2008/2009, há uma diferença importante em relação ao PAP do ano-safra anterior, como é possível constatar nas Figuras 28 e 29. No documento do ano-safra 2008/2009, o título do item seguinte à Introdução expressa *Crédito para a Agricultura Empresarial*, enquanto o documento de 2007/2008, também no item que trata do crédito, traz *Crédito rural para a agropecuária*. Quanto a essa diferença, é importante ressaltar: a) de um ano para o outro, o crédito deixou de ser *rural* e passou a ser somente crédito; b) a palavra *agropecuária*, no Plano de 2007/2008, designava as atividades que receberiam o crédito, o que, no Plano 2008/2009, passa a ser designado pela expressão *Agricultura Empresarial*; c) no documento de 2007/2008, entre a Introdução e o item que trata do crédito, há um outro item que discorre sobre *A agropecuária brasileira como prioridade*, no entanto, mesmo sendo declarada como prioridade, a *agropecuária* passa a ser *agricultura empresarial* no documento do ano seguinte; d) no sumário de 2008/2009, a única vez em que essas atividades são designadas como agropecuária é no item que trata da *Minimização de Riscos Climáticos no*

Setor Agropecuário. Quando se relaciona ao crédito, quem recebe os recursos do Ministério é a *Agricultura Empresarial*, no entanto, quem causa riscos climáticos que precisam ser minimizados é o *Setor Agropecuário*. Isso nos mostra que já no sumário dos Planos, do mesmo Ministério, a luta é expressa e se instaura no uso de um signo em vez de outro para designar um ou outro sentido, conformando-se aos interesses que se quer defender e compondo padrões discursivos para consolidação das valorações.

Figura 28 – Sumário PAP 2007/2008 – MAPA



07 INTRODUÇÃO

11 A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA COMO PRIORIDADE

15 CRÉDITO RURAL PARA A AGROPECUÁRIA: R\$ 70 BILHÕES

35 INSTRUMENTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

49 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS NO SETOR AGROPECUÁRIO

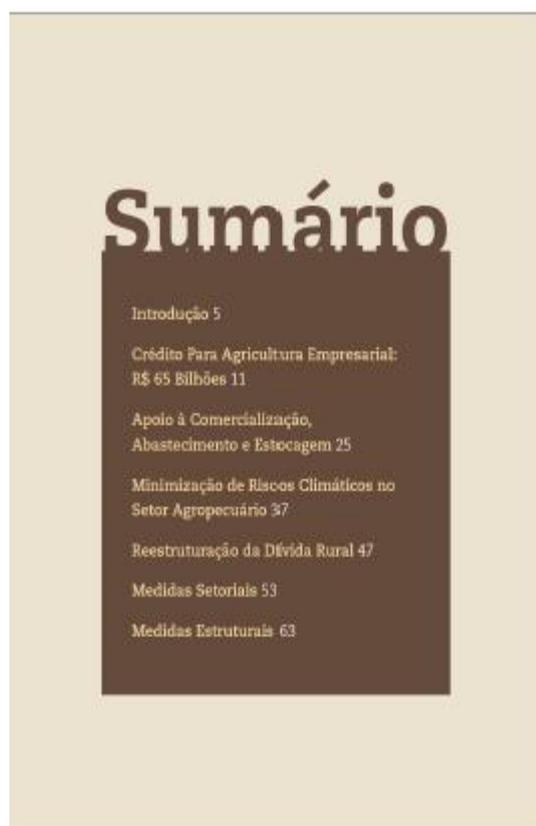
57 MEDIDAS DE APOIO EMERGENCIAL À AGROPECUÁRIA

63 PRIORIDADES ESTRUTURAIS

67 MEDIDAS SETORIAIS E REGIONAIS

Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 (MAPA, 2007).

Figura 29 – Sumário PAP 2008/2009 - MAPA



Sumário

Introdução 5

Crédito Para Agricultura Empresarial: R\$ 65 Bilhões 11

Apoio à Comercialização, Abastecimento e Estocagem 25

Minimização de Riscos Climáticos no Setor Agropecuário 37

Reestruturação da Dívida Rural 47

Medidas Setoriais 53

Medidas Estruturais 63

Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 (MAPA, 2008).

Na Introdução do Plano 2008/2009, já no primeiro parágrafo, as vozes das ideologias da competitividade global ressoam nas palavras do documento, quando ligam a produção agrícola e pecuária à sua contribuição para o crescimento da economia brasileira, posto que a competitividade global, assim como é pregada pelos agentes hegemônicos globais, vem sempre ligada aos signos *crescimento*, *desenvolvimento* e *produtividade*. Reproduzo aqui o trecho do documento: *O revigorado desempenho do setor agropecuário, atestado por safras recordes e acentuada expansão das exportações, tem dado importante contribuição para a retomada do crescimento da economia brasileira. Esse fato é percebido, especialmente, no*

atual cenário econômico internacional que, mesmo com seus efeitos adversos, tem perspectivas favoráveis em relação ao mercado agrícola mundial e às possibilidades de expansão do agronegócio brasileiro nos mercados interno e externo” (p.7).

As vozes dos discursos da competitividade vão sendo refletidas e refratadas ao longo de todo o documento. Por meio da palavra “competitividade”, aparece somente duas vezes, nas sentenças *Finalidade do crédito: aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização* (p.21) [justificando os recursos para financiamento do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – Prodecoop] e ao descrever as *ações para o Agronegócio do Café*, no trecho [o Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira] *destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas e incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão-de-obra e promoção e marketing dos Cafés do Brasil nos mercados interno e externo* (p.58). Nos dois casos, a palavra *competitividade* aparece junto a verbos como *aumentar* e *incentivar*, o que corrobora a afirmação de que esta é uma característica que ora opera como justificativa, ora como alvo; nos casos descritos acima, a competitividade é, simultaneamente, justificativa e alvo, visto que o crédito e o Programa são justificados por ela e também expressam a necessidade de se buscar aumentá-la e incentivá-la.

Contudo, além das duas ocorrências da palavra *competitividade*, o adjetivo *competitivo* também compõe o discurso do PAP em dois momentos, quando afirma que *o agronegócio brasileiro é um dos mais competitivos do mundo e tem a seu favor fatores como a natureza, a tecnologia de produtos, altos índices de produtividade e ampla disponibilidade de terra para cultivo* (p.65); e ao tratar da questão do transporte da safra: *Concluídas as obras da Ferrovia Norte-Sul, os produtores agrícolas do Tocantins, do Sul do Maranhão, do Leste do Mato Grosso e do Oeste da Bahia terão a alternativa de escolher o modal de transporte mais competitivo, ou utilizar o transporte multimodal, para embarcar o produto pelos portos da região Centro-Norte* (p.66). No primeiro trecho, há a afirmação de que o Brasil está entre os países mais competitivos no que diz respeito ao agronegócio; no segundo, há a indicação de que os produtores agrícolas de algumas regiões poderão optar por um transporte mais competitivo. Mesmo o adjetivo *competitivo*, no documento, também expressa a necessidade de se atingirem maiores níveis de competitividade e carrega sentidos de que é vantajoso ser competitivo.

Ainda há as vozes das ideologias da competitividade mesmo sem o emprego específico desse signo. É possível auscultar essas vozes quando colocamos o PAP em relação com os Relatórios do Fórum Econômico Mundial, especialmente se recorrermos aos doze pilares da competitividade, estabelecidos por esse agente para classificar os países. Nesse exercício de ausculta, estão presentes o primeiro pilar [*Instituições*], quando olhamos para a própria ação de elaboração do Plano Agrícola, que é uma ação da instituição brasileira à qual compete as atividades relativas à agricultura e à pecuária em larga escala – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o segundo pilar [*Infraestrutura*], por exemplo, no trecho em que o documento afirma que uma de suas contribuições é *atenuar os efeitos negativos das deficiências de infraestrutura e das atividades climáticas* (p.7); o terceiro pilar [*Ambiente macroeconômico*], no trecho [...] *esse plano busca aprimorar os instrumentos de política agrícola em sintonia com os mercados agrícolas interno externo e com o cenário macroeconômico* (p.7). Nesse trecho, há também o diálogo com o primeiro pilar [*Instituições*], por conta da formulação de políticas agrícolas, com o sexto pilar [*Eficiência do mercado de produtos*] e com o décimo pilar [*Tamanho do mercado*]. Além disso, o discurso da sustentabilidade é bastante recorrente ao longo de todo o documento.

Outro ponto do qual quero tratar aqui diz respeito às palavras e expressões empregadas para designar as atividades agrícolas e pecuárias: *setor agropecuário, agronegócio, produção de grãos, setor produtivo, atividades agropecuárias, agropecuária, agricultura empresarial, produção agropecuária, produção e comercialização de alimentos*. Todas essas expressões foram empregadas somente no texto de Introdução do Plano. O que foi anunciado já no sumário referia-se a essas atividades como *Agricultura Empresarial*. O adjetivo *empresarial* dá ao substantivo *agricultura* tons de formalização e de inserção da atividade no cenário econômico. O crédito de R\$65 bilhões é, portanto, destinado à agricultura em larga escala, formal, empresarial. Contudo, todas as outras expressões empregadas para tratar das atividades agrícolas contribuem para minimizar esse tom *empresarial* do agronegócio; à medida que todas essas palavras compõem o setor ao qual se destinam R\$65 bilhões dos cofres públicos, o processo de tentativa de enfraquecimento das tensões constitutivas dos signos *agronegócio* e *agricultura* vai ganhando força⁷⁹. Isso porque se se instaura a noção de que todas essas expressões referem-se à produção agrícola e pecuária no Brasil de um modo

⁷⁹ Neste Plano Agrícola e Pecuário, a palavra *agronegócio* foi empregada 22 vezes, uma delas acompanhada dos adjetivos *responsável* e *sustentável*. Já a palavra *agricultura* foi empregada 2 vezes sem nenhum adjetivo e em outros momentos com os adjetivos *irrigada* (1 vez), *orgânica* (1 vez), *familiar* (4 vezes), *empresarial* (5 vezes), além de 5 vezes em que foi empregada adicionada ao substantivo *pecuária*.

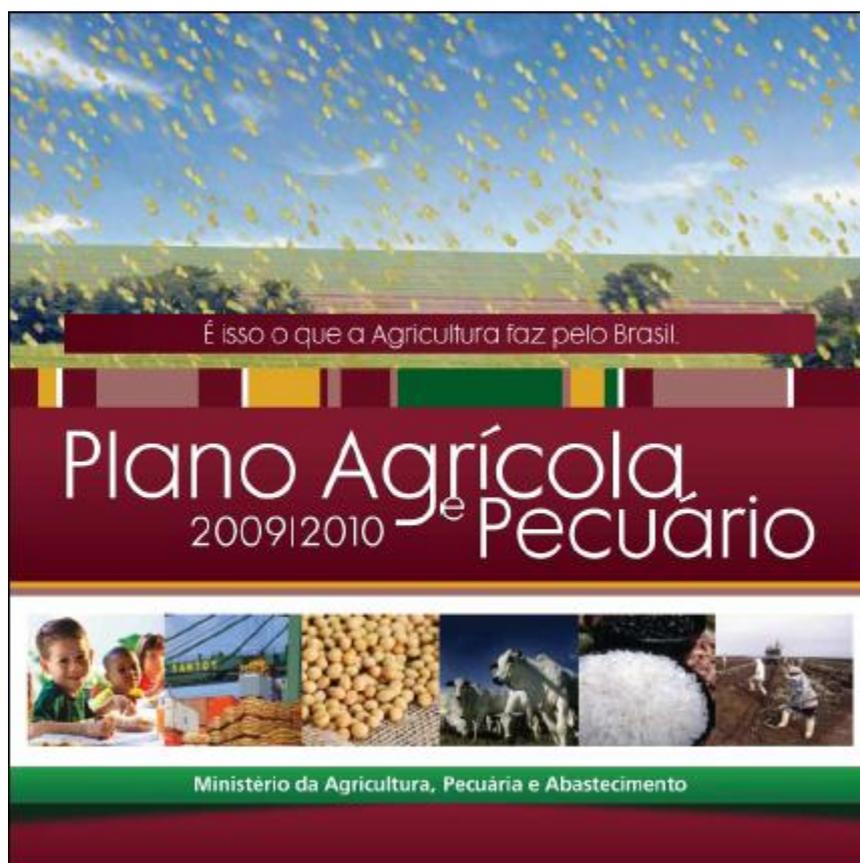
geral, não fica clara a divisão entre agronegócio e agricultura familiar, por exemplo. No entanto, o próprio Plano declara essa cisão no ponto que trata do crédito: *A oferta para a agricultura empresarial, nesta safra, é de R\$65 bilhões, 12% a mais do que o previsto para a safra anterior, além dos R\$13 bilhões para a agricultura familiar* (p.13). Aqui, há a separação entre as duas frentes de atividade de produção agrícola, contudo, em vez do emprego do signo *agronegócio*, o texto traz a expressão *agricultura empresarial* contrapondo-se à *agricultura familiar*. Outro ponto que demonstra qual a ênfase das políticas para a agricultura no Brasil é o próprio valor destinado a cada atividade: a agricultura empresarial recebeu na safra 2008/2009 R\$52 bilhões a mais que a agricultura familiar.

A constância do uso de todas essas expressões como se fossem sinônimos vai entrando no horizonte cognoscitivo dos grupos sociais e vai modificando gradualmente as valorações que se atribuem a um ou a outro signo. Esse processo complexo e dinâmico instaura as tentativas de aparar as arestas constituintes dos diferentes interesses de classe que fazem parte da esfera de atividade agrícola brasileira. E o signo *competitividade*, bem como suas vozes e fios ideológicos, compõem toda essa trama de relações, ora como justificativa, ora como alvo, via discursos globais hegemônicos e hegemonzantes.

3.2.10 Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010

Com uma chuva de grãos sobre uma paisagem no campo, o Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 apresenta na capa outras seis imagens: crianças se alimentando, sacas de grãos no Porto (remetendo à exportação), soja, gado, panelas com arroz e feijão, trabalhadores no campo. E, sobre tudo isso, os dizeres: *É isso o que a Agricultura faz pelo Brasil* (Figura 30).

Figura 30 – Capa do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 – MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2009).

Os signos imagéticos e os signos verbais constituem os sentidos de que as atividades agrícolas e pecuárias pelas quais é responsável o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento alimentam o povo brasileiro (as imagens de crianças se alimentando e das panelas com comida mostram isso), geram emprego e renda (os trabalhadores no campo remetem a esse sentido) e ainda são capazes de produzir em quantidades para exportação, o que fortalece o papel do Brasil no cenário econômico mundial (na capa do Plano, as imagens dos grãos e das sacas no Porto permitem a construção dessa compreensão). Além disso, o texto escrito na Introdução do documento também reforça o que o setor faz pelo país: contribui *para atenuar os efeitos da crise financeira internacional*, em função de sua *performance ascendente* (vale reforçar que o segundo semestre do ano de 2008, ano anterior à publicação deste Plano, foi o período em que uma forte crise financeira atingiu a economia mundial).

O fato de o texto do documento ressaltar que o setor contribuiu para atenuar os efeitos dessa crise justifica o aumento de 37% em relação ao orçamento do ano-safra anterior: R\$107,5 bilhões no total para o setor, sendo que *R\$92 bilhões apoiam a agricultura comercial e R\$15*

bilhões destinam-se à agricultura familiar. Além da diferença dos valores destinados a cada frente do setor agrícola brasileiro, novamente, o signo *agronegócio* não foi empregado na destinação dos recursos financeiros. Neste Plano, o signo *agronegócio* deu lugar à *agricultura comercial*, o que, no documento anterior, havia sido designado por *agricultura empresarial*. Mais uma vez, evitou-se a contraposição *agronegócio* x *agricultura familiar*, o que faz parte do mesmo processo de enfraquecimento das diferenças e das lutas entre essas duas frentes da esfera de atividade agrícola brasileira. Ao signo *agricultura comercial* alia-se a expressão *médio produtor rural*, cujo incentivo está entre as principais metas da safra 2009/2010. E ao médio produtor rural alia-se a *agricultura sustentável* e o *cooperativismo*.

Ainda no texto da Introdução, o signo *agronegócio* é mais uma vez suprimido na sigla Produsa, que no documento é explicado como um programa *que estimula a recuperação de áreas degradadas (incluindo pastagens) e ações voltadas à implementação da agropecuária sustentável* e que *vai continuar beneficiando produtores rurais*. Contudo, no corpo do documento, no trecho que trata do Programa, a sigla Produsa explica a que se destina: trata-se de um *programa de incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio*. Nesse trecho, então, é possível compreender que os valores destinados a esse programa não são destinados às atividades agrícolas em geral, mas especificamente ao agronegócio, palavra esta que foi evitada no texto introdutório do documento do Ministério. O movimento de evitar o uso do signo *agronegócio* constitui um processo de uso de outras expressões mais genéricas para designar a produção agrícola e pecuária em larga escala com foco na exportação de *commodities*. Tanto, que ao longo de todo o documento, composto por 56 páginas, a palavra *agronegócio* aparece somente três vezes – uma vez na Missão do Ministério⁸⁰, estampada na capa do Plano, e duas vezes no trecho que trata do Produsa⁸¹. No texto da Introdução, no entanto, esse signo não aparece.

Em relação aos recursos destinados ao crédito, que no Plano de 2008/2009 aparecia como *Crédito para Agricultura Empresarial* e no Plano 2007/2008 como *Crédito Rural para a Agropecuária*, no Plano 2009/2010 aparece somente como *Crédito Rural*. Nenhum dos sumários aponta o crédito ligado ao signo *agronegócio*. Neste último Plano, com foco no

⁸⁰ *Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.*

⁸¹ *Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio: O Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) visa estimular a recuperação de áreas destinadas à produção agropecuária mas que, embora ainda sejam produtivas, oferecem desempenho abaixo da média devido à deterioração física ou de fertilidade do solo (p.18).*

apoio ao médio agricultor, ao cooperativismo e ao desenvolvimento sustentável, são destinados recursos públicos a 8 programas: MODERINFRA⁸², MODERAGRO⁸³, PROPFLORA⁸⁴, PRODUSA⁸⁵, PRODECCOP⁸⁶, MODERFROTA⁸⁷, PROGER-RURAL⁸⁸, PROCAP-AGRO⁸⁹.

Irrigação, armazenagem, modernização, capitalização, desenvolvimento, plantio comercial, produção sustentável, competitividade do agronegócio, incentivo, geração de emprego e renda, agregação de valor são todos termos em torno dos quais se constrói uma univocidade, uma generalidade, uma prosaicidade. Esses termos estão no PAP 2009/2010 fazendo com que a cadeia de sentidos globais do capitalismo vá se fortalecendo também na esfera agrícola brasileira e fazendo circular sentidos de forma que se construam consensos em relação ao modo de se organizar a agricultura e a pecuária no Brasil.

A cadeia de consensos se constitui de termos que “têm livre circulação nos canais de comunicação global e estão na base da obtenção do consenso funcional à reprodução do idêntico” (PONZIO, 2010, p 138-139). A reprodução do sentido de que o setor agrícola brasileiro que produz em larga escala contribui para atenuar os efeitos da crise financeira mundial – que tão gravemente atingiu outros países – é um dos argumentos que se sustenta como justo e lógico e quase óbvio que se direcionem bilhões de reais dos cofres públicos para incentivar, capitalizar, modernizar, desenvolver esse setor, tudo isso objetivando sua competitividade *em benefício da sociedade brasileira*. A criação desses programas, por exemplo, entre outras ações, todos anunciados pelo PAP, é um dos elos entre essa cadeia de consenso funcionais à reprodução de um modo de organização das atividades agrícolas e pecuárias atendendo aos ditames do capitalismo neoliberal, reproduzindo, também, valores globais. E toda essa dinâmica vem se reproduzindo nos Planos Agrícolas, importantes instrumentos de circulação das ideologias da competitividade na agricultura globalizada.

⁸² Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem.

⁸³ Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais.

⁸⁴ Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas.

⁸⁵ Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio.

⁸⁶ Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária.

⁸⁷ Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras.

⁸⁸ Programa de Geração de Emprego e Renda.

⁸⁹ Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária.

3.2.11 Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011

Neste Plano, num exercício de ausculta das vozes da competitividade global nos documentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dispensei especial atenção ao diálogo do texto do PAP com os Relatórios Globais de Competitividade publicados pelo Fórum Econômico Mundial no que diz respeito ao segundo pilar da competitividade entre os doze estabelecidos pelo Fórum – o pilar da *Infraestrutura*. No texto dos Relatórios, esse agente declara que *uma infraestrutura extensiva e eficiente é crucial para garantir um funcionamento efetivo da economia, bem como um importante fator determinante da localização da atividade econômica e dos tipos de atividades e setores que podem ser desenvolvidos num país* (p.5). As palavras desse agente global, mesmo sem empregar diretamente o signo *competitividade*, estão prenhes de seus sentidos. Ao afirmar a necessidade de que a infraestrutura seja eficiente, o Fórum estabelece padrões e níveis globais de funcionamento da estrutura de um país para, a partir disso, determinar quais atividades e quais setores devem ser desenvolvidos num país para que este seja mais ou menos competitivo, atendendo às demandas globais do capitalismo neoliberal.

Em Planos anteriores, há também medidas previstas para atender questões infraestruturais, principalmente no que diz respeito à armazenagem, transporte e logística. Essas questões estão diretamente ligadas aos custos dos produtos e se relacionam, portanto, à competitividade deles. A partir do PAP 2009/2010, há já no sumário do documento um item que trata especificamente das medidas para a infraestrutura. Em relação à safra 2010/2011, O Plano Agrícola e Pecuário justifica a atenção dispensada à agricultura: *o avanço alcançado pela agropecuária brasileira tem exigido, cada vez mais, atenção em relação aos aspectos da infraestrutura disponível para o escoamento das safras e a internalização de insumos* (p.40). Para que a produção agrícola e pecuária possa funcionar efetivamente, a infraestrutura deve ser extensiva e eficiente. Para tanto, o Plano anuncia medidas relativas à logística e transportes e a projetos de agilização de documentação, com o objetivo de sanar alguns problemas e incentivar algumas ações. Medidas e obras como as eclusas de Tucuruí no Rio Tocantins e a consolidação do Corredor Centro-Norte de Exportação diminuem *em até nove dias, o tempo de navegação rumo aos mercados compradores, refletindo positivamente na competitividade dos produtos, na renda auferida pelo produtor e no desenvolvimento da região, que participa com 30% da produção brasileira de grãos destinados à exportação* (p.40). Todas essas medidas refletem e refratam as vozes da competitividade neoliberal,

alimentando a agricultura globalizada no Brasil.

No que diz respeito a outras refrações das vozes da competitividade global no Plano do Ministério, elas seguem os mesmos padrões discursivos, evitando o uso do signo *agronegócio*, afirmando a contribuição do setor agropecuário brasileiro para sua consolidação no cenário econômico mundial, e justificando as ações e medidas por ele propostas em nome da competitividade e das exigências mercadológicas do cenário global.

3.2.12 Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012

Os Planos Agrícolas e Pecuários vêm, em seu conjunto, reproduzindo o consenso de que o Brasil tem conquistado cada vez mais espaço por meio das atividades da esfera agrícola. A primeira afirmação do PAP 2011/2012 reforça esse consenso: *O Brasil mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta* (p.7). Para compreender como esse consenso vem sendo construído e reproduzido pelos discursos desses documentos, levantei aqui as afirmações de outros Planos:

Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004: apoio integral aos produtores rurais para assegurar a modernização e desenvolvimento do segmento econômico que mais cresce no Brasil (PAP 2003/2004, p.7).

O Plano Agrícola e Pecuário 2004-05 representa o reconhecimento do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a importância da agricultura e do agronegócio para o País (PAP 2004/2005).

No Plano 2005/2006, há toda uma construção argumentativa para justificar o não-crescimento da produção do setor (conforme pode ser visto na Figura 25, analisada anteriormente). Com uma série de explicações e análises da conjuntura que levou o setor do agronegócio a não atingir suas metas previstas, o Plano anuncia as medidas para auxiliar o setor a se recuperar: *As medidas adotadas no PAP 2005-06, resumidas neste documento, indicam que o Governo está atento às necessidades do setor e que as inovações promovidas nos planos recentes estão realmente indo ao encontro das demandas da moderna agropecuária brasileira* (PAP 2005/2006, p.6).

O campo tem um desafio: voltar a ser a locomotiva da economia e grande gerador de empregos, manter expressivos saldos na balança comercial e continuar promovendo a interiorização do desenvolvimento e a inclusão social (PAP 2006/2007, p.3).

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2007/2008 dá continuidade ao compromisso do Governo Lula de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, expansão das exportações e geração de emprego, renda, divisas e energia (PAP 2007/2008, p.9).

O revigorado desempenho do setor agropecuário, atestado por safras recordes e acentuada expansão das exportações, tem dado importante contribuição para a retomada do crescimento da economia brasileira. Esse fato é percebido, especialmente, no atual cenário econômico internacional que, mesmo com seus efeitos adversos, tem perspectivas favoráveis em relação ao mercado agrícola mundial e às possibilidades de expansão do agronegócio brasileiro nos mercados interno e externo (PAP 2008/2009, p.7).

A performance ascendente do setor agropecuário brasileiro ao longo das últimas décadas contribuiu para atenuar os efeitos da crise financeira internacional (PAP 2009/2010, p.6).

No Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apresenta metas e ações que confirmam e reforçam a vocação da produção rural brasileira de conjugar crescimento econômico, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente (PAP 2010/2011, p.6).

O Brasil já é um dos principais fornecedores de proteínas no mercado internacional de alimentos, destinando o excedente de sua produção a 215 destinos do globo (PAP 2011/2012, p.7).

Ao iniciar o ano agrícola 2012/2013 com a produção de grãos da safra 2011/2012 se situando em 161,2 milhões de toneladas, o setor agropecuário permanece contribuindo decisivamente para que o Brasil se consolide como um dos principais produtores mundiais de alimentos, garantindo abastecimento interno e aumentando a participação no comércio internacional. Esse resultado revela a robustez da agricultura brasileira e sua capacidade de enfrentar adversidades e responder aos seus desafios (PAP 2012/2013, p.7).

As severas adversidades climáticas que atingiram importantes regiões produtoras do país não impediram que fosse alcançado novo recorde na produção de grãos, estimada em 184,1 milhões de toneladas, 10,8% acima do obtido na safra 2011/12. Esse desempenho, baseado em ganhos de produtividade (4,2%) e secundariamente na expansão na área plantada (6,2%), reafirma a pujança da agricultura brasileira e o empreendedorismo do produtor rural, assegurando o fiel cumprimento das funções tradicionais da agricultura de maneira econômica e ambientalmente sustentável. Estas consistem em assegurar adequado abastecimento do mercado interno, contribuir para o superávit da balança comercial e para a geração de energia, além da criação de emprego e renda (PAP 2013/2014).

A agricultura brasileira tem crescido de forma sustentável, fortemente ancorada em aumentos crescentes de produtividade, em políticas públicas adequadas e no empreendedorismo do produtor rural, expandindo e consolidando, cada vez mais, a integração econômica regional e as áreas de fronteira agrícola (PAP 2014/2015, p.1).

Segmento econômico que mais cresce no Brasil, importância da agricultura e do agronegócio para o país, locomotiva da economia, grande gerador de empregos, promotor da interiorização do desenvolvimento e a inclusão social, gerador de emprego, renda, divisas e energia, responsável pelo abastecimento interno, aquele que contribui para atenuar os efeitos da crise financeira internacional, vocação da produção rural brasileira de conjugar crescimento econômico, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, o que contribui decisivamente para que o Brasil se consolide como um dos principais produtores mundiais de alimentos, o que aumenta a participação no comércio internacional, a robustez da agricultura brasileira e sua capacidade de enfrentar adversidades e responder aos seus desafios, a pujança da agricultura brasileira, o que promove a integração econômica regional e as áreas de fronteira agrícola: todos esses termos vão construindo um consenso que é funcional à consolidação da vocação brasileira para a produção agrícola e pecuária em larga escala. Esse processo constitui o lugar-comum de que o agronegócio é grande gerador de emprego, de renda, de divisas, de energia; é o nosso dom. Um lugar-comum que vai, por meio da repetição de seu padrão discursivo, tornando-se um discurso hegemônico. Com base e por meio desses termos “[...] e dos lugares-comuns do discurso dominante funcional, são construídas argumentações com as quais se obtém facilmente o consenso a conclusões que resultam tão óbvias, previsíveis e indiscutíveis, contribuindo, por sua vez, para a ampliação e o incremento dos lugares-comuns do discurso” (PONZIO, 2010, p.139).

A dinâmica que se constrói discursivamente constitui a naturalização da organização da esfera agrícola em conformidade com o espírito da época globalizada neoliberal, resultando em obviedades e previsibilidade das ações da esfera agrícola brasileira, promovendo a agricultura globalizada. Se todos adotamos como inquestionável e indiscutível esse discurso hegemônico global e essa forma de organização social, torna-se também inquestionável, indiscutível e até previsível que sejam destinados *R\$107,2 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial*, conforme o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 anuncia, e pouco mais de R\$15 bilhões para a agricultura familiar. E se torna igualmente indiscutível e óbvio que *o resultado dessa atenção especial ao campo é mais riqueza para o País, geração de empregos, uso de melhores tecnologias, respeito à sociobiodiversidade e melhores condições para os agricultores de médio porte e para todo o setor rural brasileiro* (PAP 2011/2012, p.6). E é também óbvio e inquestionável, como se não houvesse outra alternativa, que *todas essas ações buscam consolidar o protagonismo do Brasil no mercado mundial de alimentos, ampliando cada vez mais os ganhos de eficiência e sustentabilidade da produção agropecuária* (PAP 2011/2012, p.10).

Essa identidade que vai se criando sobre o agronegócio brasileiro consolida-se ao mesmo tempo em que se consolida a indiscutibilidade e a inquestionabilidade da necessidade de se buscar a competitividade do setor agrícola em nome da identidade discursivamente construída e cuja repetição e constância mantém justificadas todas as ações globais materializadas nos documentos e no território brasileiro. À medida que se naturaliza o consenso de que *o Brasil é o país do agronegócio*, é preciso e justo que se direcionem todos os esforços possíveis para garantir sua manutenção, seu fortalecimento e sua reprodução, já que *a crescente escalada da atividade agropecuária no Brasil amplia, a cada ano, os números da produção, assegura o abastecimento interno e contribui significativamente com o fornecimento de alimentos em escala mundial, mediante a exportação dos excedentes. Isso coloca o País entre os principais fornecedores de produtos agrícolas, consolidando sua importância no cenário econômico global* (PAP 2011/2012, p.72); é inquestionável, portanto, que *o avanço alcançado pelo setor agropecuário requer, em contrapartida, investimentos em infraestrutura de transporte que possibilite um custo logístico mais competitivo nos processos de escoamento das safras e na internalização de insumos* (PAP 2011/2012, p.72).

Assim, ampliar rodovias, ferrovias, hidrovias, bem como ampliar e modernizar os portos e a organização dos processos logísticos são ações absolutamente *necessárias* no conjunto de

esforços para garantir a competitividade do setor agrícola, o que corrobora o discurso do Fórum Econômico Mundial, quando afirma que *uma infraestrutura bem desenvolvida reduz o efeito da distância entre regiões, integrando o mercado nacional e conectando a um baixo custo a mercados em outros países e regiões* (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2013, p.5). Além disso, *modos efetivos de transporte – incluindo qualidade de rodovias, ferrovias, portos e transporte aéreo – habilita empresários a fornecer seus produtos e serviços ao mercado de forma segura e em tempo oportuno e facilita o movimento de trabalhadores para os postos de trabalho mais adequados* (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2013, p.5).

Os consensos, os lugares-comuns são materializados nesses discursos hegemônicos e hegemonzantes que reproduzem globalmente os sentidos de que é preciso investir, apoiar, facilitar, liberalizar, flexibilizar todo o conjunto de políticas, de recursos, de ações, em nome da competitividade, posto que todo esse conjunto vai garantir a continuidade da *robustez* e da *pujança* do agronegócio brasileiro.

3.2.13 Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013

Anunciando recursos de R\$115,25 bilhões (um aumento de 7,5% em relação à safra anterior), o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, *objetivando assegurar aos produtores rurais as condições necessárias à contínua expansão de suas atividades, com maior eficiência e competitividade [...] readequa e intensifica medidas de apoio ao setor agropecuário* (p.6). Para compreender o papel desse e de outros Planos na cadeia de sentidos que se constrói globalmente, é importante salientar os verbos escolhidos para compor o texto do documento. No trecho supracitado, aparecem *assegurar*, *readequar* e *intensificar*. O primeiro dos verbos refere-se às *condições necessárias à contínua expansão* das atividades agrícolas no Brasil, *com maior eficiência e competitividade*; os dois últimos verbos referem-se a *medidas de apoio ao setor agropecuário*. Nessa construção discursiva, a competitividade e a eficiência das atividades agrícolas regem a garantia de condições, bem como a readequação de medidas para atender essa demanda global.

O texto da Introdução do Plano 2012/2013 ainda utiliza verbos como *garantir*, *implementar*, *melhorar*, *ampliar*, *incentivar*, *fortalecer* entre seus objetivos. Esses verbos, bem como toda a sua carga semântica e sua materialidade sócio-histórica, vão imprimindo sentidos de importância às atividades agrícolas, de forma a justificar a necessidade de incentivar, melhorar,

ampliar, fortalecer o setor, assegurando-lhe, para tanto, maior eficiência e competitividade; isso também constitui uma valoração positiva à busca pela competitividade, instaurando um papel de fiador ao Plano Agrícola e Pecuário, capaz de e responsável por garantir e assegurar que necessidades globalmente construídas sejam executadas localmente em território brasileiro.

No item 2 do Plano, intitulado *Panorama do Agronegócio Brasileiro*, o texto constrói toda uma argumentação orientada para reforçar o papel do agronegócio na superação dos efeitos de crises econômicas e da contribuição do setor para o desenvolvimento econômico do Brasil. Um dos dados apresentados pelo documento para sustentar essa posição é que *a produtividade total dos fatores de produção – um indicador de competitividade – cresceu acentuadamente nos países em desenvolvimento, principalmente nos emergentes, dentre os quais o Brasil se destaca* (p.12). A competitividade, medida segundo os níveis estabelecidos pelos grandes agentes hegemônicos, pauta a argumentação e também as ações e medidas anunciadas pelo Plano. O discurso competitivo hegemônico vai constituindo-se como funcional à reprodução de consensos globais na esfera agrícola brasileira.

A cadeia de valores globais vai se formando e se fortalecendo num ciclo contínuo. Ao mesmo tempo em que discursos hegemônicos globais ditam medidas, ações e políticas a serem adotadas globalmente, os *resultados* dessas ações vão também justificando novas políticas e novas medidas para que se alcancem resultados ainda melhores de acordo com as ideologias da competitividade neoliberal. O bom desempenho histórico do Brasil no que diz respeito à produção e exportação agrícola, no Plano representado com uma tabela de *ranking* mundial, é o que justifica, segundo o Ministério, os esforços despendidos para o fortalecimento do setor: *Sensível à importância dessa contribuição, a política agrícola brasileira foi profundamente reformulada nos anos 1990, como parte de um amplo programa de ajustamento da economia brasileira, e tem sido sucessivamente aprimorada para garantir níveis adequados de apoio ao produtor rural, principalmente por meio das políticas de apoio à comercialização, seguro rural e de crédito rural, cuja oferta de recursos com taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado tem sido crescente em relação ao aumento da produção, em termos físicos e monetários* (p.16). A contribuição histórica da produtividade do agronegócio para a *crescente inserção brasileira no mercado internacional, em benefício da sustentação da renda dos produtores rurais e do crescimento da economia* gerou uma profunda reformulação da política agrícola brasileira dos anos 1990, década em que há uma intensificação dos processos da

Globalização; essa reformulação é parte *de um amplo programa de ajustamento da economia brasileira*: aqui, há o elo entre a economia brasileira, que reformula sua política agrícola, e a política agrícola global – a economia brasileira se ajusta às necessidades e demandas econômicas globais.

Os *rankings* publicados pelos agentes hegemônicos e seus Relatórios Anuais vão ditando os padrões aos quais os países vão se *ajustando*, (re)formulando políticas. Os documentos oficiais, como os Planos Agrícolas e Pecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, refletem e refratam os discursos hegemônicos dos grandes agentes globais, revelando, via palavra, as vozes da competitividade no discurso da agricultura brasileira globalizada.

3.2.14 Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014

O Plano Agrícola e Pecuário referente à safra 2013/2014 continua o processo de afirmação das atividades agrícolas brasileiras na relação com o crescimento do nosso país no cenário econômico mundial. Reafirmando recordes na produção de grãos, a *pujança da agricultura brasileira e o empreendedorismo do produtor rural*, o documento sustenta o discurso de que vale a pena valorizar o setor do agronegócio brasileiro, uma vez que este tem correspondido às demandas globais: *A crescente inserção do Brasil no mercado agrícola internacional, se destacando como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários, revela sua capacidade de responder às oportunidades ditadas pela crescente demanda por alimentos, impulsionada principalmente pelo aumento de renda dos países emergentes e em desenvolvimento.*

E nesse Plano, as vozes de agentes hegemônicos globais – A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) são evocadas para dar ainda mais sustentação ao consenso de que o Brasil tem posição de destaque no setor agrícola em nível mundial: *Estudos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apontam crescimentos, entre 15% e 40%, na demanda mundial por diversos tipos de alimentos no período entre 2007/09 e 2019. A maior parte desse incremento de consumo ocorrerá nos países em desenvolvimento. Ainda segundo esses estudos, o Brasil deverá ser um dos principais países a expandir sua produção e*

exportações de modo a atender a maior parte desse aumento. Essas vozes ecoam a importância do Brasil no papel de produtor de alimentos para atender o crescimento da demanda mundial.

A essas demandas o Plano Agrícola e Pecuário liga as atividades do “agronegócio” brasileiro. E, para tanto, o documento ainda vai reforçando o diálogo com as vozes hegemônicas globais, especialmente as vozes do Fórum Econômico Mundial, no que diz respeito aos pilares da competitividade global: *Essas perspectivas representam, simultaneamente, uma oportunidade e um desafio ao agronegócio brasileiro. Para continuarmos expandindo a produção e as exportações agropecuárias, e consolidar a posição de liderança do país no mercado agrícola internacional, faz-se necessário intensificar os esforços conjuntos dos produtores rurais e do governo, cujas políticas públicas devem assegurar níveis adequados de apoio e contribuir para a melhoria das condições de logística e de infraestrutura* – nesse trecho, há uma relação forte com o pilar das “Instituições” [1º pilar], no que diz respeito à intensificação dos esforços do governo junto aos produtores rurais para elaborar políticas que sejam capazes de assegurar os níveis de apoio à consolidação da posição de liderança do Brasil no mercado agrícola internacional; no mesmo trecho, ainda aparece o pilar da *Infraestrutura* [2º pilar], no que se refere às garantias das condições de logística e infraestrutura do setor.

O diálogo com o discurso da competitividade produzido pelo Fórum Econômico Mundial também se constrói em outros trechos do Plano Agrícola: *Esse é o propósito da política agrícola, implementada por meio de seus instrumentos, cujas medidas consubstanciadas no Plano Agrícola e Pecuário são persistentemente revistas, adequando-as ao cenário macroeconômico e ao comportamento dos mercados interno e externo* [3º pilar – *Ambiente Macroeconômico* – e 10º pilar – *Tamanho do Mercado*]. As medidas que tratam de *controle inflacionário, financiamentos, reduções adicionais de taxas de juros, ampliação dos limites de crédito, capitalização*, por exemplo, são medidas que se relacionam com o 8º pilar [*Desenvolvimento do Mercado Financeiro*]; a *incorporação de novas tecnologias* ao setor agropecuário, a *modernização*, a criação do *Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – Inovagro*, ligam-se ao 12º pilar [*Inovação*] e ao 9º pilar [*Prontidão Tecnológica*].

Todas essas medidas juntas dialogam com o 6º pilar [*Eficiência do mercado de produtos*] e toda essa rede de apoio se justifica no Plano em nome da competitividade: *A ampliação do*

apoio a estes segmentos se destaca como decisão estratégica para a próxima safra com o objetivo de ampliar a área irrigada e a capacidade de armazenagem do país, desonerando, assim, os custos de produção, com ganhos de eficiência e de competitividade do setor agropecuário. As decisões estratégicas, o planejamento e o uso estratégico do território brasileiro, os discursos estratégicos para construir o espírito da agricultura competitiva brasileira, uma agricultura eficiente, mais produtiva, mais competitiva, cada vez mais entrelaçada e interpenetrada com o modo neoliberal de organizar o mundo e as atividades econômicas dos diferentes países. Essas são algumas das vozes hegemônicas globais que vão constituindo o espírito da agricultura brasileira globalizada. Um espírito cuja concretude se dá via palavra, fenômeno ideológico por excelência. Os sentidos que aqui proponho não foram construídos de forma direta ou mecanicista, mas são frutos de um exercício de ausculta que tem perpassado documentos de vários agentes hegemônicos globais e vários documentos do Ministério brasileiro; esse exercício de ausculta me permitiu descobrir e construir esses sentidos pelo cotejamento desses textos e pelo entrecruzamento dessas vozes todas para expressar como as ideologias da Globalização, via discurso da competitividade, constituem os discursos da esfera agrícola brasileira.

3.2.15 Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015

Até o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2013, a *Missão* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vinha estampada na capa ou na Folha de Rosto dos documentos (Figura 30). A partir do Plano da safra 2012/2013, a *Missão* do Ministério deixou de ser estampada no documento. Já no PAP 2014/2015, além da ausência da *Missão*, há o acréscimo da logomarca do Governo Federal brasileiro⁹⁰ na capa do documento, em sua parte superior. Essa logomarca⁹¹ carrega os dizeres: *Brasil – país rico é país sem pobreza* (Figura 31). O ano de 2014 foi marcado, entre outras questões, pela realização das eleições presidenciais. A

⁹⁰ A nova marca do Governo Federal brasileiro foi apresentada no dia 10 de fevereiro de 2011 pela ministra-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR), Helena Chagas, no Palácio do Planalto. “Por meio do slogan ‘País rico é país sem pobreza’, o governo reafirma o compromisso firmado pela presidenta logo após vencer as eleições, que é dar prioridade à erradicação da miséria e redução da pobreza extrema no País. A concepção da marca foi solicitada pela Secom e é uma evolução da anterior. Ela foi criada e doada pelo diretor de arte Marcelo Kertész, que trabalha na equipe do publicitário João Santana. Não houve custo para o governo”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/02/governo-lanca-nova-logomarca-com-slogan-pais-rico-e-pais-sem-pobreza>. Acesso em 05/01/15, às 20h.

⁹¹ Essa logomarca do Governo Federal brasileiro foi apresentada em fevereiro de 2011, ano em que o Plano Agrícola e Pecuário imprimiu pela última vez até o momento a *Missão* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os documentos de 2012/2013 e 2013/2014 não estamparam a marca do Governo Federal, mas também não estamparam a *Missão* do MAPA.

impressão da marca do Governo Federal no documento do Ministério nesse ano pode remeter a uma intenção de marcar mais intensamente a presença de um governo preocupado com as questões sociais, mesmo no documento de um Ministério que vem sendo encabeçado pela bancada ruralista, num complexo jogo de concessões, que vem se dando desde a eleição do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, na pessoa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Figura 31 – Folha de Rosto do Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012- MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2011).

Figura 32 – Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 - MAPA



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2014).

No que diz respeito a como o discurso da Globalização, via discurso da competitividade, vem constituindo os documentos do Ministério da Agricultura brasileiro, a competitividade compõe o texto desse documento como um fator que tem garantido o fortalecimento das atividades agrícolas e pecuárias brasileiras no mundo: *No plano externo, a competitividade da agricultura brasileira tem assegurado a crescente inserção do país no mercado agrícola*

internacional, inclusive nos últimos anos, marcados por um cenário de crise em importantes países consumidores e redução no ritmo de crescimento da demanda mundial. E o Brasil se destaca cada vez mais como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários (p.01). Aqui, a competitividade – ou seja, toda uma articulação de políticas, medidas e ações para atender às demandas estabelecidas pelos agentes hegemônicos globais – é a responsável pelo crescimento da atuação do Brasil no mercado agrícola internacional. Tudo isso conjugado ao *empreendedorismo e a capacidade de resposta dos produtores rurais brasileiros aos estímulos oficiais e de mercado* possibilita compreender que todos os esforços já direcionados ao setor colocaram o nosso país em sua atual *posição de destaque* no mercado mundial, logo, é previsível que se acentuem esses esforços para permitir que o setor agropecuário tenha êxito *em manter seu bom desempenho nos mercados interno e externo, assegurando sua contribuição para a almejada aceleração do crescimento e da economia* (p.3). É o ciclo que se mantém: os discursos da competitividade global direcionam políticas e ações a serem desenvolvidas em escala nacional para atender aos ditames neoliberais e, ao passo que os resultados vão aparecendo, esses justificam mais recursos e novos esforços para o setor, constituindo discursivamente documentos que divulgam esses resultados em nome dos quais a competitividade vai se entrecruzando aos discursos da agricultura brasileira globalizada.

E o signo *competitividade* compõe ainda o documento do Ministério em vários outros momentos:

(1) *Embora esse fato [exposição dos produtores rurais à persistente elevação nos custos de produção], conjugado com as deficiências de infraestrutura e a defasagem cambial, tenha efeito negativo sobre a competitividade da agropecuária, esta tem se mantido elevada o suficiente para assegurar o bom desempenho externo do setor* (p.8).

(2) *O Objetivo é assegurar ao produtor rural a efetiva redução dos custos referentes à logística de escoamento das safras, aumentando, assim, a competitividade do agronegócio do país* (p.9).

(3) *A oferta crescente de recursos de investimento, sobretudo ao longo dos últimos anos, tem sido assegurada ao produtor rural como parte do esforço em contribuir para a continuidade dos ganhos de produtividade, competitividade, emprego e renda* (p.18).

(4) *Objetivo [do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária - Prodecoop]: incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização* (p.29).

(5) *A Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) é um sistema de produção baseado nas boas práticas agropecuárias que eleva os padrões de qualidade e competitividade dos produtos agropecuários ao patamar de excelência requerido pelos consumidores e é disponibilizado como um instrumento de apoio aos produtores para que possam atender mercados cada vez mais exigentes (p.60).*

(6) *Ganho de competitividade, maior capacidade para permanência nos mercados conquistados e acesso a mercados mais exigentes [uma das principais vantagens da adesão do produtor à PI Brasil e posterior uso do selo “Brasil Certificado – Agricultura de Qualidade”] (p.61).*

(7) *O grande compromisso da AP é proporcionar competitividade e sustentabilidade a todos os produtores do agronegócio brasileiro, sobretudo frente ao cenário de elevados custos dos insumos e da necessidade de redução dos impactos negativos ao ambiente (p.66).*

(8) *A Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária (CAPTA) desenvolve um ambiente favorável e inovador para o fomento à AP [Agricultura de Precisão] no país e leva as ferramentas e tecnologias utilizadas na AP para gerar competitividade e sustentabilidade adequadas ao agronegócio brasileiro, em benefício da sociedade brasileira (p.66).*

(9) *Atualmente estamos empenhados para a realização do levantamento estatístico do Setor, o qual, sem dúvida, será uma importante ferramenta para o governo no desenvolvimento de políticas públicas como a criação de linhas de crédito específicas para aquisição de equipamentos e assessórios tecnológicos que proporcionará maior desenvolvimento e competitividade ao produtor rural e aos setores ligados a AP (p.67).*

(10) *Tais ocorrências [oportunidades nos melhores mercados de amêndoas e chocolates do mundo por meio de vendas e incorporações de indústrias seculares no ramo] demonstram a possibilidade de competitividade deste ramo industrial de grande importância para o fortalecimento do parque industrial moageiro de cacau no Brasil (p.80).*

(11) *Muito do trabalho junto a OMC tem a ver com os temas SPS [Temas Sanitários e Fitossanitários], sobre os quais o MAPA continuará a priorizar o trabalho junto ao Comitê sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS) buscando a preservação e utilização das regras do Acordo, com o objetivo de garantir o acesso e manutenção de mercados e promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do Agronegócio (p.86).*

(12) *As Câmaras Setoriais e Temáticas contribuem com análises e informações que permitem a identificação de prioridades de atuação do Governo e sua política na definição de preços mínimos, elaboração de plano de safras; como foro neutro para consenso de conflitos e negociações, internas ou externas, sobre temas que promovem o desenvolvimento, agregação de valor e aumento de competitividade dos diversos setores do agronegócio brasileiro (p.90).*

Em grande parte das ocorrências do signo *competitividade*, o que se constrói no texto é a necessidade de buscá-la (a competitividade como alvo, como objetivo): é o que se vê em (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9), (10), (11) e (12). Isso em nome da garantia que a

competitividade dá ao setor agropecuário de um bom desempenho externo (o que se vê em (1), na construção dos sentidos de *competitividade* como âncora, como justificativa da necessidade de se continuar investindo nas políticas e nas ações para adequar a organização do setor agropecuário brasileiro aos ditames globais), mesmo que ainda haja deficiências na infraestrutura (o que é uma cobrança bastante recorrente nos PAPs e também uma cobrança dos agentes hegemônicos globais em seus documentos). Esse movimento, essa luta pela consolidação dos sentidos de que é necessário estruturar todo um setor para atender aos níveis globais de competitividade, essa luta vai infiltrando progressivamente esse signo e seus sentidos hegemônicos nos documentos, nos discursos de diferentes instituições, que vão, em seu conjunto, influenciando os sistemas ideológicos, cristalizando essas valorações na corrente infinita dos sentidos.

Com a competitividade se constituindo em todos esses Planos como objetivo e como justificativa, nesse movimento, as palavras vão sendo empregadas no processo de homogeneização e de hegemonização dos sentidos. O signo *competitividade*, nesse processo de hegemonização, carrega sentidos de inquestionabilidade, de previsibilidade, de obviedade. Não parece necessário questionar ou discutir que devemos, enquanto nação, buscar a competitividade e que, em nome dela, justificam-se recursos e políticas em diferentes setores da nossa economia. Esse processo faz parte de um processo ainda mais complexo de homogeneização e de hegemonização de sentidos. Gradativamente, pela infiltração paulatina e pela repetição de padrões discursivos, os sentidos vão se cristalizando e se “naturalizando” nos discursos em diferentes esferas. Em nenhum momento nos documentos do Ministério da Agricultura, por exemplo, encontramos a palavra *competitividade* como algo que deva ser combatido ou, ao menos, questionado. Seu uso é sempre no sentido de ampliação, de aumento, de incentivo, já que os resultados positivos do setor agropecuário no mercado interno e externo são creditados à competitividade do setor.

Além disso, outros signos também vêm compondo essa luta por atenuar e por vezes até mesmo apagar os diferentes índices de valor. É possível levantar aqui, como uma breve amostra, o uso das palavras *agronegócio* e *agricultura* no PAP 2014/2015. Essas duas palavras são empregadas pelo documento muitas vezes como sinônimos. O signo *agronegócio* aparece no texto do Plano 36 vezes, 10 delas acompanhado pelo adjetivo *brasileiro*. O signo *agricultura*, por sua vez, ocorre 58 vezes. Contudo, os adjetivos que a ele se somam denotam diferentes sentidos: o signo *agricultura* aparece sem o acompanhamento de adjetivos 21 vezes

e o adjetivo *brasileira* compõe o texto do documento juntamente com o signo *agricultura* outras 8 vezes – nesses casos, a expressão *agricultura brasileira* poderia ser substituída por *agronegócio brasileiro* sem que houvesse aí grandes mudanças no campo semântico; por 5 vezes o adjetivo *empresarial* acompanha o signo *agricultura* – agricultura empresarial também poderia ser tomada como *agronegócio*; as expressões *moderna agricultura* e *agricultura do futuro*, que ocorrem 1 e 2 vezes, respectivamente, também denotam sentidos de agronegócio, bem como as expressões *agricultura irrigada* [2 vezes], *agricultura de precisão* [6 vezes], *agricultura de sequeiro* [1 vez], *agricultura tropical* [1 vez] e *agricultura urbana e periurbana* [1 vez], que também constituem sentidos de especificidades da agricultura voltada ao comércio e com a aplicação de novas tecnologias para alcançar aumento de produtividade, o que é um dos principais argumentos da competitividade no setor agrícola. Somente 10 vezes o uso do signo agricultura remete a atividades diferenciadas daquelas sob os sentidos do signo *agronegócio*: na expressão *agricultura orgânica* [4 vezes], ligada às atividades da agricultura familiar; na própria expressão agricultura familiar [4 vezes] e na expressão *agricultura tradicional* [2 vezes], que no texto do documento é descrita como uma agricultura pouco competitiva, que deve ser transformada pelas novas tecnologias para atender às necessidades do mercado. De todos esses usos, o que quero destacar é o movimento de empregar um termo por outro, na tentativa de se construir um só e mesmo sentido para todas essas expressões, o que, processualmente, vai mitigando as diferenças de valores sociais dos quais os signos são prenhes.

Além desses processos, há no Plano Agrícola 2014/2015 diálogos diretos com grandes agentes hegemônico globais, tais como a OMC, a FAO, o Banco Mundial, o FMI, a OCDE. Esse diálogo instaura, no texto do documento, sentidos de credibilidade e de inquestionabilidade dos dados e das projeções por esses agentes divulgados e que devem, segundo esses discursos hegemônicos, reger as tomadas de decisões bem como a formulação de políticas e o direcionamento de recursos para o setor agrícola brasileiro⁹². Aos diálogos

⁹² (1) O valor total do comércio agrícola internacional foi de US\$ 1,7 trilhão, em 2012, e o Brasil participou com 5,2 % segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) (p.85); (2) Sem contrariar a política posta pela OMC é possível avançar na revisão dos prazos, do aumento da transparência e da interrupção da possibilidade inesperada de internação de amêndoas proporcionadas pela política de 'draw back' (p.81); (3) O Fórum por excelência para as discussões de grandes temas comerciais é a Organização Mundial de Comércio – OMC[...] (p.86); (4) Muito do trabalho junto a OMC tem a ver com os temas SPS, sobre os quais o MAPA continuará a priorizar o trabalho junto ao Comitê sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

diretos soma-se ainda todo o padrão discursivo que dialoga com os discursos hegemônicos dos agentes globais, assim como ocorre nos Planos Agrícolas anteriores, bem como o diálogo que se dá pela própria materialidade estética desse documento, tão próxima daquela dos documentos do Fórum Econômico Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial e assim por diante.

O Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, bem como os outros Planos e os documentos dos agentes hegemônicos globais constituem elos da cadeia de comunicação viva. Esses documentos todos são um ato de fala impresso, constituem também um elemento da comunicação verbal (BAKHTIN, 2009a, p.127). Como objetos de discussão ativa, esses documentos nos permitem uma apreensão ativa dos discursos hegemônicos da Globalização competitiva neoliberal.

Neste trecho da tese, o foco está na ausculta das vozes da competitividade como uma das principais formas de exercício da mais-valia universal, que é o motor único da Globalização, segundo Milton Santos. Contudo, não ignoro as outras vozes que compõem esses documentos, nem considero que esses sejam os únicos componentes da cadeia complexa de comunicação da qual faz parte todo esse movimento de hegemonização, visto que

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. (BAKHTIN, 2009a, p.128).

(Comitê SPS) buscando a preservação e utilização das regras do Acordo, com o objetivo de garantir o acesso e manutenção de mercados e promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do Agronegócio (p.86); (5) Ainda junto a OMC serão acompanhadas as políticas agrícolas dos demais membros da Organização, buscando verificar a implementação dos compromissos e a observância das regras acordadas no âmbito de seu Comitê de Agricultura (p.86); (6) Segundo a Organização Mundial para a Alimentação e Agricultura (FAO), o índice de preço dos alimentos, composto pelas cinco principais commodities agrícolas, permaneceu estável nas décadas de 80 e 90, seguindo então tendência de crescimento que culminou com os picos de 2008 e 2011, e nos anos subsequentes manteve-se declinante. Embora esse declínio tenha ocorrido com os cereais, óleos vegetais e açúcar, o índice de preço das carnes e, sobretudo, dos lácteos aumentaram em 2013 (p.4); (7) Para 2014, as expectativas do Banco Mundial no início do ano eram de que os preços agrícolas continuariam sendo reduzidos, assim como os preços de fertilizantes (p.4); (8) E as importações agrícolas da China também deverão permanecer elevadas devido ao crescimento do consumo per capita das principais commodities agrícolas, conforme projetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os próximos anos (p.4).

O que aqui apresentei é, portanto, apenas um momento no processo de tentativa de hegemonização dos sentidos da Globalização e da competitividade; um momento pinçado na cadeia ininterrupta dos sentidos neoliberais competitivos e o nascer-já-caminhando dessas ideologias nos discursos da agricultura brasileira globalizada.

Além disso, as compreensões que aqui construí só foram possíveis pelo entrecruzamento e pelo cotejamento de textos. Os sentidos a que cheguei se deram considerando que cada documento não está disposto paralelamente a outros, mas eles se tocam, se interpenetram, posto que, de acordo com Bakhtin, “dois sentidos materializados não podem estar lado a lado como dois objetos: devem tocar-se internamente, ou seja, entrar em relação semântica” (BAKHTIN, 2008, p.216).

3.3 Palavras e contrapalavras: os Planos Safra da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Por meio do estudo dos Planos Agrícolas e Pecuários do MAPA, expressos no item anterior, acompanhamos os percursos das ideologias da competitividade global e de outros termos componentes do conjunto de consensos funcionais à reprodução de univocidades neoliberais constituindo discursos na esfera agrícola brasileira. Quero aqui neste item instaurar um jogo entre os discursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os discursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da leitura de seus Planos Safra, com vistas a compreender contradições, embates, tensões que se dão na materialidade discursiva desses documentos.

Um primeiro ponto que aqui destaco é a materialidade estética dos Planos-safra do MDA. Essa materialidade é um ponto de contato em relação aos documentos do MAPA, bem como em relação aos documentos dos agentes hegemônicos globais, dos quais tratei no item 2.4 (Figuras 05 a 16 e Figuras 18 a 24). Esses documentos convergem nos elementos como a qualidade das imagens utilizadas para compor as capas, a presença da assinatura da instituição produtora do documento e de seus respectivos slogans, etc.

Contudo, alguns elementos dessa materialidade vão divergindo em relação àqueles outros documentos: a) os produtos agrícolas que compõem as imagens dos documentos do MDA são voltados sempre para a alimentação: leite, frutas, verduras, legumes, alguns grãos, mel, ovos.

Isso se contrapõe a muitas das imagens dos PAPs, cujas capas trazem as *commodities* para exportação, com imagens de *containers* nos portos ou grandes e modernas máquinas carregando caminhões, ou ainda imagens de bolsas de valores; b) as imagens de pessoas que compõem as capas do MDA são de pessoas, em sua maioria, usando chapéu, retratando sujeitos que lidam diretamente com as atividades com a terra ou com a lida na pecuária; não remetem a administradores de grandes propriedades; c) os implementos agrícolas constituintes dos documentos do MAPA são as grandes e modernas máquinas para o trabalho em grandes propriedades em várias fases da produção, já as que compõem os Planos do MDA são máquinas bem menores; d) nos documentos do MDA, a imagem da família é bem mais forte que a imagem de empresa, retratada pelos PAPs⁹³.

Esse conjunto de materialidades imagéticas é também parte integrante da composição dos padrões discursivos que vão constituindo as atividades agrícolas em grande escala como aquelas que necessitam de grandes e modernos equipamentos e que produzem tudo numa dimensão ampliada (o que pode levar a um percurso interpretativo de que são atividades mais importantes no que diz respeito à esfera econômica). E, nesse jogo, as atividades agrícolas em pequenas propriedades vão se constituindo de forma mais pacata, por vezes até romantizada, do trabalho no campo (o que pode, por sua vez, levar a um percurso interpretativo de que, do ponto de vista econômico do país, a agricultura familiar não tenha tanto peso). São compreensões a que se pode chegar colocando esses dois conjuntos de materialidades discursivas em relação.

Do ponto de vista do texto verbal, os Planos Safra da Agricultura Familiar constroem *slogans* reafirmando seu papel de produtor de alimentos: *A Agricultura Familiar alimenta o Brasil que Cresce* (2011/2012); + *Alimentos*, + *Renda*, + *Sustentabilidade* (2012/2013), *Alimentos para o Brasil* (2014/2015). Em reforço ao que expressam os *slogans*, a construção de que a Agricultura Familiar é produtora de alimentos vai se repetindo ao longo de vários trechos em diferentes Planos: *Com um investimento recorde, o Governo Federal está criando novos postos de trabalho no campo, aumentando a renda dos agricultores familiares e estimulando a produção de alimentos de norte a sul do país* (PLANO-SAFRA 2004/2005); *Todos os anos a Agricultura Familiar movimentou bilhões de reais no país, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras: 84% da mandioca, 67% do feijão, 52%*

⁹³ Todos os Planos Safra aqui analisados encontram-se no Anexo 16.

do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 58% dos suínos (PLANO SAFRA 2004/2005); Agricultura Familiar – garantindo mais e melhores alimentos para a produção brasileira (PLANO SAFRA 2008/2009); a Agricultura Familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros (PLANO SAFRA 2010/2011); Fundamental para a segurança alimentar e a economia do País, a agricultura familiar produz 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros [...] (PLANO SAFRA 2011/2012); Além de responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias [...] (PLANO SAFRA 2012/2013); Com essas medidas, a qualidade de vida de agricultoras e agricultores hoje é maior, a produção aumentou e mais alimentos chegam à mesa dos brasileiros (PLANO SAFRA 2014/2015).

Esses enunciados reforçam a condição de produtor de Alimentos da Agricultura Familiar ao mesmo tempo em que se contrapõem à posição do Ministério da Agricultura. É uma resposta que constrói esse posicionamento em relação ao posicionamento do agronegócio. O responsável por alimentar o Brasil, segundo os enunciados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é a Agricultura Familiar; contudo, junto ao conjunto de signos que compõem tais enunciados, estão também os signos que ligam as atividades da Agricultura Familiar ao desenvolvimento econômico brasileiro: a Agricultura que produz mais alimentos é a mesma que produz mais renda, o Brasil alimentado pela Agricultura Familiar é o Brasil que cresce. Essas construções também instauram uma contrapalavra a possíveis sentidos de que enquanto a Agricultura Familiar produz alimentos, o agronegócio traz crescimento econômico.

Os Planos-safra da Agricultura Familiar vão reproduzindo padrões que constroem e reafirmam o papel da Agricultura Familiar no desenvolvimento econômico, na geração de renda e no emprego de mão-de-obra: (a) *A agricultura familiar é responsável por 40% de tudo o que é produzido no campo e gera 7 em cada 10 ocupações no meio rural;* (b) *A Agricultura Familiar exerce um papel fundamental para o desenvolvimento social e para o crescimento equilibrado do país;* (c) *Mais do que um setor econômico vigoroso, a Agricultura Familiar é um importante instrumento de inclusão social, geração de trabalho e distribuição de renda. Três problemas do Brasil que precisam de soluções urgentes (PLANO SAFRA 2004/2005);* (d) *Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. São 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar. A cada 100 hectares, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas, contra 1,7 da agricultura patronal*

(PLANO SAFRA 2010/2011). As ideologias refratam a visão sobre como as atividades agrícolas se relacionam às atividades econômicas de maneiras distintas. Nos enunciados do MDA aqui expressos, os embates se revelam na própria construção discursiva: em (a), a Agricultura Familiar também é firmada como essencial ao desenvolvimento e ao crescimento do país, mas colado ao substantivo *desenvolvimento* é empregado o adjetivo *social* e ao substantivo *crescimento* cola-se o adjetivo *equilibrado*. Não basta buscar qualquer desenvolvimento, há que se desenvolver socialmente; não basta crescer, há que crescer de modo equilibrado. Essa construção tira do centro, de certo modo, o viés econômico e coloca no centro o viés social. Em (b), a tomada de posição por um viés social se reforça ao afirmar que o nosso país precisa solucionar urgentemente três problemas – *a inclusão social, a geração de trabalho e a distribuição de renda*; ao afirmar que e *Mais do que um setor econômico vigoroso, a Agricultura Familiar é um importante instrumento de inclusão social, geração de trabalho e distribuição de renda. Três problemas do Brasil que precisam de soluções urgentes*. Esses são também pontos em que os documentos do MAPA e do MDA se tocam, produzindo sentidos em inter-relação, posto que há um embate acerca de quais atividades ocupam esse lugar com maior destaque, e esse embate se expressa na materialidade desses enunciados.

Aqui, há um jogo entre sentidos “óbvios” ou “previsíveis” e construções que provocam um movimento nessas obviedades ou previsibilidades. E, “[...] uma vez que grupos específicos estabelecem sistemas específicos de atribuição de ordem ao mundo” (MIOTELLO, 2012, p.169), o MDA constrói, em seus documentos, respostas a concepções hegemônicas referentes às atividades agrícolas de grande escala, estabelecendo discursivamente sua tomada de posição em relação à ordem do mundo. Tomando posição pelo “social” em vez de “econômico” e pelo “equilíbrio” em vez de “acumulação desigual”, a ordem do mundo que se refrata pelos discursos é uma ordem diversa daquela expressa pelos consensos da identidade neoliberal.

Os Planos dos dois Ministérios – MAPA e MDA – expressam em sua constituição uma luta constante para justificar discursivamente os esforços que são ou que deveriam ser feitos pela esfera governamental para cada atividade. Em torno da geração de empregos, por exemplo, os Planos Agrícolas e Pecuários do Ministério da Agricultura constroem sua argumentação: *aumento da renda e do emprego, no campo e na cidade* (PAP 2004/2005); *aumentando as oportunidades de inclusão social, geração de emprego e renda* (PAP 2005/2006); *voltar a ser*

*a locomotiva da economia e grande gerador de empregos (PAP 2006/2007); geração de emprego, renda, divisas e energia (PAP 2007/2008); geração de emprego, renda e divisas, e crescente inserção no mercado internacional (PAP 2008/2009); Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger-Rural) [que no ano-safra em questão terá um aumento de 72% do total destinado em relação à safra anterior] (PAP 2009/2010); *mais riqueza para o país, geração de empregos, uso de melhores tecnologias (PAP 2010/2011); geração de emprego e renda no campo e na cidade (PAP 2011/2012); ganhos de competitividade, emprego e renda (PAP 2012/2013); contribuir para o superávit da balança comercial e para a geração de energia, além da criação de emprego e renda (PAP 2013/2014); assegurado pela geração de energia limpa e redução de efeito estufa, bem como da geração de emprego, renda e divisas, dentre outros (PAP 2014/2015) (grifos meus).**

A respeito do mesmo tema, os Planos Safra do Ministério do Desenvolvimento Agrário também constroem sua argumentação, contudo, sem utilizar a palavra *emprego*. Seus Planos utilizam-se de outras palavras que expressam a relação com o trabalho: *Trabalho e renda para o Agricultor Familiar – riqueza e desenvolvimento para o Brasil*, afirma o Plano-safra 2004/2005, acrescentando: *A Agricultura Familiar é responsável por 40% de tudo o que é produzido no campo e gera 7 de cada 10 ocupações no meio rural*(Plano-Safra 2004/2005); *a Agricultura Familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. São 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar. A cada 100 hectares, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas contra 1,7 da agricultura patronal* (Plano-Safra 2010/2011); *geração de renda no campo e organização econômica dos agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais* (Plano-Safra 2011/2012) (grifos meus).

O jogo entre essas duas frentes de produção agrícola e pecuária no Brasil é um jogo de forças, que luta por imprimir um tom valorativo: enquanto as atividades agrícolas geram empregos, a Agricultura Familiar ocupa mão-de-obra no meio rural, com pessoas trabalhando no campo, e se organizando economicamente. A relação com a geração de emprego prescinde de um agente empregador e de um empregado; enquanto a relação com o trabalho na Agricultura Familiar se dá de modo coletivo, em geral no próprio contexto familiar. Isso aparece nos documentos, uma vez que em nenhum plano do Ministério do Desenvolvimento Agrário encontramos a palavra *emprego*. A escolha lexical não é uma escolha gratuita, neutra, é uma escolha que já revela as intencionalidades. Os conjuntos de palavras empregadas são

conjuntos que, em sua materialidade carregam as tomadas de posição em relação à possibilidade de construção do real que cada grupo constrói: uma relação *patronal* – que ocupa em torno de 75% do total da área territorial brasileira destinada à produção agrícola, mas com somente aproximadamente 15% dos estabelecimentos rurais do país, e empregando apenas 1,7 pessoas a cada 100 hectares – ou uma relação *familiar* – cujos estabelecimentos rurais correspondem a quase 85% do total de estabelecimentos no país, respondendo por aproximadamente 75% do pessoal que trabalha no campo (15,3 pessoas a cada 100 hectares⁹⁴).

Nesse sentido, a disputa que se dá pelos discursos dos Planos é uma disputa pelo reconhecimento das ações e dos resultados de cada um dos tipos de agricultura – o agronegócio de exportação em larga escala ou a agricultura familiar para produção de alimentos –; é uma disputa nos planos discursivos, uma luta que se situa imediatamente acima da base econômica e que, sobre ela, reflete refrata a ordem de mundo que vivenciamos no cotidiano. As diferentes relações de trabalho expressas pelos Planos se constituem ora pelo viés da extração da mais-valia, através do emprego de mão-de-obra, baseado nas relações de trabalho e troca, ora pela concepção de autonomia dos trabalhadores dentro de uma coletividade. Isso diz respeito também a uma visão pautada pela acumulação e concentração de capital nas mãos de poucas grandes corporações e poucos grandes proprietários empregadores, e uma outra visão da distribuição econômica mais equilibrada, entre um número bem maior de pequenos proprietários.

Na construção do tom valorativo que cada Ministério imprime acerca das relações de trabalho, as imagens dos Planos também compõem o conjunto de signos que refratam esse tom: ora são imagens de grupos de trabalhadores, em pequenas propriedades, com sua produção (em geral variada dentro do mesmo grupo de trabalhadores – frutas, legumes, pães, geleias, leite e derivados, etc.), o que em muitos momentos remonta a ideia de contextos familiares; ora são imagens de extensas propriedades (latifúndios), com a presença de grandes e modernas máquinas no trato da terra, com modernos espaços de armazenagem, cujas produções (boa parte das vezes monoculturas) são escoadas via *containers*, em trens, navios, etc. Uma visão predominantemente familiar e uma visão predominantemente empresarial (ou comercial).

Contudo, embora haja essa tensão e essas diferentes possibilidades de construção do real

⁹⁴ Esses dados foram publicados no Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, com dados do IBGE divulgados em 2009.

expressas pelos dois conjuntos de Planos, no que diz respeito ao trabalho há uma convergência em relação à visão de que o trabalho é gerador de renda e de que essa relação está diretamente ligada à produção de riquezas, o que refrata uma visão funcionalista e produtivista, criticada já por Marx, mas mantida ainda muito pulsante no período da Globalização, mesmo para grupos sociais com interesses distintos.

Na construção de compreensões acerca do nascer-já-caminhando da ideologia hegemônica da competitividade nos discursos da esfera agrícola brasileira, também nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltados para a Agricultura Familiar, é possível auscultar as vozes dos índices de competitividade criados e divulgados por grandes agentes hegemônicos globais que ressoam nesses documentos. A questão que se relaciona ao aumento da produtividade é uma questão central também nesses discursos que se constituem com interesses diversos daqueles expressos pelas atividades diretamente ligadas à agricultura empresarial e ao *agribusiness*.

Como eixo, como fulcro, em torno dos índices de produtividade se organizam as justificativas para o aumento da disponibilização de recursos financeiros para crédito e financiamento, além das políticas direcionadas à produção da agricultura familiar: *Qualidade, produtividade e rentabilidade* – todas palavras que têm livre circulação na comunicação global competitiva e que compõem os Planos do MDA, constituindo-se, por exemplo, como título para a parte do documento que tratará do crédito, dos financiamentos e dos Programas para o fortalecimento da qualidade, da produtividade e da rentabilidade da Agricultura Familiar: *É o crédito para agricultores familiares modernizarem suas propriedades por meio da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, melhorando a produção e a produtividade* (Plano Safra 2004/2005); *Incremento da produtividade e articulação de políticas públicas* (Plano-safra 2012/2013); [...] *visando melhor produtividade, promoção de práticas sustentáveis, inclusão produtiva e acesso a políticas públicas* (Plano-safra 2012/2013); *Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida de agricultores familiares e à adequada defesa do solo e da água* (Plano-safra 2008/2009). Interessante observar nesses trechos que imbricada a conjuntos de palavras como *agricultores familiares, práticas sustentáveis, inclusão produtiva*, está a *produtividade*, que tão fortemente reproduz os discursos da competitividade global. As vozes hegemônicas e não-hegemônicas entrecruzam-se para compor o mesmo documento.

No Relatório Global de Competitividade 2004/2005 publicado pelo Fórum Econômico Mundial, a *competitividade* está estreitamente relacionada à *produtividade*: *A verdadeira competitividade é medida pela produtividade* (Fórum Econômico Mundial 2004/2005). Embora não haja nos Planos do MDA nenhuma vez a ocorrência da palavra competitividade, há outros termos que fazem parte desse conjunto funcional aos consensos competitivos neoliberais e que constituem os discursos do MDA, como a expressão *qualidade de vida*, por exemplo, tão amplamente usada pelos Planos desse Ministério e que dialogam intensamente com os Relatórios do Fórum Econômico.

Na construção de um discurso pela produtividade, o Fórum afirma que como medida da verdadeira competitividade, *a produtividade permite a uma nação sustentar altos salários, uma moeda forte, um retorno atrativo para o capital – e com isso um alto padrão de vida* (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 2004/2005), e que o padrão de vida é, por sua vez, *determinado pela produtividade de sua economia, que é medida pelo valor das mercadorias e serviços produzidos por unidade de recursos naturais, capitais e humanos*. Nesse caminho de argumentação, o Fórum liga a competitividade à produtividade e à qualidade de vida. Nos Planos Safra da Agricultura Familiar, a *competitividade* é refletida pela *produtividade* e também pela expressão *qualidade de vida*, que compõem os Planos do MDA: *O Governo estimulará o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares* (Plano-safra 2004/2005); *Jovens, mulheres e comunidades tradicionais terão ações diferenciadas de ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] para atender às suas especificidades, contribuindo para mais qualidade de vida e dignidade no campo* (Plano-safra 2011/2012); *Com essas medidas, a qualidade de vida de agricultoras e agricultores hoje é maior, a produção aumentou e mais alimentos chegam à mesa dos brasileiros* (Plano-safra 2014/2015).

Os Planos Safra do Ministério do Desenvolvimento Agrário não são documentos monológicos, neles predominam as vozes não-hegemônicas, da agricultura familiar, das pequenas propriedades, da produção de alimentos, da agroecologia, da distribuição equilibrada de renda, do desenvolvimento social; contudo, as vozes da hegemonia competitiva neoliberal produzida e difundida pelos agentes hegemônicos globais também estão entrecruzadas e interpenetradas em sua materialidade discursiva.

A reprodução das univocidades dos consensos funcionais à reprodução do idêntico, da

identidade global neoliberal, da competitividade como forma de exercício da mais-valia universal é fortemente funcional à reprodução dos lugares-comuns do discurso dominante, discurso esse que constrói uma realidade sem conflitos, uma realidade com aparência de homogeneidade e de uniformidade, a realidade funcional à reprodução da atual ordem das coisas. E todo esse mecanismo está também presente em discursos que não nascem a partir de uma intencionalidade de reprodução dessa ordem, mas que, ao tomarem para si as palavras do discurso dominante, estas não são palavras vazias, neutras, mas são palavras alheias e, como tais, já contam com “um rastro ideológico determinado, uma intenção valorativa concreta”. São palavras já habitadas, “cuja apropriação é obtida através do encontro, da adesão ou do choque com conteúdos ideológicos que já existiam” nelas (PONZIO, 2008, P.148).

Não é a simples presença das mesmas palavras ou das mesmas expressões num e noutro discurso que garantem o diálogo entre os Planos Safra do MDA com os discursos dos agentes hegemônicos globais. Não é a simples transposição mecanicista da presença das mesmas palavras e expressões nos documentos dos agentes hegemônicos e nos documentos dos Ministérios que demonstram esse diálogo e o entrecruzamento das ideologias neoliberais na construção discursiva dos documentos brasileiros, mas todo um percurso por esses documentos durante vários anos de publicação, toda a relação construída entre os discursos dos agentes globais, os dos Ministérios, os da imprensa hegemônica brasileira, os textos de intelectuais e estudiosos do tema em questão, bem como, a partir de todos esses discursos, se dá a ordem das coisas sendo mantida ou transformada. Todo o contexto em que esses textos nascem e caminham, todo esse percurso interpretativo das materialidades discursivas, bem como das materialidades sócio-históricas, nos permite compreender as relações (não-lineares) que se dão entre os discursos da competitividade neoliberal e a constituição dos Planos Safra e dos Planos Agrícola e Pecuários, na esfera agrícola brasileira.

Essa complexidade na constituição dos caminhos das ideologias hegemônicas neoliberais nos documentos dos Ministérios brasileiros é sustentada pelas forças centrípetas e centrífugas, pelo empuxo das forças que, ao instaurarem um determinado sentido, simultaneamente e com a mesma intensidade instauram um sentido oposto. Contudo, na construção dos discursos, a repetição de padrões engendra sentidos mais estabilizados, mais cristalizados, o que, num processo de acumulação lenta vão engendrando também formas ideológicas oficiais, que segundo Miotello, é

onde circulam conteúdos ideológicos que passaram por todas as etapas da objetivação social e agora entraram no poderoso sistema ideológico especializado e formalizado da arte, da moral, da religião, do direito, da ciência, etc., e portanto já se encontram mais estabilizados, mais aceitos pelo conjunto social, mais testados pelos acontecimentos e mais amparados pelos jogos de poder. Esse nível, ao exercer forte influência no jogo social, por ser o sistema de referência constituído e apossado pela classe dominante, se impõe na relação com a ideologia do cotidiano, e dá o tom hegemônico nas relações sociais, porém não único e nem neutro, visto que as contradições sociais persistem nas bases econômicas daquele grupo social (MIOTELLO, 2012, p.174).

O jogo constante entre os níveis diversos de ideologia e seu entrecruzamento não significa que há dois grupos, dois conjuntos ideológicos diferentes numa mesma sociedade. Esse jogo, essa dinâmica viva e complexa, que nasce-já-caminhando e, por isso mesmo, encontra-se em constante movimento, compõe um só e único conjunto ideológico, que reage às mudanças e aos movimentos das diferentes esferas de atividade humana na base econômica. Para cada enunciado, para cada discurso, há, na corrente ininterrupta de sentidos, uma resposta, que endossa ou desaprova, que apoia ou que combate, que aplaude ou que vaia, que sucumbe ou que resiste. E para compreender essa relação da ideologia com realidade material do signo, do signo com as formas concretas de comunicação e dessas com a base material, passo agora à ausculta das ideologias competitivas globais no discurso da agricultura globalizada nas cidades e regiões competitivas agrícolas, bem como de discursos e palavras de resistência a esse conjunto já mais estabilizado de ideologias.

CAPÍTULO IV – DISCURSOS DA COMPETITIVIDADE E DE RESISTÊNCIA NOS LUGARES

Introdução

Neste quarto e último capítulo da tese, trato de compreender como se dão as relações entre discursos globalmente hegemônicos – como o discurso da competitividade – que interpenetram discursos oficiais, como os dos Ministérios brasileiros, por exemplo, e vão constituindo também os discursos locais da agricultura no Brasil. Para compreender o espírito da época globalizada competitiva na concretude da palavra, trago para as análises um conjunto de discursos sobre cidades ou regiões brasileiras cuja atividade econômica principal está ligada às atividades agrícolas e pecuárias (algumas das cidades consideradas “cidades competitivas do agronegócio”), além de discursos que circulam na grande mídia. Ainda, num segundo momento, direciono a escuta para discursos que, nesse contexto competitivo global, conseguem imprimir palavras respondentes, suas palavras como atos de resistência. Nesse exercício, busco auscultar além das vozes já estabilizadas das ideologias hegemônicas para alcançar discursos que instauram possibilidades outras de construção do real.

4.1 O espírito global nos discursos de regiões e cidades competitivas agrícolas brasileiras

A partir de totalidades mais amplas, da forma das ideologias da Globalização em processos de tentativa de construção de um discurso único, parto agora para um exercício de leitura e de compreensão do signo da competitividade vinculado aos discursos dos lugares. Da esfera global, as ideologias da competitividade neoliberal entrecruzam a esfera agrícola brasileira por meio de documentos dos Ministérios e outras construções discursivas e, num processo contínuo, entrecruzam e interpenetram os discursos dos lugares, sem perder o vínculo com os processos globais de produção e reprodução de valorações.

As palavras que constituem os discursos das regiões, das cidades⁹⁵ ou das culturas agrícolas expressam os reflexos, as refrações e as diferentes interpretações sobre as possibilidades de

⁹⁵ Aqui, vou centrar minhas leituras nas chamadas “Cidades do Agronegócio”. Para alargar as compreensões acerca das cidades como o locus da realização da moderna agricultura globalizada, ler “As cidades do agronegócio na fronteira moderna agrícola brasileira”, de Samuel Frederico (2011). Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1933/1813>.

construção do real com base na competitividade global, como forma de exercício da mais-valia universal. A “acentuação valorativa” dos discursos da competitividade expressa não somente a interpretação que se tem sobre ela, mas é também expressão de tomadas de posição em relação à manutenção ou à transformação de estruturas já estabelecidas e regidas pelas “leis” do capital. Nesse percurso de compreensão dos signos e das ideologias da competitividade na esfera agrícola brasileira, trago as palavras de Augusto Ponzio, quando afirma que

Bakhtin atribui aos signos e às ideologias uma função ativa em relação à práxis, ao material sócio-ideológico, à função constitutiva da 'consciência real prática'. Bakhtin insiste que as estruturas e superestruturas se relacionam de forma dialética e os signos são o elemento mediador entre ambas (PONZIO, 2008, p.116).

Os signos mediam a relação entre infraestrutura e superestruturas, constituindo a “consciência real prática” por meio da materialidade ideológica. A forma como uma determinada esfera de atividade humana se organiza localmente a partir das totalidades mais amplas de formas ideológicas, a partir das ideologias globais, projeta uma prática construída significativamente. Isso porque a ideologia, assevera Ponzio ancorado em Bakhtin e Rossi-Landi, “não é uma simples visão de mundo, mas uma projeção social”, posto que ela pode operar como reprodutora de uma mesma ordem social já existente e, como parte dessa reprodução, manter os sentidos das coisas como 'definitivos' e 'naturais' em um determinado sistema de relações de produção e, “ao contrário, discutir e subverter na prática essas relações e sua articulação sócio-ideológica, quando impedem o desenvolvimento das forças de produção” (PONZIO, 2008, p.116).

Aqui, inicialmente, vou construindo compreensões de como, a partir das materialidades discursivas produzidas por diferentes agentes, a ideologia da competitividade vai reproduzindo e fortalecendo uma ordem social e tentando manter como “definitivos” e “naturais” os sentidos que as coisas têm em determinadas regiões na esfera de atividade agrícola brasileira. E para compreender os caminhos das ideologias da competitividade e suas capilaridades nos discursos da esfera agrícola brasileira é preciso buscar compreender as reações desse conjunto ideológico às transformações da infraestrutura, posto que os discursos da competitividade nascem-já-caminhando na base material da sociedade, nos lugares, e são por ela constituídos ao mesmo tempo em que a constituem. Nesse sentido, como pensar, então, os discursos hegemônicos globais da competitividade na relação com discursos locais de

regiões e cidades agrícolas brasileiras?

Para Castillo e Frederico, “a competitividade não é um atributo circunscrito a empresas ou aos produtos no período da globalização, mas designa também uma condição dos lugares e regiões” (2010, p.18). Para os autores, o conceito de “região competitiva⁹⁶” dever ser compreendido indissociavelmente do conceito de “logística”, como expressões geográficas que designam, respectivamente, a “produção obediente a parâmetros internacionais de qualidade e custos da circulação corporativa” (CASTILLO/FREDERICO, 2010, p.18). Desse modo, considerando esses conceitos geográficos, quero instaurar aqui a compreensão das “regiões competitivas” do ponto de vista discursivo, de como os discursos hegemônicos da competitividade global constituem os discursos das regiões da agricultura brasileira globalizada e competitiva.

Há uma série de complexidades que determinam maior ou menor grau de competitividade a uma determinada região. Como vimos nos capítulos anteriores desta tese, as questões relacionadas à infraestrutura [2º pilar da competitividade proposto pelo Fórum Econômico Mundial] exercem um papel fundamental nessa delimitação. Não é por coincidência, dom ou mérito que determinadas regiões *alcançam* maiores níveis de competitividade que outras. “A distribuição desigual de densidades materiais e normativas no território confere diferentes graus de competitividade às regiões para determinados tipos de produtos e, por conseguinte, a alguns agentes produtivos que nelas atuam e delas fazem parte” (CASTILLO/FREDERICO 2010, p.18).

Esse jogo de complexidades na distribuição das densidades materiais e normativas é sustentado por discursos que ora justificam as ações empreendidas em nome da competitividade de determinada região ou cultura (como uma espécie de vocação “natural”): *Setor altamente organizado e competitivo, a citricultura é uma das mais destacadas*

⁹⁶ “O conceito de região competitiva deriva diretamente da idéia de coesão regional decorrente de vetores externos e fundamentada em arranjos organizacionais, proposta por Santos (1994). Trata-se de um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos. Essas regiões, preferencialmente, são as que atraem os investimentos públicos e privados, transformando grandes porções do território em áreas de exclusão. Assim, a idéia de região competitiva pode ser entendida como a expressão geográfica da produção na era da globalização. Parece-nos que este conceito permite dar conta de um amplo espectro de atividades econômicas, incluindo a agricultura, a indústria, os serviços e os casos mistos, como o agronegócio. As regiões competitivas, atreladas a determinadas atividades produtivas, coexistem com outros tipos de região, como as históricas e administrativas” (CASTILLO/FREDERICO, 2010, p.20).

agroindústrias brasileiras. Responsável por 60% da produção mundial de suco de laranja, o Brasil é também o campeão de exportações do produto. Para manter a liderança do setor, o Ministério da Agricultura investe no apoio a adoção de sistemas mais eficientes, como a produção integrada, com medidas para reduzir os custos, aperfeiçoar e ampliar a comercialização do produto (MAPA⁹⁷). Ora constroem a necessidade de se buscar, naquela região, maiores níveis de competitividade: O setor cafeeiro conta com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), criado pelo Decreto-Lei nº 2.295/86 e estruturado pelo Decreto nº 94.874/87, que se destina ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e à competitividade dos setores produtivos, à qualificação da mão de obra e à publicidade e promoção dos cafés brasileiros, nos mercados interno e externo, priorizando as linhas de financiamento para custeio, colheita, estocagem e aquisição de café, entre outros instrumentos de política agrícola (MAPA⁹⁸).

No discurso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o cultivo de laranja, a competitividade do setor funciona como justificativa para maiores investimentos no apoio aos produtores para redução de custos e medidas que facilitem a comercialização do produto. A construção sintática do trecho em que o Ministério expressa essas justificativas traz já no início os adjetivos *organizado* e *competitivo* funcionando como qualificadores do substantivo *citricultura*; além disso, a frase que faz essa afirmação é uma explicativa, expõe as razões pelas quais *a citricultura é uma das mais destacadas agroindústrias do país*. Na sequência, outra explicativa se soma à construção que justifica o destaque do setor – *Responsável por 60% da produção mundial de suco de laranja* – o que explica a posição brasileira de destaque – *o Brasil é também o campeão de exportações do produto*. E, em seguida, a afirmação que sustenta mais investimentos do Ministério na citricultura, com o emprego de uma construção sintática que expressa finalidade – *Para manter a liderança do setor*. Tanto a escolha lexical quanto a construção sintática (re)produzem o consenso de que é preciso manter as posições de destaque e a competitividade do setor da citricultura e que, portanto, os esforços das instituições são válidos e justificados.

No que diz respeito ao setor cafeeiro, a competitividade exerce o papel de alvo, de objetivo que deve ser alcançado. E, para isso, justificam-se, pelo texto do Ministério, dois Decretos

⁹⁷ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/citrus>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 23h36.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 23h21.

em apoio ao setor. Esse Fundo com o qual conta a cafeicultura brasileira tem suas atribuições expressas pela oração subordinada adjetiva explicativa que esclarece aos leitores as razões pelas quais os Decretos se deram e a importância de se estimular as pesquisas, a qualificação de mão-de-obra, a publicidade, o financiamento e outros instrumentos de política agrícola. A competitividade é aqui objetivo, é alvo, algo que deve ser buscado pelos diferentes setores da esfera agrícola brasileira. E nesse movimento, as vozes hegemônicas globais se refletem nos discursos do Ministério e refratam possibilidades de construção do real justificadas e mobilizadas pela competitividade, âncora e alvo das políticas e das ações. Tudo isso baseado em discursos hegemônicos que ditam o passo-a-passo e as prioridades para que se alcancem os patamares mais altos da competitividade no regime atual de acumulação do capital.

Do mesmo modo como as regiões, as cidades e os setores competitivos do agronegócio vão se organizando de forma funcional aos mercados e às normatizações internacionais, os discursos hegemônicos globais são também funcionais à naturalização e à cristalização de consensos que atendem aos interesses desses mesmos mercados internacionais, sob o estenograma de *benefício para todos*. Quando se afirma que *o Brasil é também o campeão de exportações do produto* a função sintática de sujeito ocupada pela palavra *Brasil* produz o sentido de que a nação brasileira ocupa esse posto de destaque nas exportações; se nessa mesma construção fossem empregados termos como *Cargill, Maggi, BRF, Bunge* a função de exportador em destaque seria de uma empresa e não do país. Quando se opta por uma construção e não por outra, atribuem-se, por conseguinte, os benefícios dessa posição a um determinado grupo de sujeitos sociais e não a outro. Se o Brasil ocupa essa posição, o povo brasileiro é beneficiário, logo, faz sentido que o país direcione tantos esforços, recursos, políticas, infraestrutura para que essa condição se mantenha. As ideologias, desse modo, reproduzem uma ordem social condizente com essa projeção. Quando, por outro lado, se constrói um enunciado em que uma grande empresa ocupa a função sintática de sujeito dessa oração, por que faria sentido, então, que se dirigissem tantos esforços para a manutenção dessa condição? Por que faria sentido direcionar recursos públicos para beneficiar empresas privadas? Por que o setor público é que deveria prover toda a infraestrutura gigantesca para atender empresas, inclusive multi e transnacionais? A escolha por uma ou outra construção, portanto, não é aleatória ou gratuita, mas faz parte de um complexo e vivo jogo de projeções de classes com diferentes interesses, refratando determinadas possibilidades de construção do real, materializadas na palavra.

O período da Globalização, com suas unicidades – inclusive a unicidade planetária das

finanças –, é berço da competitividade, que deixa de ser somente uma característica de empresas e perpassa a sociedade, tornando-se também emblemática dos lugares, das regiões e dos territórios. A competitividade deriva da articulação, em algumas frações do espaço, entre formas materiais (acessibilidade, infraestruturas produtivas, de circulação, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água, sistemas de armazenamento, terminais multimodais e outras categorias de instalações e equipamentos, mais ou menos especializados) e normas (benefícios fiscais, outros incentivos a partir de recursos públicos locais, acordos entre instituições de pesquisa e empresas etc.) que garantem elevados níveis de produtividade e de fluidez (CASTILLO/FREDERICO, 2010, p.19).

A partir da compreensão de todos esses fatores e, considerando toda essa dinâmica viva, a causalidade mecanicista é insuficiente para explicar os motivos pelos quais uma região é tida como mais competitiva que outra para determinados produtos; a compreensão dessa relação se dá pelos caminhos dos signos linguísticos, que permitem observar “[...] de forma mais profunda a continuidade do processo dialético de evolução que vai da infra-estrutura às superestruturas” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.48). Os signos linguísticos constitutivos dos discursos das regiões competitivas agrícolas brasileiras revelam o reflexo e a refração das ideologias da competitividade global na agricultura no Brasil. Percorrendo caminhos dos discursos sobre as regiões competitivas⁹⁹, é possível observar a materialização das vozes da competitividade neoliberal nas atividades produtivas agrícolas brasileiras. O próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como instituições municipais ou associações constroem discursivamente as especializações produtivas e expressam as densidades materiais e normativas que conferem a determinadas regiões maior

⁹⁹ “O território brasileiro possui inúmeros exemplos de regiões competitivas. Alguns dos casos mais contundentes são as regiões produtoras de commodities agrícolas. A exportação de grande parcela da produção, a presença de firmas transnacionais, a implantação de sistemas técnicos especialmente concebidos para viabilizar a produção, a especialização funcional das cidades locais são características comuns presentes na maioria dessas regiões. Assim, a “região competitiva agrícola” pode ser entendida como um compartimento produtivo do espaço geográfico atrelado à produção agrícola moderna. São aquelas regiões cuja produção é hegemônica sobre as demais atividades, fazendo com que a região reúna uma forte densidade técnica (infra-estrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) e normativa (desoneração fiscal, normas que facilitam o desembaraço das mercadorias, selos de denominação de origem etc.) vinculada à atividade agrícola dominante. Podemos elencar como regiões competitivas agrícolas as áreas produtoras de café (sul de Minas, cerrado mineiro, sul da Bahia, leste de Rondônia), soja (Noroeste do Rio Grande do Sul, Norte do Paraná, diversas regiões de cerrado), laranja (interior paulista), cana-de-açúcar (interior paulista, avançando para o Sul de Minas, Triângulo Mineiro, centro e sudoeste goiano), fruticultura irrigada (Vale do Rio São Francisco), Algodão (cerrado), flores (Holambra), uva (Rio Grande do Sul e Jundiá/SP), apenas para mencionar as principais. Estas regiões se especializaram e ao mesmo tempo passaram a manter relações cada vez mais intensas dentro de circuitos espaciais produtivos agrícolas que extrapolam o próprio país” (CASTILLO/FREDERICO, 2010, p.20 e 21).

ou menor “competitividade”. Abaixo, destaco algumas leituras selecionadas dentre as regiões competitivas apontadas pelos geógrafos para compor essa compreensão:

Café

A princípio restrita aos Estados do Pará e do Maranhão, a produção de café se expandiu e, atualmente, são 15 Estados produtores, com destaque para Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia. [...] Em parceria com este Ministério [MAPA], a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por intermédio da unidade Embrapa Café, coordena o Consórcio Pesquisa Café, o qual tem como objetivo o desenvolvimento de tecnologias que promovam sustentabilidade, competitividade, inovação e desenvolvimento tecnológico da cafeicultura brasileira (MAPA¹⁰⁰).

Cacoal, a Capital do Café. Este título demonstra todo o potencial agrícola de um dos mais prósperos e importantes municípios do Estado de Rondônia (Prefeitura Municipal de Cacoal - RO¹⁰¹).

Laranja

Por que investir na produção de laranja em São Paulo? Oferta abundante e alta qualidade para a produção de sucos. Clima favorável e safra durante o ano todo. Baixo custo de produção. Proximidade do setor produtivo e do canal de escoamento. Indústrias de grande escala, com navios próprios e armazéns de portos particulares. Moderno e avançado, o parque industrial para processamento de laranja no Estado conta com padrão internacional de competitividade. Maior produtor de laranja do mundo, o Estado de São Paulo responde por mais de 28,8% do total produzido no globo, de acordo com dados de 2012 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo¹⁰²).

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 23h21.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.cacoal.ro.gov.br/index.php?pagina=conheca>. Acesso em 07 de janeiro de 2015, às 14h18.

¹⁰² Disponível em: http://www.investe.sp.gov.br/uploads/midias/documentos/laranja_saopaulo.pdf. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h04.

Soja

A soja é a cultura agrícola brasileira que mais cresceu nas últimas três décadas e corresponde a 49% da área plantada em grãos do país. O aumento da produtividade está associado aos avanços tecnológicos, ao manejo e eficiência dos produtores. [...] Cultivada especialmente nas regiões Centro Oeste e Sul do país, a soja se firmou como um dos produtos mais destacados da agricultura nacional e na balança comercial. No cerrado, o cultivo da soja tornou-se possível graças aos resultados obtidos pelas pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com produtores, industriais e centros privados de pesquisa. Os avanços nessa área possibilitaram também o incremento da produtividade média por hectare, atingindo os maiores índices mundiais (MAPA¹⁰³).

Com o crescimento ocorrido durante as duas últimas décadas, pode-se dizer que a economia gaúcha é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação (Secretaria de Gestão, Planejamento e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul¹⁰⁴).

De acordo com a Food and Agriculture Organization – FAO, o continente americano é responsável por cerca de 86% de toda soja produzida no mundo – uma das principais commodities negociada nos mercados internacionais. Entre os países, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja e produz aproximadamente 27% do total produzido no mundo. É superado somente pelos Estados Unidos que produz 35% deste total. [...] Na última década, pode-se afirmar que houve importante ganho de produtividade no RS através do emprego de novas tecnologias e do manejo do solo, como por exemplo, a transgenia e o método de plantio direto (Secretaria de Gestão, Planejamento e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul¹⁰⁵).

[Sorriso] A cidade que se transformou na maior produtora do grão dourado, no País, agora também quer infraestrutura para ser referência em produtividade por hectare (Revista Dinheiro Rural¹⁰⁶).

¹⁰³ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 23h32.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h10.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h14.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://revistadinheirorural.terra.com.br/secao/agronegocios/a-soja-colocou-sorriso-no-mapa>.

Hoje, o Estado [Paraná] conta com a maior equipe de pesquisadores de soja do País e a maior do mundo tropical, responsável pelo desenvolvimento do germoplasma básico que alimenta uma extensa Rede Nacional de Melhoramento Genético de Soja (Embrapa¹⁰⁷).

Além de Sorriso, segundo a Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constam na lista [de municípios destaque do Mato Grosso entre os 50 principais produtores do país] Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Nova Mutum, Primavera do Leste, Campo Verde, Diamantino, Nova Ubiratã, Lucas do Rio Verde, Querência, Campos de Júlio, Itiquira, Paranatinga, Brasnorte, Ipiranga do Norte, Canarana, Santa Rita do Trivelato, Santo Antônio do Leste e Tapurah (Prefeitura Municipal de Sorriso - MT¹⁰⁸).

Com alta tecnologia e elevados índices de produtividade, a agricultura de Lucas do Rio Verde desponta como uma das mais eficientes e foi fundamental para rapidamente firmar-se entre os mais importantes pólos do agronegócio de Mato Grosso e do país [...] A soja é considerada o produto de sustentação da balança comercial brasileira, e assim indispensável para a manutenção de vários setores, dentre esses, o de óleo vegetal, farelo, rações para alimentação animal e para o próprio consumo humano. O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, o Estado do Mato Grosso é o maior produtor do país e o município de Lucas do Rio Verde é considerado o 5º maior produtor do estado. Assim, a soja é o principal produto agrícola cultivado no município, sendo responsável quase que totalmente pela economia local (Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT¹⁰⁹).

Cana de açúcar

*Considerada a maior região produtora de **cana-de-açúcar** do Estado, o Triângulo Mineiro é responsável por cerca de 60% de toda a colheita do produto, gerando, assim, maior desenvolvimento para as cidades da região (União dos Produtores de Bioenergia¹¹⁰).*

Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h27.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/producaosojaPR/SojanoBrasil.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h16.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.sorriso.mt.gov.br/noticia/mt-tem-19-cidades-entre-as-50-com-maior-valor-de-producao-em-2013>.

¹⁰⁹ Disponível em: http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/principal/pag_economia.php.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1102455>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h36.

Fruticultura irrigada

Em Pernambuco, o chamado 'Polo de Petrolina e Juazeiro' é formado pelos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó. A parte baiana, por sua vez, engloba as cidades de Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá. Por lá, as plantações de uva, manga e goiaba estão em alta e em grande parte voltadas para a exportação (Ministério da Integração Nacional¹¹¹).

Algodão

O avanço da tecnologia e o aumento da produtividade permitiram ao Brasil passar de maior importador mundial de algodão para o terceiro maior exportador do produto em 12 anos. [...] A principal preocupação da cotonicultura é com a qualidade da fibra, para atender às exigências das indústrias nacionais e clientes externos. Técnicas avançadas de plantio, aliadas à utilização de cultivares melhor adaptadas ao tipo de solo e clima das regiões produtoras contribuíram para o avanço da produção. [...] As transformações ocorridas na produção de algodão, desde a década de 1990, são resultado da perseverança do produtor e da política agrícola oficial. O setor continua em franco desenvolvimento e com grandes perspectivas de expansão, estimulado pela vitória obtida em 2008, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), contra a prática de subsídios considerados desleais (MAPA)¹¹².

Somando-se a produção do Centro-Oeste com a da Bahia e do Maranhão, o algodão do cerrado representa mais de 80,0% da produção nacional. O deslocamento da produção de algodão para a região dos cerrados, principalmente do Centro-Oeste, foi resultante das condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura e da utilização de variedades adaptadas às condições locais, tolerantes a doenças e com maior potencial produtivo, aliadas às modernas técnicas de cultivo. Soma-se a isso, a expressiva elevação dos preços internos no primeiro semestre de 1997, o estreito suprimento do produto no mercado interno e o estímulo dos governos estaduais, através de programas especiais de incentivo a essa cultura. Outro fator determinante da evolução da cultura do algodão no Centro-Oeste é a produtividade

¹¹¹ Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em 07 de janeiro de 2015, às 0h23.

¹¹² Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/algodao>. Acesso em 07 de janeiro de 2015, às 0h29.

(Associação Sul Mato-grossense dos Produtores de Algodão¹¹³).

Uva

Duas regiões se destacam [na produção de uva]: o Rio Grande do Sul por contribuir, em média, com 777 milhões de quilos de uva por ano, e os polos de frutas de Petrolina/ PE e de Juazeiro/BA, no Submédio do Vale do São Francisco, responsável por 95% das exportações nacionais de uvas finas de mesa. [...] Além dos fatores naturais da Serra Gaúcha, que permitem a obtenção de uvas com elevado teor de acidez, a estrutura agroindustrial existente também é favorável para a produção de destilados de vinho, como o conhaque. Apenas uma pequena parte das uvas cultivadas no sul do País é destinada ao consumo in natura. A fruta é utilizada, em sua maioria, na elaboração de vinhos concentrando mais de 90% da produção nacional (MAPA)¹¹⁴.

Os excertos selecionados nesta parte da tese nos permitem auscultar alguns outros trechos do percurso das ideologias da competitividade global na esfera de atividade agrícola brasileira. A partir do pensamento único da Globalização neoliberal, as ideologias da competitividade, como uma das formas de exercício da mais-valia-universal, seguem sua caminhada pelos discursos dos agentes hegemônicos globais e, a partir deles, essas ideologias vão constituindo também os discursos dos lugares. Cada cidade ou região competitiva do agronegócio constrói discursivamente seu lugar por um discurso preme da disputa pelo posto de maior importância em relação às atividades desenvolvidas: *um dos mais prósperos municípios; economia que deu certo e continua prosperando; maior produtora do grão dourado; cultura agrícola brasileira que mais cresceu; um dos produtos mais destacados da agricultura nacional e na balança comercial; com o crescimento ocorrido durante as duas últimas décadas; a agricultura que desponta como uma das mais eficientes, maior produtor do país; o 5º maior produtor do estado; uma das mais destacadas agroindústrias brasileiras; padrão internacional de competitividade; maior produtor de laranja do mundo; maior região produtora de cana-de-açúcar do Estado; terceiro maior exportador do produto; representa mais de 80% da produção nacional.*

¹¹³ Disponível em: <http://www.ampasul.com.br/institucional.php?tag=13>. Acesso em 06 de janeiro de 2015, às 21h42.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/uva>. Acesso em 07 de janeiro de 2015, às 0h36.

Essas construções usam diferentes tipos de argumentos para sustentar a posição de destaque das regiões, das cidades ou das culturas na esfera agrícola brasileira e no cenário internacional. O uso de argumentos de provas concretas, argumentos de autoridade, argumentos de consenso, ou o uso de superlativos, é um uso que faz parte de toda uma construção linguística e discursiva para expressar determinados interesses. A construção linguística materializa, dessa forma, a refração de interesses de classes, nesse caso interesses cujo objetivo é defender condições e vantagens que já lhes são próprias e impedir movimentos de transformação dessa atual ordem.

Além disso, os discursos da competitividade dos lugares refletem e refratam amplamente os discursos de agentes hegemônicos da Globalização. Há o entrecruzamento de várias vozes nos discursos das regiões competitivas; por vezes diretamente, quando os agentes são citados – *De acordo com a Food and Agriculture Organization – FAO, o continente americano é responsável por cerca de 86% de toda soja produzida no mundo [...]* (Secretaria de Gestão, Planejamento e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul) –, por vezes pela refração dessas vozes que se auscultam pelo cotejamento com documentos e outros textos desses agentes, como os Relatórios Globais dos agentes hegemônicos: no que diz respeito ao papel das Instituições, como os governos federal, estaduais e municipais, além da Embrapa, associações e outros tipos de organização que se mobilizam para assegurar as condições de que esses lugares necessitam para se manterem competitivo – *o Estado [Paraná] conta com a maior equipe de pesquisadores de soja do País e a maior do mundo tropical, responsável pelo desenvolvimento do germoplasma básico que alimenta uma extensa Rede Nacional de Melhoramento Genético de Soja* (Embrapa) –; no que diz respeito a toda a infraestrutura que se mobiliza para essa garantia – *Além dos fatores naturais da Serra Gaúcha, que permitem a obtenção de uvas com elevado teor de acidez, a estrutura agroindustrial existente também é favorável para a produção de destilados de vinho, como o conhaque.* –; no que diz respeito à educação para a qualificação de mão-de-obra – *[...] incentivo à produtividade e à competitividade dos setores produtivos, à qualificação da mão de obra e à publicidade e promoção dos cafés brasileiros [...]* – (MAPA); à inovação e ao acesso a novas tecnologias – *Na última década, pode-se afirmar que houve importante ganho de produtividade no RS através do emprego de novas tecnologias e do manejo do solo, como por exemplo, a transgenia e o método de plantio direto* (Secretaria de Gestão, Planejamento e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul) –; às medidas que garantam condições favoráveis e bom desempenho no ambiente macroeconômico e nas relações com os mercados interno e

externo – *O setor continua em franco desenvolvimento e com grandes perspectivas de expansão, estimulado pela vitória obtida em 2008, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), contra a prática de subsídios considerados desleais (MAPA) –*, e assim por diante, num movimento constante entre infraestrutura e superestruturas, via discurso, via signos linguísticos.

Esses discursos refratam projeções de que a realidade das regiões, das cidades e das culturas competitivas agrícolas é uma realidade *próspera*, de uma *economia que deu certo*, de promoção de *desenvolvimento* e que, por esses motivos, deve ser mantida e fortalecida. Para tanto, as ideologias são expressão das projeções também de agentes globais, numa totalidade mais ampla, que atrela a tomada de posição dessas cidades e regiões às tomadas de decisão e aos parâmetros construídos em nível global, atendendo aos seus ditames. Nesse sentido, os discursos do Ministério da Agricultura, das Prefeituras Municipais, das Secretarias de Estado, da Embrapa, de Associações e Agências ligadas à produção agrícola e pecuária expressam que a *vocação natural* do solo, das condições climáticas, etc. é parte importante, mas junto a isso há uma série de esforços e investimentos – pesquisas, recursos econômicos e tecnológicos, infraestrutura, normatizações e flexibilizações, entre outras coisas – que asseguram a manutenção e o fortalecimento dessa competitividade¹¹⁵.

O domínio dos signos linguísticos é que vai nos revelando e nos permitindo construir essas compreensões de que esse jogo dos discursos e das ações na base material da sociedade é um jogo vivo, dinâmico; um jogo que constitui os índices de valor sobre as atividades agrícolas brasileiras. Contudo, nesse jogo, os discursos dominantes lutam para mitigar as contradições entre esses índices e para instaurar um só e único sentido para a forma como a esfera agrícola brasileira tem se organizado, privilegiando algumas atividades e algumas regiões em detrimento de outras em nome dos padrões internacionais e das demandas do mercado global.

¹¹⁵ Além das competências relativas à competitividade, segundo o que afirmam Castillo e Frederico, “Um dos atributos que a região necessita ter para se tornar competitiva é dispor de uma eficiente logística” (CASTILLO/FREDERICO, 2010, p.21), cuja noção passou a ser central nos fluxos dos diversos circuitos espaciais produtivos a partir da década de 1970. Inicialmente empregado no contexto militar, o conceito de logística passou a designar outros sentidos. Para os autores, é possível compreender o termo como “o conjunto de competências infra-estruturais (transportes, armazéns, terminais multimodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos” (CASTILLO/FREDERICO, 2010, p.21).

4.1.1 A materialidade s gnica-ideológica da Agência Paulista de Promo o de Investimentos e Competitividade

As fábulas da Globaliza o materializam-se, como vimos, em discursos de agentes hegemônicos globais – como o Fórum Econômico Mundial, o Fundo Monetário Mundial, O Banco Mundial, a Organiza o das Na es Unidas, a Organiza o Mundial do Comércio, etc. – mas seguem seu percurso vivo e dinâmico na cadeia inquebrável dos sentidos, posto que nascem-já-caminhando. Nesse percurso, suas capilaridades v o constituindo discursos vários, de variados agentes em diferentes esferas. Na esfera agrícola brasileira, as ideologias da Globaliza o, via discursos da competitividade, interpenetram os documentos dos Ministérios, orientando e justificando a es, medidas e políticas, na media o entre infra e susperestruturas.

Os grupos sociais a que interessa a manuten o e o fortalecimento da busca pela mais-valia universal organizam-se e criam meios para suas proje es, de modo a estabelecerem como “definitivos” e “naturais” os sentidos que as ideologias da competitividade vêm assumindo no período da Globaliza o. Alguns Estados, como entidades políticas, organizaram agências de promo o do território para atrair investimentos. Uma dessas agências   a Investe São Paulo, que atua como entidade produtora de discurso e promotora da ideologia da competitividade¹¹⁶. (Figura 33).

Figura 33 – Logo e slogan da Agência Paulista de Promo o de Investimentos e Competitividade



Fonte: Agência Paulista de Promo o de Investimentos e Competitividade

¹¹⁶ Há também outras agências promotoras de seus territórios para atra o de investimentos, entre elas: a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM), a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Agência de Desenvolvimento do Vale do A o, a Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entre outras.

Vinculada por Cooperação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, do Governo do Estado, a Investe São Paulo é uma empresa privada de interesse público. Seu objetivo é *atrair investimentos para o Estado*, atuando como *porta de entrada das empresas que pretendem se instalar ou investir na expansão dos seus empreendimentos*. Entre suas atribuições, ainda estão atividades como orientação a prefeituras, promoção da imagem do Estado no Brasil e no exterior como destino atrativo para investimentos e, trabalhando lado a lado com o setor privado, *a agência também tem como missão sugerir políticas públicas para melhoria constante da competitividade e do ambiente de negócios no Estado de São Paulo*. Nesse texto de apresentação, quero destacar alguns pontos de contato desse discurso com os discursos dos agentes hegemônicos globais: o caráter *missionário* das ações e dos objetivos da Agência, seu diálogo direto com a esfera pública, nesse caso, por meio da orientação a prefeituras e das sugestões de políticas públicas, a busca pela competitividade, tudo isso sob o estenograma do benefício a todos e do *interesse público*.

A competitividade, signo que aparece já no slogan da Agência (Figura 32), é uma questão central. Nessa organização, existe um *Conselho de Competitividade*, presidido pelo Governador do Estado, atualmente o Sr. Geraldo Alckmin¹¹⁷. Dentro do Conselho de Competitividade, foram criadas Câmaras Temáticas com o intuito de *identificar as demandas do setor privado relacionadas à competitividade, mapear políticas públicas, programas, projetos e ações do governo relacionadas à competitividade, com a finalidade de estruturar o Programa Paulista de Competitividade – Compete São Paulo*.

Entre as Câmaras, há muitos pontos em que o discurso dessa agência se toca com o discurso da competitividade do Fórum Econômico Mundial e de outros agentes hegemônicos:

a) na Câmara Temática da *Desburocratização*, refletem-se os discursos neoliberais da flexibilização e da liberalização; além disso, o 1º pilar da Competitividade do Fórum Econômico também se reflete: no Relatório Anual da Competitividade 2013, o Fórum afirma que *o excesso de burocracia, o excesso de regulamentação, a corrupção, a desonestidade em lidar com contratos públicos, a falta de transparência e confiabilidade, incapacidade de*

¹¹⁷ Além dele, o Conselho é composto por outros membros, entre eles 40 conselheiros do Setor Privado, representantes de entidades como SEBRAE, FIESP, VIVO/Telefônica, FECOMÉRCIO, USP, UNICAMP, UNESP, CUT, EMBRAER, etc.

fornecer serviços adequados para o setor empresarial e dependência política do setor judiciário impõem custos econômicos significativos para as empresas e retardam o processo de desenvolvimento econômico (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2013, p.5). Todos esses fatores, além de outros expressos pelo Relatório, são analisados anualmente pelo Fórum para compor os *rankings* de competitividade global e esses especificamente avaliam o desempenho das Instituições nos países;

b) na Câmara de *Formação de Recursos Humanos*, cuja função é *verificar os gargalos setoriais e regionais de mão-de-obra qualificada*, também estão refletidas e refratadas as vozes do Fórum Econômico, mais especificamente no que diz respeito ao 4º pilar, em que se lê que *a falta de educação básica pode se tornar um obstáculo ao desenvolvimento dos negócios* porque dificulta a ascensão das empresas na cadeia de valores pela produção mais sofisticada ou de maior valor (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 2013, p.6);

c) a Câmara de *Infraestrutura e Logística* está estritamente ligada ao 2º pilar do Relatório de Competitividade do Fórum Econômico. Por inúmeras vezes esse pilar já apareceu nas análises de outros documentos, já que os investimentos em infraestrutura são vitais para os índices de competitividade;

d) no que diz respeito à Câmara *Inovação*, também aqui há um ponto de contato direto com o discurso do Fórum Econômico, em seu 12º pilar, em que se afirma a necessidade de que os países garantam condições para inovação e, para tanto, é preciso que haja *investimento suficiente em pesquisa e desenvolvimento*, bem como *colaboração extensiva em pesquisa e desenvolvimento tecnológico entre universidades e a indústria*; perspectiva que aparece também expressa no texto da Investe São Paulo, com praticamente as mesmas palavras: *fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, aproximando ainda mais a iniciativa privada do setor acadêmico*;

e) e a última Câmara Temática diz respeito à *Promoção à Competitividade*: enquanto o Fórum Econômico Mundial estabelece os 12 pilares para que cada país possa melhorar seus índices de competitividade, a Agência Paulista avalia *as políticas existentes de incentivo à iniciativa privada* e sugere melhorias nos *marcos regulatórios para promover a competitividade das empresas paulistas*.

Além das Câmaras Temáticas, a Agência Investe São Paulo é dividida em diferentes setores de negócios. O *Agronegócio* é um desses setores e se subdivide em três categorias: *Cana-de-açúcar*, *Carne Bovina* e *Laranja*. No exercício de compreensão dos caminhos percorridos pelas ideologias da competitividade, faz parte a compreensão de como as ideologias globais vão constituindo discursos locais na esfera agrícola. Nas três categorias do Agronegócio da Investe São Paulo, o discurso da Agência é preñado das vozes hegemônicas globais da competitividade, constituindo projeções do setor privado paulista sobre as parcerias com o setor público em benefício de corporações produtoras de cana-de-açúcar, carne bovina e laranja.

Para cada uma dessas atividades produtivas a Investe São Paulo apresenta um conjunto de motivos pelos quais se deve investir no Estado. Os três conjuntos estão dispostos no quadro abaixo:

Por que investir em cana-de-açúcar no Estado de São Paulo?	Por que investir na pecuária paulista?	Por que investir na Produção de laranja em São Paulo?
Qualidade do solo e clima favorável ao cultivo	Qualidade genética dos rebanhos.	Oferta abundante e alta qualidade para a produção de sucos.
Mão de obra qualificada nas diversas etapas da cadeia produtiva	Programas de manejo sanitário.	Clima favorável e safra durante o ano todo.
Ampla frota de veículos com tecnologia <i>flex fuel</i> .	Campanhas de vacinação contra as principais enfermidades.	Baixo custo de produção.
Maior exportador de etanol e açúcar do mundo.	Sistema de produção livre de hormônios, que preza pelo bem-estar animal, fazendo com que a carne seja uma das mais saudáveis do mundo.	Proximidade do setor produtivo e do canal de escoamento.
Alta tecnologia e presença de institutos de pesquisa aplicada.	Principal centro de consumo de carne do Brasil.	Indústrias de grande escala, com navios próprios para distribuição de suco e armazéns de portos particulares.

Quadro 02 – Motivos para se investir nos setores do agronegócio de São Paulo. Fonte: Agência Investe São Paulo

Nos conjuntos de motivos apresentados pela Agência para se investir nos setores do agronegócio em São Paulo, são reproduzidos os argumentos relacionados a questões naturais (*qualidade do solo e clima favorável, clima favorável o ano todo*), aliados às densidade materiais e normativas do território paulista (*mão-de-obra qualificada, programas de manejo sanitário, campanhas de vacinação, baixo custo na produção, proximidade do setor produtivo e do canal de escoamento, alta tecnologia e presença de institutos de pesquisa aplicada, indústrias de grande escala, com navios próprios para distribuição de suco e armazéns de portos particulares*). Também compõem os conjuntos de argumentos concentrações de densidades material relativas ao mercado consumidor *ampla frota de veículos com tecnologia flex fuel, principal centro de consumo de carne no Brasil*; aspectos que atendem às demandas de mercado (*qualidade genética dos rebanhos, sistema de produção livre de hormônios que preza pelo bem-estar animal*); além dos superlativos relativos de superioridade (*maior exportador de etanol e açúcar do mundo; uma das carnes mais saudáveis do mundo*).

Todos esses termos fazem parte do fulcro que sustenta o léxico da comunicação global da competitividade; toda a construção linguística e discursiva que sustenta a orientação argumentativa da Agência, tudo isso está na base “da obtenção do consenso funcional à reprodução do idêntico” (PONZIO, 201, p.138 e 139). Cria-se uma identidade para as regiões competitivas agrícolas e seus discursos vão reproduzindo argumentos idênticos aos produzidos pelos discursos de agentes hegemônicos globais no território brasileiro. Esses termos-chave funcionam como sustentáculo em torno do qual se constroem discursos caracterizados pela univocidade, generalidade, prosaicidade, e que vão emprenhando os discursos das regiões, das cidades e das culturas competitivas agrícolas de lugares-comuns. Lugares-comuns dos discursos hegemônicos de busca e de valorização da mais-valia universal como motor único da Globalização.

Se os discursos dos lugares, prenes desses consensos funcionais aos discursos hegemônicos da competitividade global vão instaurando sentidos de homogeneidade, de previsibilidade e de inquestionabilidade, as ideologias competitivas neoliberais passam a ser reproduzidas nos discursos das regiões agrícolas, como a região de São Paulo, constituindo conclusões “óbvias”, contribuindo para o consenso hegemônico global.

Nesse movimento, a manutenção da atual ordem das coisas passa a ser a melhor, ou a única, alternativa possível (TINA). Nas palavras de Augusto Ponzio,

Se todos concordamos que a atual forma de organização social com o seu mercado global seja a única forma possível, aliás, a única forma natural das relações de trabalho e troca, é preciso esforçar-se para a sua manutenção e para a sua reprodução a qualquer custo, mediante qualquer sacrifício [...]. (PONZIO, 2010, p.139).

Se somos *o maior produtor de laranja do mundo* e *o Estado de São Paulo responde por mais de 28,8% do total produzido no globo*; se *o Estado de São Paulo é referência global no cultivo e na produção de derivados de cana-de-açúcar* e se *a cadeia produtiva da bovinocultura se apresenta como uma das principais atividades agropecuárias do Estado de São Paulo*, é “óbvio” e até “previsível” que se mantenham e até se reforcem os esforços para a promoção de investimentos e competitividade. Essa é a defesa dos interesses de uma classe que objetiva defender seus privilégios e encontra nas ideologias da competitividade expressão e realização.

4.1.2 As cidades e regiões competitivas e os discursos da mídia hegemônica

Além dos discursos de órgãos governamentais e instituições que constroem a competitividade como algo *saudável* e, mais do que isso, como algo imprescindível e como garantia de desenvolvimento, justificando, por essa ideologia, a manutenção e o fortalecimento da atual ordem das coisas, há ainda discursos produzidos pela imprensa, pelo viés jornalístico, vendendo as regiões e cidades competitivas do agronegócio como modelos a serem seguidos por outras regiões e cidades brasileiras. O exemplo de economias que *estão dando certo*, as histórias de *sucesso* e de *desbravamento*, as imagens oníricas de tranquilidade e de garantia do futuro compõem o discurso sobre os lugares, mas, para além disso, constituem a corrente de sentidos que reproduzem os consensos neoliberais.

Programas de televisão, telejornais, jornais impressos são constitutivos da corrente que reproduzem os sentidos e tons valorativos do capitalismo neoliberal a partir da vida dos lugares. Em 2004, por exemplo, o Jornal Nacional, exibido pela TV Globo, organizou um DVD comemorativo dos 35 anos do programa no ar¹¹⁸. Na série de reportagens do Brasil rural

¹¹⁸ O DVD comemorativo dos 35 anos do Jornal Nacional reuniu “16 séries de reportagens especiais com temas relevantes para a compreensão do Brasil atual. Exibidas entre abril de 2001 e junho de 2004, são reportagens cuja importância jornalística foi reconhecida no país e internacionalmente, como demonstram alguns dos prêmios recebidos: Prêmio Internacional Rei de Espanha de Jornalismo 2002, para FRONTEIRAS; Medalha do Mérito do Dia Mundial da Alimentação 2001, concedida pelo escritório da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) e Prêmio Imprensa Embratel - Prêmio Barbosa Lima Sobrinho, para FOME; Prêmio UNESCO 2003, para BRASIL BONITO” (sinopse que consta na contracapa do DVD).

(Anexo 17), as fábulas do Brasil que está dando certo, do *Brasil que não para de oferecer emprego num país que procura trabalho*, são (re)contadas, reproduzindo os padrões argumentativos para consolidar a imagem do Brasil agrícola moderno, globalizado e competitivo, do setor que sustenta o saldo positivo da nossa balança comercial.

Na construção fabulosa, há o encontro de palavras com palavras outras. A previsão por parte dos autores dos textos das reportagens em relação às possíveis reações dos destinatários desses textos. *Quem mora em cidade grande não imagina como é intenso o trânsito rural em época de colheita*. Os destinatários, moradores das grandes cidades, em especial, ignoram a movimentação intensa das modernas máquinas agrícolas nos campos brasileiros. *A luz dos faróis vara a noite e rasga as manhãs desenhando, a cada ano, um novo mapa agrícola*. A intensidade do trânsito das grandes máquinas é desconhecida dos destinatários, assim como o fato de que esse movimento acontece durante as 24 horas do dia. Além disso, todo esse trânsito (que reflete o crescimento das atividades agrícolas em larga escala) é responsável pelo novo desenho do mapa agrícola no país. O emprego do adjetivo *novo* aqui gera a necessidade que o autor pressente de explicar ao destinatário como era o mapa *antigo*: *Antes, a cultura de grãos se concentrava no Sul e Sudeste; em 20 anos, se expandiu pelo resto do país*. Nesse trecho, o autor do roteiro da reportagem dirige-se a um ouvinte desconhecedor da realidade do “novo” campo brasileiro e de sua grandeza. Por essa construção discursiva, esse autor desvenda para seu ouvinte como está o Brasil rural hoje.

E no trecho que segue, o narrador explica como é que se deu essa mudança e essa renovação no campo: *os Bandeirantes do século XX vieram de trator*. Aqui, o ouvinte é aquele que sabe sobre os Bandeirantes e sabe também como foi que eles se locomoveram, por onde passaram; agora, os Bandeirantes mais recentes, que desbravaram o Centro-oeste brasileiro, vieram de trator, já simbolizando a modernização do campo.

E do contexto histórico mais geral sobre o desbravamento desse Brasil e sobre o espraiamento da produção de grãos, o narrador passa ao relato de como isso se deu numa família em específico: *Como tantas outras, a família Maggi trocou o Sul pelo Centro-oeste. Das dificuldades fez riqueza, e Blairo Maggi não só se tornou o maior produtor individual de soja do mundo, como acabou se elegendo governador de Mato Grosso*. A história da família Maggi se mistura, na construção do narrador, à história de tantas outras famílias que saíram de sua terra natal em busca de uma outra realidade. Contudo, muito provavelmente por conta de

sua persistência diante das *dificuldades* e por conta de sua *força de vontade*, um de seus membros – Blairo Maggi – alcançou a posição número um do mundo em produção individual de soja, mas não só: além disso, ainda *acabou se elegendo* (o uso dessa locução verbal que, na linguagem coloquial, pode expressar uma consequência quase que casual) o governador do Estado do Mato Grosso. A narrativa constrói a fábula da luta e da persistência do brasileiro (“sou brasileiro e não desisto nunca”) que “do limão se faz uma limonada”, transformando dificuldade em vitória, riqueza e sucesso. Não somente para essa família, mas esse sucesso, fruto da persistência, se estende a várias outras famílias. O narrador traz, então, pelo uso do discurso direto, as palavras do próprio Blairo Maggi, personagem central desse feito: *a soja é responsável não só por eu ser governador hoje, mas de ter criado mais de 120 cidades neste Estado nos últimos 20 anos*. As reportagens aqui publicadas foram exibidas entre 2001 e 2004. Vinte anos antes, seria o início dos anos 1980, quando os processos de globalização já ensaiavam sua intensificação por meio da abertura dos mercados internacionais.

O caráter deformador dos signos vai se expressando à medida que se entrelaça e se entrecruza todo um conjunto de argumentos e de demonstrações de sucesso sustentados pela produção agrícola e pecuária em larga escala. Esse discurso vai se sustentando também na “propaganda” que se constrói das cidades prósperas, das cidades competitivas do agronegócio, das cidades desse *novo Brasil rural*.

Em Lucas do Rio Verde, *a faculdade brota no meio da lavoura, aqui os agricultores ajudam a fazer a ponte, a construir o posto de saúde, as crianças trocam as escolas particulares por modernas salas de aula da prefeitura*. O discurso onírico de todos trabalhando pela infraestrutura da cidade, pela saúde, pela educação das crianças... E tudo isso reflete nos índices de qualidade de vida: *Não faz 10 anos que Lucas entrou no mapa e já conseguiu o título de cidade com melhor qualidade de vida do Estado* (quero destacar que a qualidade de vida é um forte argumento dos discursos de agentes hegemônicos da Globalização, como o Fórum Econômico Mundial, por exemplo).

Outro tipo de argumento bastante utilizado são os dados, os números – o números de máquinas agrícolas vendidas, as toneladas de grãos produzidos, etc. Além disso, a analogia da fazenda moderna e globalizada, com máquinas modernas, funcionando como empresa é um ponto bastante forte na argumentação: *Rubens é um operário do campo. Mora na fazenda, mas tem jornada de trabalho e todos os direitos*. Essa construção é bastante rica para

observarmos essa analogia e a valorização do trabalho da fazenda por ser comparado ao trabalho numa empresa na cidade: *um operário do campo* - o emprego do substantivo operário, que, em geral, é empregado nas indústrias; além disso, ele mora na fazenda, mas tem jornada de trabalho e todos os direitos – o fato de a fazenda ser o local de moradia (o que já é uma vantagem) não faz com que o *operário do campo*” tenha de ficar à disposição do patrão as 24 horas do dia, posto que ele tem jornada de trabalho e isso é expresso pela conjunção adversativa *mas* ligando as duas orações. E aqui, para comprovar o que se está afirmando, o discurso direto, com as palavras do próprio *operário*: *décimo terceiro, décimo quarto, mais a gratificação depois da colheita, ainda.*

E continuando toda a didática dirigida ao ouvinte, mais uma razão é apresentada como responsável por toda essa mudança no campo brasileiro: *Por trás dessa grande mudança no campo está a pesquisa - em Londrina, no Paraná, fica o Centro Nacional de Soja da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Essa vitrine de canteiros exhibe os progressos da soja no país – são variedades desenvolvidas para o nosso clima e o nosso tipo de solo.* E, mais uma vez, o discurso direto do pesquisador constitui a argumentação da narrativa, informando que na década de 70 havia cerca de 10 tipos de soja que eram plantados no Sul do Brasil e hoje há mais de 100 tipos de sementes que podem ser cultivados em todo o território nacional. Aqui, o discurso direto se imbrica no texto do narrador para compor o argumento da Ciência e da Tecnologia a serviço da produção agrícola em larga escala.

E compondo toda essa complexidade discursiva, a ideologia da competitividade neoliberal vai entrecruzando o texto jornalístico “vendendo” a imagem do novo Brasil agrícola, que é próspero e globalizado. A palavra *competitividade* não aparece, mas sua refração no sentido de maior produtividade com menores custos e em menos tempo compõe os discursos de várias das reportagens que compõem o documentário: o plantio direto, que permite duas safras no mesmo ano; a sofisticação na criação de gado, por meio de centros de reprodução com melhoramento genético do rebanho, na diminuição do tempo que uma vaca demora para se reproduzir, na diminuição do tempo de engorda para o abate dos bois, a fazenda que virou empresa e o capataz que virou gerente, a correção do solo e introdução de novos capins; na avicultura, a diminuição do tempo que um frango leva para chegar ao ponto de ir para a panela (a explosão de crescimento do frango comercial), o galinheiro moderno, com água tratada, ração balanceada, climatização, tudo para reduzir o tempo de engorda; o *porco que virou suíno* - o melhoramento genético que desenvolveu a parte mais *nobre* do animal, um

animal que come menos e produz mais carne - o que torna a produção mais competitiva pela diminuição dos custos de produção-, o galpão de engorda também modernizado e respeitando os padrões internacionais de bem-estar animal. Em toda essa lista de ações de sucesso nesse novo campo no Brasil, os padrões internacionais regendo as ações em território nacional são constantes; além disso, o sucesso da competitividade dos produtos agrícolas e pecuários sustenta todos esses investimentos e alimenta a fábula de que o campo competitivo é o futuro que todos devemos almejar.

A essas fábulas ainda se acrescentam as argumentações favoráveis ao *tratamento e correção do solo* e a *prevenção contra as pragas*. O que é tratado e corrigido deve ser enxergado com bons olhos. Nesse sentido, os *fertilizantes* (que tornam o solo mais fértil) e os *defensivos agrícolas* (que defendem as plantações de doenças e pragas) são exaltados pelas imagens de grandes e modernas máquinas pulverizando as plantações (inclusive com aviões – tarefa que chega a render até R\$ 12.000 mensais aos pilotos). No discurso da maior produtividade em menos tempo, os signos *agrotóxicos* e *transgênicos* não são empregados. É uma escolha lexical que atende a intencionalidade do *melhoramento* e da *defesa*, em função de uma maior e melhor produção.

A produtividade, segundo o Fórum Econômico Mundial, *depende do valor das mercadorias e serviços de uma nação, medido pelos preços que eles conseguem comandar no mercado aberto e da eficiência com que eles podem ser produzidos* (2004/2005, p.21). Essa produtividade é objetivo em busca do qual se organizam as políticas, as medidas, as ações nos lugares. Por esses discursos, a *conquista do mercado externo é uma luta* e em nome dela, os índices de produtividade também devem ser melhorados: *Não basta produzir laranja de excelente qualidade, é preciso produzir mais, reduzir custos e olhar longe, pois antes mesmo da florada, a safra já está vendida para a indústria*. A redução de custos, tão cobrada em vários dos discursos nas diferentes esferas, está relacionada aos custos de transporte e logística (por isso, como vimos na maioria dos Planos Agrícolas, por exemplo, a cobrança por infraestrutura de transporte e logística era enorme), o que significa que o lugar em si, a localização da produção não é um fator problema se houver os investimentos adequados para atender às demandas de escoamento da produção. Mas, ainda segundo o Fórum, *os negócios agora estão procurando pela combinação certa dos custos de trabalho – aliados, idealmente, a mercados de trabalho flexíveis – habilidades, infraestrutura, e o apoio prestado pelo ambiente institucional e macroeconômico para reduzir custos. Contra o pano de fundo*

dessas mudanças, os países estão sendo forçados a serem crescentemente criativos, para manter sua vantagem competitiva (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2004/2005, p.XV).

Donde podemos compreender toda a estrutura argumentativa fabulosa produzida e reproduzida de modo funcional para atender a esses ditames.

Em 2010, o mesmo canal de televisão lançou um quadro dentro do Jornal Nacional chamado *JN no ar*, em que repórteres embarcariam a bordo de um avião para mostrar diferentes temáticas em diferentes localidades brasileiras¹¹⁹. No primeiro ano de exibição do quadro, as cidades que receberam a “visita” da equipe do programa foram sorteadas. Várias dessas cidades (“coincidentemente”) são aquelas das regiões competitivas do agronegócio, propostas pelos geógrafos Samuel Frederico e Ricardo Castillo, já citadas anteriormente¹²⁰.

Cacoal (RO) foi uma delas. No quadro a seu respeito (com pouco mais de três minutos de duração), exibido no telejornal em setembro de 2013, a cidade é descrita como *grande e próspera, o segundo produtor de café de Rondônia, que tem o quarto rebanho bovino, que abastece quatro frigoríficos da cidade*.

Lucas do Rio Verde (MT), mais uma vez, aparece no discurso televisivo como cidade próspera. No quadro *JN no ar* exibido em agosto de 2013, a justificativa para mais uma reportagem sobre essa cidade do agronegócio é *um novo fenômeno migratório registrado pelo censo do IBGE*. A chamada para o quadro aborda como as cidades aparecem *como miragens* no meio de tantas plantações, como se estivessem dizendo *Venham ou logo ou se arrependam para sempre*. Com o argumento central de que as cidades do Norte do Mato Grosso registram *um novo fenômeno migratório*, Sorriso, Novo Mutum e Lucas do Rio Verde, que é descrita pelo repórter como *uma cidade que parece de outro Brasil*, devido a um enorme potencial de oportunidades de emprego e desenvolvimento. *E o que é que faz, afinal, com que tantos brasileiros, de tantas partes diferentes do Brasil, decidam deixar tudo para trás para viver nesse lugar quente, que fica a, pelo menos, 300 km de uma cidade grande?*, pergunta o narrador, que responde assertivo logo em seguida: *o motivo está por toda parte aqui: a soja é da cor do dinheiro e a plantação, do tamanho da oportunidade*. E tudo isso vai sendo, novamente, reforçado pelos números em geração de empregos, bons salários, do aquecimento

¹¹⁹ Vale lembrar que 2010 foi o ano eleitoral em que a atual Presidenta Dilma Rouseff concorreu à presidência da República, em sucessão a dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores. O quadro estreou dois meses antes da realização das eleições.

¹²⁰ Os vídeos do quadro *JN no ar* aqui analisados encontram-se no Anexo 18.

da construção civil e do mercado imobiliário, etc.

A corrente discursiva para construir a imagem do *Brasil que dá certo*, da *terra da prosperidade e das oportunidades* vai se construindo continuamente, pelos mesmos mecanismos. Em 2013, o Globo Repórter (Anexo 19), programa também exibido no canal Rede Globo, constrói todo um roteiro para mostrar as chamadas *Cidades Prósperas* e as perspectivas de trabalho nesses lugares. O programa todo, exibido no dia 24 de maio de 2013, é baseado num roteiro comum: descrição da paisagem das cidades e regiões *prósperas*, ressaltando sempre os aspectos positivos (por vezes até bucólicos); descrição das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas nesses lugares; relatos da geração de empregos e oportunidades proporcionadas por essas atividades econômicas; relatos de como essas oportunidades atraem pessoas de várias outras regiões do país e de como nenhum dos entrevistados quer voltar à sua cidade natal e, em vez disso, ainda trazem familiares para também viverem ali e aproveitarem da prosperidade; exposição de como essas pessoas aumentaram suas rendas familiares e, a partir desse aumento, como puderam acessar mais bens de consumo; tudo isso ainda envolto num forte argumento, que é o desenvolvimento pessoal a partir do esforço (da *força de vontade* de cada um); e, numa espécie de fechamento de cada *cidade próspera*, como a vida pessoal e familiar se harmoniza (a partir do orgulho dos pais pelos filhos, do tempo maior para o convívio familiar, da realização dos sonhos pessoais ou da família, etc.).

Esse roteiro-base a partir do qual cada cidade é retratada no programa se constrói pelo uso constante das fabulações da globalização atual e pela repetição de consensos do liberalismo econômico. Paul Singer (2012) problematiza a relação do emprego, por exemplo, abordando as generalizações produzidas, principalmente, pela classe média no Brasil. A “fantástica capacidade” de generalizar tratada pelo sociólogo, produz enunciados como “Todo mundo morre de medo de perder o emprego, todo mundo que perde o emprego e tem mais de 50 anos jamais encontra outro, todo mundo que se forma vai para a pós-graduação ou acumula bicos porque emprego, que é bom, não se encontra nem com lupa, e assim por diante” (SINGER, 2012, p.12). Esses enunciados são elos na corrente de fabulações que constrói o mito, ou mal-estar, como chama o autor, do final do século XX em diante. Os programas televisivos constroem suas réplicas justamente a partir dessa fabulações e projetam as cidades do agronegócio como *paraísos*, como *terras valiosas*, *terras prometidas*, onde *emprego não falta*, onde *só não trabalha quem não quer*, produzindo e reproduzindo ainda mais generalizações,

como *o emprego dos sonhos pra muita gente* ou ainda *um sonho para todo agricultor*. As generalizações preñhes da univocidade de que o *otimismo*, a *prosperidade* e a *esperança* são todos possíveis em terras “prósperas”, subsidiadas pelo sucesso do agronegócio.

As *terras de oportunidades, cidades brasileiras onde sobram empregos e faltam trabalhadores*, como as define o apresentador do Globo Repórter, são construções discursivas constitutivas das fábulas (ou falácias) de que as relações de emprego são de oferta por parte das empresas e de procura por parte dos trabalhadores: *no mundo do progresso, auto-falantes oferecem vagas até em pontos de ônibus, salários disparam e empresários fazem de tudo para atrair empregados; no Centro-Oeste fazendeiros oferecem casa, comida, escola, até cinema, tudo de graça*. Essas construções, com o uso de verbos como *oferecer* e *atrair* colocam em jogo uma perspectiva de que “uma relação de emprego só existe quando alguém, em geral uma firma, dá um emprego a alguém” (SINGER, 2012, p.12). Ainda segundo o autor, a própria linguagem que se emprega dessa forma já é enganadora:

Não há qualquer *dação*, mas compra e venda. O emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Os empresários gostam de falar de oferta de emprego, como se o emprego fosse alguma dádiva que a firma faz ao empregado. Na realidade, é o contrário: é o trabalhador que oferece, ele que é o vendedor, e a mercadoria não é o emprego mas a capacidade de produzir do trabalhador. A firma empregadora é o comprador, o demandante e, como tal, paga o preço pela mercadoria – o salário (SINGER, 2012, p.12).

A inversão que comumente se faz de *oferta de emprego*, intensamente reforçada pelo discurso das *cidades prósperas do mundo do progresso* é uma inversão por meio da qual se constrói uma argumentação com a qual “se obtém facilmente o consenso a conclusões que resultam tão óbvias, previsíveis, indiscutíveis, contribuindo, por sua vez, para a ampliação e o incremento dos lugares-comuns do discurso” (PONZIO, 2012, p.139). Esses lugares-comuns, com seus consensos, vão, a partir de sua repetição de padrões, tentando enfraquecer as lutas dos índices de valores imanente nos signos. E isso, por conseguinte, fortalece os discursos capitalistas neoliberais.

Como todos os signos estão sujeitos a avaliações ideológicas (Bakhtin e Volochínov 2009a), eles podem distorcer a realidade. Discursos que tão amplamente difundem a ideia de que a prosperidade da agricultura globalizada brasileira gera tantos empregos que nem é possível ocupar todas as vagas por *falta de mão-de-obra* qualificada distorcem a realidade de

desemprego agravada pelos próprios processos de Globalização e culpabilizam os indivíduos desempregados (*Com tantas oportunidades, só não trabalha quem não quer*) e também o sistema educacional, que não oferece a formação que a sociedade brasileira globalizada e competitividade demanda. O que no discurso fabuloso parece ser uma falta de capacidade do poder público (por meio da falta de oferta de formação especializada para as novas demandas) ou uma falta de capacidade dos próprios sujeitos de se prepararem para os novos *desafios* da Globalização faz parte do chamado desemprego tecnológico que é causado e já parte integrante da própria Globalização. Paul Singer afirma, que o desemprego estrutural “é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir¹²¹” (SINGER, 2012, p23).

Também corroborando os consensos do capitalismo neoliberal, constrói-se, pela voz do narrador das reportagens, um contexto de prosperidade, de oportunidades e de progresso e se demonstra como isso se dá no campo individual: como cada indivíduo, pinçado do grupo, atingiu seus objetivos, sonhos, conquistas (todos baseados no consumo de motos, carros, terrenos, casas, aparelhos eletrônicos, etc.). Os discursos midiáticos das *idades prósperas* trabalham sua argumentação no campo do individual e não do estrutural¹²². Essa estratégia discursiva está pautada em numa concepção que compreende a ordem das coisas por um viés individualista, segundo Paul Singer (2012): “o individualismo como concepção de mundo e da sociedade desemboca naturalmente no liberalismo” (p.7). Num contexto de tanta fartura de oferta de oportunidades, onde *faltam trabalhadores*, os indivíduos são livres para escolher seus caminhos: aproveitar as oportunidades no mundo do progresso ou contentar-se em ficar às margens dessa prosperidade. Essa escolha é construída como livre opção do indivíduo na

¹²¹ Aqui também poderíamos acrescentar a noção de produtividade exigida pelos padrões internacionais de competitividade, especialmente pelos padrões expressos pelos Relatórios de Competitividade do Fórum Econômico Mundial que define a produtividade como a capacidade de obter maiores níveis de produção com o mesmo número de hora de trabalho de um trabalhador. Desse modo, é bastante vantajoso que um trabalhador saiba operar modernas máquinas para que, com elas, usando a força o mesmo número de força de trabalho seja possível aumentar a produtividade. Daí a necessidade gritante de “mão-de-obra qualificada”.

¹²² “Os individualistas veem todas as instituições que se propõem a proteger o trabalhador contra os riscos de vida e riscos econômicos como obstáculos para a expansão da atividade econômica e do emprego e, portanto, como fator de agravamento da exclusão social. Destarte, além de defender medidas que reforcem a acumulação de capital humano, aquilo que mais exigem é o desmantelamento das instituições de bem-estar social e a desregulamentação do mercado de trabalho. Os estruturalistas, por outro lado, enxergam o mercado como um jogo econômico que produz vencedores e perdedores, estes últimos candidatos certos a se tornarem párias sociais. Do seu ponto de vista, as instituições de bem-estar social são indispensáveis à proteção dos perdedores e para proporcionar-lhes oportunidades, a fim de retornarem ao jogo do mercado com alguma chance. Para os estruturalistas, o desmanche do estado de bem-estar social, que tem lugar hoje em quase toda parte, é possivelmente a principal causa de agravamento da exclusão social na maioria dos países” (SINGER, 2012, p.59 e 60).

busca por seus interesses. “Os individualistas concebem a inclusão social como resultado das ações individuais – como abrir novos negócios, competir pelos empregos, ir à escola para adquirir qualificação e assim por diante” (SINGER, 2012, p.62). Nessa concepção o esforço pessoal e a *força de vontade* entram são fatores determinantes, posto que “eles ignoram a barreira representada pela falta de capital e enfatizam a importância da dedicação, vontade e persistência” (SINGER, 2012, p.62). Imprimindo em seu discurso a univocidade de que num mundo em progresso, como o que se nos apresenta *basta correr atrás* e ter *força de vontade* para encontrar *o caminho da prosperidade*.

Ademais, as reportagens televisivas que constroem discursivamente a prosperidade da agricultura globalizada reportam a palavra outra em sua forma, de modo complexo e tenso, por meio de comentários e réplicas. Embora haja uma tentativa de monologização, a tensão constitutiva dos discursos também se pode auscultar entre as palavras dos autores dos roteiros das reportagens e as palavras outras. Isso se examinarmos os enunciados concebendo-os como réplicas de um diálogo, em que há expressas, por parte dos autores, previsões de possíveis reações ou inter-ações dos destinatários. Tratando da relação entre autor e destinatário, Bakhtin e Volochínov dirigem especial atenção ao parágrafo do texto escrito como análogo às réplicas de um diálogo. Para os autores, “os tipos clássicos de parágrafos são os seguintes: pergunta-resposta (em que quem faz a pergunta e quem dá a resposta é o mesmo autor); acréscimo; antecipação de possíveis objeções; identificação no próprio discurso de aparentes contradições e incoerências, e assim por diante” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2011, p.65).

A lista das culturas e dos lugares prósperos do *mundo do progresso* vai aumentando para compor a argumentação: além de Lucas do Rio Verde (MT), Sabáudia, no Paraná, lugar em que tanto os produtores com propriedades de 50 hectares quanto os com propriedades com 500 hectares conseguem fazer parte da cadeia produtiva, inclusive chegando à exportação; Campo Verde (MT), em cujas lavouras *é possível sonhar alto*; Rondonópolis (MT), cidade que *cresce junto com as lavouras de algodão*; Uruçuí e Bom Jesus, no Vale do Gurgueia (PI), *uma terra valiosa*; Campo Novo do Parecís; Sorriso (MT); Nova Mutum (MT). Além disso, a ideia de que os produtos brasileiros tem alcançado o mundo, graças ao sucesso da produção agrícola e pecuária: *a rã produzida no interior de Goiás que é servida em restaurante chinês em Nova Iorque*; *mel da caatinga nordestina que vai para o Japão*; *a maçã de Santa Catarina exportada para a Europa (considerada a terra da maçã)*; *a exportação da soja (a grande estrela das exportações)*, *que desbanca os Estados Unidos, o couro de boi*. Tudo isso assegura

que a conta da nossa balança comercial só sai do vermelho quando entram no jogo o *nosso fiel da balança, as exportações agropecuárias*, o que quer dizer que *é o agronegócio que faz o Brasil ter dinheiro em caixa*.

As intencionalidades das construções fabulosas, para não dizer míticas, sobre as cidades e as regiões competitivas do agronegócio se revelam quando analisadas ao longo do percurso traçado por esses discursos e de sua caminhada. Aqui, fiz um recorte de vídeos de uma mesma emissora (por enquanto, ainda hegemônica no Brasil) que promovem essas cidades e essas regiões como prósperas e como se fossem uma parte *separada* do restante do Brasil. Isso imprime um forte teor político-partidário a esses discursos, uma vez que todos os filmes que compuseram essas análises foram produzidos e exibidos já no período do governo do Partido dos Trabalhadores. Os recursos e artifícios da linguagem jornalística tendem a conferir um caráter de imparcialidade e de neutralidade. Contudo, as ideologias competitivas neoliberais são refletidas nessas construções argumentativas e refratam a possibilidade de construção de um real pautado no viés econômico, da acumulação de capital, do incentivo à produtividade etc. compondo toda a cadeia de tom valorativo.

No que diz respeito aos discursos impressos, em junho de 2014, é publicado, na Folha de S. Paulo, um caderno especial de título *O Brasil que dá certo – Centro Oeste*. A imagem da capa são mãos tocando a soja para demonstrar a produção que dá certo e *a força do grão*, cujo aumento da safra, aliado ao algodão, *impulsiona o parque industrial de Mato Grosso e promove salto no desenvolvimento do Estado*. O caderno inteiro se organiza em torno da divulgação dos bons resultados da região brasileira que dá certo e justifica o sucesso pelo crescimento das atividades agrícolas em larga escala, especialmente a produção de grãos: *A região Centro Oeste foi o berço da maior revolução agropecuária do planeta nos últimos 50 anos. Graças ao desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições tropicais dos cerrados, o Brasil ocupou o primeiro lugar mundial em ganhos de produtividade total da agricultura* (FOLHA S. PAULO, 23/06/2014, p.5) (Anexo 20).

Com toda a base argumentativa para ratificar a posição de liderança do Brasil no setor, o caderno se organiza para mostrar que justamente por ser um setor *revolucionário* o agronegócio precisa de mais investimentos públicos em infraestrutura e logística, além da desburocratização para que sua competitividade possa aumentar: *é hora de usar a experiência e a competitividade do Brasil para avançar nas grandes cadeias globais de valor do*

agronegócio mundial. A competitividade como âncora, como alvo e como moeda de troca nos processos de internacionalização da produção brasileira é uma grande cobrança. Com um setor responsável por uma região do Brasil que dá certo, é justo e até mesmo previsível que se atendam suas demandas, direcionando grandes porções de recursos para melhorias nas rodovias, nos portos, nas ferrovias, nos locais de armazenagem, etc.

O discurso da competitividade ainda compõe o caderno num texto publicitário da Confederação Nacional da Indústria, que, ocupando quase meia página, afirma *A invasão é a chave da produtividade, que abre as portas para um país mais competitivo*. Nesse enunciado, está presente tanto o consenso da competitividade, quanto o consenso da necessidade de se abrirem cada vez mais e mais portas, ambos sustentados pela produtividade, palavra que compõe o conjunto de univocidades da ideologia capitalista neoliberal.

E o *Brasil que dá certo* tem seus exemplos materializados nos discursos sobre os lugares em diferentes esferas. Dos documentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, interpenetrados pelas ideologias da competitividade global, para os discursos das cidades, por meio de seus vídeos institucionais, para os textos jornalísticos, etc. Uma cadeia de comunicação global contínua, viva e dinâmica. E esses mesmos discursos, prenes das ideologias hegemônicas globais, vão constituindo a esfera política, em ano de eleição para o cargo de Presidente da República.

Em *Conversa com os brasileiros*¹²³, o então candidato Aécio Neves (PSDB) vai até a cidade de Sorriso (MT), cidade que, aliás, aparece várias vezes nos discursos institucionais e jornalísticos hegemônicos sobre as cidades competitivas, conversar com brasileiros num lugar que, segundo ele, *é um dos maiores exemplos do Brasil que dá certo*. Essa visita do então candidato se deu em função de que ele pudesse *conversar um pouco com os homens que fazem o Brasil andar pra frente* para saber quais as prioridades efetivas da região para que esses homens tivessem *mais competitividade* e um resultado cada vez melhor. Aécio ainda reforça que em termos de índices de competitividade, *da porteira pra dentro, não tem ninguém mais competitivo do que o brasileiro, da porteira pra fora, começam os problemas*. A metáfora da porteira permite a construção de sentidos que se referem aos papéis nessa cadeia produtiva de sucesso: o que é da competência dos fazendeiros (ou empresários) está

¹²³ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J9qM9qWGUeA>. Acesso em 20 de janeiro de 2015, às 3h45 (Anexo 21).

caminhando bem, com eficiência e altos níveis de competitividade; o que é da competência do Estado, do poder público, é ineficiente, não atinge os níveis de competitividade exigidos pelos padrões do mercado internacional. Mais uma vez, o substantivo empresa não aparece; em vez dele, são usados os substantivos *homens* e *brasileiros*. Essa é uma estratégia discursiva que tem sido bastante recorrente nos discursos que “vendem” as regiões competitivas do agronegócio, evitando ligar os resultados a empresas, o que fortalece a imagem de que os grupos que se beneficiariam com maiores investimentos e infraestrutura seriam grupos de cidadãos comuns e não empresas do setor privado.

As colocações desses *homens que fazem o Brasil andar para frente* são, em sua maioria, cobrança por mais infraestrutura, especialmente no que diz respeito a transporte e logística (que também são as maiores cobranças constantes nos Planos Agrícolas e Pecuários do MAPA e nos relatórios dos agentes hegemônicos globais). Em resposta, Aécio Neves declara que as prioridades de um governo devem ser *garantir que o Brasil cresça mais, que o Brasil produza mais, que o Brasil gere mais divisas, porque isso vai gerar renda interna, vai gerar mais emprego*, isso considerando que a alavanca do crescimento brasileiro desde muito tempo é o *agronegócio*. Corroborando o consenso de que é preciso investir em mais infraestrutura, o candidato à presidência afirma que *em termos de infraestrutura, o Brasil parou no tempo*. Esse é sempre um grande ponto de cobrança desses discursos, que parecem produzir um uníssono.

Ainda nessa conversa com Aécio Neves, os pedidos se encaminham para a flexibilização da legislação trabalhista e para a necessidade de uma reforma tributária, com redução dos impostos, com o que o candidato concorda, afirmando que apresentará um *Plano novo, ousado e corajoso para o Brasil*. E sobre a região, impulsionando ainda mais o discurso hegemônico das regiões competitivas agrícolas, ele afirma que a região do Mato Grosso é uma região que, *sem retrovisor, que caminha para frente*. As soluções apontadas por Aécio expressam que é preciso *inaugurar um tempo onde o setor privado seja estimulado cada vez mais a produzir e o setor público faça a sua parte*. É o consenso dos agentes hegemônicos, tão reproduzido em todos os documentos já lidos e analisados até aqui: que as instituições públicas *façam sua parte* [atendendo aos ditames do “mercado internacional”] *para alcançar maiores índices de produtividade* [diretamente ligada aos índices de competitividade].

A visão “individualista”, da qual trata Paul Singer (2012), também é refratada no discurso de

Aécio, num desses vídeos de propaganda político-partidária¹²⁴. *Eu tenho um a visão de país diferente um pouco daqueles que estão no governos hoje, que acham que o Estado faz tudo pra você. Nada, eu acho que quem muda o Brasil é você, que tá lá estudando, ralando.* É o discurso do *cada um por si*, de que as ações de proteção ao trabalhador contra riscos de vida e riscos econômicos são obstáculos para a expansão das atividades econômicas (SINGER, 2012). A visão de que cada sujeito é responsável pelo seu próprio sucesso e, conseqüentemente, pelo seu próprio fracasso; novamente, a culpabilização do sujeito pelo insucesso e a não-assunção da responsabilidade do setor público pelo cuidado e a proteção aos seus cidadãos. Além disso, há refratada nessa fala uma crítica severa a programas como o de cotas nas universidades públicas, por exemplo, porque o governo *não pode passar a mão na cabeça do cidadão*, já que quem vai mudar a vida de cada cidadão é o próprio cidadão, *quem tiver disposição de ralar e de enfrentar*. Essa afirmação também ressoa o discurso dos líderes do Fórum Econômico Mundial no texto publicado no jornal New York Times¹²⁵, já analisado anteriormente nesta tese, em que afirmam que para enfrentar os impactos sociais da Globalização não basta uma expansão mecânica de programas de bem-estar social. Contudo, há aqui uma contradição nesse discurso de que cada um é responsável pelo seu próprio sucesso e crescimento, quando em outros momentos esses mesmos discursos caminham em defesa da promoção de uma série de medidas de apoio e de incentivo ao setor privado.

Seria possível ainda aqui trazer outras falas de Aécio Neves, em diferentes momentos¹²⁶, em defesa das privatizações, da flexibilização da carga tributária, da busca pela competitividade, citando diretamente, inclusive, os rankings internacionais como os do Fórum Econômico Mundial, etc. Contudo, aqui me detenho aos discursos que circulam e circularam na mídia brasileira hegemônica através dos quais ressoam as ideologias neoliberais, através dos quais auscultam-se as vozes da competitividade global, em diálogo com os discursos de agentes hegemônicos globais e de instituições governamentais brasileiras, como o Ministério da Agricultura, e mais especificamente me interessam aqueles discursos que tratam da

¹²⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sx_g9CrSqBM. Acesso em 21 de janeiro de 2015, às 23h02 (Anexo 21).

¹²⁵ Refiro-me ao texto “*Globalization needs a human face*”.

¹²⁶ Cito aqui como exemplos a apresentação de Aécio Neves no Fórum da Liberdade, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), em abril de 2014, cujo tema era a competitividade (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oIIAcrDvvLE>. Acesso em 22 de janeiro de 2015, às 03h06); uma entrevista dada pelo então candidato à Presidência da República durante a Agrishow, também ocorrida em abril de 2014, em Ribeirão Preto (SP) (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oIIAcrDvvLE>. Acesso em 22 de janeiro de 2014, às 03h08) e sua participação da abertura do Congresso Nacional da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WoHKjDVhG_w. Acesso em 22 de janeiro de 2015, às 03h13).

competitividade global no território, nas cidades e regiões competitivas do agronegócio.

Nesses discursos todos do novo Brasil agrícola, da agricultura científica globalizada, em nenhum dos vídeos ou reportagens, o sentido ou função sintática de sujeito das orações é das empresas produtoras e exportadoras do agronegócio. Essa função é sempre ocupada pelos nomes dos lugares (cidades, regiões ou país) ou pelos sujeitos ocultos com os verbos conjugados em primeira pessoa do plural (nós) para remeter aos brasileiros: *Os impostos altíssimos criados para produzir os laranjeiros da Flórida fizeram com que o Brasil descobrisse novos mercados; O Brasil está entre os três maiores produtores de couro de mundo [...] estamos importando por ano 17 milhões de peças assim; O Brasil já exporta mais de 1 bilhão de dólares por ano em couros, outro 1,5 bilhão em calçados; ultrapassamos a barreira mágica das 100 milhões de toneladas de grãos, neste ano devemos bater um novo recorde: 114 milhões de toneladas; em apenas 10 anos, o Brasil dobrou a capacidade de produzir alimentos; [...] no país que tem o maior rebanho comercial do mundo; Estamos em Mato Grosso, conhecido como o celeiro do Brasil; A cidade que nasceu cercada pelas lavouras tinha planos ambiciosos: queria crescer de forma sustentável [...] e não demorou para Campo Novo dos Parecís [MT] se transformar no maior produtor [de girassol] do Brasil; Mato Grosso, 3 milhões de habitantes, é o principal produtor de soja do país; Este é o Brasil que empreende”; “Esta região é um dos maiores exemplos do Brasil que dá certo; Da porteira pra dentro não existe ninguém mais qualificado, mais preparado e mais produtivo do que o brasileiro.*

É uma construção estratégica, bastante funcional para a fabulação de que toda a prosperidade anunciada é do país e não dessas empresas, muitas delas multinacionais. Dessa forma, os brasileiros sentem-se parte dessa atmosfera de prosperidade. Ademais, quando for preciso fazer investimentos para a ampliação das condições de produtividade e de competitividade, o país, o setor público é que será cobrado¹²⁷: *Se o país tivesse mais ferrovias, usasse melhor o*

¹²⁷ As cobranças por investimentos, reformas e readequações de legislação e normatizações, como os investimentos pesados em infraestrutura, desoneração tributária e a “flexibilização” das leis trabalhistas e do código florestal, por exemplo, são cobranças bastante recorrentes nos discursos da classe interessada em orientar as atividades agrícolas brasileiras com base no capital e no mercado. Em 2014, um documento elaborado pela FGV foi apresentado aos candidatos à presidência no Brasil. Esse documento, intitulado *Proposta de Plano de Ação aos Presidenciáveis*, é pautado em 5 princípios, cujos destaques passo a transcrever: 1. Desenvolvimento Sustentável: *do agronegócio, beneficiando a sociedade brasileira*; 2. Competitividade: *através de (i) geração e transferência de tecnologias; (ii) investimentos em defesa agropecuária; (iii) desoneração tributária; e (iv) ampliação da rede de infraestrutura e logística*; 3. Orientação a Mercados: *para ampliar a inserção do Brasil nas cadeias produtivas globais, visando o atendimento das múltiplas demandas e necessidades dos*

potencial dos seus rios, poderia baixar o custo do transporte: um dos mais altos do mundo. Mas nessa buraqueira, o agricultor de soja brasileiro gasta quase três vezes mais que o americano no escoamento de grãos. Uma situação precária, que contrasta com a eficiência da produção (nessa construção, o agricultor produz e o país deveria investir mais em infraestrutura de transporte); O setor de couros é um bom exemplo de como o Brasil pode ampliar ainda mais as exportações do agronegócio – desafio que o novo século impõe ao país que nasceu exportando [...]; Outra preocupação da cidade é com a qualificação da mão-de-obra; Nossos problemas começam da porteira pra fora.

Os discursos da Globalização (do encurtamento de tempos e distâncias, da liberalização, da derrubada de fronteiras, do acesso às tecnologias), que compõem os discursos de agentes hegemônicos globais (por meio da ideologia da produtividade e da competitividade, como exercício da mais-valia universal), são os mesmos discursos que constituem documentos de instituições nacionais brasileiras, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que vão orientando as ações da agricultura científica globalizada; são também os discursos que interpenetram os enunciados das regiões e das cidades brasileiras (as cidades competitivas do agronegócio), que se expandem por discursos jornalísticos, discursos esses que fazem parte do cotidiano das famílias brasileiras por meio de programas de TV populares (mesmo travestidos de programas intelectuais).

Todo esse processo, essa repetição dos padrões discursivos e argumentativos em diferentes esferas de atividade humana, com diferente poder de alcance, esse processo todo cria uma atmosfera de “neutralidade”. Contudo, essa neutralidade inexistente, uma vez que a produção desses discursos, bem como sua repetição nas diferentes esferas, atendem a uma intencionalidade de construção de consensos funcionais ao fortalecimento e à manutenção das ideologias capitalistas neoliberais da flexibilização, da liberalização, da acumulação de capital, do aumento da competitividade e da produtividade, aliados ao aumento dos índices de

consumidores internos e externos. Para tanto são essenciais medidas [...] como atuação agressiva na celebração de acordos comerciais; consolidação de marcos regulatórios em sintonia com os padrões internacionais; e construção de organizações para aumentar a capacidade de formulação de políticas e estratégias no País (“Think Tanks”[grupos de interesses para formulação de políticas]); 4. Segurança Jurídica: para garantir o direito à propriedade privada [...]. Simplificação e aplicação da legislação agrária, ambiental e trabalhista, com base em critérios técnicos, condizentes com as características do agronegócio, da produção agropecuária em particular e dos mercados internacionais; e 5. Governança Institucional: [...] reduzindo o tamanho do Estado e o número de ministérios ampliando a articulação com o setor privado. Essas cobranças que o documento faz oficialmente aos candidatos estabelecendo regras de uso do aparato do Estado para atender ao setor privado e aos mercados globais (Anexo 22).

qualidade de vida, numa corrente infinita e inquebrável de univocidades.

O ideologema da competitividade neoliberal é reproduzido e traduzido de um material para outro: em escala planetária, via discursos dos agentes hegemônicos globais; na esfera agrícola brasileira, via documentos do Ministério da Agricultura, por exemplo; na esfera jornalística, sob diferentes formas; em discursos políticos partidários, imprimindo o caminho ideológico dominante e expressando uma “verdade” no horizonte ideológico da época da globalização neoliberal.

Todo esse caminho percorrido pelas ideologias da competitividade até o material ideológico da agricultura brasileira globalizada é a materialização da consciência social de uma dada coletividade. É no meio ideológico que essa materialização se expressa exteriormente. E, para Pável Mediviédev,

o meio ideológico é sempre dado no seu vir a ser dialético vivo; nele, sempre existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem. Mas par cada coletividade, em dada época do seu desenvolvimento histórico, esse meio se manifesta em uma totalidade concreta, singular e única, reunindo em uma síntese viva e imediata a ciência, a arte, a moral e outras ideologias (MEDIVIÉDEV, 2012, p.57).

O meio ideológico da época globalizada neoliberal manifesta uma totalidade em que a competitividade baliza as ações para a extração da mais-valia universal. Contudo, seu vir a ser dialético vivo engendra, mesmo nos limites de uma mesma concepção ideológica, as contradições, as encruzilhadas. A globalização perversa tal como se nos apresenta possibilita, também, em seu vir a ser, a construção de memórias de futuro de uma outra globalização.

É no terreno das contradições ocultas do signo que se expressa seu caráter refratário e deformador, posto que “na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009a, p.48). Desse modo, a compreensão do nascer-já-caminhando das ideologias da competitividade nos discursos das regiões agrícolas competitivas no Brasil perpassa a ausculta das contradições ocultas dos signos que desses discursos fazem parte, para alcançarmos além da face estabilizada do espírito da época globalizada.

É preciso reconhecer as contradições e os conflitos do horizonte ideológico dessa nossa época globalizada, é preciso buscar sua face menos estabilizada. Num horizonte em que reinam as ideologias da mais-valia universal e da competitividade, ali mesmo estão as contrapalavras, as palavras outras, que expressam diferentes tomadas de posição sobre a ordem das coisas. No item seguinte, trago algumas dessas palavras outras, que se constituem palavras e atos de resistência dentro desse horizonte de possibilidades.

4.2 Palavras e atos de resistência nos lugares – possibilidades de uma outra globalização

No contexto global contemporâneo, as lutas não se extinguiram, não se apagaram; elas estão vivas. O discurso hegemônico é que tenta escamoteá-las, escondendo as contradições. Dentro desse mesmo Brasil agrícola competitivo e globalizado, existem as pequenas propriedades de terra, assentamentos da reforma agrária e de movimentos sociais, terras indígenas, comunidades quilombolas, faxinalenses, as populações ribeirinhas, as quebradeiras de coco, as comunidades de fundos de pasto. Todos esses grupos produzem discursos, produzem palavras respondentes, palavras de resistência à ideológica capitalista neoliberal competitiva. Esses Brasis agrícolas afloram as contradições sociais, resistindo ao tom hegemônico dos discursos da Globalização competitiva neoliberal, cujas ideologias estão em embate constante com formas menos cristalizadas e menos estabilizadas de ideologia e que combatem cotidianamente a ideologia oficial.

Essa resistência é a reação que constitui e que renova as ideologias entre os grupos sociais organizados. E esses grupos também produzem discursos por meio dos quais se expressam possibilidades outras de construção de realidade, nos quais se constroem memórias de futuro e utopias por um outro mundo, por uma outra forma de organização que seja balizada em outros valores, por uma outra globalização.

4.2.1 Palavras de Assentamentos de Reforma Agrária

A redistribuição de terras numa sociedade globalizada competitiva é uma tarefa bastante espinhosa, pois que luta contra a concentração e a acumulação, que são características essenciais desse tipo de organização social balizada pelo viés econômico. A luta pela Reforma Agrária já constitui, portanto, um grande movimento de resistência e uma postura respondente à atual ordem das coisas. Balizar políticas e ações contra concentração de terra em grandes

latifúndios por princípios sociais em vez de princípios econômicos ou comerciais é uma proposta outra de organização, uma proposta que instaura resistência e coloca em jogo os conflitos e os embates que devem ser travados nesse meio.

A partir das ações da Reforma Agrária no Brasil, os movimentos sociais de luta pela terra foram também construindo seu lugar na postura de resistência. Quase a totalidade dos assentamentos em território brasileiro resulta de situações de conflito, não necessariamente um conflito com o uso de violência, mas uma situação de disputa e de reivindicação de movimentos sociais por possibilidades outras de distribuição da terra¹²⁸.

No Oeste de Santa Catarina, por exemplo, o projeto desenvolvimentista do Estado culminou num processo de aprofundamento das desigualdades e dos mecanismos de exclusão social. O surgimento de agroindústrias e frigoríficos na região no início da década de 40 inicialmente incorporou uma grande parcela dos agricultores familiares. Contudo, posteriormente a diferença socioeconômica entre eles foi aumentando. Todos esses fatores combinados criaram um ambiente fértil para a formação de movimentos sociais. Aliada ao sucesso das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul e à volta de muitos agricultores dos projetos oficiais de colonização no Mato Grosso, a ideia da ocupação de terras foi se fortalecendo:

Em 1980, ocorre a primeira ocupação em Santa Catarina, na fazenda Burro Branco, em Campo Erê. Em 1984, acontece em Chapecó o I Congresso dos Sem Terra de Santa Catarina. Em 1985, no contexto do PNRA [Plano Nacional de Reforma Agrária], o MST promoveu no oeste catarinense uma das maiores ocupações de terra realizadas em sete municípios. A amplitude dessa ação coletiva gerou uma série de efeitos políticos e sociais, pressionando os poderes públicos para um problema cuja intensidade não havia sido percebida. Após três anos, essas famílias seriam assentadas, surgindo os primeiros assentamentos no Extremo-oeste, de onde vinha grande parte dos “sem-terra” (LEITE [et al.], 2004, p.55).

Conforme as conquistas de seus espaços vão se dando, os grupos sociais “assentados” da Reforma Agrária têm a tarefa de pensar a organização desse assentamento, a lida com a terra e com a produção agrícola e pecuária e a vida das relações sociais que aí se constituirá. Todo esse processo gera discursos, coloca na grande corrente de comunicação social os sentidos que esses grupos sociais querem imprimir a todo esse conjunto de relações. Uma das

¹²⁸ Um estudo realizado por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA, como parte do Projeto de Cooperação Técnica do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola demonstrou que a quase totalidade dos assentamentos estudados nasceu de algum tipo de conflito em torno da terra: ocupação, ocupação paulatina, resistência na terra, etc. (LEITE [et al.], 2004, p.42 e 43).

materialidades geradas pelos grupos assentados da Reforma Agrária é o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – o PDA. Por meio desse documento, os integrantes dos assentamentos estudam as condições da terra conquistada, somando às necessidades e às expectativas do grupo e constroem suas memórias de futuro.

No Oeste do Estado de Santa Catarina, por exemplo, um dos resultados alcançados pelos esforços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi a criação do Projeto de Assentamento Dom José Gomes¹²⁹, na cidade de Chapecó, em dezembro de 2008, com 30 famílias assentadas. Esse Assentamento produziu o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – no ano seguinte. Nesse documento, há expressas possibilidades de construção do real de uma agricultura diferente daquela pautada na acumulação de capital e de renda¹³⁰.

A estratégia de desenvolvimento do assentamento é, para esse grupo, adjetivado como desenvolvimento *socioeconômico*. A perspectiva social é colada à perspectiva econômica; além disso, essa estratégia é construída como o planejamento da *produção* e da *cooperação*, produzir, portanto, é uma atividade somada ao espírito de cooperação e não ao espírito de competitividade. Além disso, o que se busca com esse Projeto de Desenvolvimento é *a garantia da segurança alimentar das famílias, e também sua sustentabilidade através da viabilidade técnica, econômica e ambiental do assentamento, com inclusão social*. O objetivo primeiro é a *segurança alimentar das famílias* e além dele é que os outros aspectos aparecem no texto do documento e, mais uma vez, o aspecto social engloba toda a estratégia proposta.

Outro ponto que se contrapõe às estratégias e aos discursos hegemônicos é a questão da diversificação da produção. Enquanto as grandes propriedades e grandes empresas do

¹²⁹ Trouxe aqui esse Projeto de Assentamento bem como seu Projeto de Desenvolvimento para compor as compreensões por dois motivos principais: o primeiro diz respeito à importância do Oeste Catarinense na luta pela terra por meio da organização dos Movimentos Sociais; o segundo motivo de escolher esse assentamento em Chapecó é porque vivo e trabalho nesta cidade há três anos. Desse modo, pude compreender, por meio da leitura e da análise de todos esses documentos, como os discursos que se constituem hegemônicos globalmente vão interpenetrando os discursos de esferas governamentais e da mídia no nosso país, como as mesmas ideologias hegemônicas globais vão constituindo os discursos dos lugares e como esses discursos hegemônicos encontram respostas, encontram contrapalavras em grupos sociais que instauram um olhar diverso sobre as possibilidades de construção do real.

¹³⁰ Também é possível encontrar essas concepções sobre a produção agrícola e sobre a organização de grupos sociais em outros Planos de Desenvolvimento de Assentamento, tais como o do Assentamento 28 de Maio, do município de São Luiz Gonzaga (RS); o do Assentamento Formosa, do Município de Darcinópolis (TO); o do Assentamento Conquista da Vitória, no município de Aceguá (RS), o do Assentamento Chico Mendes II, no município de Pingo d'Água (MG), entre outros (Anexo 23).

agronegócio pautam toda sua produção e todo seu investimento na monocultura (mais fortemente na monocultura da soja), aqui, *a atividade agrícola será baseada na diversificação através de culturas anuais de verão e de inverno, e de perenes, sendo parte da produção destinada para consumo interno e parte para comercialização*. A cultura proposta pelo assentamento, baseada na diversificação, difere da monocultura; o destino da produção também se constitui diferente, uma vez que no assentamento a alimentação das famílias assentadas é o grande objetivo, seguido da comercialização. O foco é outro. O autossustento do assentamento é uma característica forte expressa por esse documento:

Temos que avançar na produção do auto-consumo [...]. Esse é o nosso desafio: produzir para nos alimentar, para depois sim pensar em comercializar, em gerar renda porque não adianta você ter uma boa renda se todo dinheiro é deixado no mercado para comprar alimentos que poderiam ser produzidos aqui.

E o documento ainda reforça a importância da produção para o autoconsumo e a necessidade da diversificação da produção em outro trecho do Projeto:

Objetiva-se com este programa [Programa de produção de alimentos para autoconsumo], garantir alimentação farta e de boa qualidade a fim de suprir as necessidades básicas das famílias assentadas. O resgate da capacidade produtiva para o consumo faz parte das prioridades em todos os assentamentos. A diversificação de alimentos, os produtos in natura ou mesmo produtos beneficiados e industrializados objetiva garantir farta variedade e qualidade de alimentos. Viabilizar a produção de legumes, hortaliças, frutas, carnes e grãos utilizados para a alimentação humana é condição básica para qualquer família camponesa.

O substantivo *resgate* no trecho acima nos permite compreender que a produção agrícola vem sendo destinada, em geral, à comercialização e não ao consumo. Produz-se uma determinada cultura, comercializa-se para, em seguida, consumir a alimentação em supermercados, por exemplo. Essa é a produção de uma mercadoria, ou uma produção de *commodities* para exportação. Contudo, o que se expressa nesse documento é uma possibilidade de construção (ou de resgate) de uma agricultura que dê conta prioritariamente da alimentação das famílias produtoras, o que instaura a comercialização dessa produção como condição secundária.

As palavras respondentes aos discursos hegemônicos vão também constituindo o documento

no sentido da aplicação das novas técnicas ou da ciência no plantio. Enquanto são destinados grandes montantes para o financiamento da compra de *defensivos agrícolas* para as monoculturas de exportação de forma a atender a qualidade exigida pelo *mercado internacional*, no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento, o que se busca é um outro tipo de produção: *As famílias pretendem produzir alimentos orgânicos, leite, peixes, aves de corte, ovos e outros alimentos diversificados; Pretendem utilizar o plantio direto e cuidar para diminuir o uso de agrotóxico, produzir organicamente sem o uso de venenos, evitando o uso das sementes transgênicas; Incentivar práticas agrícolas conservacionistas e não poluentes, sem o uso de agrotóxicos.* Nesses trechos, aliás, os *defensivos agrícolas* são nominados como *agrotóxico, venenos e poluentes*. São valorações diversas expressas pelo uso dessas palavras e não outras para definir o uso desses produtos na produção agrícola¹³¹.

Essas valorações diversas materializam olhares também diversos sobre a agricultura e sobre a forma como se deseja lidar com a terra. Isso declara o desejo de se construir *um modelo que preserve o meio ambiente, possibilite geração de renda, gere vida através da produção de alimentos saudáveis, possibilite autonomia e independência aos assentados além de elevar a qualidade de vida das famílias.* A preservação do meio ambiente e a geração de renda são valores também expressos nos Planos da agricultura de larga escala. Contudo, esses valores, nos discursos capitlistas, são anexos à geração de divisas e à produção de saldo positivo na balança comercial, instaurando um lugar para o Brasil no cenário econômico mundial. O que as famílias assentadas constroem como memória de futuro é a preservação do meio ambiente e a geração de renda aliadas à geração de *vida* por meio da produção de alimentos saudáveis e da possibilidade de se construir a autonomia e a independência dessas famílias. É um modo diverso de valorar a produção agrícola.

E o caráter respondente desse documento se expressa declaradamente em sua construção: *Na área agrícola, o cultivo de plantas medicinais se apresenta como uma crítica ao sistema que tem base, quase sempre, no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos.* Uma outra alternativa se nos apresenta nesse texto em relação ao uso de agrotóxicos ou *defensivos* e essa

¹³¹ As respostas dos Movimentos Sociais ao uso de agrotóxicos ou à transgenia também se dão em ações organizadas como a publicada na Folha S. Paulo em 27 de janeiro de 2001. “MST queima soja transgênica”, anuncia a manchete: “Cerca de 800 agricultores sem terra destruíram dois hectares de soja transgênica da multinacional Monsanto, em Não-me-toque (a 300 km de Porto Alegre). Ao som de ‘Pra Não Dizer que Não Falei de Flores’, os sem-terra arrancaram as plantas com as mãos. Depois, em discursos, acusaram a empresa de vender sementes transgênicas (o que é proibido) e pediram sua expulsão do país” (FOLHA S. PAULO, 27/jan./2001).

é uma alternativa respondente, uma vez que se constitui como crítica ao sistema baseado no uso de agrotóxicos. E o plantio de plantas medicinais se contrapõe não somente ao tipo de técnicas de cultivo como também ao tipo de medicina praticada hegemonicamente. As famílias assentadas objetivam realizar *o resgate cultural das populações tradicionais no uso das plantas medicinais com enfoque na saúde preventiva, também denominada de 'farmácia viva'*.

O modo como esse documento constrói a relação desse grupo social com a terra está entrecruzado ao modo como aqui se concebe a produção agrícola, mas também como se concebem as relações humanas que se almejam manter, resgatar ou fortalecer. É um modo enviesado em relação ao modo capitalista neoliberal, posto que não é a mais-valia universal que se constitui como centro dessas relações: *O ser humano deve estar no centro das prioridades elencadas e a visão predominante deve ser humanitária*. Desloca-se o eixo de valor da extração universal de lucros para a promoção do “desenvolvimento econômico” para a construção de um modo humanitário de produção. A diversificação, aqui, supera a monocultura; a produção de alimentos supera a produção de *commodities*; a cooperação supera a competitividade; a distribuição supera a acumulação e a concentração; o humano supera o capital¹³².

¹³² As palavras e os atos de resistência circulam também em um conjunto mais amplo de grupos sociais que concebem a produção agrícola e pecuária por outro prisma: 1) Desde 1986, no início das negociações da Rodada do Uruguai, organizações e movimentos camponeses, indígenas e de agricultores familiares, juntamente com líderes de associações civis de direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, entre outros, vêm se reunindo e “desenvolvendo ações articuladas, buscando influir nos processos de transformação da agricultura mundial, nos diferentes países. No começo dos anos 90, fortaleceu-se a ideia de organizar-se em rede, produzindo conhecimento útil à intervenção política e educativa de cada ator, no seu contexto imediato. Surgiram assim as redes RIAD – Rede Interamericana de Agricultura e Democracia, a APM [*Agriculture Paysanne et Modernisation*]-África, o Fórum PECO no Leste-Europeu e outras”. Entre as ações desses grupos, são organizados eventos como o Encontro Internacional “Sociedade Democracia e Agricultura”, realizado em abril de 1998, em Foz do Iguaçu e Cascavel (PR), para a discussão de temas relacionados a Sociedade, Democracia e Agricultura, tais como: segurança alimentar, formação de representantes de camponeses e indígenas, organização mundial do comércio (UNIOESTE/IBASE, 1999); 2) A agroecologia também é uma resposta, um ato de resistência, discutido em eventos como o Encontro da Jornada de Agroecologia. Cada edição do evento produz uma revista em que se organizam suas principais discussões. Na edição de 2012, por exemplo, a coordenação do evento define agroecologia: “A Agroecologia é uma realidade. É a ciência popular, sistematizada, resgatada e valorada pela classe trabalhadora. É o conhecimento histórico acumulado pelos camponeses e camponesas que hoje se desafiam a dar respostas concretas às necessidades da humanidade: produzir alimentos saudáveis, limpos, respeitando a natureza e estabelecendo novas relações que nos permitam ser mais livres, portanto, mais humanos” (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2012); 3) A revista Proposta é uma das publicações da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, cuja missão é “contribuir para a construção de uma sociedade democrática e atuante em favor de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente”. O nº. 36 dessa revista, de janeiro de 1988, por exemplo, trouxe o tema “Agricultura alternativa: viabilizando a pequena produção” para a discussão relacionada Às alternativas tecnológicas na agricultura.

4.2.2 Palavras de Comunidades Quilombolas

A palavra *quilombo* carrega já sentidos de resistência. Resistência, inicialmente, em relação ao sistema escravagista. Quilombo expressa um território que representa segurança e fortaleza para um determinado grupo. Um lugar de refúgio, onde os grupos se organizam coletivamente para desenvolver um tipo de vida diferente do que se vive fora dos limites desse território; além disso, é também o lugar onde se resiste às investidas exteriores para tomarem as terras; onde se resistiu às submissões, violências e explorações de trabalhos em lavouras de cana-de-açúcar e cafezais. Lugar de resistência, logo, lugar permeado por conflitos.

Os direitos das comunidades quilombolas passaram a ser oficialmente reconhecidos no Brasil a partir da constituição Federal de 1988, por meio de seu Artigo 68¹³³. Para a Fundação Cultural Palmares, os quilombos são formados por *descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo de séculos*¹³⁴. A Fundação Pró-Índio de São Paulo cita uma passagem do documento produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, da Associação Brasileira de Antropologia, em 1994, para tratar da definição de “comunidades quilombolas: *Contemporaneamente, [...] o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar*¹³⁵ (Grifos meus).

As comunidades quilombolas são comunidades rurais que lidam com a terra, com a vida nela e com a produção agrícola de forma diversa do que se faz na agricultura científica globalizada. Em relação à propriedade da terra, por exemplo, todo o processo para que as comunidades

¹³³ O Artigo 68 da Constituição Federal afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terra é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Além disso, em 2003, foi publicado o Decreto n°. 4.887, que reconhece que “Para fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (BRASIL, Decreto n°. 4887/2003, Artigo 2º Parágrafo 1º); e ainda “Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental” (BRASIL, Decreto n°. 4887/2003, Artigo 2º Parágrafo 3º).

¹³⁴ Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88. Acesso em 24 de janeiro de 2015, às 16h20.

¹³⁵ Disponível em: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html. Acesso em 24 de janeiro de 2015, às 21h17.

consigam a titulação se dá no âmbito da coletividade: é preciso que todos os integrantes da comunidade atuem na demarcação dos limites do território que utilizam para o sustento, incluindo as áreas das casas, do roçado, as áreas de coleta e caça, os pastos e toda a área e os recursos naturais utilizados pela comunidade, bem como espaços dedicados aos cultos, ao lazer e ainda os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos; a posse da terra demarcada se constitui por meio de um título coletivo emitido em nome de uma associação criada pela comunidade. A criação dessa associação deve contar com a participação de todos os moradores e moradoras, para que discutam os objetivos da associação e como ela deverá funcionar. Os sócios dessa associação em nome da qual será emitido o título de propriedade da terra são os descendentes de remanescentes de quilombos ou, em alguns casos, todos os moradores da comunidade que vivem conforme os costumes dos quilombos.

Pertencente à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), o primeiro território quilombola brasileiro que teve suas terras tituladas foi Boa Vista (PA), em 1999. A ARQMO¹³⁶ foi criada em resposta às invasões por diversos interesses, principalmente a mineração; além disso, vem, desde então, lutando pelo cumprimento da Constituição de 1988, no que diz respeito, especialmente, à propriedade da terra.

Aqui, o que interessa para a compreensão que quero construir não são os territórios quilombolas “em si”, mas os discursos produzidos pelos povos desses territórios. Discursos que se instauram como palavras de resistência e que instauram possibilidades outras de construção do real, possibilidades outras de desenvolvimento de atividades com a terra.

Em 1990, cinco anos antes da titulação de suas primeiras terras, a ARQMO publicou seu primeiro informativo (Anexo 24). No material datilografado, a associação apresenta algumas das razões para a sua criação: *É do nosso conhecimento que as mineradoras tentam expulsar*

¹³⁶ “A ARQMO surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registradas a partir da década de 70, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e, ainda, o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros. A criação da ARQMO foi motivada também pela necessidade de se fazer valer o direito à propriedade da terra, assegurado pela Constituição Federal de 1988”. Disponível em: <http://www.quilombo.org.br/#!arqmo/c1kw4>. Acesso em 24 de janeiro de 2015, às 21h49.

os negros de suas terras e contam com o apoio de órgãos governamentais como: IBAMA e a Polícia Federal. Estes foram alguns motivos que contribuíram para a fundação da Associação. O tom de luta e de resistência se mantém no informativo, por meio das palavras escolhidas para expressar aquilo que a associação tem por finalidade: organizar a população negra do Município [Oriximiná], a fim de ajudar-lhes na obtenção da legalização de suas terras, resgatar a cultura Afro-brasileira e lutar contra a discriminação racial e social.

Essa publicação recebeu o nome de *A Ronqueira*, em homenagem a seus antepassados, que usavam *um cepo de madeira e um cano de ferro carregado com pólvora, farinha, papel e barro* para dar avisos a locais distantes. Sua materialidade estética difere amplamente das publicações de agentes hegemônicos, como é possível observar na Figura 33. Contudo, é um importante elo na corrente de comunicação entre os quilombos e importante instrumento para a organização das comunidades na luta pela terra. Por meio dessas publicações, foram sendo divulgadas informações sobre o Artigo 68 da Constituição Federal, por exemplo, graças ao qual ocorreu a titulação das primeiras terras quilombolas do Brasil anos depois.

Figura 34 – Capa do Informativo A Ronqueira – nº. 1, de julho de 1990 - ARQMO



Fonte: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)

Em julho de 2004, um evento realizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, intitulado *Mulheres Quilombolas – Desenvolvimento Sustentado*, também contou com a participação da ARQMO e gerou uma publicação (Anexo 25) que reuniu um resumo de depoimentos concedidos sobre a vida nos quilombos e de reflexões realizadas nos três dias de evento. A partir do questionamento *Como pensar o desenvolvimento das comunidades considerando as necessidades e os desejos de homens e mulheres quilombolas? Qual seria o quilombo ideal, aquele que sonhamos?*, o resumo publicado nesse material aponta que as discussões caminharam para *as diferenças respeitadas*:

O quilombo ideal é aquele em que os comunitários respeitam as diferenças entre as pessoas. Em que todos caminham e somam a partir das diferenças. Em que há união. A caminhada começa enrolada e, na medida em que amadurece, vai andando mais em linha reta. Na comunidade ideal não há discriminação e os deficientes físicos são incluídos.

A memória de futuro aqui expressa é calcada na singularidade e não na uniformidade, um quilombo cuja vida deve se dar a partir das diferenças e não com a eliminação delas. É um jogo que se instaura discursivamente aqui entre identidade e alteridade, em que a alteridade deve ser buscada.

Nesse documento, ainda constam outras possibilidades de construção do real expressas pelos participantes dos quilombos, tais como moradias dignas, boas escolas com materiais didáticos voltados para a realidade e para a cultura quilombola, postos de saúde com equipamentos, mas também com ervas medicinais para as benzedeiras, parteiras e rezadeiras, máquinas para beneficiamento de arroz e de farinha, o respeito às diferentes manifestações religiosas, áreas de lazer, momentos para a valorização da tradição oral.

No entanto, na construção de memória de futuro do *quilombo ideal*, não se deseja o isolamento das comunidades, mas, ao contrário, há o desejo de que *benefícios* da globalização cheguem inclusive para essas comunidades: *Já que o mundo é globalizado, precisamos de energia elétrica, telefone, orelhão e da internet, para manter o quilombo informado*. Há aqui expresso um diálogo direto com *o mundo globalizado* e o que desse mundo é desejado pelos quilombolas. O acesso à energia elétrica, ao telefone, à internet é desejado pelas comunidades, impulsionadas pela realidade do mundo globalizado. Não se nega a globalização, mas se expressa o desejo de obter dela alguns de seus benefícios. Contudo, *ao mesmo tempo, a*

comunidade deve valorizar a história oral dos mais velhos, seu jeito de ser, sua cultura e religião.

E dessa visão sobre o *quilombo ideal*, aparece a discussão acerca do desenvolvimento. Neste ponto, os quilombolas participantes do evento também instauram sua palavra respondente ao conceito e ao modelo de desenvolvimento hegemônicos na atualidade:

Existe uma idéia difundida pelo mundo de que as sociedades evoluem em linha reta, "dos tempos da ignorância" para a modernidade. Assim é apresentado um pacote de modernidade que deve ser comprado inteiro. [...] O modelo de desenvolvimento global tanto é imposto pela força como coloniza nosso pensamento. Porque a idéia que paira é de que somos atrasados, subdesenvolvidos. E assim queremos trazer às comunidades os símbolos de desenvolvimento que nos fazem sentir melhor. O modelo da modernidade vai sendo imposto sobre nós. Impõe-se pela força, quando nos retira de nossa terra. Impõe-se também pela colonização de nossa cabeça, fazendo a gente acreditar que tudo o que temos hoje é atrasado. Assim, para a gente ser melhor, teríamos que parecer como todos os demais. E como fazer isso? Comprando cada vez mais coisas. O atual modelo de desenvolvimento não é feito para que todos e todas tenham acesso aos benefícios. Apenas 20% da população mundial, formada pelos ricos, consome 80% do que é produzido no mundo. Trata-se de um modelo que pensa prioritariamente nas necessidades individuais não pensa num sistema de transporte, mas em carro para cada família, um carro para cada pessoa. Fica a pergunta: que progresso é esse que queremos?

Aqui, há várias respostas aos discursos hegemônicos globais: uma resposta negativa à uniformidade imposta pela Globalização, aos *pacotes completos* dos tempos da modernidade que essas comunidades não querem comprar; uma resposta negativa ao modelo de desenvolvimento global que coloniza pensamentos, que arranca da terra em nome da modernidade, afirmando que o que não se enquadra nos ditames globais é *atrasado* ou *subdesenvolvido*; uma resposta que constrói possibilidades de se escolher o que é bom e o que não é do desenvolvimento; uma resposta que clama pelo fortalecimento da singularidade no lugar da identidade; uma resposta que recusa o individual e pede pelo coletivo; uma resposta pelo fim da exclusão e de suas “exclusividades”.

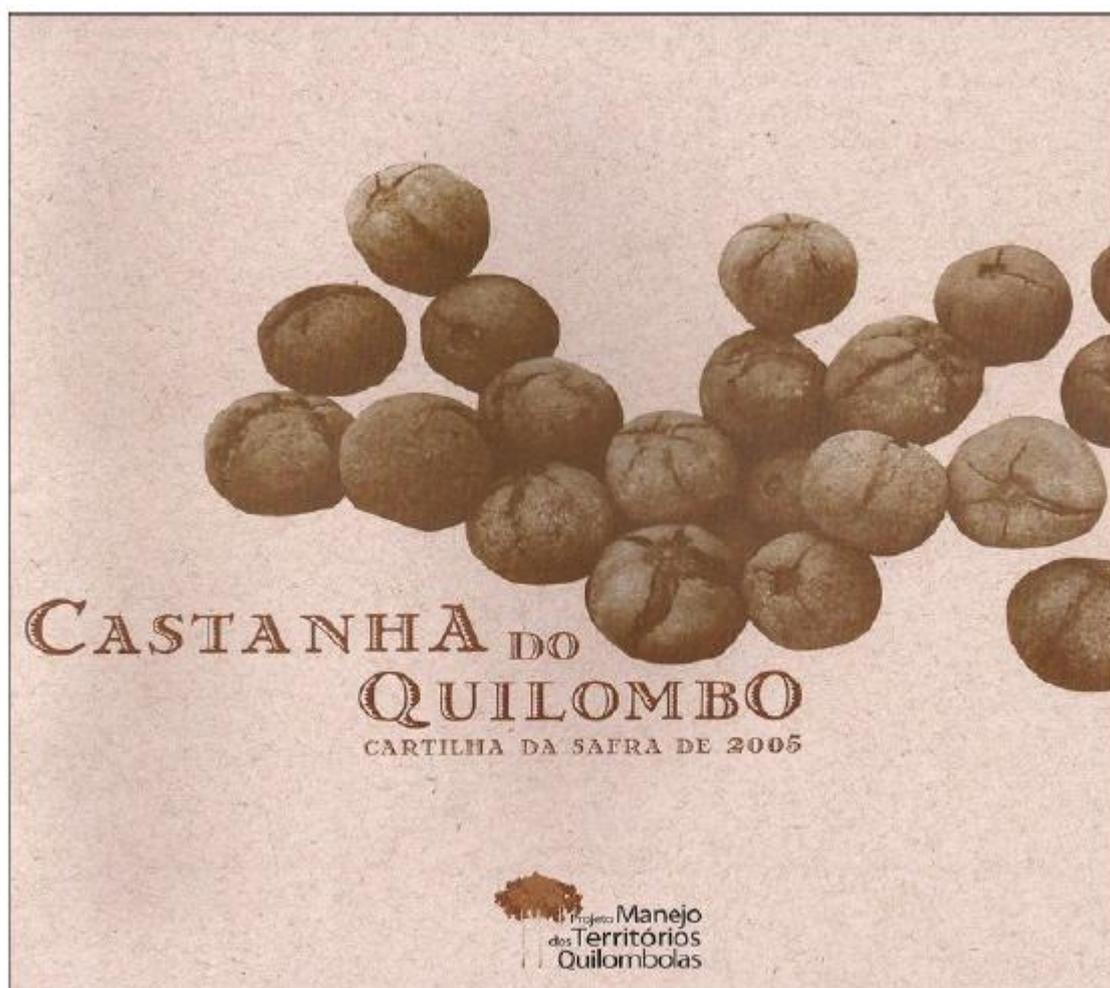
Das palavras respondentes ao modo global de desenvolvimento, baseado no individualismo, no consumo, na exclusão, quero ainda trazer para esta compreensão as formas quilombolas de lidar com a terra, com a produção agrícola ou com o extrativismo, em contraposição aos modelos hegemônicos de agronegócio.

Uma das principais atividades dos quilombolas de Oriximiná, do Pará, é a coleta da castanha-do-pará. *Este sistema produtivo com grande ênfase no extrativismo vem sendo perpetuado de geração em geração. Constitui a herança dos cerca de 6.000 quilombolas que ainda hoje vivem nos territórios conquistados por seus antepassados.* Isso porque mais de 90% dos territórios quilombolas em Oriximiná são de formações da floresta densa de platôs, onde se concentram as ocorrências espontâneas de castanheiras. A partir dessa característica, a atividade da coleta da castanha, que se dá desde os tempos de *clandestinidade* tornou-se um sistema comunitário de coleta e comercialização¹³⁷.

Assim como o MAPA e o MDA organizam seus planos, denominados Plano Agrícola e Pecuário e Plano-Safra da Agricultura Familiar, respectivamente, os quilombos de Oriximiná também produzem a chamada *Cartilha da Safra* (Figura 34). Na Cartilha de 2005, há uma exposição do Projeto Castanha do Quilombo e das ações da ARQMO para alcançar o objetivo de *melhorar as condições para a coleta e a venda da castanha*. Nesse sistema, *não tem patrão, nem tampouco, empregados. É um projeto coletivo. Todos os participantes são 'sócios' do projeto [...] e têm o direito de discutir sobre o projeto e participar das decisões.* Em contraposição aos sistemas de investimentos públicos em empresas privadas para *geração de emprego, renda e divisas*, que é a grande bandeira dos Planos do MAPA em defesa da importância do agronegócio, na forma expressa pela Cartilha dos Quilombos não há *patrões e empregados*, mas *sócios* de um empreendimento sustentável, pensado e executado coletivamente, na vida da comunidade.

¹³⁷ Esse sistema está descrito num documento intitulado “Castanha dos Quilombos – construindo um empreendimento sustentável” (Anexo 26), que faz parte do “Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas”.

Figura 35 – Capa da Cartilha Safra 2005 – Projeto Castanha do Quilombo de Oriximiná (PA).



Fonte: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos
do Município de Oriximiná (ARQMO)

Também como parte integrante do Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, a cartilha *Descobrimo Agroflorestas nos territórios quilombolas de Oriximiná* (Anexo 27), publicada em 2004, tem por objetivo ajudar os quilombolas na construção de seus sistemas agroflorestais, com vistas a introduzir técnicas de agricultura sustentável, pela implantação de unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais, com ênfase no enriquecimento da dieta alimentar. Aqui, não estão presentes os conceitos de produtividade, ou de competitividade; em vez deles, temos o enriquecimento da dieta alimentar. É uma outra possibilidade de construção do real, que aponta para horizontes diferentes daqueles em que as florestas devem ser derrubadas ou que cerrado deve ser *desbravado* para dar lugar às monoculturas de exportação para geração de divisas e aumento do saldo da balança comercial. É um outro

modelo de desenvolvimento que reflete as vontades e as necessidades das comunidades; um modelo que se constitui como memória de futuro no discurso de um cartilha gerada por e direcionada a um conjunto de comunidades que lidam de modo singular com seus territórios. Não é um modelo global hegemônico e homogeneizante do monopólio, da monocultura, da monovalência, mas a singularidade plural das plantações de mandioca, de arroz, de milho, de jerimum, de guandu, de feijão-de-porco, de mucuna-preta, de banana, de mamão, de abacaxi, de palmeiras, de café, de pupunha, de cupuaçu, de bacaba, de cacau, etc.

Essa se constitui uma outra forma de viver, uma outra forma de organização, que também produz discursos, discursos esses menos estabilizados, que movimentam os discursos já mais estabilizados, que dialogam com eles, que a eles respondem, que a eles negam, que deles querem tirar algumas lições.

4.2.3 Palavras de Comunidades indígenas

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI – apresenta em sua página na internet uma possibilidade outra de desenvolvimento, a que tem chamado de *Etnodesenvolvimento*¹³⁸. Essa proposta é justificada pela Fundação *em virtude das particularidades existentes entre diferentes regiões*. Para a FUNAI, em países como o Brasil, tão diverso etnicamente, é preciso construir estratégias de melhoria das condições de vida de suas populações diferentes daquelas adotadas por países desenvolvidos *evitando, sobretudo, repetir os modelos provenientes do exterior, uma vez que as trajetórias históricas são diferentes*. Essa estratégia proposta se contrapõe à adoção de modelos universais, homogêneos, e instaura uma perspectiva singular no que diz respeito às relações entre diferentes povos. E ainda reforça que, mesmo dentro do conjunto de populações indígenas, há uma vasta diversidade sócio-cultural dos diferentes grupos étnicos que deve ser levada em conta.

O desenvolvimento que pretendido por essa perspectiva é *um processo de desenvolvimento duradouro* que deve levar em consideração fatores e situações conjuntos e interdependentes, os quais transcrevo abaixo:

¹³⁸ Conteúdo disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/2013-11-18-18-38-38>. Acesso em 30 de janeiro de 2015, às 21h51.

(1) *“Estratégias voltadas para as necessidades básicas, ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que crescimento econômico por si mesmo. Isto significa que o país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais”;*

(2) *Fortalecer "visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações”;*

(3) *Usar e aproveitar as tradições culturais existentes e não rejeitá-las a priori como obstáculos ao desenvolvimento” e, ainda, basear as ações de desenvolvimento "no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos e humanos”;*

(4) *Respeitar, e não destruir, o meio ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico”, orientando-se "para a auto-sustentação nos níveis local, nacional e regional”;*

(5) *“Ser mais participativa do que tecnocrática”¹³⁹.*

O que lemos nessa proposição da Fundação é um tipo de desenvolvimento voltado mais a satisfazer *necessidades fundamentais de um grande número de pessoas* do que um desenvolvimento econômico “por si mesmo” (1); um desenvolvimento pautado na visão interna, singular desses grupos sociais e não guiado por visões ou *demandas* externas como as do mercado internacional, por exemplo (2); essa proposta de desenvolvimento recusa a visão hegemônica de que o *tradicional* de um povo ou de uma comunidade é arcaica e atrasado, nega, portanto, a visão de que as tradições culturais sejam *obstáculos ao desenvolvimento*, porque o próprio conceito de desenvolvimento já é divergente da visão do desenvolvimento econômico neoliberal, por exemplo (3); um desenvolvimento que afirma a auto-sustentação como possibilidade de construção do real, que não busca o aumento da produtividade a qualquer custo (4); um tipo de desenvolvimento que seja coletivamente construído e decidido a partir das vivências, e não embasado na funcionalidade e no cumprimento de normativas técnicas e burocráticas pré-estabelecidas (5).

Essa oposição entre outros modelos de desenvolvimento e o etnodesenvolvimento é expressa

¹³⁹ Esses fatores e situações foram aqui transcritos com base no conteúdo da página da FUNAI na internet. As aspas aqui contidas foram mantidas do modo como se encontram nessa página. Além disso, todos esses fatores e situações constantes na proposta de Etnodesenvolvimento estão baseados num conjunto de leis: Lei nº. 12.188/10 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; Lei nº. 4.504/64 - Estatuto da Terra; Lei nº. 11.346/06 - Lei Orgânica da Segurança Alimentar; Decreto 3.108 /99 – Fundo para o desenvolvimento dos Povos Indígenas; Decreto 6040/2007 – Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Indígenas; Lei 11.326 – Diretrizes para a política nacional da agricultura familiar; Decreto 3.991/2001 – Programa Nacional da Agricultura Familiar; Lei 8.171/91 – Política Agrícola; Sistema Nacional de Sementes e Mudanças – Lei 10.711/05.

nesse conjunto de perspectivas sempre pelo jogo entre essas diferentes concepções. E esse jogo é materializado nas formas linguísticas que compõem os fatores e as situações propostas pela FUNAI pelo uso das expressões *mais do que* e *e não*: *satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que crescimento econômico por si mesmo; Fortalecer 'visão interna', ou endógena, e não uma visão externa; Usar e aproveitar as tradições culturais existentes e não rejeitá-las a priori; Respeitar, e não destruir, o meio ambiente; Ser mais participativa do que tecnocrática*. Essas expressões comparativas e adversativas colocam em jogo consensos ou lugares-comuns sobre o desenvolvimento do ponto de vista econômico e as proposições do etnodesenvolvimento. De acordo com essas proposições, o etnodesenvolvimento busca satisfazer as necessidades de um grande número de pessoas; fortalecer a visão interna desses grupos; respeitar as tradições e o meio ambiente; construir uma forma de convivência participativa. Enquanto a visão hegemônica de desenvolvimento busca o viés econômico por si mesmo; valoriza a visão externa; rejeita as tradições e destrói o meio ambiente; conduz as relações pautadas na tecnocracia.

O etnodesenvolvimento proposto pela FUNAI promove a relação com a produção agrícola pela agrobiodiversidade, por meio *da valorização da diversidade biológica, dos sistemas agrícolas tradicionais e do uso e manejo destes recursos vinculados ao conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares, estimulando, assim, a transmissão dos conhecimentos tradicionais e o intercâmbio entre as diferentes etnias*. Mais uma vez, no horizonte de possibilidades desses grupos, as palavras de resistência às concepções de acumulação neoliberais competitivas expressam a valorização da diversidade em vez da monocultura; dos sistemas agrícolas pautados na cultura das populações tradicionais e não nas técnicas da agricultura científica globalizada e competitiva; o intercâmbio em vez da uniformidade homogênea.

A geração de renda, tão presente nos documentos da agricultura competitiva globalizada, também constitui as palavras do etnodesenvolvimento e também instaura a necessidade de um outro interlocutor da cadeia de comercialização que não seja o consumidor de artigos e mercadorias quaisquer, mas que constitua um tipo de consumidor que valoriza as *boas práticas ambientais, a justiça social e a diversidade cultural*.

A proposta de etnodesenvolvimento compreende que a relação das populações indígenas com a terra não é uma relação balizada na propriedade particular e na concentração, mas no uso

coletivo dela, *beneficiando toda a comunidade indígena* e não somente um pequeno grupo de *herdeiros* ou de grandes corporações exportadoras do agronegócio.

Trouxe, aqui, algumas concepções expressas por grupos sociais como os assentamentos dos movimentos sociais de luta pela terra, comunidades quilombolas ou comunidades indígenas. Contudo, há ainda outras palavras respondentes de outras comunidades, denominadas em consenso como *comunidades tradicionais*¹⁴⁰, que poderiam compor essas compreensões, uma vez que essas comunidades também se colocam em posição de resistência às formas de organização baseadas na economia, no acúmulo e na concentração de capital, na competitividade na extração da mais-valia universal. É uma luta entre diferentes valorações que instaura tentativas de dominação e tentativas de resistência. É um jogo de forças sociais e ideológicas que é resultado de diferentes formas de ver o mundo.

As diferentes valorações expressas nos enunciados constituintes da corrente complexamente organizada ora materializam uma visão de mundo economicista, desenvolvimentista, competitiva, ora materializam uma visão de mundo social, coletiva, participativa. A produção agrícola e pecuária, bem como a relação com a terra são elementos reveladores dessas visões de mundo e de qual caminho cada grupo social se propõe a seguir. Os discursos hegemônicos globais, por meio das vozes de seus agentes também globais, vão sendo reproduzidos com o intuito de construir um espírito competitivo propagador das ideologias da competitividade como forma de exercício da mais-valia universal. Contudo, esses mesmos discursos geram respostas, posto que

¹⁴⁰ Muitas outras comunidades se constituem no Brasil como as chamadas “comunidades tradicionais”. Entre elas, estão os açorianos, os caatingueiros, os caízaras, os campeiros, os ciganos, as comunidades de fundo de pasto, os faxinalenses, os geraizeiros, os jangadeiros, os marisqueiros, os pomeranos, as quebradeiras de coco, os atingidos por barragens, os castanheiros, as populações ribeirinhas, os seringueiros. Esses são grupos sociais e comunidades, cujas palavras constituem-se como respostas a uma ordem econômica competitiva global. E são grupos com certa força, posto que “O Brasil é um país de vários povos. Diversos segmentos da sociedade brasileira são marcados por identidades coletivas próprias. Cerca de 8 milhões de brasileiros e brasileiras fazem parte de povos e comunidades tradicionais, ocupando 1/4 do território nacional. Inclui, entre outros grupos, 2 milhões de quilombolas, 1 milhão de atingidos por barragens, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros”. Disponível em: <http://www.ocarete.org.br/ocarete/apresentacao/>. Acesso em 30 de janeiro de 2015, às 23h03.

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-se como conhecidos, de certo modo os leva em conta (BAKHTIN, 2006, p.297).

Essas respostas que trago para compor este último item da tese são plenas de ecos e ressonâncias do discurso hegemônico competitivo global, por vezes rejeitando-o, por vezes completando-o, por vezes expressando o seu conhecimento sobre ele e levando-o em conta, mas acima de tudo, essas respostas constroem olhares diversos daqueles expressos pelas hegemonias discursivas que propagam a competitividade neoliberal em esfera planetária. Essas repostas são palavras e atos respondentes, são os atos que verbalizam pensamentos que nascem e se formam justamente nos processos de interação e de embate com pensamentos outros.

E esses pensamentos outros aos quais respondem os enunciados das “comunidades tradicionais” ou dos movimentos sociais são justamente os pensamentos dominantes, os pensamentos hegemônicos, cuja característica interpretante é deformadora da realidade. Isso porque “o signo ideológico da ideologia dominante que já tomou forma fixa é sempre um tanto reacionário e busca em certo sentido fechar, fixar e imobilizar o momento precedente do fluxo dialético do processo de formação social, ou seja, dar relevo e reforçar a verdade de ontem, fazendo-a passar pela verdade de hoje” (VOLOCHÍNOV, 2013, p.200).

É a ideologia de classe que engendra todos os enunciados que compõem as compreensões aqui expressas. Cada enunciado é expressão de determinados grupos sociais específicos, cuja ideologia orientou a maneira de ver um mesmo acontecimento ou uma mesma atividade, condicionando, por conseguinte, a maneira como cada grupo orienta sua organização social e as memórias de futuro ou utopias refratadas na materialidade dos enunciados como possibilidades de construção do real.

APONTANDO CAMINHOS DE ESTUDO

Pelo fato de as leituras e compreensões desta tese terem sido construídas a partir de momentos pinçados no fluxo ininterrupto da vida da comunicação e das relações humanas, a noção de completude fica distante. Desses momentos pinçados, considerando com Hans-Georg Gadamer que “toda palavra é resposta, ou seja, toda palavra responde a algo em relação ao que nós nos compreendemos como diante de uma pergunta e que, incitando à resposta, se dirige para nós” (GADAMER, 2007, p.60), apresento algumas respostas. “No entanto, toda tentativa de uma resposta, ainda que não seja a contra-resposta, traz algo para o aberto do horizonte do questionamento” (GADAMER, 2007, p.60). Assim, exponho algumas considerações e faço alguns apontamentos para continuar a construção de caminhos de pesquisa e deixar algo para o aberto do horizonte das respostas e dos questionamentos.

a) Acerca do espírito competitivo global

O período da Globalização foi o berço de discursos que expressam um desejo pelo global, pelo universal, pelo uniforme, pelo monológico, pelo univocal. Um desejo coletivo, de grupos sociais marcados por interesses dominantes no contexto capitalista neoliberal. A década de 90 foi o auge dessa universalização de um pensamento único, compondo intensos processos de homogeneização de políticas, de medidas, de ações em esfera planetária, conferindo-lhe sentidos de unificação, de flexibilização, de liberalização, que, de acordo com esses discursos, fazem parte da evolução da história da organização mundial e são, portanto, *naturais*, *previsíveis* e até mesmo *imprescindíveis* para que alcancemos níveis mais avançados enquanto nação global.

Com os discursos globalizantes já mais estabilizados, intensificam-se os conflitos, os embates, os questionamentos, que contrariam as ações para aparar as arestas sociais e esconder as contradições. No movimento de produção de discursos que expressam pontos de vista, mas também constroem possibilidades de real, a repetição de padrões discursivos e o poder de alcance da comunicação em dimensões globais são alimento para aquilo que é do caráter formador das hegemonias discursivas. Nesse processo, as ideologias têm papel vital, via materialidade sógnica, que constrói o “espírito” de uma época.

Espírito esse materializado na palavra, cuja concretude ecoa as vozes dos interesses de classe,

ligados às condições, valorações, tomadas de posição. A palavra é o indicador mais potente desse espírito, que, no período globalizado, manifesta-se via discurso da competitividade – forma de exercício da mais-valia universal.

No contexto global, as palavras da globalização competitiva neoliberal entram na corrente infinita da comunicação pelas vozes dos grandes agentes hegemônicos globais – os governos mundiais –, que produzem e reproduzem consensos funcionais ao interesse do mercado financeiro mundial e difundem esses consensos por meio de mecanismos sofisticados de consolidação de uma determinada visão de mundo, consolidando, também, determinada forma de se organizar o mundo e as relações humanas.

É como Babel, lembrada por Augusto Ponzio (2010), em que a palavra “oficial”, “geral”, “uniforme” são as tentativas e os esforços constantes de construção de um discurso único, que se constitui a partir da necessidade de se construir também um olhar único para as coisas e um jeito único de organizar as relações, de modo que esse jogo constitua caminhos globais pelos quais diferentes sociedades devem conduzir seus projetos.

Devido ao caráter vivo da constituição discursiva e ideológica, foi preciso abandonar a ideia inicial que tinha de que por esta pesquisa conseguiria encontrar o lugar do nascedouro da ideologia da competitividade; não há como definir e isolar o lugar e o momento exato do nascedouro de uma ideologia e nem o lugar e o momento em que esta se torna hegemônica, visto que a ideologia é/está em constante e perpétuo movimento. O que conseguimos “pegar” são momentos únicos e singulares em que a hegemonia ideológica se expressa nos enunciados, também únicos e singulares, sempre no movimento da eventicidade, do acontecimento.

A partir daí compreendi que deveria olhar para o seu nascer-já-caminhando e buscar na concretude das palavras aquilo que é relativamente estável em determinados padrões discursivos, estabilizando-os, transformando-os em dominantes, ou hegemônicos em determinados períodos. No período globalizado, o signo competitividade é bastante forte e prenhe desses movimentos de estabilização, de tentativa de unificação e de uniformização que buscam aparar as arestas, homogeneizar as diferenças e unificar as vozes, monologizando-as.

Percorrendo os caminhos da ideologia da competitividade como forma de exercício da mais-valia universal, a linguagem revelou-se como arena das forças que penetram a formação dos

discursos constituintes do espírito da época globalizada competitiva em escala global e também na esfera agrícola brasileira. Como parti do texto como objeto de pesquisa e de pensamento, percorri também caminhos da realidade material e histórica em que os conjuntos de textos nasceram, num exercício de alargar os contextos e colocá-los em relação com outros textos, com palavras e contrapalavras.

E nessa arena de lutas, que é a palavra, os discursos da classe dominante empregaram suas forças no sentido de conferir às palavras um caráter intangível, um caráter de “verdade”, a fim de ocultar ou enfraquecer as lutas de diferentes índices de valor travadas pelos diferentes grupos sociais. Os agentes hegemônicos globais, por meio de seus discursos, construíram ao longo das últimas duas décadas, um efeito monovalente ao signo globalização, assim como ao signo competitividade, a fim de propagá-los como benéficos a todos os sujeitos e a todas as nações, em nível planetário, desde que esses sejam capazes de se adequar aos novos ditames mundiais para estarem aptos a acessar os recursos desse sistema.

b) Acerca da caminhada do espírito competitivo global na esfera agrícola brasileira

A produção discursiva mundial vai interpenetrando e formando a produção discursiva no Brasil e moldando o modo como enxergamos o mundo numa determinada época. Considerando, com Susan Petrilli, que “a realidade assim como nós a esperamos se organiza e se transforma verbalmente” (PETRILLI, 2013, p.314), o estudo do material verbal foi o conjunto de dados utilizados para compreender a organização e a transformação do real na esfera agrícola construídas nos documentos oficiais brasileiros. E esse estudo me permitiu compreender que os interesses capitalistas neoliberais são expressos nos Planos Agrícolas, ecoando as intencionalidades competitivas globais, via signo da competitividade ou via termos constituintes do *new speech* da Globalização.

A ausculta de signos como *competitividade, produtividade, infraestrutura, inovação tecnológica, crescimento, desenvolvimento, abertura de mercados, flexibilização, desregulamentação*, etc. nas esferas de atividades da “agricultura” e do “agronegócio” brasileiros reflete mudanças, movimentações na base material que geram também mudanças no nível das ideologias, dos discursos, constituindo-se concomitante e mutuamente. A palavra, no jogo, na inter-ação, materializa a psicologia do corpo social, caracterizada por Bakhtin e Volochínov como “uma espécie de elo entre a estrutura sociopolítica e a ideologia no sentido

estrito do termo (ciência, arte, etc.)” (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2009a, p.42 e 43).

A palavra *competitividade*, ao compor os discursos sobre a agricultura e sobre a pecuária, reflete e refrata mudanças na base material, reflete e refrata as ações na concretude da sociedade brasileira, ações essas que passam a atender necessidade globais, nutrindo e sendo nutridas por discursos globais de exercício da mais-valia universal desse período. Tudo isso expresso nos documentos brasileiros em diálogo com os documentos dos agentes hegemônicos globais, materializando na concretude das palavras o espírito de um mundo *sem fronteiras*¹⁴¹ onde alcançam sucesso (ou são incluídos) os mais competitivos, aqueles que têm *maiores habilidades para acessar os recursos disponíveis* na organização de mundo neoliberal.

Essa fala hegemônica pela necessidade da busca pela competitividade é uma fala autorizada a produzir consensos, posto que seus produtores são os que dominam também as narrativas fabulosas do período globalizado, ocupando lugares de direção dos rumos do mundo atual, ditando políticas, medidas, as formas de se conceber o mundo, organizando as *ajudas humanitárias* (assim como as *guerras humanitárias*), *combatendo a pobreza, diminuindo as vulnerabilidades e reforçando a resiliência*, comprometendo-se *a melhorar o estado do mundo*, reorganizando a *divisão da prosperidade*, entre tantas outras afirmações tão reproduzidas pelos agentes globais nas diferentes esferas de comunicação. Toda essa carga ideológica, já mais estabilizada, vai constituindo a esfera agrícola brasileira, de modo que as ações orientadas no campo brasileiro justificam-se, em grande medida, pelos ditames desses agentes, utilizando-se dos mesmos consensos hegemônicos.

A hegemonia dos discursos globais se dá no entremeio da estabilização de certas visões de mundo, que ganham força pela repetição de padrões discursivos e transbordam o seu nascedouro, alcançando esferas de atividades diversas. Nesse movimento de transbordar, ecoam os mesmos valores, que, no caso da competitividade, são os valores de uma classe globalmente dominante ecoados na esfera agrícola e pecuária no Brasil, mas numa parte também dominante dessa esfera, que é a produção agrícola e pecuária em larga escala – o

¹⁴¹ A derrubada de fronteiras, exigência tão pulsante dos discursos hegemônicos da Globalização, constitui-se, também, como uma fábula da globalização perversa, posto que somente as fronteiras que se colocam como obstáculos aos interesses hegemônicos é que devem ser derrubadas. Os pedidos por derrubada de fronteiras outras são criminalizados, tais como a derrubada das fronteiras dos latifúndios para um uso coletivo da terra (como pedem os movimentos sociais de luta pela terra), ou a derrubada das catracas no transporte público: #por uma vida sem catracas – pede o Movimento Passe Livre em São Paulo em 09/01/2015.

agronegócio.

Os discursos do agronegócio brasileiro, que circulam na esfera ministerial, ou na esfera jornalística da grande imprensa, ou ainda em discursos político-partidários, são discursos prenes das ideologias dominantes, que incluem em sua materialidade o discurso não-dominante, mas usando-o como apoio para reafirmar suas próprias convicções e reforçar as obviedades consensuais hegemônicas. A produção de alimentos, por exemplo, é incluída nessa fala oficial, mas para reafirmar a necessidade de se buscar o aumento do volume de produção em uma extensão menor de terra, o que justifica o uso de *defensivos agrícolas* [agrotóxicos ou venenos] e de *sementes melhoradas* [transgênicas]. E, aliado a isso, está o objetivo primeiro, que é o aumento do volume de produção de *commodities* para exportação numa extensão menor de terra e gastando cada vez menos com salários [o que se vincula aos índices de produtividade], garantindo a geração de divisas e o saldo positivo na balança comercial, o que atende aos ditames do mercado mundial financeirizado.

Constrói-se discursivamente a necessidade do aumento do volume de produção e da redução de seus custos, implicados aos níveis de produtividade, e amplia-se o acesso das massas a esses alimentos produzidos com o emprego da ciência e da tecnologia, via agrotóxicos, transgenia, e altas quantidades de hormônio, por exemplo. Ao mesmo tempo, o discurso da agroecologia, que nasce como ato de resistência à instauração dessa produção agrícola e pecuária em larga escala, é tomado pelo capital para transformar os produtos orgânicos em bens de consumo elitizados, com valor agregado; a partir daí, há uma corrente discursiva que vai construindo a valorização da alimentação saudável e de dietas naturalistas. Contudo, os preços dos alimentos orgânicos agroecológicos são elevados e acessíveis somente a uma pequena parcela da população. Logo, a alimentação orgânica torna-se seletiva, enquanto a alimentação acessível às grandes massas é aquela que usa a agricultura científica globalizada, que imprime na esfera agrícola e pecuária os valores da globalização seletiva, exclusiva e competitiva.

Essa complexa dinâmica discursiva e ideológica é um poderoso instrumento de intermediação dos valores globalmente hegemônicos em território brasileiro. Os Planos Agrícola e Pecuários são muito mais do que a publicação das projeções dos recursos para a produção agrícola e pecuária; são o veículo que institucionaliza as ideologias competitivas no campo brasileiro, contribuindo para que as ações nessa esfera sejam pautadas e justificadas pela mono-lógica

capitalista neoliberal e garantindo a continuidade e o fortalecimento da atual ordem das coisas, salvaguardando as posições globalmente dominantes também em território brasileiro. Esses documentos são o reflexo e a refração das referências hegemônicas planetárias – que veiculam as mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica – na produção agrícola brasileira. Por isso, a nossa agricultura em larga escala é uma agricultura científica e globalizada. E o *Brasil que dá certo* (tão amplamente defendido por muitos discursos oficiais e midiáticos) é, desse modo, um Brasil que reproduz nacionalmente a ordem global de incluídos e excluídos, dominantes e subalternos, comunitários e extracomunitários, oficiais e não-oficiais, formais e informais, etc.

c) Acerca das utopias de uma outra globalização

A auscultação das vozes hegemônicas nos discursos da esfera agrícola brasileira, reproduzindo os interesses globais neoliberais pela competitividade como exercício da mais-valia universal não abafou as outras vozes. “Quanto a mim, em tudo ouço vozes”, afirma Mikhail Bakhtin para Viktor Duvakin em 1973. É preciso manter vivas as vozes dissonantes, as vozes não-oficiais, as vozes que germinam as resistências e as utopias. É preciso manter viva a memória de futuro de uma outra Globalização. Não a Globalização de uma única voz, da monovocalidade e da mono-lógica, mas uma globalização das vozes das multidões, das multidões do 1 + 1 + 1 + 1..., as multidões de singularidades. Em que cada um, cada sujeito único e singular possa exercer seu direito à singularidade. Um direito de ser ativo, respondente; o direito de assumir o seu ato responsável.

É preciso e possível soltar-se das amarras de uma globalização perversa, ir além da globalização fabulosa, tal como se nos apresenta e construir uma outra Globalização. Essa transição já está em marcha, afirma Milton Santos (2013). O desejo de homogeneidade da globalização hegemônica não se realiza por completo porque os mesmos processos que trabalham para essa realização são processos que geram escassez e esse fato é um dos motivos da “impossibilidade da homogeneização. [...] Na verdade, a Globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural” (SANTOS, 2013, p.143). E esse processo, para o geógrafo, marcha para uma nova significação da cultura popular, apontando para o nascimento do que ele chama de “período popular da história”.

Em contraposição a um modelo de organização social mundial pautado no viés econômico

ditado pelo mercado, uma outra globalização possível deve ter o homem como centralidade, configurando uma nova base para as relações políticas, sociais, humanas.

A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações. Dessa forma, estarão assegurados o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo à solidariedade social, a ser exercida entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade, e vice-versa, e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico. O ponto de partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e da existência de todos (SANTOS, 2013, p.148).

Tirar o dinheiro em seu estado puro do centro das preocupações do mundo e colocar o homem é um grande movimento de ruptura de uma ordem histórica já estabilizada e cristalizada ideológica e discursivamente como a única alternativa. Há alternativas, sim. Alternativas para se construir uma globalização outra, com o humano do homem como centralidade. Essa globalização, portanto, deve ser a globalização da escuta. Colocar-se à escuta do humano do homem, de suas relações, de sua constituição, do exercício de sua existência. Escutar outras vozes além da hegemônica sobre como construir a política, sobre como lidar com a terra, sobre como distribuir riquezas desconcentrando-as. Escutar as vozes sobre como viver coletivamente, como romper com valorações sobre a propriedade privada da terra, sobre como produzir alimentos.

Instaurar uma centralidade humana no contexto da produção agrícola, por exemplo, é significar o alimento como alimento e não como mercadoria para exportação, como *commodity*. O alimento mercadoria tem o dinheiro como centro das relações, o alimento como alimento tem o humano, posto que garante a existência e a prática da vida, além de ser um grande exercício de alteridade, já que o outro é um outro que precisa comer, independentemente de seu poder de compra¹⁴².

Esses deslocamentos e descentramentos são movimentos de ruptura de estruturas, inclusive discursivas, já estabilizadas e complexificadas, para instauração de um jogo entre outras

¹⁴² Há já uma importante contribuição para as condições objetivas para que esse deslocamento do dinheiro como centro das relações comece a acontecer: em nosso país, em 2006, foi instituído um sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado para assegurar “o direito humano à alimentação adequada” (Lei, nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). A transição já está em marcha, mas a luta é extremamente dura e complexa porque as forças ainda são bastante desproporcionais entre aqueles que defendem o dinheiro como centro e os que defendem o homem como centro.

“verdades”. Tira-se uma única “verdade” do centro e colocam-se em relação outras possibilidades de construção do real. Medviédev afirma que no horizonte ideológico de qualquer época e de qualquer grupo social não existe uma única verdade, mas várias verdades mutuamente contraditórias, não apenas um caminho ideológico, mas vários divergentes (MEDVIÉDEV, 2012, p.63). É preciso colocar em relação as múltiplas verdades, descentrar as univocidades e fazer emergir as plurivocidades; romper a verdade do alimento como mercadoria e colocar em relação o alimento como direito. Para tanto, é necessária uma “desnaturalização” das coisas para que se construam novos horizontes de possibilidades, já que “o horizonte ideológico está em constante formação, considerando que o homem não estacou em um atoleiro da vida. Tal é a dialética da vida viva” (MEDVIÉDEV, 2012, p.63).

Pensar uma outra globalização, uma alter-globalização ou uma globalização da escuta, não quer dizer instaurar um olhar ingênuo ou romântico para as relações, nem quer dizer descartar as condições da técnica já existentes para vivermos num estágio primitivo. Conceber a possibilidade de uma outra globalização (não competitiva), de um outro uso da terra (que seja coletivo e centrado no humano), de uma outra forma de produção e distribuição de alimentos (pautada na prática da vida e no exercício da existência), enfim de uma outra ordem social, política, econômica, essa concepção não pode ser tida como regresso, mas como evolução. Essa outra globalização não prescinde do descarte das técnicas, mas exige delas um outro uso e uma outra significação (SANTOS, 2013).

Mostrar-se resistente ao fortalecimento e à permanência da atual ordem das coisas, nas diversas esferas de atividade humana, é contrariar as forças dominantes e instaurar atos respondentes. As utopias são, portanto, bastante pertinentes e constituem memórias de futuro que imprimem novas possibilidades de construção do real. As utopias são, na relação com a ordem dominante, atos responsáveis capazes de estabelecer uma nova ordem. Para tanto, é preciso que sejam utopias socialmente organizadas, para garantir a força de ruptura do já dado e de resistência à imposição de novas hegemonias excludentes.

“Ousamos, desse modo, pensar que a história do homem sobre a Terra dispõe afinal de condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória” (SANTOS, 2013, p.173). Das condições materiais, objetivas, intelectuais e filosóficas já existentes é possível instaurar o movimento, a ruptura, a revolução. Revolução que rompa, que mova as homogeneizações e

construa memórias de futuro como a utopia do fortalecimento do Estado do bem-estar social; da força do local em detrimento do global; do contra-neoliberalismo; do combate ao TINA [*There is no alternative*]; do fortalecimento dos Fóruns Sociais em detrimento dos Econômicos; a utopia do alimento como direito; do alimento orgânico acessível a todos; do movimento *slow food* em detrimento do *fast food*; do uso coletivo da terra; do uso da ciência e da técnica em benefício da humanidade e não do dinheiro; de uma outra distribuição de renda; do movimento *slow city*; da cultura popular; do circuito inferior da economia; dos homens lentos; do coletivo; da vida cotidiana; do não-oficial; uma utopia do grande tempo; do encontro de palavras; da linguística da escuta; da polifonia; da aula como acontecimento; do texto na sala de aula; uma utopia da humanização; do diálogo; da infuncionalidade; da amorosidade; das diferenças não indiferentes; do olhar enviesado; do periscópio; utopias que rompam com as condições de dominadores e dominados para instaurar autonomias responsáveis e respondentes; do pensamento livre em detrimento do pensamento único. Utopias que sejam capazes de fomentar novos significados para a existência humana e suas relações.

Assim como as ideologias e os discursos dominantes da competitividade neoliberal nascem-já-caminhando, que as memórias de futuro e as utopias nasçam-já-caminhando, acompanhando os passos e os fluxos dos bichos e dos rios de João Cabral de Melo Neto, para a construção do espírito de um mundo que escape da mono-lógica da monovalência, da monocracia, da monocromia, da monotonia, do monopólio, da monocultura. Para a construção do espírito de um mundo alargado em que caibam todas as diversidades e singularidades no lugar do espírito de um mundo fechado, estreito, exclusivo.

A construção do espírito de uma época é uma construção dada pela concretude da palavra. A palavra é também a concretude das utopias. Ao olharmos para a palavra não captamos nela somente os sentidos arbitrários ou dicionarizados, mas auscultamos em sua materialidade o pulsar da própria vida, com seus embates, conflitos, contradições. “E mais, a vida completa diretamente a palavra, a que não pode ser separada da vida sem que perca seu sentido” (BAKHTIN, 2011, p.154). A palavra, portanto, não é o fim de uma análise ou compreensão, mas é seu meio, revelador e veiculador da vida.

E como “[...] é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;

[...]

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.

(João Cabral de Melo Neto, em Morte e Vida severina)

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. ; MELO, M. C. P. **Globalização, ou metamorfose do capitalismo mundial**: revisitando ideias “chesnesianas”. In CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. de.; LASTRES, H. M. M. (org.). Desenvolvimento e mundialização: o Brasil e o pensamento de François Chesnais. 1 ed. - rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

BAKHTIN, M. M. **Per uma filosofia dell’azione responsabile**. Traduzione dalla seconda edizione russa di Margherita de Michiel. Lecce: Piero Manni, 1998.

_____. **Freud e Il Freudismo**: Studio critico. Traduzione di Luciano Ponzio, a cura di Augusto Ponzio. Milano: Associazione Culturale Mimesis, 2005.

_____. **Estética da criação verbal**. Introdução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **The dialogic imagination**. Translation of Voprosy literatury i estetiki. University of Texas Press Slavic series; nº. I. Seventeenth paperback printing. Austin: University of Texas Press, 2008a.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski** – 4ª.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem / Mikhail Bakhtin (V. N. Volochínov); prefácio de Roman Jakobson; apresentação de Marina Yaguello; tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. – 13ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2009a.

_____. **O Freudismo**: um esboço crítico; tradução BEZERRA, P. – São Paulo: Perspectiva, 2009b.

_____. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. [Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

BOLTANSKI, L. **O novo espírito do capitalismo** / Luc Boltanski e Ève Chiapello; tradução Ivone C. Benedetti; revisão técnica Brasília Sallum Jr. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **A nova bíblia do Tio Sam**. Le Monde Diplomatique Brasil. Maio de 2000.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Constituição Federal**, 1988.

_____. Poder Executivo Federal. **Decreto nº. 2.001**, de 05 de setembro de 1996.

_____. Poder Executivo Federal. **Decreto nº. 4887**, de 20 de novembro de 2003.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2000/2001. Brasília: MAPA/SPA 2000.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2001/2002. Brasília: MAPA/SPA 2001.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2002/2003. Brasília: MAPA/SPA 2002.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2003/2004. Brasília: MAPA/SPA 2003.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2004/2005. Brasília: MAPA/SPA 2004.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2005/2006. Brasília: MAPA/SPA 2005.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2006/2007. Brasília: MAPA/SPA 2006.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2007/2008. Brasília: MAPA/SPA 2007.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2008/2009. Brasília: MAPA/SPA 2008.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2009/2010. Brasília: MAPA/SPA 2009.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2010/2011. Brasília: MAPA/SPA 2010.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2011/2012. Brasília: MAPA/SPA 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2012/2013. Brasília: MAPA/SPA 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2013/2014. Brasília: MAPA/SPA 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário. Safra 2014/2015. Brasília: MAPA/SPA 2014.

CARACELLI SCHERMA, C. **Resposta de uma ausculta** – um ato de compreensão: um encontro das vozes de Augusto Ponzio, João Wanderley Geraldi, Luciano Ponzio, Susan Petrilli e Valdemir Miotello In: GEGe (org.) A escuta como lugar do diálogo – alargando os

limites da identidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Dinâmica Regional e Globalização**: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, n°. 18, v.9, p.17 a 26, jan-abr/2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**; tradução Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Cartilha sobre propriedade quilombola**. 4ª.ed. São Paulo: CPI-SP, maio de 2007.

DOSTOIÉVSKI, F. **Dois sonhos**: O sonho do titio e Sonhos de Petersburgo em verso e prosa. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra – São Paulo: Editora 34, 2012.

ELIAS, D.. **Agricultura científica no Brasil**: impactos territoriais e sociais. *In*: SOUZA, Maria Adélia [et al]. *Território Brasileiro: Usos e Abusos*. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003.

_____. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. *Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES*. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006.

FARACO, C. A.. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Agicultura Alternativa**: viabilizando a pequena produção. *Revista Proposta: Experiências em Educação Popular*. n°. 36, ano XIII – jan.1988.

FOLHA DE S. PAULO. **Caderno Especial Globalização**. Folha de S. Paulo, 02 nov.1997.

FOUCHER, M. **Nasce o mundo “plural”**. Folha de S. Paulo, World Media Caderno Especial: A Nova Desordem Mundial 01. 19 dez. 1990.

FREDERICO, S. **As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n°.33, v.1, p.5-23, jan.-jul.2011.

GADAMER, H. **Hermenêutica em retrospectiva**: a posição da filosofia na sociedade. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

GERALDI, J. W. **Texto e discurso**: questões epistemológicas para a linguística. *In*: *Ancoragens: estudos bakhtinianos*. São Carlos: Pedro & João Editores.

_____. **Heterocientificidade nos estudos linguísticos**. *In*: *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Neoliberalismo e potere di classe**. Traduzione e adattamento del testo a cura di Michela Rosso e Elena Formia. Torino: Umberto Allemandi & C., 2008

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Cartilha 11º. Encontro da Jornada de Agroecologia**. Revista de Experiências em Agroecologia. Londrina, jul. 2012.

KAHIL, S. P. **Psicosfera**: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010.

KRUGMANN, P. **Competitiveness**: a dangerous obsession. Revista Foreign Affairs, 1994 – March/April, pp.28-44).

LEITE, S. [et al.]. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro/ coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros ... [et al.]. - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARCUSE, H. **One-Dimensional Man**. 2nd. ed. New York: Routledge Classics, 2002.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradutoras Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida severina e outros poemas**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008. (Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros; v.2).

MIOTELLO, V. **Os discursos hegemônicos são turbulentos**. In: Aline André Bakhtin Clécio Diego Fran Miotello Moutinhors; Nagai Sandoval Tânia Ziggy. (Org.). Quimera e a peculiar atividade de formalizar a mistura do nosso café com o revigorante chá de Bakhtin. São Carlos: Grupo de Estudos dos Gêneros Discursivos, 2004.

_____. **A questão da relação dos discursos fundadores com os discursos formadores**. In: Aline Andre (s) Diego Fran Liziani&Renata Miotello Nagai Rafael Sabrina Sandoval Tânia Valdete Vanessatarantini Ziggy. Tribuluminescência: Gegelianos e Bakhtin – Ainda à sombra. São Carlos: Grupo de Estudos do Gênero do Discurso – GEGE, 2005.

_____. **Ideologia**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. 5.ed.São Paulo: Contexto, 2012.

OHMAE, K. **Além das fronteiras nacionais**: as empresas no século XXI: O Japão e o mundo [tradução de David Hastings]. São Paulo: Arteciência, 1988.

PECQUERIE, B. **O que é World Media**. Folha de S. Paulo, World Media Caderno Especial: A Nova Desordem Mundial 01. 19 dez. 1990.

PETRILLI, S. **Em outro lugar e de outro modo**. Filosofia da linguagem, crítica literária e teoria da tradução em, em torno e a partir de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

PONZIO, A. Introduzione *In: Il linguaggio come pratica sociale*. Bari: Dedalo litostampa, 1980.

_____. **Alterità, responsabilit  e dialogo in Michail Bachtin**. *In: BAKHTIN, M.* Per una filosofia dell'azione responsabile. Traduzione dalla seconda edizione russa di Margherita de Michiel. Lecce: Piero Manni, 1998.

_____. **Fundamentos de filosofia da linguagem** / Augusto Ponzio, Patrizia Calefato, Susan Petrilli; tradu o de Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **A Revolu o Bakhtiniana: o pensamento e a ideologia contemporânea** – São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a.

_____. **A concep o bakhtiniana do ato como dar um passo** [Introdu o]. *In: BAKHTIN, M. M.* Para uma filosofia do Ato Responsável. [Tradu o aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010b.

_____. **Dialogando sobre diálogo na perspectiva bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

_____. **No Círculo com Bakhtin**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

RONCARI, L. D. A. Prefácio *In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN J. L. (orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin* - São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. - 9^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emo o**. – 4.ed. 4. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globaliza o: do pensamento único   consciência universal**. 23^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHERMA, R. A. **Capitalismo financeiro e uso corporativo do espaço da na o: o território como recurso** – Rio Claro, 2012.

SCHWAB, K.; SMADJA, C. **Globalization needs a human face**. New York Times, 28 de janeiro de 1999.

SINGER, P. **Globaliza o e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 8.ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

SOARES, M. C. C., Banco Mundial: políticas e reformas. *In: TOMMASI, L. de.; WARDE, M.*

J.; HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, M. O outro no um: reflexões em torno da concepção bakhtiniana de sujeito, *In*: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. *In*: TOMMASI, L. de.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Unioeste. Anais **do Encontro Internacional “Sociedade, Democracia e Agricultura”** – A questão da segurança alimentar. Cascavel: Assoeste, 1999.

VOLOCHÍNOV, V. **Il linguaggio come pratica sociale**. Bari: Dedalo litostampa, 1980.

_____. **A construção da enunciação e Outros ensaios**. Organização, Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

WORLD ECONOMIC FORUM. **A partner in shaping history: the first 40 years – 1971-2010**. Geneva. Switzerland. 2009.

_____. **The Global Competitiveness Report 2002-2003**. The Global Competitiveness Report and Benchmarking Network.

_____. **The Global Competitiveness Report 2013-2014**. The Global Competitiveness Report and Benchmarking Network.

**À Alanis,
minha doce e inseparável companheira
das manhãs, tardes, noites e madrugadas de escrita.**

